

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Ana Paula de Ávila Gomide

**A atualidade do “mundo administrado” no capitalismo contemporâneo:
contribuições da teoria crítica para o debate psicossocial e político acerca de
movimentos totalitários no Brasil**

Tese apresentada para a Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para a promoção docente à
categoria de professor titular.

Setembro
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- G633a Gomide, Ana Paula de Ávila
2024 A atualidade do “mundo administrado” no capitalismo contemporâneo [recurso eletrônico] : contribuições da teoria crítica para o debate psicossocial e político acerca de movimentos totalitários no Brasil / Ana Paula de Ávila Gomide. - 2024.
- Tese (Promoção para classe E - Professor Titular) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5075>
Inclui bibliografia.
1. Professores universitários - formação. 2. Teoria crítica. 3. Mundo administrado. 4. Extrema direita. 5. Totalitarismo. 6. Psicologia social. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Psicologia. II. Título.

CDU: 378.124

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408

Dedico este trabalho à Mariana, minha filha, que desde pequenininha manifesta um acentuado desejo de saber. ,

RESUMO

Com base nas obras da teoria crítica da sociedade de Adorno, Horkheimer e Marcuse, o objetivo deste trabalho é retomar e acentuar a prevalência da noção de *sociedade administrada* – e suas noções correlatas – para a análise de problemas psicossociais contemporâneos, em vista do perigo de tendências autoritárias e do totalitarismo vigentes na sociedade. Na esteira das concepções filosóficas, sociais e antropológicas da teoria crítica voltadas para a análise dos elementos irracionais imanentes aos projetos e promessas progressistas da modernidade, ressalta-se que as transformações mais recentes do capital em sua cumplicidade com a barbárie, na eventual reviravolta das sociedades capitalistas em fascismo, já haviam sido antecipadas pelos autores frankfurtianos. Nessa direção, o desafio foi o de discutir as implicações críticas e o movimento histórico dessa noção no que tange aos fatores regressivos hoje prementes na sociedade brasileira, na qual viceja uma cultura antidemocrática, situada no contexto do capitalismo globalizado, dentro de uma condição de periferia do mundo. Trata-se também de questionar e expor a falsa oposição estabelecida entre mundo administrado e neoliberalismo, para abarcar as transformações históricas do atual regime de acumulação que têm desencadeado as atuais catástrofes sociais e ambientais, vinculadas ao cenário mundial de crescente desigualdade social, diante da exponencial concentração de riqueza e de poder por parte de oligopólios, promotores de condições objetivas e subjetivas fecundas para a manifestação de movimentos totalitários de massa e de explosões de violência no tecido social. Enfim, a noção de mundo administrado se desloca para a análise do poder e do uso que a plutocracia internacional faz dos Estados nacionais, fazendo justiça, assim, ao seu conteúdo: a realização de uma racionalidade administrada expandida, a serviço de interesses econômicos irracionais, a serviço da desumanidade, propiciadora das demais formas de sofrimento psíquico e coletivo.

Palavras-chave: teoria crítica; mundo administrado; extrema direita; totalitarismo; psicologia social.

ABSTRACT

Based on the critical theory of society articulated by Adorno, Horkheimer, and Marcuse, the aim of this study is to revisit and underscore the significance of the concept of an *administered society* – and its associated ideas – for the analysis of contemporary psychosocial issues, particularly in light of the threats posed by authoritarianism and totalitarianism. When examining the philosophical, social, and anthropological dimensions of critical theory, which are intended to critique the irrational elements inherent in the progressive projects and promises of modernity, it is crucial to recognize that recent transformations in capitalism, in its complicity with barbarism, and the potential turn of capitalist societies toward fascism were anticipated by the Frankfurt authors. The objective is to explore the critical implications and historical evolution of this concept concerning the regressive forces currently exerting pressure on Brazilian society. This society is marked by a thriving anti-democratic culture within the framework of globalized capitalism, in a peripheral position on the global stage. Additionally, the study seeks to challenge and expose the misleading dichotomy between the administered world and neoliberalism, addressing the historical transformations within the current regime of accumulation that have precipitated ongoing social and environmental crises. These crises are intricately linked to the global trend of increasing social inequality, characterized by the exponential concentration of wealth and power in oligopolies, which foster conditions conducive to the rise of totalitarian mass movements and violent upheavals within the social fabric. Ultimately, the concept of the administered world is reframed to analyze how international plutocracies utilize national states, thereby validating its essence: the manifestation of an expanded administered rationality serving irrational economic interests and inhumanity. This dynamic contributes to various forms of psychic and collective suffering.

Keywords: critical theory; administered world; far-right; totalitarianism; social psychology.

Sumário

Introdução	5
A atualidade do “mundo administrado” no capitalismo contemporâneo: contribuições da teoria crítica para o debate psicossocial e político acerca de movimentos totalitários no Brasil	5
1. Mundo administrado: das relações entre o capitalismo e o fascismo, o entrelaçamento entre razão e dominação	30
1.1. <i>Sociedades administradas.....</i>	<i>43</i>
1.2. <i>A ideologia da racionalidade tecnológica nas sociedades administradas</i>	<i>81</i>
1.3. <i>A Teoria dos Rackets: a concorrência na luta pelo poder e a disputa pelos ‘despojos’ do capital..</i>	<i>92</i>
2. O diagnóstico do indivíduo na sociedade administrada: considerações teóricas e empíricas	101
2.1. <i>O antissemitismo moderno e o potencial fascista.....</i>	<i>115</i>
3. O novo radicalismo de direita: tendências objetivas e impulsos de destruição	140
3.1. <i>A atualidade da noção de sociedade administrada e as tendências ao totalitarismo: notas sobre o caso brasileiro</i>	<i>155</i>
Referências:	179

Introdução

A atualidade do “mundo administrado” no capitalismo contemporâneo: contribuições da teoria crítica para o debate psicossocial e político acerca de movimentos totalitários no Brasil

Silenciosamente, veio crescendo toda uma humanidade ávida pela absurda persistência da dominação (Adorno, T. W. *Minima moralia*).

Este trabalho parte de algumas questões emergenciais de nossa atualidade, tornando imperativo retomar e acentuar a prevalência da noção de *sociedade administrada* (e demais noções correlatas) da chamada primeira geração da teoria crítica – Adorno, Horkheimer e Marcuse – para a análise de problemas psicossociais contemporâneos, em vista do perigo de tendências autoritárias e do totalitarismo vigentes na sociedade. Trata-se também de questionar e expor a falsa contraposição estabelecida entre mundo administrado e neoliberalismo para, a partir dessa crítica, abarcar as transformações históricas do capitalismo contemporâneo que têm desencadeado as atuais catástrofes sociais e ambientais com a crescente desigualdade social, diante da exponencial concentração de riqueza e de poder por parte de oligopólios, promotores de condições objetivas e subjetivas fecundas para a manifestação de movimentos políticos autoritários, e de demais explosões de violência no tecido social. Na esteira das concepções filosóficas, sociais, antropológicas e psicológicas da teoria crítica voltadas para a análise dos elementos irracionais imanentes aos projetos e promessas progressistas da modernidade, as forças destrutivas das sociedades capitalistas tendentes ao fascismo, com suas produções intensivas de sofrimento, foram identificadas pelos autores da teoria crítica no século passado, delas nos alertando. Nessa direção, o objetivo e o desafio deste trabalho foi o de discutir as implicações críticas e o movimento histórico da noção de sociedade administrada no que tange aos fatores regressivos hoje prementes, mobilizados pelas instâncias onipresentes de poder de dominação sobre os sujeitos, para fazer frente à barbárie política e social iminente. Para cumprir tal objetivo, seguem algumas considerações introdutórias.

Com a difusão de ideias ultraconservadoras e antissistema nas redes sociais, seguida do crescimento e vitalização de movimentos antidemocráticos no Brasil nos últimos anos, Nunes (2022), no conjunto de seus ensaios do livro *Do transe à vertigem*:

ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição, apresenta uma análise da conjuntura brasileira sob a égide do populismo bolsonarista, estabelecendo relações desse último com a “hegemonia neoliberal” que, segundo ele, tem se presentificado e se fortalecido no capitalismo contemporâneo. Ao explorar e levantar vários aspectos envoltos na violenta contraofensiva da classe dominante – que, frente aos impasses estruturais propiciados pelas crises destrutivas do capitalismo atual, passou a investir mais nos dispositivos de controle catalisadores de tendências reacionárias, contrárias às instituições democráticas, para melhor administrar os conflitos sociais –, Nunes (2022) destaca a expansão da narrativa neoliberal que passou a integrar e a delinear a dinâmica político-afetiva da sociedade brasileira: o “empreendedorismo político” e suas jogadas de *marketing* disseminadas pelas redes digitais.¹ Assim, de acordo com ele, a emergência da extrema-direita no Brasil – que atingiu seu auge com as eleições de 2018 – se deu também por este grande “movimento empreendedorístico” na política, desde 2013, com forte inspiração nos valores simbólicos e ideológicos do “capitalismo neoliberal”. A hegemonia deste no campo dos afetos – a despeito da crise de legitimidade em que tem sucumbido desde o colapso financeiro de 2008, em contexto global – continua prevalecendo, o que permitiu o fortalecimento da extrema-direita: “o abalo simbólico e material sofrido pela autoridade do neoliberalismo se encontra parcialmente cancelado pela hegemonia neoliberal no campo dos afetos” (Nunes, 2022, p. 14).

Nessa direção, demais estudiosos têm ressaltado a incorporação do cânone neoliberal por setores da elite na América Latina a partir do alastramento de *think tanks* nas últimas décadas do século passado (Rocha, 2021), pelas quais correntes da direita e extrema-direita se estabeleceram, tendo também como base de apoio grupos sociais diversos, irracionalmente insatisfeitos (e hostis) com os avanços de pautas políticas de direitos sociais e humanos conquistados pelas lutas sociais, após o final da ditadura civil-militar no Brasil. Dentre os aspectos levantados sobre a interligação entre o discurso econômico neoliberal e a ascensão da direita mais radical no Brasil, encontra-se o da ideologia arquitetada pelas elites de identificar o Estado social “à ineficiência e à corrupção”, sendo necessário o combate da “hegemonia cultural esquerdista” no país,

¹ O seguinte trecho do autor é ilustrativo: “É nesse sentido que a onda de extrema direita que surpreendeu muitos em 2018 deve ser entendida também como um grande movimento empreendedorístico. Este é, por sinal, um dos pontos em que fenômenos em que Bolsonaro e Trump mais se distinguem dos movimentos fascistas históricos do período entreguerras [...]. Valendo-se de plataformas digitais em vez de formas mais tradicionais de organização, eles conectam uma demanda (frustrações, mágoas e desejos variados) a uma oferta (acolhimento, explicações, soluções e válvulas de escape)” (Nunes, 2022, p. 92).

que, além de disseminar a “doutrinação” de jovens e colocar em risco instituições tradicionais, teriam como base “más gestores” e políticos corruptos que não sabem administrar os recursos públicos, tampouco o Estado.

Especificamente na sociedade brasileira, após o “golpe” de 2016² e com a intensificação de tendências autoritárias presentes desde sempre na nossa cultura, podemos mencionar entre os grupos que compuseram a massa eleitoral do bolsonarismo e o colocaram no poder: o trabalhador “revoltado” e precarizado pelas mudanças estruturais da nova fase de acumulação do capital; os militares das altas e pequenas patentes; grupos de fiéis frequentadores das igrejas neopentecostais, também seduzidos pelas promessas de laços de sociabilidade e de proteção oferecidos pelo pentecostalismo, com o dismantelamento do estado de bem-estar; os policiais que se sentiram desqualificados e maltratados pelos governos anteriores e pela sociedade; os pequenos empresários e comerciantes, economicamente impotentes diante de poderes anônimos de grandes corporações; e, claro, membros de uma elite voltados para seus interesses classistas e privados, apoiadores de reformas antissociais, que também fazem parte de setores do mercado financeiro (Nobre, 2020; Feltran, 2020; Rocha, 2021). Deste modo, intrínsecas às agendas econômicas neoliberais que passaram a se articular com os projetos da nova direita, as resoluções tecnocráticas para beneficiar as elites – setores do mercado financeiro, do agronegócio, e de grupos religiosos com poder econômico – passaram a compor e a fortalecer o programa ideológico do bolsonarismo:

A crise é o maior dispositivo disciplinar do neoliberalismo: a cada vez que uma se apresenta, ele não apenas se vale dela para acentuar a coerção econômica à qual as pessoas estão submetidas, como o faz reativando o mito fundador com o qual narrou sua ascensão nos anos 1970 e 1980 – o de ser a cura racional e tecnocrática para os excessos de um período precedente, o que isenta de qualquer debate e o torna a única alternativa possível (Nunes, 2022, p. 60).

Pois bem, considerando-se o preâmbulo acima, tornou-se lugar-comum analisar as crises do momento histórico atual com seus impactos na sociedade tomando como

Referimo-nos ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, cujo processo e forças políticas envolvidas em sua mobilização implicaram na grave crise do Estado brasileiro, abrindo terreno para a escalada da extrema-direita no Brasil. Assim, dizem Chaloub et al (2021): “É inegável que existem diversos elementos de continuidade entre aquele processo e a presente dinâmica de crise da democracia protagonizada pelo bolsonarismo. O voto sim ao impeachment dado no dia 17 de abril pelo então deputado federal e agora presidente Jair Bolsonaro, em que faz uma ode à tortura e à ditadura, ilustra tragicamente a linha que unifica a mobilização pela retirada da presidenta Dilma e o nosso presente dramático”. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-impacto-do-golpe-de-2016-e-futuro-da-democracia-brasileira/>>.

ponto de partida as noções de neoliberalismo/capitalismo neoliberal. Em outras palavras, como bem alertaram Fraser e Jaeggi (2020), a crítica ao capitalismo, cuja força encontrava-se na tradição de um pensamento dialético voltado para a totalidade, disposto a enfrentar as questões mais profundas acerca das bases estruturais de nossa formação social e histórica, tem perdido terreno ao sair de cena do debate atual em prol da temática do “neoliberalismo”. Nesse sentido, tal nomenclatura – apropriada por estudiosos da contemporaneidade – tomou uma dimensão ideológica e, por vezes, hegemônica para dar conta da realidade em suas fraturas.³ Esses escritos sobre o neoliberalismo, que agora possuem uma ampla variedade (Dardot et al, 2021; Chamayou, 2019; Rocha, 2021; Nunes, 2022),⁴ passaram a atrair a atenção de todas as alas da teoria social contemporânea, da qual citamos inclusive o campo da psicologia – da psicologia social – para abordar as novas configurações de sujeitos atravessados pelas mediações históricas atuais.

O ponto de partida dessas análises repousa, resumidamente, sobre os seguintes aspectos: com os sinais de enfraquecimento econômico e a decorrente crise do chamado *Welfare State*, largamente implementado com o fim da Segunda Guerra, as ideias de Hayek, Friedman e Schumpeter, na década de 70, sobre os ideários ultraliberais começaram a ganhar proeminência sob o novo cenário mundial, constituindo “uma das matrizes intelectuais dos discursos sobre a crise de governabilidade da democracia elaborados nos anos 1970” (Chamayou, 2019, p. 338). Com o esgotamento do antigo modelo político e econômico, a política econômica do Ocidente deveria ser estabilizada com a crescente liberalização dos movimentos de capitais e a livre competição entre agentes econômicos. Por meio da implementação do Estado neoliberal, tais programas voltados para o crescimento econômico tiveram como base a contração do Estado no planejamento das sociedades, cuja palavra de ordem veio a se tornar “desregulamentação”, e a abertura do sistema comercial em escala internacional com a intensificação da rivalidade intercapitalista (Belluzzo, 2013), na qual o Estado assumiria a função de agente financiador da concorrência. Como efeitos disto, as promessas de seguridade e direitos sociais passaram a ser substituídas pela privatização de instituições

³ Reproduzimos as seguintes observações de Fraser acerca dessa questão, na qual a centralidade da análise do capitalismo cedeu lugar, desde os anos 80, para outras tendências teóricas: “O que aconteceu para que o capitalismo fosse marginalizado por tanto tempo? Como podemos compreender seu desaparecimento da teoria crítica? Parece que, no decorrer das últimas décadas, observamos uma versão ‘caixa-preta’ da economia ganhar força” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 16).

⁴ O livro que marca esse debate no Brasil é o clássico de José Luís Fiori, *Os moedeiros falsos* (1998).

estatais inteiras, com flexibilização de contratos trabalhistas até então estáveis e a redução massiva de políticas públicas. Assim, sob tais políticas liberalizantes, os governos implementaram medidas de austeridade econômica para melhor “controlar” e administrar suas finanças; e os indivíduos, atomizados sob o jugo de tais políticas, bombardeados pelos mecanismos de disseminação da ideologia do mérito propagada pela “lógica administrativa empresarial” que se instala no interior das relações sociais, começaram a internalizar a crença de que poderiam ser mais “autônomos” na busca de suas subsistências e na concorrência entre seus “iguais”. Contudo, a camada economicamente mais desprotegida da sociedade, os marginalizados, como demais grupos de trabalhadores e terceirizados, que antes podiam ao menos contar com algum suporte das instituições estatais,⁵ passaram a ser alvo de maior discriminação, pois socialmente mais vulneráveis com a exposição massiva às voragens e errâncias do capital.

Em particular, destacamos os recentes estudos na área de Psicologia que têm discutido as “novas” modalidades de sofrimento psíquico, tendo em vista a internalização por parte de sujeitos de uma racionalidade neoliberal generalizada (Safatle et al, 2021), assim prefigurando um padrão de individualidade: a subjetividade neoliberal. Para fins deste trabalho, especificamente nos referimos aqui à obra *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (Saflate, Júnior e Dunker, 2021), que teve como fundamentação a palestra de Foucault, *Naissance de biopolitique: cours au Collège de France*, para a tematização da disseminação da racionalidade neoliberal na nova fase do capitalismo. Safatle (2021, p. 30) afirma que “esse ideal empresarial de si foi o resultado psíquico necessário da estratégia neoliberal de construir uma ‘formalização da sociedade com base no modelo empresa’”. De acordo com os autores, trata-se do desdobramento da racionalidade pragmática que dizia respeito à concepção de indivíduo do pensamento clássico liberal, correspondente a uma filosofia moral de comportamento para o estabelecimento da ideia naturalizada de indivíduo livre e autônomo. Essa concepção de individualidade respaldava-se pela ideia da busca de interesses individuais no seio da organização social do livre mercado, na qual, a competição entre seus membros – empresários e trabalhadores – pudesse ser estabelecida. Logo, tal racionalidade econômica, revisitada e fortalecida pela ideologia atual, tornaria os sujeitos propícios a atender os critérios da produtividade provenientes das exigências das novas formas de

⁵ Para esta discussão, remetemos ao artigo *Depois do salário familiar: um experimento mental pós-industrial*, de Nancy Fraser (2022).

trabalho pelas quais a vida social passa a se organizar nas últimas décadas, assim gerando um “novo mal-estar” contemporâneo, em meio a uma sociedade que elimina e modifica o projeto moderno de indivíduo supostamente racional e “autônomo” na exaltação do sucesso econômico, com o concomitante empobrecimento psíquico dos sujeitos. Entretanto, como efeitos dos imperativos vigentes de sociabilidade advindos desta “onda de inovações” nas relações de produção e nas formas de gestão do trabalho pelos tecnoburocratas capitalistas – os dirigentes e administradores das grandes empresas –, os adoecimentos psíquicos atuais também passariam a ser gerenciados pelo conhecimento tecnocrático oriundo das formas de administração das empresas (Safatle, 2021), que começam a exercer influência nas práticas terapêuticas, agora voltadas à gestão dos sofrimentos psicológicos. Ou seja: algumas técnicas psicoterápicas passariam a incorporar os padrões de avaliação e administração de conflitos utilizados pelos setores administrativos empresariais, cujas funções e planejamentos também se direcionariam para o controle dos comportamentos de seus empregados. Tal processo se daria pela transmutação da lógica de gestão empresarial para o espaço interno da economia psíquica, em que modos de intervenção da subjetividade – forjados pelo conhecimento técnico-científico da Psicologia e Psiquiatria (também legitimados pelos *mass media*, só para destacar) – se impuseram para instrumentalizar e moldar comportamentos afinados com o aparato.

Assim, para além de uma doutrina da área da economia, tais pesquisadores têm apontado o neoliberalismo como uma “engenharia social” promovida pelas novas tecnologias voltadas à modificação da estrutura psíquica e formas de codificação do sofrimento (Safatle, 2021). Neste contexto de reestruturação da sociedade, o aparelho jurídico-estatal coloca-se à serviço das elites e grupos empresariais para criar mecanismos de ataque às instituições e aos sindicatos contestadores da lógica do mercado. Vejamos o longo trecho abaixo:

Ou seja, o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia [...]. Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados. Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performance se generalizasse, e para isso a

mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental (Safatle, 2021, p. 25).

A partir de técnicas de intervenção sobre os conflitos psicológicos – e sociais –, também endossadas pela nosologia “neutra” do novo mercado de diagnósticos, a apatia política e a patologização dos conflitos e formas de sofrimentos, quer individuais quer coletivos, tornou-se a medida utilizada para o enfraquecimento e derrocada das lutas sociais, bem como de deslegitimação de expressões singulares e particulares negadoras da ordem social. Neste sentido, dizem os autores que a modalidade de subjetividade conflitiva e permeada por contradições frente às exigências da realidade, antes ancorada no saber psicanalítico, tem sido minada e cedido lugar à ideia de individualidade “empreendedora de si mesma”, bem como ao indivíduo depressivo, passível de ser medicalizado para o aumento de sua performance no campo das relações sociais, como no âmbito do trabalho social já degradado (Dunker, 2021). A atual formação social impeliria a um modo de produção de sujeitos determinado por injunções morais – tais como a individualização da culpa e do fracasso, o repúdio ao sofrimento das depressões, a louvação maníaca do mérito individual, o elogio da proatividade, dentre outros –, advindas dos modelos de gestão de grandes empresas, que recorrem a dispositivos de manipulação de seus empregados para otimizar a “produtividade”, conforme os parâmetros das novas relações de trabalho que se tornaram praticamente inatingíveis e irracionais frente à realidade objetiva. No cenário apresentado, salienta-se bastante a ideia de que forças sociais têm promovido a formação de uma “subjetividade neoliberal” para a perpetuação das relações atuais de dominação, pois esta corresponde aos “pressupostos morais advindos de processos disciplinares germinados pelas novas técnicas administrativas” (Safatle, 2021, p. 31), cujos valores e práticas adentram nos modelos de educação, em algumas modalidades psicoterápicas e *coachs* de vários tipos, com suas narrativas de “empreendedorismo” e “sucesso individual”.

Não obstante, conforme alertou Marcuse (1999, p. 84) nas décadas de 30 e 40, os critérios de individualidade estabelecidos com base nos argumentos de “necessidade de competição” e “liberdade de ação” para suprir os próprios interesses tornaram-se falsos na sociedade regida pelos monopólios e grandes cartéis, pois a ideia corrente de sujeito autônomo da autoconservação implicaria na maior submissão do pensamento e condutas “a padrões externos preestabelecidos” pelas sociedades de massa. Isto significa que o conteúdo relacionado aos critérios de comportamentos instituídos outrora pelas

sociedades liberais e individualistas, sob o auge do modelo de produção industrial e pelas disputas entre pequenos empresários, tem se modificado com os trajetos e desdobramentos da teoria liberal para as formas totalitárias de poder em suas variantes históricas e políticas. Somado a isto, e retomando Adorno (2020), a crítica econômica de Marx ao capitalismo liberal, de suas ideias baseadas na “sociedade livre e concorrência entre iguais”, apresentava em suas categorias centrais premissas para o desvelamento histórico e estrutural das relações desumanas da sociedade burguesa, em suas tendências para a economia de monopólios, inclusive, apontando para a forma do “capital dinheiro” para a produção de mais-valor e uso do Estado para atender interesses privados (Chesnais, 2002).

O neoliberalismo, a despeito da variedade de suas formulações, doutrinas e práticas, foi a tentativa de se restaurar algumas bases teóricas do liberalismo, quando este já havia sido eliminado desde os anos iniciais do século XX, com a ascensão da economia monopolista.⁶ Assim, o emblema “neoliberalismo” que hoje se autonomizou para nomear o atual estágio histórico como uma “nova ordem racional”, seja para fazer a crítica interna a este modelo de sociedade ou para legitimá-lo e exaltá-lo enquanto doutrina econômica, teria que ser problematizado, a fim de ilustrar o quanto tal designação do presente histórico pode falsear a realidade com suas formas de dominação, ocultando os antagonismos sociais que lhe são inerentes.⁷ A ideologia de que os mercados existentes

⁶Lembra Chamayou (2019, p. 336) que o pensamento de Hayek, ligado a uma vertente reacionária e antidemocrática de pensamento, volta-se à defesa do chamado “liberalismo autêntico” que ele quer retomar, contra um “liberalismo artificial” enraizado nas ideias provenientes da Revolução Francesa. O autêntico liberalismo que Hayek defende seria o “dele próprio, de Smith, mas também de Burke”.

⁷ Para deixar claro, não afirmamos em nenhum momento que o autor Safatle (2021) e os demais tenham fechado os olhos para as formas de administração total da vida encontradas sob o regime atual, proporcionado pelas engrenagens do sistema capitalista. Pelo contrário, Safatle escreve: “A esse respeito, lembremos como é possível encontrar a gênese da noção de despolitização da sociedade, tão necessária à implementação do neoliberalismo, na noção de ‘Estado total’. Noção que, como compreendia Marcuse já nos anos 30, nunca havia se contraposto ao liberalismo. Antes, era seu desdobramento necessário em um horizonte de capitalismo monopolista” (p. 28). Entretanto, queremos chamar a atenção para o fato de que, mesmo analisando as contradições de um discurso neoliberal engendrado para fins de dominação, enquanto uma narrativa de poder e forma de gestão social, o autor, também recorrendo a Foucault, utiliza-se da ideia de “governamentalidade neoliberal” para expor as formas de subjetividades produzidas na sociedade contemporânea sob tal hegemonia de pensamento. Ora, se a ideia de sociedade neoliberal é problemática, e se autores atuais a tomam como resultante do liberalismo em suas formas de poder mais intensificadas hoje, eles perdem os elementos também emancipatórios contidos em ideias e instituições do capitalismo liberal-concorrencial. Marcuse, Adorno e Horkheimer os ressaltaram em suas críticas ao capitalismo dos monopólios, quando este acabou por eliminar tais instituições e ideias da época precedente, por exemplo o Estado burguês constitucional democrático, as esferas culturais e formativas do indivíduo em contraponto ao mundo do trabalho, e a ideia de família burguesa como espaço de tensão entre obediência e resistência do indivíduo (Horkheimer, 2015). Por que fazer uso do termo “neoliberal”, endossando que os princípios do “neoliberalismo foram implementados”, sem analisar com mais detalhes seus limites na crítica psicopolítica que fazem? Se a base monopolista e concentradora dos impulsos do capital continuam

em competição que marcam o capitalismo hoje seriam capazes de promover o desenvolvimento econômico e estabilidade financeira – bem como o “progresso material” para o bem-estar geral – não encontra fundamento na realidade (Bresser-Pereira, 2018).

Além disto, a categoria de “subjetividade neoliberal” também deve se tornar objeto de análise e crítica quando utilizada para indicar o grau de adesão e identificação dos sujeitos aos tais valores neoliberais disseminados, pelos quais as ideias de autoempendedorismo, maximização do eu, competição e indivíduo como “empresa” são perpetuados por diferentes dispositivos. Será mesmo que os sujeitos em situação de opressão se identificam com tais ideários, endossando-os como verdadeiros e necessários para suas sobrevivências? Em outras palavras, é legítimo, frente a uma sociedade que se dirige cada vez mais para a administração da vida, tomar os termos “subjetividade neoliberal” ou “sociedade neoliberal” como adequados? Até que ponto estes não falseiam o esclarecimento sobre as forças de poder – em jogo no estágio atual de dominação social e que hoje se apresentam pelas tendências do capital – no uso que fazem das tecnologias, por meio da racionalidade tecnológica dominante, para a reprodução mais concentrada de riqueza? Caberia denominar o estágio atual de neoliberalismo frente às mutações pelas quais o capitalismo monopolista tem passado, nas quais desenvolve formas mais anônimas e abstratas de dominação, concentração e exploração via tecnologias digitais estendidas para todas as esferas da vida – pública e privada?

Só para ilustrar, não devemos negar hoje a presença de um Estado com seus incentivos fiscais a grandes empresas e leis sancionadas que visam privilegiar os oligopólios; assim como formas de gerenciamento da vida provenientes de políticas educacionais para implementar modelos de educação calcados na racionalidade tecnocrática (Catini, 2019), para formar ideologicamente indivíduos “competentes” nos projetos pedagógicos e curriculares que têm suplantado os conteúdos mais emancipatórios de formação dos sujeitos, outrora voltados para o desenvolvimento do pensamento crítico e autorreflexivo. Neste cenário sombrio, testemunhamos o desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos que, para atender o funcionamento da sociedade a serviço do mais-valor, têm se distanciado dos fins humanos, gerando maior

prevalentes, e se a subsunção dos sujeitos à estrutura social previamente dada não foi alterada frente ao maior avanço das forças materiais e técnicas e maior concentração econômica pelos monopólios, que detêm tais forças, a crítica não deveria se voltar mais ao uso ideológico do termo “neoliberalismo”, ou à ideia disseminada de “subjetividade neoliberal”, apresentando a fragilidade e falsidade presente nestes termos?

sofrimento, injustiça social e, assim, maior heteronomia nas pessoas. E, por isto, queremos afirmar que os princípios liberais/neoliberais sobre “igualdade” e “liberdade” têm sido revertidos para a realização do mundo administrado, e que suas ideias de “livre troca” e concorrência entre iguais há tempos tinham sido denunciadas em sua falsidade pelos autores da teoria crítica (Horkheimer e Adorno, 1973; Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 1972; Adorno, 2020; Adorno, 1986). A materialidade histórica dos avanços do capitalismo mostrou a discrepância e contradições com relação aos ideais veiculados pela sociedade concorrencial que conseguia, em tempos passados, ao menos preservar espaços de autonomia de esferas não voltadas para objetivos econômicos. Nessa direção, propomos que o conceito de neoliberalismo deva ser tratado como ideologia, para uma crítica social efetiva, que leve em consideração os limites do uso do termo tendo em vista a estrutura da objetividade contemporânea. Enquanto lido assim, como mera ideologia, “dá visibilidade à descrição de sociedade administrada apresentada por Horkheimer e Adorno (1985), que se contrapõe à ideia de mercado livre, em seu sentido liberal, que, se nunca foi ‘livre’, atualmente é quase inexistente” (Crochik, J. L. et al, 2020, p. 9).

Pois bem, por mais que estas discussões sejam bem estabelecidas, com argumentos importantes para esclarecer as formas pelas quais a ideologia se reveste para a reprodução social, nosso intuito foi ressaltar a atualidade da noção de *sociedade administrada* e os conceitos que a ela se articulam, os quais, por sua vez, têm sua gênese no pensamento de autores da primeira geração da teoria crítica da sociedade. Na contramão de ideias hoje tão difundidas sobre a “hegemonia da racionalidade/subjetividade neoliberal”, demonstramos a prevalência da noção de *sociedade administrada* e seu par conceitual, a *teoria dos rackets*, alçadas por tais autores, no século passado, a fim de esclarecer a irracionalidade objetiva da atualidade com suas organizações de poder de coerção sobre os sujeitos. O conceito de *racionalidade tecnológica* também foi discutido, visto que ele esclarece sobre os avanços opressivos da sociedade administrada e suas formas de dominação unidimensional das consciências. Explicando: no seio do projeto interdisciplinar do Instituto de Pesquisa Social, nas décadas de 30 e 40, encontramos as análises destes autores – Horkheimer, Adorno e Marcuse – acerca das transformações do capitalismo liberal em uma economia monopolista e suas relações com o fascismo, elementos que antecipam as transformações mais recentes do capital. No conjunto de debates sobre a emergência do nazismo e seus vínculos com o capitalismo – discutidos nos escritos de Pollock, Neumann, Kircheimer e

Gurland (Regatiere, 2019), nos anos 40 –, os frankfurtianos tomaram a temática do liberalismo em termos de suas contradições e crises para expor suas afinidades com o fascismo, sem deixarem de enfatizar a tensão dialética entre o seu potencial político e humanista de emancipação e o falso “igualitarismo nivelador” da ideologia burguesa, que ganhou sua forma mais avançada nas sociedades administradas. Horkheimer, Adorno e Marcuse, em suas peculiaridades, demonstraram as tendências totalitárias presentes na organização social capitalista e na sua conversão em monopólios cúmplices da barbárie (Horkheimer, 1972), apresentando o nazifascismo como extensão de elementos contidos nos próprios princípios econômicos da sociedade liberal – com seus objetivos voltados para mais concentração e controle de poder e riqueza por parte de trustes, descolados de fins humanos. A dimensão irracional presente nos projetos de sociedade e suas formas de vida embasadas na racionalidade moderna e na ideia de progresso foi revelada pelos autores, ao mostrarem suas contradições internas e seus trajetos na história.

Visto assim, em face de algumas condições objetivas e subjetivas criticadas pelos frankfurtianos e que permanecem nos dias de hoje, torna-se importante retomar o alerta deles sobre a “ilusão segundo a qual a sociedade é mediada pela bitola do liberalismo” (Horkheimer e Adorno, 1973, p. 40). A difusão de um ideário social-econômico reprodutor de um vocabulário “comportamental” e pragmático extraído de teorias liberais já caducas obscurece as contradições sociais produzidas pela lógica monopolista e oligopolista vigente na sociedade. E, ainda, lembrando que, como resposta à derrocada dos países do Leste Europeu e às crises do estado do bem-estar social, as ideias de Hayek e Friedman avançaram e se estabeleceram (Chamayou, 2019); suas novas versões do liberalismo trouxeram em seu bojo possibilidades de maior ampliação de poder e concentração de riqueza de grupos econômicos do mercado financeiro mundial (bancos, grandes empresas e rentistas, por exemplo). As doutrinas neoliberais negam, paradoxalmente, os próprios princípios supostamente “democráticos” e emancipatórios do liberalismo econômico, bases que as sustentam e que quiseram falsamente retomar.

Acrescentamos que, no capitalismo contemporâneo, o controle sobre os indivíduos tem se expandido de tal forma que só confirma os diagnósticos dos frankfurtianos, no século XX, a respeito das intrínsecas relações entre civilização e barbárie, entre o avanço de forças produtivas e mais opressão, entre abundância de produtos e informações e o incremento de mais exploração e servidão ao aparato, enfim, entre progresso e regressão, juntamente à falsa ideia de mais “liberdade” propagandeada

pelo novo sistema. Um fator a ser ressaltado é que, nas discussões da teoria crítica, voltadas para as mudanças das formas de dominação operadas pelo estágio do capitalismo monopolista durante as duas guerras mundiais e no pós-guerra, a partir da análise de suas tendências econômicas, as categorias da economia política não foram abandonadas em sua validade para o diagnóstico do presente; ao contrário, foram ressignificadas a fim de expor as contradições geradas pelo capital, em suas configurações históricas, dentro de um pensamento dialético, tomando também tais categorias em suas contradições internas. A ideia de “classe”, por exemplo, permaneceu nas análises de Adorno (1986; 2020) como elemento central para descortinar o caráter objetivo da dominação que, por meio de mecanismos sociais de controle, tornou as relações de classe invisíveis e opacas para os sujeitos no capitalismo avançado, sob o desenvolvimento técnico da automação no trabalho e oferta de bens de consumo de forma generalizada: “A dominação de classe está prestes a sobreviver à forma anônima e objetiva da classe” (Adorno, 2020, p.262). Também a ideia de racionalidade administrativa, que se apresenta nas formas contemporâneas de gestão empresarial – a classe de tecnoburocratas dirigentes das empresas –, já havia sido anunciada por eles nas críticas à dominância de grandes trustes que comandam a sociedade e a política, enquanto uma racionalidade dominante, enraizada nas relações de produção e na produção de bens materiais que reduziu tudo e todos a meros objetos de administração – desde os setores de produção de bens materiais e simbólicos e a “mentalidade” dos trabalhadores sob as novas formas de organização do trabalho, até as esferas culturais, assim causando impactos na constituição psíquica dos indivíduos. As raízes mais antigas e pretéritas de tal racionalidade instrumentalizada foram desbravadas pelos frankfurtianos nas suas críticas da civilização e da razão burguesa formalizada (Horkheimer e Adorno, 2006; Adorno, 2009; Marcuse, 2009). Em outras palavras: a racionalidade do maquinário de produção se propagou para a ordem social como um todo, sendo incorporada pelos sujeitos nas suas relações e formas de pensamento e relações com o mundo e com os outros, em vista da presença absolutizante da lógica administrativa tanto na funcionalização da família como no interior das escolas, em seus modelos de ensino. A razão do trabalho industrial avançado tornou-se uma atividade de manutenção do existente (Marcuse, 1999), na qual as pessoas tiveram sua formação reduzida para a adaptação, assim sendo também tratadas como mercadorias e objetos para a reprodução social, em contraposição à falsa apologia da “liberdade”.

A dominação se ampliou não somente sobre os modos de vida e consciência das massas, mas também de seus mandantes, que, por sua vez, tornaram-se “apêndices de seu próprio aparelho de produção” sob a dependência de grandes corporações (Adorno, 1986, p. 67). Se, por um lado, a crítica da economia política correspondia ao estágio do liberalismo, por outro, suas categorias – a de troca de equivalentes, mais-valia, concentração, dentre outras – não perderam seu valor de verdade sob o período histórico do capitalismo tardio (Horkheimer, 2012). Ao contrário: são atuais na fase do monopolismo e, paradoxalmente, portam, em seus conteúdos, princípios que minam os fundamentos da “livre-concorrência” (Horkheimer, 2012; Marcuse, 2015). Sob o desenvolvimento da racionalidade administrativa que impulsionou a produção de mercadorias, assim aumentando sua eficácia, mais gradativamente a livre-concorrência foi eliminada. Ou seja, na sociedade racionalmente administrada, que tem suas raízes na organização de produção de bens, a planificação econômica e o exercício consciente do domínio têm desenvolvido formas mais violentas de dominação sobre os sujeitos, diferente de como se supunha a “economia do mercado” em sua cegueira e anarquia (Horkheimer, 1972). Hoje, as diferenças entre as classes são intensificadas, num cenário global em que as classes dominantes e dirigentes enriquecem, em escala mundial, no retrocesso de conquistas sociais e econômicas de demais grupos e classes subalternas (Belluzzo, 2013).

No seio das discussões dos frankfurtianos, as categorias marxistas foram ampliadas a fim de dar conta dos conflitos desencadeados pela economia monopolista, cujas características condizem com o modelo de sociedade que é administrada por cegas constelações de poder, respaldadas pelo *status quo* científico e político, para fins de modelagem das consciências. Subjacente ao liberalismo, encontravam-se aspectos similares ao autoritarismo, testemunhado na transformação da sociedade liberal em capitalismo totalitário: a concentração de poder político e econômico, com a ajuda de burocratas do Estado, para manutenção de interesses particularistas de classes dominantes; o esgarçamento de direitos individuais e sociais e a perseguição aos mais pobres e vulneráveis; e o agravamento da racionalidade calculadora, cuja moral imanente sempre foi “a moral do poder econômico” (Horkheimer, 2012, p. 18). O caráter repressivo e antagônico de todas as variantes do capitalismo que tendem a ampliar seu poder de exploração foram apresentados pelos autores.

Nas raízes do neoliberalismo encontradas no Colóquio Walter Lippman, em 1938, a defesa de um “Estado forte” se fazia presente (Dardot et al., 2021, p. 89). Os intelectuais do chamado neoliberalismo, em seus vínculos genealógicos com as políticas totalitárias, testemunharam a perda de legitimidade acerca do *laissez-faire* e da defesa do automatismo do mercado. As apologias aos princípios econômicos liberais para um modelo de sociedade recaíram a uma mera reprodução de discursos técnico-econômicos esvaziados de conteúdos, em flagrante contradição com os valores de uma sociedade individualista burguesa-liberal (Horkheimer, 1974). A falsa dicotomia estabelecida entre “capitalismo administrado pelo Estado” e o neoliberalismo – cujo termo entrou no jargão de especialistas – não se sustenta hoje, com o domínio de grandes corporações sobre várias instâncias da vida, bem como a técnica onipresente para a administração do todo social, cujos avanços têm acirrado os antagonismos em um nível bem elevado, trazendo funestas consequências para o tecido social e o meio ambiente.

Em outros termos, caracterizar as crises trazidas pelo funcionamento do capitalismo financeiro por meio de nomenclaturas como “racionalidade neoliberal”, mesmo que importantes para a crítica das atuais reformas políticas de “austeridade”, bem como para a denúncia das tão propaladas psicoterapias adaptativas e *coachings*, obstrui o entendimento de que as atuais alianças de poder na nossa formação social correspondem a uma objetividade que nega aquilo que grande parte do “ideário neoliberal” quer fazer crer: as ideias de “menos Estado”⁸ na economia, e as de concorrência livre, competição e liberdade comercial, tendo como base a retomada de antigos ideais do liberalismo, mas de forma deslocada. Tal conjunto de ideias não coincide com a realidade atual e, por isto, estas nomenclaturas teriam que ser discutidas em seus limites, principalmente quando se toma a fase presente como “fase neoliberal”. A propaganda sobre a “eficiência competitiva” é tão mais imposta pelo aparato quanto menos independente e autônomo se torna o indivíduo, impelido pela “ideologia da competição” – em várias esferas sociais – a dar uma falsa ilusão de “autonomia” e responsabilidade sobre sua existência e infortúnios. Em vez de “menos Estado”, por exemplo, testemunhamos um Estado trabalhando junto aos monopólios e oligopólios, ou seja, um poder estatal aliado a um arsenal jurídico de exceção para garantir privilégios de grupos dominantes às custas de

⁸ Embora saibamos que a crítica ao “menos Estado” – presente nos governos afinados com a “lógica neoliberal” denunciada pelos críticos do neoliberalismo – signifique a destruição do Bem-Estar Social e suas políticas sociais de garantias de direitos. Nos países periféricos, como o Brasil, torna-se problemático falar de estado do bem-estar social.

vidas de populações inteiras. Os projetos de privatização de vários setores, é claro, fazem parte das agendas neoliberais, com a consagração da racionalidade empresarial ressaltada pelos “reformistas sociais” e alavancada pelas práticas administrativas de setores estatais com a inserção de tecnocratas na política. Entretanto, no cerne de discursos em torno das ideias de “mercado competitivo” e crescimento econômico para o aumento de empregos, a ideia de mais trabalho para a produção de riqueza social tornou-se engodo, quanto mais obsoleto o trabalho se tornou sob as transformações dos meios de produção com a automação (Marcuse, 2015). Na era dos grandes trustes, grupos poderosos tomaram o controle da economia e, por isto, não há mais como falar de economia de mercado, cujo estágio foi propício às análises da teoria marxista (Adorno, 1986, p. 66-7), que, por sua vez, lançaram luz à falsidade dos critérios econômicos liberais há muito tempo abolidos – assim como a ideia de indivíduo relativamente autônomo e racional que lhes deu embasamento (Horkheimer, 1972; Horkheimer, 2015).

E, ainda, deve ser feita uma problematização do ideário neoliberal, colocado como centro de debate, em contraposição à ideologia liberal, que esteve relacionada às estruturas sociais do capitalismo dos séculos XVIII e XIX, tendo em vista a “mentira manifesta” da primeira, em contraposição à racionalidade da segunda, já que essa condizia à fase concorrencial do capitalismo industrial. De acordo com Horkheimer e Adorno (1973), a ideologia se transformou historicamente, tanto em sua função quanto em relação aos conteúdos, perdendo seu elemento de racionalidade no capitalismo tardio. Em outras palavras, o sofrimento que a sociedade – que é irracional – imprime às pessoas hoje, para seus ajustamentos à realidade estabelecida, fortalece a frieza enquanto forma dominante de adaptação, às custas do próprio empobrecimento psíquico para a aceitação ressentida do indivíduo à “mentira manifesta”. Isto, por sua vez, também fortalece o cinismo como forma principal de ajustamento ao conformismo imposto aos indivíduos (a racionalidade cínica), em um mundo no qual os espaços de liberdade têm sido reduzidos, e em que a autoconservação resvala na violência contra o outro, determinada por forças econômicas e sociais que tomaram a dimensão de forças naturais, cada vez mais anônimas. Isto indica que a dominação sob o capitalismo contemporâneo apela para as disposições psíquicas individuais, para que os sujeitos aceitem e defendam as condições opressivas impostas pela organização social, na qual o desenvolvimento e uso de forças tecnológicas voltam-se para interesses privados, recaindo na irracionalidade, e na qual o entrelaçamento entre produção/riqueza e mais opressão, mesmo que transparente, torna-

se ocultada por formas autoritárias de administração da sociedade e dos sujeitos. Isso posto, as novas formas de domínio usam mecanismos de controle que incidem na distorção da percepção individual sobre a dominação econômica vigente, comandada pelos grandes oligopólios (Horkheimer e Adorno, 2006). Também a apologia do trabalho “democratizado” graças à era da digitalização é desmentida, através da eliminação do mercado de trabalho pelas *Big Techs*, concomitante à intensificação de mais horas de trabalho da classe trabalhadora nas plataformas virtuais.

Conforme reiterou Adorno (2021), a adaptação às condições dadas se dá hoje “em nome do realismo” exacerbado, em nome do medo de ameaça de exclusão que tem fundamento objetivo, mas que não deixa de ser percebido pelos próprios sujeitos (Horkheimer; Adorno, 1973), que têm que fazer um grande esforço psíquico para negar a consciência do sofrimento que a sociedade irracionalmente gera e reproduz. E, por isto, a reprodução de palavrórios vazios sobre “capacidades empreendedoras individuais”, aperfeiçoamento de “capital humano”, bem como técnicas de *coaching* nas empresas e escolas para a consolidação da “subjetividade neoliberal” (Safatle, 2020b), reveste-se de irracionalidade, impelindo as pessoas, ao nosso ver, à fúria ressentida que aponta para a não reconciliação completa delas com essa sociedade. A propaganda de governos autoritários que, aludindo aos termos técnicos econômicos de medidas neoliberais, ataca os “gastos sociais” como onerosos ao orçamento público, são o outro lado da moeda, levando as massas ao sentimento de “catástrofe social” em uma sociedade difícil de se habitar (Adorno, 2020b). Neste horizonte, de um capitalismo cada vez mais avançado e expropriador, o rancor gerado nos indivíduos face aos empecilhos sociais para a realização de suas felicidades, em vez de suscitar suas críticas e o reconhecimento de que forças corporativas empresariais estão por trás desta vida injusta e sofrida, acaba sendo invertido em ódio contra as instituições e a cultura. Deste modo, a outra faceta deste problema localiza-se na mobilização, pela extrema-direita radical, do ressentimento social de grupos e pessoas que não se reconhecem na sociedade, insuflando a agressividade proveniente da frustração e transformando-a em material de propaganda política, cujo conteúdo beira a irracionalidade, ao tentar obscurecer as contradições sociais e fontes objetivas do sofrimento, ao atacar as instituições, a cultura, a política, enfim, a própria razão moderna (Feltran, 2020). Os movimentos reacionários têm ganhado protagonismo entre as populações que sentem em seus cotidianos os golpes da

exclusão e da marginalização, alijadas dos valores alavancados pela democracia social formalizada.

Relacionada à ideologia liberal, encontrava-se a afirmação da necessidade de competição entre indivíduos supostamente “livres” – quer por parte de proprietários, entre as suas empresas, na busca por lucros, quer por parte dos trabalhadores na luta pela sobrevivência e ganhos salariais. Logo, a demanda pela força de trabalho pelo contrato para a produção da riqueza social condizia à fase concorrencial do capitalismo industrial, em um período no qual a produção visava atender as necessidades sociais e individuais, ou seja, maior riqueza social e promessa de melhores condições de vida. No ideário liberal, ao menos a coexistência da “liberdade econômica” com a suposta “liberdade política” aparecia nos seus princípios de sociedade e de modelo de indivíduo, ainda que a esfera econômica baseada na divisão entre classes negasse as ideias políticas de liberdade e igualdade entre os sujeitos (Crochick, 2023). Os princípios liberais, mesmo que falsificadores das relações sociais desiguais, portavam elementos políticos que prezavam pelos espaços de emancipação. Diante disto, na fase precedente ao capitalismo monopolista, a filosofia e a economia liberal clássicas sustentavam alguma racionalidade objetiva (a concorrência entre pequenos empresários, assim como o elogio à individualidade burguesa), mesmo que falseadoras da realidade de grande contingente de massas, o que torna muito gritante a *mentira manifesta* das ideias neoliberais, em face de uma época histórica em que pequenos grupos concentradores de poder destroem todas as possibilidades de “competição” entre os sujeitos. Assim como Marcuse (1991) chegou a afirmar, o aparato social atual cada vez mais se “desvencilha dos últimos vestígios de individualidade”, aqueles mesmos pelos quais o todo social do progresso burguês se justificava. A crítica ao neoliberalismo enquanto ideologia teria que avançar expondo seu caráter de irracionalidade nas relações sociais de dominação de hoje. Para melhor explicitarmos nosso raciocínio, transcrevemos o seguinte trecho:

Também seria importante levar em conta como o apoio de setores dos grupos e classes subalternas envolve a identificação com partes da ideologia neoliberal e com as formas do sujeito burguês. Tais considerações podem abrir novas perspectivas de análise e crítica, uma vez que a tomada de valores como empreendedorismo, individualismo, competição, ainda que contraditória, só é possível porque as relações nas quais trabalhadores se encontram e o modo de sua existência como classe mudaram significativamente no Brasil nas últimas décadas (Puzone, 2022, p. 104).

Este trecho é ilustrativo nos seguintes pontos: a ideia recorrente de que massas de trabalhadores têm aderido aos “valores neoliberais” acreditando-se como possíveis sujeitos empreendedores mediante a instabilidade de ofertas de empregos, intensificando a financeirização da vida cotidiana. Trata-se mesmo de internalização de tais valores, compondo aquilo que a literatura tem apontado como “subjetividade neoliberal” (Safatle, 2021), ou a realidade tem tomado uma dimensão tão insuportável, em um tempo em que não há emprego para todos, que restaria aos sujeitos se “forçarem” a acreditar na mentira propagada de mais trabalho para “vencer na vida”? Isto se daria por meio de argumentos racionais e técnicos de que os sujeitos se utilizam para sua adaptação à realidade, às custas da negação de sua percepção e resistência ao que é falsamente produzido, quando já se sabe que o trabalho e a justificativa de mais produção se tornaram anacrônicos. Parcelas da sensibilidade e da inteligência dos sujeitos são sacrificadas em nome da necessidade de se aderir ao que é falso, que não deixa de ser percebido enquanto “mentira manifesta”: uma racionalidade que é irracional e que cobra o empobrecimento psíquico das pessoas para se ajustarem numa sociedade de opulência que, entretanto, gera mais miséria para se perpetuar mais dominação. Só restaria às pessoas na sociedade irracional a adesão a ideias e a agendas políticas contrárias aos seus interesses racionais. Desta forma, citamos Marcuse:

Com certeza, a “ordem objetiva das coisas, é ela mesma o resultado da dominação, mas, não obstante, é verdade que a dominação gera uma racionalidade maior – aquela de uma sociedade que sustenta sua estrutura hierárquica enquanto explora ainda mais eficientemente as fontes naturais e mentais [...]. Os limites desta racionalidade, e de sua força sinistra, aparecem na escravização progressiva do homem por um aparato produtivo que perpetua a luta pela existência (Marcuse, 2015, p. 153).

E, por isto, lançamos mão do conceito de *ideologia da racionalidade tecnológica*, como aquele condizente à sociedade administrada, para a análise das novas formas de dominação sob o capitalismo administrado dos oligopólios. A racionalidade tecnológica – que se tornou difusa – perpassa todas as relações sociais, estabelecendo padrões de julgamento e comportamentos embasados no pensamento operacional, factual e pragmático e que obscurecem a reflexão das contradições sociais, transformando homens em meros instrumentos do aparato (Marcuse, 1999), com a disseminação de formas de julgamento sobre a realidade respaldadas pela ilusão de que “nossa ordem social é

racional”,⁹ de que o progresso e a tecnologia tendem a resolver os “problemas sociais e individuais” (Crochick, 2003). As tarefas que os sujeitos têm que desenvolver para sua adaptação à realidade, além de fornecerem uma falsa ideia de “coesão social” e desenvolvimento material, correspondem aos desígnios dos conglomerados e monopólios, assim instalando uma “mecânica da conformidade”. Isso se estabelece da seguinte forma: da proeminência da razão administrativa na produção transportada para a vida em sociedade e para a vida privativa dos sujeitos; do comportamento conformista nas empresas e sua reprodução no âmbito do lazer, regido sob a mesma lógica administrativa da produção; da erosão de dispositivos democráticos na política institucionalizada para a mobilização e protagonismo de movimentos de massa comandados por forças reacionárias. Essa noção de “racionalidade tecnológica” e sua dimensão ideológica condiz com as características da sociedade totalmente administrada.

O propósito de ressaltar a ideia de *sociedade administrada* se justifica diante das assertivas dispersas que tendem a datar as análises de Adorno, Horkheimer e Marcuse como “obsoletas”, propícias ao momento histórico em que eles viveram, de emergência do nacional-socialismo ao capitalismo do pós-guerra do estado do bem-estar social nos países do centro, período no qual se fortaleceu o planejamento estatal sobre a economia, na segunda metade do século XX. Claro, torna-se importante ressaltar que a primeira geração da teoria crítica não viveu o capitalismo atual e suas transformações no “novo regime de acumulação”, mas isto não impede de retomarmos a crítica materialista contundente encontrada nas análises destes autores sobre o capitalismo, ao fazerem uso da teoria e conceitos visando atingir a raiz da injustiça histórica pela qual os elementos de barbárie inerentes à nossa formação social foram mobilizados.¹⁰

⁹ A este respeito, citamos Chochick (2003, p. 17): “Como essa ideologia substitui a realização de valores humanos, possibilitados pela negação determinada da sociedade existente, pela adaptação à realidade estabelecida, a consciência social reduz-se à consciência individual, e todos os recursos para a sobrevivência são justificados, uma vez que se trata da sobrevivência, fortalecendo-se, dessa maneira, o cinismo e a frieza [...]. A adesão do indivíduo a essas ilusões não se dá da mesma forma que a que ocorria, no século XIX, à ideologia liberal, que continha alguma racionalidade que permitia a crítica à sociedade existente”.

¹⁰ Como já foi alertado a respeito do “contexto histórico” das análises dos autores da teoria crítica da primeira geração, sobre as sociedades do século XX do pós-guerra de países dos grandes centros, do estado do bem-estar social, a noção de “sociedade administrada” não somente diz respeito ao contexto do capitalismo desenvolvimentista. A crítica à sociedade administrada, como veremos, se estenderá à crítica à racionalidade ocidental, a uma crítica à modernidade, pela qual os autores Adorno e Horkheimer investigarão o conceito weberiano de racionalidade em sua redução à hegemonia da “razão instrumental”, “subjativa”, subjacente à cultura industrial contemporânea, em detrimento da razão emancipatória, voltada para a determinação de princípios morais e éticos, tal como postulada pelos filósofos do Esclarecimento. A razão acabou sendo consolidada, em várias instâncias, como mero instrumento a serviço da dominação da natureza, e da dominação dos homens sobre si mesmos.

Assim, tendo em vista as discussões sobre o neoliberalismo calcadas nas falsas noções de estado mínimo e livre concorrência do mercado (cujo projeto econômico se volta para a destruição do Estado do Bem-Estar e suas políticas sociais), estas não ocultariam a existência da sociedade administrada, acusando como falsamente anacrônicas as análises dos frankfurtianos frente à “nova” versão econômica? E, ainda, com a ascensão dos populismos de direita nos últimos anos e manifestações totalitárias instaladas no Brasil, que culminaram nas eleições de 2018, a teoria crítica fornece importantes elementos de análise para os problemas contemporâneos, uma vez que as tendências regressivas da sociedade burguesa permanecem presentes, ainda mais impulsionadas pelos controles exercidos sobre as tecnologias digitais para a difusão em massa de *fake news* e discursos de ódio. Os frankfurtianos apresentaram discussões profícuas a respeito dos avanços destrutivos da exploração econômica e seus efeitos, a partir da análise do desenvolvimento totalitário do progresso que não se voltou para a felicidade humana, confirmando a relevância do pensamento destes autores para temas atuais, principalmente no que tange às tendências antidemocráticas no interior das sociedades formalmente democráticas e demais configurações de indivíduos sujeitos a tais tendências irracionais. Do pensamento deles, então, extraímos os fundamentos da nossa civilização e da racionalidade da dominação que lhes são inerentes e que atingiram seu auge na modernidade burguesa, com o desenvolvimento da técnica sob o controle do capital (Horkheimer e Adorno, 2006).

Somado a isto, a retomada da noção de sociedade administrada e a *teoria dos rockets* oferecem elementos esclarecedores sobre os fatores sociais, culturais e psíquicos da adesão de sujeitos a ideias fascistas que vão contra os seus próprios interesses racionais, lembrando o alerta de Adorno (2020b) acerca da permanência de fatores objetivos e subjetivos favoráveis ao fortalecimento do totalitarismo. A configuração social dominante, com suas estruturas de poder econômico e político, verificadas nas relações de disputas entre os nichos de poder, tem promovido maiores retrocessos sociais e mais opressão, predispondo os sujeitos a desenvolverem formas regressivas de comportamentos, consoante ao desenvolvimento de uma mentalidade que reflete o espírito objetivo da época: o pensamento estereotipado que surge de um pensamento operacional sobre a realidade, e a exigência de adaptação para a garantia da subsistência. Na medida em que o desenvolvimento de forças produtivas e o avanço tecnológico não

trouxeram consigo a minimização da opressão social, mas, pelo contrário, acirraram as condições de aprisionamento e de impotência de todos sob forças econômicas anônimas, caberia pensar os fundamentos disto tendo em vista a irracionalidade da atual estrutura social, recorrendo aos conceitos alçados pela teoria crítica junto à psicanálise, dadas suas características históricas e dinâmicas. Em virtude das exigências do sistema e seus mecanismos de dominação – via indústria cultural, infiltrada nas esferas privadas de vida, interferindo na (de)formação das pessoas, por meio de seus apelos de consumo e formas imperativas de comportamentos –, têm-se acentuado o descompasso e a distância entre o poder de corporações, de um lado, e de outro, a impotência social e política dos indivíduos entregues à miséria, minando suas possibilidades de crítica e anseios por transformação social. Os frankfurtianos já haviam alertado sobre a condição de indivíduos premidos pela lógica da produção social, impotentes frente aos ditames da adaptação à realidade antagonica, em uma organização social que neutralizava, cada vez mais, espaços formativos para a emancipação (Adorno, 2020a).

Nosso propósito foi também o de lançar luz às tendências objetivas vinculadas à lógica da acumulação, que acabam por fortalecer o ressentimento individual, e a determinadas formas de regressão psíquica nos indivíduos, que tentam violentamente (ou desesperadamente) se adaptar à sociedade administrada, por meio da adesão às agendas políticas antidemocráticas, beneficiárias deste sistema e fomentadas por ele. A propensão subjetiva de adesão ao *racket* e aos movimentos totalitários em seus aspectos psicossociais foram ressaltados. Isto se relaciona com a não realização das ideias de justiça e de liberdade propugnadas pelas forças progressistas da sociedade moderna em seus prolongamentos históricos e econômicos que, não obstante, já se anunciavam como mentiras. A mentira da justiça e a fragilidade da democracia da sociedade moderna burguesa geraram rancor naqueles que se tornaram economicamente impotentes e dependentes de uma organização social comandada por poderes anônimos, cujas forças têm se caracterizado pelo controle intenso da vida dos sujeitos desprovidos de autonomia. Assim, a crescente anulação da singularidade e enfraquecimento do indivíduo tem se concretizado no mundo atual.

A noção de mundo administrado e a *teoria dos rackets* se deslocariam, hoje, para a análise do poder e do uso que a plutocracia faz do Estado – quer para atender seus interesses, quer para fazer uso da violência: a realização de uma racionalidade instrumentalizada expandida, cujos mecanismos sociais de gestão da vida, em todos seus

aspectos, estariam sob o poder e administração de grupos dominantes, quais sejam: associações políticas e econômicas, conglomerados de empresas, donos de meios de comunicação e das tecnologia digitais, e organizações religiosas que se valem da força física e da violência subliminar para manter monopólios de vários tipos. Especificamente sobre o termo *racket*, utilizado por Adorno e Horkheimer,¹¹ este foi empregado para designar conglomerados empresariais capitalistas que defendem seus interesses particularistas e ganhos econômicos, para garantir a apropriação de bens e lucros que visam conquistar, em detrimento de interesses diversos e dos direitos sociais logrados pelas lutas de minorias, enfim, da sociedade. Os *rackets* brasileiros (empresários, líderes religiosos, parlamentares com objetivos obscuros, rentistas e latifundiários) passaram a determinar os rumos da sociedade monopolista, disseminando disputas e acordos entre vários grupos; valem-se da participação de partidos políticos financiados e não medem esforços no uso da violência contra aqueles que os têm confrontado.

Ainda lembramos que Adorno e Horkheimer (2006), na década de 40, alertaram para a não necessidade do aumento do tempo de trabalho em face da automação na esfera da produção, com o desenvolvimento tecnológico e da ciência nas sociedades pós-industriais. Contudo, hoje, com a automação do trabalho, as políticas de desindustrialização e aumento dos informais têm exigido mais trabalho para as pessoas. Adorno (2020b), em *Aspectos do novo radicalismo de direita*, havia ressaltado as condições das massas que, sob o capitalismo tardio, tornaram-se dispensáveis do trabalho, contribuindo para o recrudescimento de anseios coletivos pelas ideias da extrema-direita radical, junto ao sentimento difuso de catástrofe na sociedade, tendo em vista a forma de dominação econômica impessoal e anônima que tem imperado nas várias esferas da vida, nas quais as massas ficaram submetidas. Tais condições tornaram-se as fontes de desejos de destruição por parte de vários agrupamentos, cujos vieses foram revertidos em ódio contra as instituições democráticas, em hostilidade contra as “produções do espírito” já que a ideia de democracia e condições mais justas de vida revelaram-se cada vez mais distantes neste mundo esvaziado de sentidos. O mundo atual do trabalho, que é o do trabalho precarizado consequente das medidas de desindustrialização e redução de direitos trabalhistas pelas agendas econômicas de austeridade, em concomitância com o

¹¹ Como veremos mais adiante, os textos e obras em que aparecem as formulações – em forma embrionária e também mais desenvolvida – sobre a teoria dos *rackets* por parte de Horkheimer e Adorno são: *Sobre a sociologia das relações de classe* (Horkheimer, 2021); *Reflexões sobre a teoria de classes* (Adorno, 2020); *Razão e autoconservação* (Horkheimer, 1971); *Dialética do esclarecimento* (Horkheimer e Adorno, 2006); *Minima moralia* (Adorno, 1992).

aumento de trabalhadores informais e de setores de serviços terceirizados (Fraser, 2022), tem desencadeado uma profunda insatisfação nos trabalhadores que se encontram, agora, desamparados pela redução de políticas públicas estatais. Os partidos da nova extrema-direita, por meio de técnicas de manipulação de propagandas fascistas que estão sob o comando dos monopólios de opiniões, atuam neste sentido de fomentar tais desejos (de morte, de destruição) de forma racionalmente administrada com o uso das redes sociais, destilando ideais fascistas a fim de perpetuar a reprodução social e para garantir seus privilégios, incidindo nos anseios de revolta e insatisfação por parte de muitas pessoas socialmente desamparadas. Em nome da “autoconservação”, só lhes restaria participar deste sistema de *rackets*, que criam mecanismos para insuflar o ódio decorrente da frustração, descontando a raiva em grupos específicos, personificados pela propaganda extremista como os sujeitos “perigosos” e responsáveis pela desclassificação social e empobrecimento dos trabalhadores e das camadas médias: os esquerdistas, imigrantes, populações LGBTQIA+, intelectuais, dentre outros, que sinalizam, inclusive, traços de fragilidade e de “desvio” diante das imposições de integração social.

E, enfim, fazendo um recorte para o contexto brasileiro, tomamos como exemplo os movimentos antidemocráticos que têm aparecido no cenário social e político e que se concretizaram com a eleição da extrema-direita em 2018. Em consonância com o avanço da nova direita radical no mundo – as denominadas ondas neofascistas e movimentos neonazistas –, o Brasil, enquanto um país capitalista periférico, transformou-se em um modelo, uma chave de análise para elucidar as tendências imanentes ao desenvolvimento das sociedades nos centros, no que tange não somente à catástrofe social e ecológica, mas para verificar os elementos irracionais mobilizados pelas instâncias de poder com o uso da técnica, as tendências antidemocráticas encontradas nos princípios da economia capitalista. Nas análises de Adorno (2020b, p. 45) sobre as relações entre capitalismo monopolista e totalitarismo, em uma sociedade supostamente democrática “os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram [...]. Em primeiro lugar, penso na tendência dominante de concentração de capital”. Ou seja, as causas do fascismo continuaram intactas no capitalismo atual, que dispõe cada vez mais de forças tecnológicas para seu poder de opressão, terror e domínio. Organizações totalitárias afinadas aos grupos de extrema-direita, que adotam práticas terroristas e fomentam a mentalidade persecutória entre seus membros, têm se apresentado no contexto brasileiro da atual estrutura social, da atual elite burocrática, desprovida de pudor no uso que faz de

fake News e de propagandas fascistas. Em termos psicossociais, remetemos às pessoas que compõem os grupos que realizam atos extremistas e terroristas no Brasil atual.¹² A liberação de impulsos destrutivos desenvolvidos em face das exigências de escassez e frustração geradas por este modelo de sociedade, cujas condições objetivas e forças sociais poderiam superá-las, direciona-se aos grupos alvos de preconceitos, aos considerados “competidores mais fracos”, mais vulneráveis, assim como contra os símbolos que remetem aos valores democráticos e suas instituições. Os objetos e ideias alvos de destruição e de ódio das massas também são fabricados e fomentados pelos mecanismos sociais de controle da subjetividade (Marcuse, 1999, p. 100).

No que tange às relações da elite econômica com as políticas autoritárias e movimentos antidemocráticos, outro fator se assemelha com a teoria dos *rackets*: a lógica da violência, ilegalidade e intolerância contra grupos ou indivíduos que queiram se opor a tal estado de coisas, não se curvando aos mecanismos de poder dos nichos sociais dominantes. O Brasil tende a manifestar as contradições capitalistas “no abismo de sua própria organização social” (Arantes, 2023), confirmando os diagnósticos da teoria crítica acerca das relações entre a racionalidade burguesa e as tendências totalitárias na cultura – as relações entre progresso e barbárie. As ações violentas de paramilitares nas favelas, a política de encarceramento em massa que tem como alvo jovens racializados, o massacre de populações locais (camponeses e indígenas) e de movimentos dos trabalhadores rurais por parte da força policial estatal, são alguns dos exemplos que ilustram as forças de barbárie e as políticas de terror inerentes a um sistema baseado no impulso destruidor e expansionista do lucro, dos magnatas das empresas e dos proprietários de terras aos criadores de plataformas digitais disseminadores de células neonazistas. Mas, com o padrão *racket* disseminado, a fração marginalizada da população passa também a desejar a integração, o que leva à reprodução e perpetuação do estado de coisas – sua adesão aos movimentos totalitários comandados por agentes policiais, líderes religiosos e empresários ultraconservadores em ascensão nas esferas políticas.

Assim, este trabalho se dividiu em três capítulos. No primeiro capítulo, analisamos a trajetória da noção de sociedade administrada na teoria crítica que se inicia nos debates realizados pelos membros do Instituto de Pesquisa Social, nas décadas de 30 e 40,

¹² Citamos os atos terroristas que ocorreram no Brasil após a eleição de 2022, contra a posse do atual presidente, de massas de bolsonaristas invadindo o Congresso. Também não podemos deixar de mencionar o aparecimento de atos extremistas de ataques às escolas nos últimos anos, no Brasil, bem como o aumento de células neonazistas nas redes sociais.

tornando-se uma temática central, de forma não sistematizada e/ou conceitualmente elaborada, nas obras de Adorno, Horkheimer e Marcuse acerca do capitalismo avançado. Essa discussão resultou na análise dos destinos da sociedade moderna burguesa em seus projetos civilizatórios calcados no princípio de uma razão ordenadora para maior otimização do progresso que, não obstante, recaiu na barbárie. Para isso, também discutimos outras noções da teoria crítica que se articularam à ideia de sociedade administrada: a racionalidade tecnológica e a teoria dos *rackets*.

Já no segundo capítulo, apresentamos as temáticas do antissemitismo, do preconceito e da personalidade fascista, que perpassaram o pensamento e pesquisas dos frankfurtianos da primeira geração. Esses problemas, também verificados empiricamente pelas pesquisas de Adorno e Horkheimer, e articulados à crítica da sociedade administrada do capitalismo monopolista, apontaram para os elementos regressivos inerentes à nossa cultura, para leis objetivas da totalidade socioeconômica que têm incidido sobre a constituição psíquica dos indivíduos. A psicologia de sujeitos autoritários e antidemocráticos estudados por Adorno (2019) na obra *A personalidade autoritária*, tendo em vista a primazia de determinações sociais sobre a psíquica para explicar o fascismo e o totalitarismo, é o *locus* pelo qual as tendências totalitárias da cultura se sustentam. Mostramos, assim, a atualidade desses estudos para a análise da barbárie no mundo contemporâneo do capitalismo mundializado.

Por último, no terceiro capítulo, discutimos alguns aspectos psicossociais e políticos da nova direita no Brasil que se deram no contexto de recrudescimento de movimentos totalitários na nova fase de acumulação capitalista, confirmando o diagnóstico dos frankfurtianos acerca dos entrelaçamentos entre civilização e barbárie, entre sociedades administradas, tendências totalitárias e organização de *rackets*.

1. Mundo administrado: das relações entre o capitalismo e o fascismo, o entrelaçamento entre razão e dominação

Embora não encontremos uma acepção conceitual precisa de “sociedade administrada” ou “mundo administrado” nas obras de Horkheimer, Adorno e Marcuse, esses termos encontram-se dispersos ao longo de seus escritos, especificamente, entre os anos de 1940 e 1960, protagonizando a análise de temas diversos relacionados ao conjunto de discussões das transformações estruturais do capitalismo em seus efeitos danosos sobre a vida em geral e o *ethos social*. Os frankfurtianos tematizaram sobre as novas instâncias de poder que desenvolveram dispositivos técnicos-econômicos para coordenar e comandar a sociedade como um todo, cujos elementos e processos começaram a ser por eles delineados nas primeiras décadas do século XX, durante as crises econômicas e políticas no leste e oeste europeus. Em meio à catástrofe produzida no período entreguerras, estes autores se dedicaram para elucidar os fundamentos históricos e objetivos do sofrimento humano. Tais modos de sofrimento foram paradoxalmente suscitados pelo desenvolvimento tecnológico obtidos pelas descobertas intelectuais e materiais da modernidade, atentos aos fatores relacionados à derrocada de forças políticas e culturais contestatórias sob a maior integração de indivíduos à sociedade capitalista, tendo em vista os partidos de massa que acabaram por “sucumbir ao espírito da administração” (Horkheimer, 1972, p.100), bem como o crescimento de movimentos coletivistas extremistas, fomentados por tais técnicas de domínio.

Com o desenrolar do capitalismo, a racionalidade instrumental e a técnica, inerentes ao desenvolvimento da ciência administrativa – esta voltada para a organização da produção de bens materiais nas indústrias, tal como Max Weber a descreveu (Adorno, 2020b; Horkheimer, 2015a; Marcuse, 1998a) –¹³, tiveram tal grau de expansão que

¹³ Adorno (2020c), no texto *Cultura e administração*, recorre a Max Weber em sua concepção de racionalidade, que atingiu seu auge com o desenvolvimento das organizações administrativas de produção industrial, apontando que nesta concepção weberiana já estava inscrita a ideia de “racionalidade administrativa”, com sua tendência à expansão quantitativa e qualitativa, por meio da burocratização de várias instituições da sociedade, afetando os setores da cultura e da educação: “A questão da competência da burocracia, que Weber endereçava à economia, acabou se expandindo, assim como a administração, até englobar toda a sociedade” (Adorno, 2020b, p. 127). Também mencionamos Marcuse (1998a) e seu ensaio *Industrialismo e capitalismo na obra de Max Weber*, no qual expõe os nexos entre capitalismo, racionalidade burguesa e dominação na obra de Max Weber: ali os elementos de desumanização e irracionalidade já estavam embutidos no modelo de racionalidade formal, cuja expressão se materializou na organização industrial de produção fundamentada na racionalidade técnico-científica quantificadora. Diz o autor que “a análise do capitalismo de Max Weber não foi suficientemente neutra no que se refere aos valores, na medida em que introduziu os valores específicos do capitalismo nas definições ‘puras’ da racionalidade formal. Assim se desenvolveu a contradição entre racionalidade formal e material, cujo

ultrapassaram o campo da produção industrial, levando os autores a investigar a natureza das relações entre o capital e a tecnocracia e, assim, entre os regimes totalitários, a tecnocracia e os oligopólios econômicos com seus impactos nefastos na vida social e na subjetividade.¹⁴ A natureza de tais relações e as características inerentes à razão administrativa tornaram-se objeto de indagações, pois apontavam para uma estrutura de dominação que continha em si tendências altamente destrutivas e irracionais para a humanidade, contrariando os anseios por uma sociedade livre das necessidades impostas pela “natureza” e pelos poderes intransigentes do passado. Com tais condições dadas pela sociedade estabelecida, também as formas de sociabilidade entre os sujeitos decorrentes dessas transformações estruturais forneceram dados para o diagnóstico do tempo presente os quais os autores se propuseram a discutir, assim buscando as raízes históricas da dominação social por meio de outros arcabouços teóricos, para além das análises marxistas clássicas (Puzone, 2016). No cerne destas elaborações, foi necessário convocar outros campos de saber, tais como Economia, História, Psicologia, Psicanálise, articulados à proposta de uma Filosofia Social para um projeto de uma teoria crítica da sociedade, a fim de se esclarecer as forças regressivas que se faziam proeminentes em tal tempo histórico, tendo também como objeto de crítica a própria produção científica que criou a sociedade dominante (Horkheimer, 1980).

Fazemos menção ao ensaio inaugural de Horkheimer, de 1937, *Teoria tradicional e teoria crítica*, em que ele apresentou o projeto do Instituto de Pesquisa Social – do qual era diretor –, designando a teoria crítica da sociedade, em confronto com a “teoria tradicional”, para uma crítica às tendências sociais dominantes, inclusive presentes nas “ponderações mais abstratas, lógicas e econômicas” de uma ciência desenvolvida acriticamente, em articulação com as forças produtivas para a reprodução social (Horkheimer, 1980, p.157). Além de fazer uma crítica epistemológica, traçando o percurso da filosofia burguesa e do advento das ciências naturais em suas implicações para o conhecimento e para a organização de uma sociedade industrial desigual e injusta, Horkheimer iniciou uma análise do capitalismo em suas mudanças estruturais, ressaltando que a teoria crítica deve se debruçar sobre a sociedade atual, trazendo à tona

reverso é a neutralidade da razão técnica em face de todos os valores materiais exteriores a ela” (Marcuse, 1998, p. 132). Daí que Marcuse acrescenta que “razão técnica ela mesma é dominação”.

¹⁴ Diz Marcuse em seu ensaio de 1941, *Algumas implicações sociais de tecnologia moderna*: “O Terceiro Reich, é na verdade, uma forma de ‘tecnocracia’: as considerações técnicas da eficiência e da racionalidade imperialistas superam os padrões tradicionais do lucro e do bem-estar” (Marcuse, 1999, p.74).

a reflexão sobre o “caráter histórico do objeto percebido e do caráter histórico do órgão que percebe”, do sujeito do conhecimento (Horkheimer, 1980, p. 125). Ou seja, tornou-se central nos projetos do Instituto fazer a reflexão dentro das ciências e no interior da filosofia ocidental moderna, para estabelecer as conexões entre as “atividades científicas e processo social de trabalho” com o desenvolvimento do capitalismo. A partir disso, foram inauguradas as críticas posteriores dos autores, direcionadas às tendências do capitalismo altamente industrializado que determinaram o declínio da vida social e da subjetividade moderna com os avanços da nova organização social.

Com a emergência do nazifascismo e suas políticas de horror custeadas pelos grandes industriais e capitalistas, os autores se voltaram para a análise das insustentáveis contradições gestadas pelas relações sociais de dominação do período liberal, tendo como objetivo elucidar a continuidade de traços fundamentais da sociabilidade e racionalidade burguesas, desde tempos mais longínquos, até a sua redução à racionalidade instrumental proeminente nas relações sociais do capitalismo pós-liberal, da economia monopolista. Tal cenário apresentava que a expansão do capital se efetivava por meio da concomitante reificação das relações sociais em todas as instâncias, inclusive a própria reificação do pensamento e consciência dos indivíduos (Horkheimer, 1971; Horkheimer, 1972; Horkheimer, 2015a; Horkheimer e Adorno, 2006; Marcuse, 2015). Os antagonismos sociais do período precedente se desdobraram e resultaram nas formas de dominação direta e administrada de organização social do capitalismo pós-liberal projetadas pelas elites dominantes, donas dos poderes econômicos e políticos, a fim de promover o silenciamento e enfraquecimento de “conflitos” e tensões sociais entre forças divergentes, para que seus poderes não pudessem ser questionados. Deste modo, o nazifascismo, tanto quanto a esquerda terrorista, revelaram ser a verdade subjacente das tendências do capitalismo em ascensão, em vista dos desdobramentos sociais, históricos e epistemológicos da modernidade, em suas contradições e insuficiências com relação aos seus projetos de busca de melhores condições de vida para a humanidade e possibilidades de conquista da autonomia e desenvolvimento individual. O fascismo e toda sua estrutura de poder foi então entendido como “a verdade da sociedade moderna”, tal como chegara a afirmar Horkheimer (2012, p. 4): “quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo”; e Adorno (2020, p. 261): “A fase mais recente da sociedade de classes está dominada pelos monopólios; ela impele ao fascismo, à forma de organização política digna dela”; e, por fim, também Marcuse: “o fascismo é a organização terrorista das

contradições capitalistas” (Marcuse, 1973, p. 38). Adorno, Horkheimer e Marcuse buscaram entender os fundamentos do avanço despótico e concentrador do capital que desenvolveram formas mais abstratas de poder econômico e mecanismos de controle mais eficazes sobre os indivíduos – transformados em meros “instrumentos” do aparato produtivo (a mutilação dos sujeitos nas massas e suas adesões às condições de vida opressivas) –, verificados não somente nos regimes totalitários, mas, principalmente, nas sociedades formalmente democráticas. Essas últimas não dispensaram ou superaram a administração fascista da sociedade, ao continuarem mantendo as condições objetivas favoráveis ao enriquecimento de pequenos grupos que detêm o poder, cujos benefícios advêm da continuidade da exploração violenta sobre aqueles despossuídos de poder econômico, ressaltado o encobrimento da exploração pelo padrão de vida crescente oferecido às massas pelos aparatos tecnológicos de produção das sociedades administradas. Como bem disse Marcuse (2015, p. 42) acerca das formas de controle dos sujeitos e de destruição (ou neutralização) das oposições políticas e culturais contra o *status quo*: “A esse respeito, parece fazer pouca diferença se a crescente satisfação das necessidades é realizada por um sistema autoritário ou não”.

Visto assim, em termos históricos, as mudanças do capitalismo após a Primeira Guerra propiciaram o terreno profícuo para o desenvolvimento de debates entre os autores do Instituto de Pesquisa Social, sob a direção de Horkheimer, no final da década de 30 (Wiggershaus, 2002), para entenderem as bases que levaram à regressão social em face dos ideais universais que a modernidade se propôs a realizar, pertinentes às promessas de emancipação e liberdade para os homens. Grupos de intelectuais das mais diversas áreas, não somente da filosofia, propuseram-se a investigar as mudanças que ocorriam naquele contexto,¹⁵ no qual forças regressivas se instalavam nas esferas políticas e sociais, em contradição aos avanços técnicos que geraram maior produção de riquezas, supostamente para atender às necessidades individuais e coletivas. Dessa forma, os debates que se

¹⁵ Destacamos os debates promovidos pelo Instituto de Pesquisa Social, em Columbia, acerca da natureza do nazismo, e o tão citado embate de ideias no interior do Instituto entre as teses de Pollock, sobre o “Capitalismo de Estado”, e as de Neumann, a respeito da prevalência da economia monopolista e o caráter capitalista do nazifascismo. Encontramos a discussão sobre este debate de forma mais pormenorizada em Regatieri (2019) e Puzone (2016). Tais autores citados vão demonstrar que, a despeito das leituras polarizadas entre Neumann e Pollock, e as influências do segundo sobre os trabalhos de Adorno e Horkheimer, estes dois últimos formularão uma melhor concepção sobre o capitalismo tardio, assim mantendo a dimensão conflitiva e dinâmica de suas forças sociais, na contramão das teses sobre o capitalismo estatal. Assim, irão elaborar a concepção de “sociedade administrada” sob a monopolização do capital com suas disputas internas, e o seu par conceptual, “teoria dos *rackets*”. As obras de Jay (2008) e de Wiggershaus (2002) fornecem mais dados e elementos sobre a história do Instituto.

produziram no seio do Instituto acerca dos antagonismos da nova fase do capitalismo antecederam e influenciaram as obras da fase madura de Horkheimer e Adorno e, de forma distinta, de Marcuse, iniciando, então, a marcha que viria a culminar nos termos “sociedade administrada” e/ou “sociedade unidimensional”. Junto às elaborações dessas terminologias, as modificações históricas dos modos de produção e de forças produtivas, com o estabelecimento de novas classes dominantes – a tecnoburocracia dirigente das indústrias, e as camarilhas de dirigentes econômicos e políticos –, também foram discutidas em termos de suas incidências na sociedade como um todo. As mudanças estruturais nas relações de produção e o aperfeiçoamento da racionalização para melhor produção de bens materiais e simbólicos propiciaram um modo mais intensificado e elevado de competição entre os conglomerados industriais, os trustes, que tinham em seu domínio as forças do capital, que, por sua vez, lhes possibilitaram a elaboração consciente de ideologia para o controle intensivo e totalitário das massas. Na economia monopolista dos países totalitários, os conflitos nacionais e internacionais de cliques dirigentes comandavam a economia, a sociedade e as vidas dos indivíduos, transformando-os em “puras funções dos mecanismos econômicos”. Assim, diz Horkheimer no texto inaugural sobre o projeto histórico-filosófico da teoria crítica, para a compreensão profunda das transformações estruturais da sociedade burguesa:

Com a redução do número dos que são efetivamente poderosos aumenta a possibilidade da elaboração consciente de ideologia e do estabelecimento de uma dupla verdade, onde o saber é reservado aos *insiders* e a interpretação deixada ao povo, e se espalha o cinismo contra toda a verdade e todo o pensamento. No fim deste processo perdura uma sociedade não mais dominada por proprietários independentes, mas por camarilhas de dirigentes industriais e políticos (Horkheimer, 1980, p. 150).

Nesse sentido, a economia e vida social passaram a ser administradas pelos tecnocratas – as novas classes dominantes –, para atender os interesses dos monopólios, diferentemente do período anterior, baseado na iniciativa privada de pequenos empresários, que tinham como base a competição no mercado, e na qual a produção era racionalmente justificada para acabar com a “escassez” e produzir riqueza sob a vigência do “livre contrato” (Horkheimer, 1972). Os proprietários e demais classes de trabalhadores se viram cada vez mais impotentes sob o domínio de diretores e suas equipes, que também passaram a interferir tanto no funcionamento do aparato jurídico e político quanto na produção de ideologia. Essa, não obstante, tomaria uma dimensão muito mais asfixiante no interior da vida cotidiana dos sujeitos. Os critérios econômicos

do liberalismo – a ideia de livre mercado e livre concorrência –, foram massivamente eliminados pelo nacional-socialismo, assim como em outras facetas do tardo-capitalismo (Horkheimer, 2012).

Sob a concentração econômica dos monopólios, a penúria e as necessidades foram perpetuadas pela nova organização social, para fins de geração de mais-valor e aprisionamento dos indivíduos às novas relações de produção, nas quais tampouco a riqueza foi distribuída e nem o tempo e a necessidade de trabalho humano diminuíram, contradizendo e anulando os ideários políticos liberais-democráticos de progresso outrora preservados nas instâncias políticas e filosóficas defendidas por uma parte da burguesia ilustrada (Horkheimer, 2012; Horkheimer, 2015a; Marcuse, 1999). As transformações da burguesia sob as forças políticas do nazifascismo, aliadas aos interesses das grandes indústrias, e a absorção de trabalhadores, desempregados e “desocupados” pelos mecanismos técnicos e sociais mais opressivos de dominação (a arregimentação das massas para o partido nacional-socialista), mostraram ser a verdade mais profunda dos aspectos inerentes ao capital, apontando para aquilo que Horkheimer (2012) disse acerca da razão burguesa em sua faceta mais evidente: aquela mostrada pela organização fascista. Nas suas formas de acumulação de capital, o nazifascismo se baseou na violência invisível do mais-valor e da razão do cálculo, na qual a racionalidade administrativa da produção industrial, a partir de formas de gestão e operacionalização do novo sistema econômico e social, se entrelaçou com os mecanismos mais destrutivos e desumanos de controle dos sujeitos, tendo em vista um modelo totalitário de poder – tal como o genocídio administrado e tecnicamente produzido nos campos de concentração nas suas “fábricas de morte”. Também a esse respeito, Catalani (2020, p. 19) afirma que “a persistência da lógica da acumulação de valor na Alemanha nazista não ocorria sob uma economia estatizada, visto que setores significativos dos meios de produção permaneceram sob controle privado”. Ou seja, o poder motivante de lucro pelos monopólios, como as iniciativas privadas de grandes industriais, cujas prosperidades econômicas se deram por causa de seus vínculos com o poder paralelo das milícias estatais – a “gangsterização” da economia –, compôs o cenário estrutural que propiciou as políticas nazifascistas e o financiamento de campos de trabalho escravo, além de seus projetos genocidas, ou seja, sua “necropolítica”.¹⁶

¹⁶ Horkheimer (2012), no texto *Os judeus e a Europa*, ao ressaltar o princípio capitalista do qual surge o fascismo, cita as grandes indústrias de química e aço (Krupp e Thyssen) cuja alta tecnologia não só produziu

Conforme Horkheimer (2012; 2015a) asseverou, não se tratava mais no capitalismo monopolista de proprietários capitalistas condizentes aos empresários e aos proprietários jurídicos dos meios de produção, nas suas lutas pela concorrência da fase liberal, mas sim da alta burguesia de burocratas industriais – os diretores das indústrias, técnicos administrativos e os acionistas – que substituíram os proprietários legais. Neste sentido, a nova elite passou a determinar os rumos da sociedade e da política para a reprodução social desigual e violenta, por meio de um aparato de poder constituído, fazendo uso do terror e de técnicas propagandísticas de manipulação, tanto quanto de programas de governo afinados com um modelo de sociedade prenhe de ideários fascistas, a fim de expansão de lucro. Como afirmou Horkheimer (1971, p. 144), “simplesmente [a razão] tem sido reduzida à sua significação instrumental de maneira mais radical do que nunca”, pois repousa na adequação otimizada entre meios e fins, fundamentada no “pensamento como função economizadora de trabalho” (p. 145), dentro de um processo de uniformização de procedimentos para o aumento eficaz da produção compactuada com fins irracionais, independentemente dos interesses da sociedade como um todo, dentre os quais citamos: a produção industrial armamentista para a guerra; o uso da propaganda terrorista para incutir medo coletivo; e demais formas de intervenção e controle sobre a vida cotidiana dos indivíduos (Horkheimer, 1971; 2012; 2015).

Com a consolidação da economia dos monopólios sob a formação de conglomerados empresariais, que começaram a minar as ações dos pequenos proprietários, algumas funções do Estado burguês dos direitos constitucionais passaram a ser transfiguradas para atender econômica e politicamente as novas elites burocráticas que se formavam, os magnatas das indústrias (Horkheimer, 1972), perdendo o Estado moderno seu caráter de mediação com a abolição das leis sobre a “igualdade universal”. No capitalismo monopolista com feições totalitárias, as funções da burguesia liberal e dos sindicatos de trabalhadores passaram a ser exercidas e gerenciadas pelas corporações industriais e pelo Estado autoritário (Horkheimer, 1972), tanto nas versões nazifascista e stalinista, como na versão da democracia das massas. Sob tais impactos econômicos, na formação de grandes trustes, a partir da “falência” dos projetos progressistas das revoluções burguesas e da guinada da economia liberal para os objetivos de maior

a indústria bélica e o desenvolvimento automobilístico na Alemanha de Hitler, assim obtendo ganhos e lucros pela exploração do trabalho, como contribuiu para sua necropolítica. Citamos a construção do parque industrial do IG Farben, maior empresa química mundial, nas proximidades do campo de Auschwitz, que explorou o trabalho de mais de 20.000 prisioneiros, além de utilizá-los como cobaias para seus experimentos. Ver em: <https://www.dw.com/pt-br/1950-aliados-dissolvem-poderoso-conglomerado>.

concentração de poder de grupos mais restritos, as elites acabaram por apoiar os partidos mais conservadores para atender seus interesses, em conluio com as políticas nazifascistas, assim mantendo os indivíduos em suas necessidades psíquicas e materiais sob gerenciamento, bem como a produção (e reprodução) da miséria social pela fixidez das desigualdades extremas – as relações de classe levadas ao máximo com a distância estabelecida entre a formação de oligopólios e as massas entregues à sobrevivência. Deste modo, o nazifascismo lançou luz aos pressupostos e fundamentos da sociedade moderna burguesa, que a teoria da economia política havia desvelado desde o princípio, pois ele “fija las diferencias extremas que la ley del valor finalmente produjo” (Horkheimer, 2012, p.4), ao escancarar a ordem burguesa a partir da eliminação de suas mediações. O segredo contido na falsa universalidade do programa liberal burguês foi revelado na fase monopolista e abertamente exposto pelo modelo fascista de sociedade. Isto significa que a competição fomentada pela época liberal mudou de feição, com a economia dos monopólios, ao tomar uma dimensão mais elevada, agressiva e concentradora por parte das corporações industriais, cujos pressupostos surgiram das iniciativas de empresários autônomos que, por sua vez, entraram em declínio (Horkheimer, 1972; Horkheimer, 2012; Horkheimer e Adorno, 2006). Nas palavras de Horkheimer: “La burguesia misma está diezmada, la mayoría de los ciudadanos han perdido su independencia; cuando no caen en el proletariado o mejor aún en la masa de los desempleados, caen en la dependencia de los grandes trusts o del Estado” (Horkheimer, 1972, p. 97).

Cabe ressaltar que os delineamentos iniciais da noção de *sociedade administrada* pelos autores da teoria crítica estiveram associados ao projeto de resignificação das categorias marxistas em tensão com outros campos de conhecimento, detendo-se sobre a questão da “nova fase do capitalismo” e os problemas graves decorrentes do processo. O cenário histórico propiciou a análise das sociedades sob os monopólios com a abolição do capitalismo liberal-concorrencial, cujos ideários portavam, mesmo que somente no plano de ideias, a noção de liberdade e justiça no campo político, enquanto suas tendências econômicas (concentração e lucro) tomaram uma dimensão maior na era da monopolização do capital (Horkheimer, 2012; Horkheimer, 2021; Adorno, 1996; Adorno, 2015). Ou seja, segundo os autores da teoria crítica, as categorias econômicas da economia política seguiram tendo validade no período monopolista, mas só nas suas consequências finais: *o fim da economia política*, tendo em vista que nas categorias econômicas já estavam colocados o declínio do mercado livre e concorrencial pelas

tendências do próprio regime capitalista (Horkheimer, 2012). Vale lembrar que, numa dimensão mais filosófica, estendida à crítica da história humana, a atualização da teoria de Marx também se deu para entender que a pré-história da humanidade não foi superada, ao se compreender que o capitalismo atual – a forma mais recente de injustiça – foi resultado de um processo contínuo de dominação dos homens sobre os homens, em suas relações com a natureza a ser explorada e dominada (Horkheimer e Adorno, 2006; Adorno, 2020a; Marcuse, 2015). Assim, Adorno (2020a, p. 260) diz que “na medida em que a crítica da economia política indica a necessidade histórica que trouxe o capitalismo ao seu desdobramento, ela se torna a crítica de toda a história”, posto que revela a “imutabilidade da classe capitalista” que se relaciona aos seus antepassados, a partir dos quais derivou seus privilégios.

Enfim, a lógica inerente aos modelos de governos totalitários, voltada para a maximização do controle da totalidade social (principalmente sob a ameaça do terror e da força física), tendo como financiadores os grandes industriais beneficiários do Estado terrorista, foi um tema bastante debatido no interior do Instituto de Pesquisa Social nas décadas de 30 e 40 (Regatieri, 2019). Resultante disso, testemunhamos a gênese de noções sociológicas, filosóficas e psicológicas correspondentes ao funcionamento do capitalismo pós-liberal, indicadas pelos autores no período entreguerras, cujos impactos tiveram melhor desenvolvimento posteriormente nas suas produções teóricas e pesquisas empíricas, para a elucidação das forças de violência e barbárie enraizadas na nossa cultura. Dentre essas noções, destacamos a de *rackets* (a teoria dos *rackets*) e a do indivíduo com *potencial fascista* em sua dimensão antropológica e psicossocial. Só para ilustrar, citamos a pesquisa empírica *Estudos sobre autoridade e família*, de 1936, coordenada por Horkheimer, com as participações de Fromm, nas análises psicossociais com base nas articulações entre a psicanálise e a teoria social – para evidenciar o elo entre disposições psíquicas e inclinações políticas –, e de Marcuse, na discussão filosófica sobre a noção de “autoridade”. Alguns dos pressupostos psicológicos que embasaram a pesquisa *Estudos sobre autoridade e família* foram os mesmos utilizados por Adorno posteriormente nas interpretações e análises demonstradas na obra *A personalidade autoritária: estudos sobre o preconceito*, publicado em 1950 (Jay, 2008). Essa pesquisa empírica buscou elucidar as possibilidades de políticas e tendências nazifascistas em um país democrático, tendo em vista as modificações antropológicas que apontavam para o “potencial fascista”, o “tipo autoritário” e o “indivíduo antidemocrático” como

decorrentes da formação hegemônica de indivíduos sob as condições socioeconômicas do capitalismo administrado (Adorno, 2019). O totalitarismo, como bem asseverou Marcuse (2015) décadas depois, não está estritamente relacionado ao Estado terrorista de um sistema autoritário, mas, para além de uma forma de governo, está atrelado a um sistema específico de produção e distribuição que usa ao máximo o seu potencial tecnológico para melhor dominar os homens e a natureza. Ou seja, o totalitarismo é uma tendência presente nas sociedades capitalistas avançadas que opera por meio de manipulação das necessidades dos sujeitos (falsas necessidades criadas) para atender “interesses escusos” (Marcuse, 2015, p.42). As reflexões sobre a natureza do fascismo e seus vínculos com o capital também foram além dos estudos sociológicos, econômicos e psicossociais do problema, chegando a marcar sua presença (a experiência histórica do fascismo que desvela a “verdade da razão moderna”) nos conceitos elaborados pelos autores para darem conta de várias temáticas relacionadas à epistemologia, estética, educação, cultura, religião.¹⁷

Com relação à teoria dos *rackets*, essa toma a dimensão de uma teoria das classes ressignificada e ampliada, tendo em conta as características estruturais do capitalismo pós-liberal, nas quais as classes dominantes desenvolveram formas mais violentas e sofisticadas de opressão, a fim de assegurar seus negócios ilícitos (Horkheimer, 2021). As características de ilegalidade e de maximização da razão instrumental aparecem na ideia de *rackets*, cuja lógica e padrão se estendem para os demais grupos sociais que tentam se apossar dos despojos do capital. Isso tudo compõe o próprio funcionamento dos conglomerados econômicos que passam a comandar a sociedade, junto ao estabelecimento de um Estado paralelo que, em detrimento de leis universais e sociais, também passa a ser o fiador da prosperidade econômica dos trustes no estabelecimento de leis próprias e particularistas.

Também os mecanismos sociais de dominação que se solidificaram nas sociedades atuais encontram-se ligados ao aumento do nível de vida das massas e de seu consumo de bens supérfluos. Esses mecanismos estão relacionados com os processos de industrialização de bens culturais e com os monopólios da publicidade e da comunicação

¹⁷ Citando Catalani (2020, p. 13): “De todo modo, não seria um exagero dizer que, em toda a obra de Adorno, de *Minima moralia* a *Dialética negativa* e passando por *Teoria estética*, não há um pensamento, um conceito sequer que não tenha a marca da experiência histórica do fascismo”. Acrescentamos que o mesmo se dá com a ideia de *mundo administrado*, visto que ambos (fascismo e sociedade administrada) acabam por se articular e transitar pela crítica da razão dominante e identitária, da racionalidade formal e instrumental.

(Marcuse, 2015; Horkheimer e Adorno, 2006), que, apesar de propagandear uma suposta “liberdade”, negam insistentemente condições mais justas de vida, que já poderiam se efetivar no presente. Os frankfurtianos deixaram um terreno fecundo de estudos e noções que também são relevantes para o entendimento do capitalismo do século XXI, cujos aspectos se firmaram no desenrolar da história enquanto modelos de organização social (desumana) que têm se fixado e se apresentado como “inexoráveis” e irreversíveis. Vale então notar que o momento atual de expansão do capitalismo mundial acaba por confirmar e efetivar a realização de um mundo administrado apresentado e problematizado pelos autores, quando se constata a reatualização de modelos de dominação cada vez mais abstratos e onipresentes na sociedade, culminando numa organização social irracional cada vez mais distante da realização de uma vida digna. Tais condições não deixam de evocar as teses sobre os elementos regressivos presentes na nossa cultura, com seus “objetivos positivados de progresso”, que se realizam sob o preço da danificação da vida e maior impotência social dos sujeitos, premidos pela luta pela sobrevivência nas atuais relações sociais que se baseiam na maior concentração de renda. Não há dúvidas, conforme afirmou Marcuse (Habermas et al., 2018) numa entrevista nos anos 70, que as democracias burguesas sejam melhores que os governos fascistas, entretanto, elas não anulam o fato de que, sob o domínio do grande capital, tendências autoritárias e de “estabilização” do sistema econômico continuam vigendo, como exemplo vemos que nas sociedades pluralistas a “arbitrariedade da polícia”, a concentração de poder e a violência também têm se feito presentes. Não obstante, tais condições sociais tornaram-se obscurecidas pelo véu tecnológico produzido pela sociedade organizada e “racional” que tende a vender a ilusão de “liberdade” e satisfação das necessidades individuais (Marcuse, 2015).

Os esforços de Adorno e Horkheimer (2006) sobre uma teoria crítica da sociedade resultaram na análise da dialética da razão ocidental que atingiu seu auge no capitalismo tardio, fazendo com que eles se voltassem para uma crítica ampliada sobre os aspectos antropológicos permeados pelos desdobramentos da dominação histórica dos homens sobre a natureza e entre os homens, expressas nas diversas formas sociais e históricas (Horkheimer e Adorno, 2006; Adorno, 2020). Dentro deste trajeto analisado, a dominação unívoca da natureza culminou nos modos mais agressivos e regressivos de domínio total instalados nas sociedades contemporâneas, sob o jugo de uma razão dominadora, que se estabeleceu como hegemônica, e sob o auspício da ciência oficial ordenadora, incidindo

nas relações de violência e de opressão dos sujeitos contra eles mesmos e contra seus pares. O ápice desta lógica de dominação, segundo Adorno e Horkheimer (2006), encontrou seu modelo no funcionamento das sociedades administradas, pelos quais os processos de socialização cada vez mais agressivos e claustrofóbicos têm se ampliado, com o desenvolvimento de poderes anônimos e abstratos sob forças tecnológicas. A condição dos indivíduos, para os autores, pouco difere se diz respeito ao capitalismo das sociedades nazifascistas ou das “democracias”. Desta forma, citamos o longo trecho:

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da reificação. Mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 14).

Na correspondência ao enorme desenvolvimento das forças produtivas e às novas possibilidades de obtenção de lucro a partir da capitalização de bens não materiais, sob o incremento do controle administrativo do campo de produção simbólica (a mercadoria cultural), as possibilidades de controle intensivo sobre os sujeitos têm se efetivado pelo aumento da produção de mercadorias de bens de consumo e de serviços (Marcuse, 1972), servindo de justificativas para o aumento da exploração e manutenção da necessidade de trabalho, quando este tornou-se anacrônico nas sociedades tardo-capitalistas (Adorno, 1986), levando em conta a automação. Consoante aos diagnósticos de Adorno e Horkheimer, também Marcuse – retomando seus conceitos-chave desenvolvidos na década de 40, no Instituto, e na esteira da crítica da razão realizada pelos dois autores, Adorno e Horkheimer –, vai estender suas análises para as sociedades de abundância dos anos áureos do estado do bem-estar social da segunda metade do século XX. Estamos nos referindo aos dois artigos publicados por Marcuse na Revista do Instituto: *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, de 1941, e *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo*, de 1942. Nestes escritos, Marcuse começa a elaborar aquilo que veio a culminar na noção de *ideologia da racionalidade tecnológica*, para suas análises das

sociedades contemporâneas, também designadas como “sociedades industriais avançadas”, “capitalismo avançado”, “sociedades unidimensionais”. As possibilidades de superação e crítica ao sistema social que se consolidavam no período fordista, quer pela oposição por parte do indivíduo, quer pela oposição por parte de grupos politicamente engajados contra a opressão do capital, foram minadas e enfraquecidas na medida em que a sociedade avançou nas suas possibilidades de mais exploração violenta da natureza e dos homens, e de formas de controle social da subjetividade, transformando os sujeitos em “serviçais” voluntários do sistema sob a instalação de uma “mecânica da submissão” (Marcuse, 2015).

Com relação à lógica totalizante do capital, que instigou o modelo de razão administrativa a adentrar nos diversos campos de vida outrora resistentes a tal lógica (arte, cultura, educação, religião), Adorno e Horkheimer (2006) analisaram a universalização das relações de troca e da lógica dos equivalentes no interior das relações humanas, pelas quais todos os objetos – as pessoas, a natureza e o “espírito” – ficaram subsumidos à abstração do valor de troca, pressionados pela violência impessoal do valor. A respeito das sociedades avançadas, nas quais se acentuaram as disputas internas entre a cúpula dos donos do poder econômico e entre as classes *ad nauseam*, apesar da aparência de “harmonia” e opulência, diz Adorno que:

Entendida como mera forma de dominação, a tendência imanente à expansão e independência da administração não explica por completo por que os aparatos administrativos, no sentido mais antigo da palavra, transformaram-se nos aparatos do mundo administrado, adentrando áreas até então não administradas. Responsável por isto talvez seja a expansão das relações de troca sobre a totalidade da vida, com a crescente monopolização. Nesse sentido, pensar por equivalência produz, por si só, um dos princípios afins à racionalidade administrativa, na medida em que assim se estabelece a comensurabilidade de todos os objetos, sua subsunção à regra abstrata’. (Adorno, 2020, p. 245).

Por fim, o trajeto histórico da sociedade burguesa, que alcançou níveis altíssimos de produção de bens por meio do desenvolvimento técnico-científico, acreditando-se ter com isto realizado a forma social mais avançada da humanidade, teve como fundamento um modelo de razão que presidiu a barbárie, confirmando o entrelaçamento entre progresso e regressão, razão e desrazão, razão e dominação, e civilização e barbárie. Tal racionalidade é a mesma que impera desde o início de nosso processo civilizatório, conforme Adorno e Horkheimer (2006) analisaram, com isto indicando ter a razão abstrata – materializada no capitalismo como lógica do valor que rege todas as relações

sociais – suas raízes nos processos de dominação dos homens sobre a natureza (externa e interna), desde tempos imemoriais, quando a luta pela sobrevivência era necessária e imperativa para a autoconservação da espécie. A sociedade administrada assim se configuraria na crítica destes autores como uma noção que abarca e sintetiza o grau e formas políticas e econômicas de dominação que a contemporaneidade conquistou e que são constantemente reforçadas para a reprodução social atual, propiciadas pelo desenvolvimento de aparatos tecnológicos, organizados pela razão instrumental do cálculo, que se deslocou da esfera da produção industrial para demais âmbitos da vida e relações humanas. As relações de troca e a lógica da equivalência se expandiram sobre a totalidade da vida. Este princípio de dominação totalitária, encontrado na redução da razão à sua função meramente instrumentalizada, afinada ao princípio do mais-valor com a crescente monopolização, não obstante, continua a produzir a necessidade de dominação na nossa cultura determinada pelos interesses dos trustes, que exige a adaptação dos indivíduos à realidade, obstruindo as possibilidades de crítica e da consciência individual sobre tais condições alienantes, sob a aparente “neutralidade” do progresso. Os indivíduos, pressionados pelos imperativos econômicos e pressões sociais de todos os lados, em que espaços anteriormente resguardados dos princípios econômicos também se tornaram âmbitos de administração, acabam por atestar em seus comportamentos e formas de sofrimento o prognóstico da teoria crítica sobre a “marcha da história para a realização do mundo totalmente administrado”. Vemos como as formas de opressão são internalizadas pelos sujeitos ao verificarmos a adesão consciente e inconsciente aos ditames estabelecidos pela sociedade vigente.

1.1. Sociedades administradas

Pois bem, como pudemos ver, a ideia de *sociedade administrada* começou a ser concebida pelos membros do Instituto de Pesquisa Social no final dos anos 30, tendo seu desenvolvimento a partir da década de 40, pelos autores Horkheimer, Adorno e Marcuse, para dar conta dos problemas e contradições profundas do novo estágio do capitalismo. Essa discussão resultou na análise dos destinos da sociedade moderna burguesa em seus projetos calcados no princípio de uma razão ordenadora para maior otimização do progresso (Regatiere, 2019; Puzzone, 2016), que, não obstante, recaiu na barbárie. A elaboração desta noção, que esteve relacionada às tarefas da teoria crítica de elucidar os

fatores histórico-filosóficos e psicossociais das ofuscantes atrocidades do século XX, não se deteve somente na análise da “racionalidade econômica” das sociedades de classes, do período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. As afinidades do mundo administrado com a razão dominadora e com o totalitarismo, que remetem aos processos históricos violentos de “extirpação” da natureza vilipendiada, exigiram que a busca de seus fundamentos se desse pela “compreensão da passagem da crítica ao capitalismo à crítica da dominação” (Musse, 2019, p. 15). Dessa forma, o funcionamento das sociedades capitalistas avançadas jogaria luz ao passado da história, calcado nas relações violentas estabelecidas entre os homens e deles com a natureza, ao horror da dominação sobre o outro, sendo esse “outro” e a natureza reduzidos à matéria “morta” – à brutalidade da matéria – para sua máxima exploração. O desenrolar do progresso que veio atrelado aos processos de sobrevivência da espécie humana, a fim de que a cultura se constituísse e os humanos se sobressaíssem dos “encantos” da natureza – para que a concepção histórica de humanidade fosse possível –, se deu pela dominação violenta da natureza e da própria natureza humana, selando o parentesco próximo entre dominação, opressão e submissão da natureza estendidas aos humanos, que retornam como forças de violência na sociedade: “na qual o recalcado – o não-idêntico – fortalece o repressor em virtude de sua resistência mesma” (Duarte, 1993, p. 70). A seguir, um trecho ilustrativo de Adorno (1995, p. 47) acerca da natureza também regressiva do progresso da humanidade, da qual teríamos que tomar consciência, a fim de superar a dominação presente na sociedade:

Progresso significa sair do encantamento – também o do progresso, ele mesmo – à medida em que a humanidade toma consciência de sua própria naturalidade, e pôr fim à dominação que exerce sobre a natureza e, através da qual, a da natureza se prolonga. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o progresso acontece ali onde ele termina.

Assim, a violência extrema das políticas nazifascistas, com toda a logística de dominação e perseguição antissemita¹⁸ – viabilizadas tanto pelos novos modos de

¹⁸ A questão do antissemitismo perpassou todo o trajeto intelectual de Adorno e Horkheimer voltado para a crítica dos elementos irracionais arraigados na civilização, manifestados nos demais tipos de atrocidades históricas do século XX e nos mecanismos sociais de dominação da subjetividade. A carnificina e as atrocidades produzidas nos campos de concentração revelariam a verdade mais funesta por trás da racionalidade instrumental, de uma sociedade massificada, também em termos de seus efeitos na economia psíquica daqueles que contribuíram com o genocídio. O antissemitismo, como a violência contra o “outro”, designou a verdade subjacente à lógica da dominação presente na nossa cultura, que, com o avanço do capitalismo, acentuou o embotamento da sensibilidade e experiência dos sujeitos (Horkheimer e Adorno, 2006).

organização do trabalho nas indústrias quanto pelas manipulações das propagandas fascistas –, mostrou que o terror da lógica concentracional de *Auschwitz*, enquanto uma fábrica de morte e maquinaria industrial de carnificina, relacionava-se aos aspectos arraigados na história do progresso que precisavam ser entendidos e explicados. Os campos de concentração nazistas, planejados e postos em funcionamento pelos oficiais da SS (não somente seus capitães e comandantes, mas engenheiros, arquitetos, industriais, todos responsáveis pelo genocídio arquitetado) por meio de técnicas administrativas, não foram meramente a ocorrência de um “acidente histórico” situado na Alemanha hitlerista, articulados aos seus projetos de industrialização e ganhos expansionistas lucrativos de conglomerados econômicos. A extensão de tal barbárie levou à análise de aspectos inerentes ao próprio princípio civilizador, de relações entre os homens e deles com o mundo à sua volta que, no transcorrer da história, culminaram em formas de melhor poder explorar o “natural” e os homens, na medida em que conquistas tecnológicas permitiram tais acessos, na medida em que a racionalidade organizadora otimizou e possibilitou materializar o “desejo de dominação” sob um processo de reificação da sociedade como um todo.¹⁹ Esses aspectos então acabaram por se tornar o centro de preocupações dos autores da teoria crítica, voltados para buscar as raízes antropológicas da injustiça histórica, do entrelaçamento das relações de dominação social com as relações que a humanidade teve com a natureza vilipendiada, tendo em vista a crítica dialética da racionalidade ocidental em suas pretensões de totalidade e domínio sobre a pluralidade do mundo e da vida.

Esse trajeto de injustiça encontra-se desde a antiga divisão do trabalho, por meio da escravização do corpo do outro usado para o trabalho físico árduo²⁰ e, também, nas demais violências coloniais do capitalismo de mercado sobre povos “inferiorizados” de outras culturas –, até as características da sociedade capitalista avançada – sob o fascismo e os neofascismos atuais. As sociedades capitalistas avançadas têm realizado ao máximo

¹⁹ Sobre este tema na obra *Dialética do esclarecimento*, em que o conceito de reificação é mobilizado em constelação com outros conceitos para tratar da temática civilização e barbárie, diz Puzone (2009, p. 167) que “a noção de reificação aparece, mesmo que não nomeada, desde o início do texto, quando os autores tratam da relação do homem com a natureza”. As relações coisificadas entre os homens já presentes na dominação sobre a natureza e no surgimento do homem como sujeito da razão, do conhecimento, vinculasse ao desenvolvimento do trabalho abstrato das sociedades burguesas.

²⁰ Acerca da divisão histórica do trabalho intelectual e manual, entre corpo e espírito, reproduzimos tais passagens dos fragmentos *Interesse pelo corpo*: “A divisão do trabalho, onde o desfrute foi para um lado e o trabalho para o outro, proscreeu a força bruta. Quanto menos os senhores podiam dispensar os trabalhos dos outros, mais desprezível ele se tornava a seus olhos. Assim como o escravo, o trabalho foi estigmatizado [...]. O corpo explorado devia representar para os inferiores o que é mau e o espírito, para o qual os outros tinham o ócio necessário, devia representar o sumo bem” (Adorno e Horkheimer, 2006, p.190).

a lógica abstrata do valor decorrente dos desdobramentos da razão abstrata e lógico-formal burguesa, que tomou forma nas sociedades de troca com o aprofundamento da divisão social do trabalho. A crítica da sociedade totalmente administrada – o modo mais avançado de opressão e reificação das relações entre os sujeitos – articulou-se, deste modo, à crítica dos rumos tomados pela civilização ocidental como uma história de catástrofes,²¹ na direção da produção de injustiças e sofrimento inerentes às relações sociais de dominação, pelas quais os progressos da ciência positivada da natureza tiveram seu andamento e participação. Tendo em conta os impulsos de dominação e destruição presentes no Esclarecimento que se converteram num modelo de ciência amalgamada às forças de produção do capital, esta ciência, identificada cegamente com o poder vigente, também se desenvolveu para fins de opressão social (Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 2015a).

Visto assim, a discussão da “administração da sociedade” pelos oligopólios econômicos do capitalismo tardio apontou que a dominação no presente, diferentemente de outros períodos, constituiu-se de forma “racionalizada”, científica e tecnologicamente planejada, cujos objetivos e efeitos culminaram na irracionalidade objetiva, na qual a ideologia de uma falsa liberdade na sociedade vigente tem se atrelado a formas racionalizadas de poder. Tais mecanismos sociais de controle racionalizados visam manter os sujeitos sob os grilhões de grandes corporações, que comandam a política e a sociedade (Adorno, 1986) e impõem modos de pensar e se comportar, enfim, modos específicos de sociabilidade que colaboram com o conformismo social e com a infelicidade e o sofrimento dos sujeitos. Esta designação sobre o funcionamento das sociedades contemporâneas marcou desde então o trajeto dos autores da teoria crítica: voltados para uma compreensão profunda de seu tempo histórico, atentavam-se para os elementos estruturais em conexão aos fenômenos psicossociais envoltos na fragilidade das democracias burguesas que, não obstante, sempre flertaram com o autoritarismo. Autoritarismo que assim apontou para um longo passado da cumplicidade da cultura ocidental com a barbárie (Horkheimer e Adorno, 2006). No leque de discussões

²¹ *Dialética do esclarecimento*, cujas teses e temas já estavam sendo anunciadas nos escritos anteriores de Horkheimer e Adorno da década de 40 (Regatieri, 2019), foi a tentativa dos autores de levar adiante as teses de Benjamin sobre história, sobre as relações entre civilização e barbárie. Marcuse, de forma peculiar, também vai trabalhar a temática do modelo de racionalidade e de progresso enquanto dominação da natureza e dos homens nas suas obras *Eros e civilização* e *O homem unidimensional*. Como afirma Puzone (2016, p. 28): “Todos estes termos não surgiram subitamente na obra marcuseana, mas foram resultado de um longo trabalho conjunto entre os pesquisadores da teoria crítica”.

produzidas pelos autores sobre os processos que levaram à derrocada dos fatores “progressistas” das sociedades modernas e ao ideário de “indivíduo” livre e autônomo, autorrefletido – na qual a ideia de razão esclarecida, voltada para a determinação de princípios éticos e emancipatórios, foi apagada –, novas categorias foram delineadas para decifrar o acréscimo de violência pela dominação extraeconômica, juntamente ao projeto da tarefa histórica e originalidade “teórico-epistemológica” da teoria crítica da sociedade (Horkheimer, 1980; 2015a).

Como já acentuado, a noção de sociedade administrada vinculou-se à constelação de conceitos mobilizados pelos autores, tomando seu maior fôlego no conjunto dos fragmentos de *Dialética do esclarecimento*. A crítica do esclarecimento que “contém o germe para a regressão”, paralisado e fixado nos seus ímpetos destrutivos entrelaçados a uma representação de progresso, apontou para as forças cegas de controle e de gestão da vida concretizados nas instituições da sociedade contemporânea, que incorporaram a forma dominante de racionalidade administrativa para que a reprodução social da vida se amplificasse. A petrificação da sociedade em sistema aparentemente todo coordenado, e falsamente “equilibrado”, informou uma dominação profunda das relações sociais de produção sobre as forças produtivas (Adorno, 1986), ganhando as forças de poder maior intensidade, que perduraram ameaçando as vidas dos indivíduos. Essa noção compareceu (às vezes, nem sempre claramente anunciada) nos ensaios e pesquisas empíricas sobre os temas do antissemitismo e do preconceito, nos escritos sobre educação e formação (Adorno, 2021; Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer e Adorno, 1973), bem como nas demais análises voltadas à produção cultural ligadas a outras noções, tais como “racionalidade instrumental”, “pseudoformação”, “mentalidade do *ticket*”, “propagandas fascistas”, “personalidade autoritária”, dentre outras, tendo como pano de fundo o materialismo da teoria social, as determinações histórico-sociais – por exemplo, culminando no termo mais acabado para designar a nova configuração da ideologia no capitalismo avançado, a *indústria cultural* (Horkheimer e Adorno, 2006). Os fenômenos psicossociais irracionais encontrados nas relações cotidianas entre os sujeitos, inseridos e (pseudo) formados numa sociedade extremamente antagônica, foram tomados pelos autores como os locais “empíricos” pelos quais o totalitarismo, sintoma da racionalidade identitária e dominadora (Adorno, 2019), tem se manifestado nas suas formas de violência, enquanto efeitos da irracionalidade objetiva sobre a subjetividade, de uma experiência social e objetiva subordinada ao universalismo da troca do capitalismo tardio:

“O caráter de fetiche da mercadoria não é um simples véu, e sim um imperativo” (Adorno, 2013, p. 220). Dentro deste contexto de dominação do capitalismo administrado, no qual as relações de dominação do capital têm sido escamoteadas, os autores ainda ressaltaram que a psicologia foi expropriada dos indivíduos sob a vigência das grandes indústrias da cultura e dos negócios, que passaram a gerir e a coordenar as escolhas e julgamentos dos sujeitos num cenário de “empobrecimento” do indivíduo face às forças sociais cegas e anônimas de controle. Os comportamentos individuais, agora heterodeterminados, tendem a se afinar com os estereótipos de pensamento produzidos pelos movimentos antidemocráticos, que passam a reeditar e a fortalecer a barbárie inscrita na civilização. Nesse sentido, quanto maior o poder de socialização e racionalização sobre a vida dos indivíduos, tal como hoje testemunhamos, maiores têm sido as regressões psíquicas e mais fortes as formas inéditas de crueldade e de violência contra as alteridades têm se presentificado, enquanto formas perversas de realização de desejos incitadas pelo clima cultural autoritário e opressivo:

Contudo, acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto as formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que hoje tem lugar em toda parte [...]. A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranoia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 13).

Retomando a extensão dos debates iniciados no final da década de 30 pelo Instituto de Pesquisa Social, começamos por citar os primeiros textos de Horkheimer – por exemplo, *Os judeus e a Europa*, de 1937, *Razão e autoconservação*, de 1941, e *O Estado autoritário*, de 1942, que prossegue a linha de argumentação do primeiro (Regatieri, 2019) –, nos quais ele inicia as discussões sobre as formas imediatas de dominação encontradas na transição histórica do período liberal-concorrencial para o capitalismo monopolista, e a dissolução de instituições mediadoras outrora asseguradas pela época anterior. Os textos deste período já expunham suas abordagens do capitalismo dos monopólios e as mudanças nas formas de concorrência sob um “pseudomercado”, forjado pelas disputas entre os grandes nichos de poder econômico e político que se instalavam no tecido social e mundial do período entreguerras. As modalidades de dominação e as novas formas de organização do trabalho social, então, foram extensamente discutidas por Horkheimer (2012) já no seu ensaio *Os Judeus e a Europa*,

com destaque dado às novas classes dirigentes, que planejaram a disseminação do “mito da igualdade de um povo”, desenvolvendo mecanismos de anulação dos indivíduos nas coletividades para o fortalecimento da ideia de nação, bem como administrando a exploração pelo trabalho sem fins racionais: o poder de dispor do trabalho alheio, que já deveria desaparecer com o avanço técnico, promovendo a falsa ideia de que o Estado totalitário precisava da entrega e sacrifício de seu povo para o enriquecimento da nação e para a produção da guerra, sob a ideia de “comunidade racial”.

Nesse texto, Horkheimer (2012) trouxe à tona a peculiaridade do antissemitismo à luz dos mecanismos sócio-políticos do nazismo e suas bases econômicas sob o poder da nova burocracia, composta pelos oficiais do partido, militares, ditadores da indústria e pelo capital financeiro, inaugurando uma discussão que desembocará, posteriormente, na crítica ao modelo de razão reduzida à instrumentalidade e à fórmula administrativa. O antissemitismo pós-liberal – uma temática que perpassou o pensamento de Horkheimer e Adorno, desde os *pogroms* até a “solução final” dos campos de extermínio nazistas em sua afinidade com a racionalidade administrativa (Horkheimer e Adorno, 2006) – foi discutido considerando-se o percurso da razão burguesa em suas aporias. Das contradições imanentes a ela, Horkheimer (2012, p. 17) então destacou o seu recuo na forma burguesa de racionalidade em seu caráter despótico, instrumental e excludente, para a manutenção de privilégios sociais e políticos vigentes: “Los burgueses fueron siempre pragmáticos, siempre tuvieron su propiedad a la vista. Em virtude de ella, de la propiedad, se terminaron los privilegios”. As grandes corporações, por meio da utilização do Estado para benefícios próprios, bem como em suas alianças com os oficiais e funcionários do partido nazista, ganharam mais impulsos com as crises das funções de mercado, que passaram a ser substituídas pelas funções estatais sob o poder de monopólios. Tais grupos obtiveram vantagens com o princípio de “valorização capitalista”, por meio da abolição dos pequenos empresários industriais e do declínio de toda a burguesia clássica que não conseguiu se tornar monopólio, bem como na redução do Estado moderno a um Estado garantidor de vantagens econômicas das elites. Assim, tendo em vista que as funções de mercado entraram em crise e foram substituídas pelos monopólios e o capital financeiro, a posição econômica dos judeus ficou comprometida por estarem eles situados no campo da circulação econômica: “El nuevo antissemitismo es el emisor del orden totalitario en el que ha desembocado el orden liberal. Es necesario reconsiderar las tendencias del capital” (Horkheimer, 2012, p. 3).

Nesse sentido, o nazifascismo apareceu no ensaio de Horkheimer (2012) como uma extensão da sociedade liberal em seus princípios econômicos, que tomaram formas mais descaradas, enquanto uma tendência do capitalismo e/ou uma consequência da lei do valor às últimas consequências, o que fez dos judeus, destituídos de sua posição econômica da livre circulação (fundamento da democracia burguesa), as primeiras vítimas do regime de horror. Sob tais transformações econômicas, associadas à política nazista, os trabalhadores de outrora transformaram-se em membros solícitos das organizações fascistas, tornando-se objetos diretos de dominação, controlados e administrados em todos os seus pormenores (Horkheimer, 2012, p. 7). Entretanto, o que queremos ressaltar é que, neste ensaio, Horkheimer chamou a atenção sobre uma faceta da racionalidade iluminista – antes, comprometida com a liberdade e a emancipação da humanidade e parcialmente concretizada nas sociedades democráticas liberais burguesas –, bastante identificada com as formas centralizadas e administrativas de poder tecnocrático. Ao fazer alusão ao regime do terror de Robespierre nos seus elogios à razão calculista pragmática e por meio do reforço de um aparato burocrático para a manutenção do regime (o Comitê de Salvação Pública, por exemplo), Horkheimer apresentou que ali as formas de controle das sociedades contemporâneas administradas já estavam prefiguradas: “El orden que en 1789 se puso en marcha como progressista llevaba consigo desde el principio la tendencia hacia el nacional-socialismo” (Horkheimer, 2012, p. 17). A classe burguesa, antes a classe “revolucionária”, foi desde o início movida por vantagens e pelo cálculo, não se preocupando tanto “pela filosofia quanto pelas torpezas da administração” para suas reformas estatais.

Entretanto, Horkheimer (2012) neste ensaio também vai ressaltar que a fase liberal do capitalismo se constituiu como um interregno para que formas mais abruptas e planejadas de dominação utilizadas pelas camadas superiores dos países fascistas se estabelecessem sem freios. Isso se deu por meio da abolição de direitos e da pluralidade de interesses distintos, outrora garantidas pelo Estado moderno (reivindicações de trabalhadores e as cobranças de taxas estatais aos industriais para impor limites ao capital), a fim de que forças do capital perdessem suas inibições: “El anonimato del mercado se ha transformado en planificación, pero no en la planificación libre de la humanidad unida, sino en la de sus astutos enemigos mortales” (Horkheimer, 2012, p. 19). E, mais adiante: “El liberalismo contenía los elementos de una sociedad mejor. La ley ostentaba todavía una universalidad que también se aplicaba a los grupos

dominantes. El Estado no era su instrumento inmediato” (p.22). O nacional-socialismo, que teve seu surgimento do colapso do liberalismo alemão, retomou os métodos de domínio encontradas nos períodos progressos (Maquiavel e seus seguidores), assim realizando, sem constrangimentos, os princípios de acúmulo capitalista que se encontravam em gérmen na concorrência liberal, pois o nazifascismo, junto à burocracia industrial, ampliou o poder social dos grupos dominantes por meio de planejamentos totalitários e de controle, tanto da produção de bens, quanto sobre trabalhadores e demais membros da sociedade:

Las relaciones de producción se imponen sobre los gobiernos humanitarios. Los pioneros de las asociaciones de empresarios crean un nuevo aparato. Sus fiduciarios toman el orden social en las manos; en lugar de órdenes fragmentarias sobre fábricas particulares, emerge el dominio totalitario de los intereses particulares sobre el conjunto del pueblo. El individuo es sujeto a una nueva disciplina, que afecta a la base del carácter social (Horkheimer, 2012, p. 7).

Apareceu neste texto seminal de Horkheimer acerca do antissemitismo, relacionado à discussão do sombrio cenário de reorganização estatal autoritária sob as novas classes dominantes, a ideia de administração das massas proveniente da nova organização administrativa das relações sociais de produção que, para assegurar os privilégios de grandes industriais, em conluio com os membros do partido nacional-socialista (Regatieri, 2019), teve como ponto de partida o fim das mediações liberais. Com as formas de repressão e de dominação totalitária sob controle e planejamento dos trustes, e sendo o fascismo a extensão dos elementos presentes no próprio princípio econômico do liberalismo, o autor ressaltou que apelar para a “mentalidade liberal” do século XIX contra o autoritarismo significa invocar as instâncias por meio das quais este se ergueu e se consolidou (Horkheimer, 2012). A doutrina do velho liberalismo do *laissez-faire* havia perdido legitimidade com as crises econômicas, o que contribuiu para que os “velhos liberais” se articularassem às agendas políticas coercitivas e autoritárias com vistas a garantir seus negócios, assim forjando o que viria a ser um “novo liberalismo” – um liberalismo reacionário e autoritário.²² Entretanto, o anseio por retorno aos tempos do

²² Ressalta Catalani (2020) que neste mesmo período, em 1938, o Colóquio Walter Lippmann ocorreu para conceituar e estabelecer as bases deste novo liberalismo, sofrendo influências das ideias de Carl Schmitt acerca de um Estado forte para garantir as liberdades econômicas e despolitização da sociedade. Alguns autores do neoliberalismo herdaram tais ideias de Carl Schmitt as incorporando em suas doutrinas. Assim: “Portanto, aquilo que atende pelo nome de ‘Estado totalitário’ não era simples antípoda do Estado liberal, que operaria como um Estado onipresente sujeitando toda a sociedade, em todas as suas esferas, a um controle centralizado e racionalizado” (Catalani, 2020, p. 18).

liberalismo não poderia ser realizado, pois, segundo Horkheimer (2012), o fascismo o ultrapassou com a reinvenção do capitalismo em seu formato mais despótico e concentrador. Desta forma, o “liberalismo” do mercado autoritário não poderia ser restaurado, considerando-se alguns fatores agravantes:²³ a situação do proletariado, que se encontrava desmoralizado e traído pelos seus líderes, pois estes se renderam ao jogo sujo das disputas pelo capital; o campesinato, que continuou mantendo formas de consciência atrasadas com relação aos avanços técnicos na Alemanha; e os desempregados, que, ao se transformarem numa classe amorfa, passaram a ansiar por “ordem”, empregos e comando por parte de líderes fortes e “salvadores”, sucumbindo à “comunidade do trabalho” sob a política repressiva de Hitler, voltada à destruição dos sindicatos. Os generais da indústria e do exército assim passaram a administrar a nova ordem social, extraíndo seus lucros e vantagens das crises instaladas. Dessa forma, neste texto de Horkheimer são apresentados argumentos contundentes sobre a falácia de um retorno ao liberalismo, à luz da violência sanguinária dos avanços do capitalismo em suas afinidades com o fascismo – o antisemitismo moderno manipulado pelas elites e milícias nazistas. Mais do que isso, apresentou-se neste ensaio a reversão e a propensão do liberalismo econômico em “liberalismo ultraconservador”.

No ensaio *Estado autoritário*, Horkheimer (1972) expõe que a concepção de uma sociedade racionalmente administrada, encontrada nas duas variantes do Estado autoritário – tanto na versão fascista, quanto na versão socialista soviética, ressaltando-se o prolongamento de forças de dominação nas sociedades democráticas de massas –, articulou-se aos mecanismos de dominação exercidos e estabelecidos por “nichos sociais” de poder, de diferentes naturezas, que obtiveram o monopólio do sistema político e o acesso à concentração de capital e ao uso da violência estatal com a liquidação do capitalismo concorrencial e sua transformação em capitalismo monopolista autoritário. Neste texto, ele também apresenta um apanhado histórico do surgimento dos sindicatos e sua sequente refuncionalização no interior do “capitalismo de Estado”, pelo qual as organizações de trabalhadores sucumbiram à administração, também brigando pela parcela de mais-valia e despojos do capital em suas negociações para obtenção de vantagens. A representação sindical também se transformou em braço da maquinaria

²³ Este ensaio de Horkheimer teve como pano de fundo o seguinte cenário político-social: os resquícios nefastos do fracasso da República de Weimar, cujos efeitos se manifestaram na polarização entre grupos da extrema esquerda contra grupos de extrema direita, fortalecendo um clima social favorável ao nazifascismo com seus discursos “antissistema”, antiburguês, antiliberal (Regatiere, 2019).

burocrática regida pela racionalidade administrativa, na qual se estabelecia uma interpenetração entre o controle privado e estatal sobre o trabalho alheio, acabando por minar as forças de resistência contra a sociedade ao integrar os sindicatos e trabalhadores à legislação social voltada para a melhoria de vida dos empregados no capitalismo, a partir da economia planificada: “La adaptación es el precio que los individuos y las asociaciones deben pagar se quieren florecer en el capitalismo” (Horkheimer, 1972, p. 99). Isso decorreu da lógica monopolizante espreada por todo o sistema, pela qual os órgãos de trabalhadores, cooptados pela institucionalização dos sindicatos e integrados à economia política do capitalismo por meio dos “benefícios” estatais oferecidos, acabaram por aceitar e confirmar aquilo que no período anterior queriam combater: a exploração. Assim, “la actual economía planificada puede alimentar mejor a la massa y hacerse alimentar mejor por ella que el resto del mercado” (Horkheimer, 1972, p. 99).

O que Horkheimer (1972) vai denominar de Estado autoritário (do fascismo ao socialismo soviético, que culminará na ideia de *racket* para denominar as disputas entre as gangues de classes dominantes que se estenderam aos países formalmente democráticos) seriam as mudanças operadas nas formas de dominação e de exploração na transição histórica do capitalismo que incidiram nas modificações das relações entre as classes, também dadas pela violência extrema por parte dos dominantes sobre as massas. Tudo isso também desencadeado pelas transformações dos modos de produção, que se tornaram mais centralizados pela economia monopolista, voltada para a manutenção dos “interesses privados atomizados” dos grandes trustes, e não para a produção de riqueza social. O que ainda aparecia na ordem concorrencial sob o véu da troca de equivalentes e sob o contrato de trabalho, mostrou-se abertamente como roubo nos regimes fascistas. Daí Horkheimer ressaltar que, sendo o funcionamento das sociedades fascistas análogo ao capitalismo no que diz respeito ao interesse central pelo lucro por parte das elites dominantes, as questões econômicas se transformaram, sob os monopólios, em meras questões técnicas e administrativas, com o estrangulamento da independência e liberdade econômica de proprietários e pequenos empresários: “El Eldorado de las existencias burguesas, la esfera da circulación, ha sido liquidada” (Horkheimer, 1972, p. 97); “Las cuestiones económicas se convierten cada vez más en cuestiones técnicas” (p. 108), pelos quais os engenheiros e técnicos administrativos tomaram as rédeas do comando: “A la disolución del genio empresarial sigue el de la sabiduría de los líderes” (p. 108). Os antigos proprietários do período anterior utilizavam-

se de suas astúcias calculadas para se manterem em competição no mercado, a fim de garantir suas prosperidades e melhorar seus processos produtivos e produtos, enquanto os trabalhadores – a negação do sistema capitalista – lutavam pela garantia de trabalho para não morrerem de fome: “Esta era la libertad de los pobres” no capitalismo concorrencial, no qual as relações de tensão e conflitos entre as classes vigoravam num cenário ainda propício para a emancipação da sociedade. A nova ordem passou, então, a se constituir pela luta pelo poder por parte das corporações e suas burocracias, sem ter como base fins racionais – ou seja, uma racionalidade que não procede de verdadeiros interesses humanos, mas das grandes corporações. Essa tomou uma dimensão de pura dominação sobre os sujeitos, ao colocar as classes trabalhadoras sob controle e gestão estatal, a fim de controlar os antagonismos sociais, enquanto os detentores de poder intensificaram suas formas de domínio nas sociedades fascistas para melhor lidar com as contradições sociais do capitalismo monopolista. Os proprietários burgueses, por sua vez, também perderam suas forças e autonomia na concorrência, quando o sucesso para obtenção de ganhos passou a depender das forças do capital e das relações ilícitas dos grandes industriais e empresários com os aparatos militares de poder.

Contudo, na nova fase econômica, a propagação de formas de dominação fascistas/neofascistas continuou vigendo nas sociedades formalmente democráticas, tendo em vista que o princípio econômico da sociedade burguesa (acúmulo e maior concentração de poder por pequenos grupos) continuou seguindo seu curso. Logo, as análises de Horkheimer apresentaram-se atuais por mostrarem a continuidade dos dispositivos autoritários de controle e a identidade das elites econômicas com o terrorismo: “No sólo la libertad, sino también formas futuras de opresión son posibles” (Horkheimer, 1972, p. 113). Com a estabilização do capitalismo no seu formato mais tardio, o medo dos sujeitos de serem excluídos ou marginalizados sob uma vida reduzida à constante preocupação com a luta pela existência seguiu vigorando. Tal como Horkheimer (1971) já havia exposto no mesmo período – no seu texto *Razão e autoconservação*, sobre as democracias de massas, pelas quais a racionalidade burguesa se retraiu enquanto razão autoconservadora –, a condição do indivíduo ficou restrita à autopreservação e à obediência. Ele então reitera, em *Estado autoritário*: “Continúa la paralización en la que cayó ya el hombre en la era de la gran industria debido a su creciente prescindibilidad, por su separación del trabajo productivo, por la constant preocupación en la lucha por la existencia” (Horkheimer, 1972, p. 120). Ou seja, após o

período do Estado autoritário fascista, a forma centralizada de poder e o aperfeiçoamento da racionalidade administrativa, com os avanços tecnológicos sob controle dos monopólios econômicos, sobreviveram nas sociedades autoritárias administradas de uma democracia formal, com o decorrer dos avanços do capitalismo tardio. Assim, “forma parte del arte de gobernar autoritariamente el que existan diferencias económicas entre los diversos estratos de los dominados, como entre los trabajadores comunes y los especializados, o entre los sexos o entre las razas” (Horkheimer, 1972, p. 106). O desemprego, bem como a intensificação da exploração do trabalho para manter as massas sob controle, passaram a ser planejados e organizados sob o capitalismo administrado pelo Estado e grandes empresas.

Tendo em conta a perpetuação de uma sociedade desigual nas suas formas de relações sociais de produção imperantes, longe de ter conquistado qualquer “avanço” humanitário, o capitalismo avançado se sustentou pela continuidade de produção de hierarquias sociais, também criando mecanismos de controle corrosivos, minando possibilidades de experiências mais genuínas entre os sujeitos com base nos aparatos de administração da diversão e do tempo livre (Horkheimer, 1972). Segundo Silva (2011, p. 93), o exercício político que passou a estar mais ligado às tendências econômicas mundiais determinou uma formação social dominante, ancorada no capitalismo tardio, que “apontou para a uniformização do todo social”, na qual “a nova forma do capital continuou fazendo concessões à barbárie através dos seus grupos políticos”. Um dos mecanismos também utilizados foi o de sistematicamente provocar o isolamento dos indivíduos entre si, a partir da onipresença dos meios de comunicação nas esferas privadas, tais como o rádio, o cinema e a publicidade, tendo como pano de fundo a manipulação da escassez: “Mientras en el mundo subsista la escasez en lo necesario, en los artículos de lujo, los gobernantes aprovecharán la ocasión para aislar a personas y grupos, capas nacionales y sociales unos de otros” (p. 114). Nesse sentido, se prefigurou nesse ensaio de Horkheimer aquilo que veio a ser designado como *indústria cultural*, extensamente discutida por Adorno e Horkheimer (2006) anos depois em *Dialética do esclarecimento*. Nesses primeiros esboços de *sociedade administrada*, Horkheimer (1972) acentuou que os sujeitos se viram “orientados” acerca de tudo, sem poderem orientar a si mesmos, sob a presença massiva de mecanismos de controle pelos quais a humanidade se viu formada e mutilada por todas as partes no capitalismo avançado, tendo em conta que “optar pelo mal menor, quando se pode decidir a qual senhor servir, sem a

percepção de que todos os senhores são similares” (Crochick, 2013, p. 18) foi uma das alternativas colocadas pelo mundo administrado. A produção industrial de objetos diversos – bens materiais, serviços, informações e entretenimento – formou uma “tecnestrutura” que tem comandado a vida social, danificando possibilidades de formação de uma individualidade mais autônoma e genuína.

Em *Razão e autoconservação*, Horkheimer (1971) inicia a discussão do declínio da razão na sua conversão a um *instrumento* com o desenrolar do capitalismo, em contraste ao que anteriormente foi pensado pelas filosofias burguesas racionalistas sobre a ideia de razão, enquanto portadora dos conceitos de justiça e guia para a realização de um mundo de liberdade. A razão sob a nova ordem, destituída de suas capacidades reflexivas e transcendentais, despojada de qualquer correlação objetiva com o mundo, reduziu-se a uma cega função de autoconservação sob os monopólios, na cega razão voltada para a dominação. Esse ensaio, junto ao texto *Estado autoritário*, marca maior aproximação do autor com o pensamento de Benjamin, principalmente aquele de suas *Teses sobre o conceito de história*. Horkheimer (1971) se debruça sobre as transformações desta razão esclarecida pela qual tem se sobressaído, nas sociedades de classes, o interesse individual sobre o interesse geral, pois investiga os fundamentos filogenéticos da civilização ocidental, apontando, anos depois, para a imbricação entre “mito e razão” (Chiarello, 2001). A ideia de razão instrumental e subjetiva também começa a se delinear neste texto, tendo seu posterior desenvolvimento na obra *Eclipse da razão* (Chiarello, 2001; Silva, 2011).

Tendo como pano de fundo a discussão sobre a emergência da razão burguesa e sua redução à função de autoconservação,²⁴ estipulada pela “adaptação de meios e fins” sob a otimização do trabalho abstrato (o cálculo de custos-benefícios), Horkheimer (1971) vai apresentar que, no capitalismo monopolista, a ideia de razão, em seus conceitos e princípios mais caros, herdados do Iluminismo, que conservavam ao menos uma certa ambiguidade – a prevalência de princípios universalistas ao lado de aspectos autoritários de uma racionalidade formal –, se desintegrou enquanto mero “órgão” de adaptação do indivíduo à realidade dada. Como consequência do avanço de forças econômicas anônimas centralizadas, o princípio de autoconservação da razão, existente desde tempos mais pretéritos, escapou do domínio dos homens se afirmando enquanto imperante no

²⁴ Diz Regatieri (2019) que os conteúdos que irão aparecer na *Dialética do esclarecimento* já se apresentavam *in nuce* no artigo *Razão e autopreservação*.

capitalismo monopolista: “[...] los hombres tienen que convertirse ahora en piezas adicionales en general y en cualquier sector. El pensamiento reflexivo e incluso la teoría pierden importancia para los fines de la autoconservación” (Horkheimer, 1971, p. 162).

O que deve ser ressaltado neste ensaio é que as críticas de Horkheimer (1971) direcionadas para os efeitos perversos de uma razão esvaziada de seus conteúdos emancipatórios e objetivos, que se orientou, exclusivamente, com o apogeu das sociedades administradas, para a razão autoconservadora, a situação do indivíduo revelou-se delicada e, assim, objeto de preocupações do autor. O indivíduo atomizado se dissolveu numa massa coletiva, coordenada e moldada por conglomerados empresariais, por meio de formas centralizadas de administração e poder. Sob o poder incomensurável do capital concentrado, a impotência do indivíduo atomizado se intensificou, tornando mais difícil para ele conseguir enxergar a “origem humana de sua miséria”, sequer as mediações sociais e históricas que lhe têm atravessado e determinado seu destino (Horkheimer, 1971, p. 170), pois a centralização da produção também tem se operado por meio de mecanismos que tendem a ocultar o jogo perverso do capital – suas formas de exploração e criação de desigualdades pautadas na ideologia de “produção de mais riquezas”, que auxilia na perpetuação da dominação. Dessa forma, neste texto ele começa a esboçar as relações entre “mundo administrado”, “razão e dominação” e “razão instrumental”, que configurarão o “declínio do indivíduo” sob o apogeu das sociedades administradas:

La categoría del individuo, a la que a pesar de todas las tensiones se hallaba ligada la idea de autonomía, no ha podido resistir ante las presiones de la gran industria. La razón se ha desintegrado en la medida en que era la proyección ideológica precisamente de la mala universalidad, en la que los sujetos aparentemente autónomos experimentan hoy su futilidad. La desintegración de la razón y la del individuo son una y la misma cosa (Horkheimer, 1971, p. 158).

Cabe agora mencionar um importante trabalho de Horkheimer (2015a), *Eclipse da razão*, no qual ele retoma de forma mais elaborada as reflexões sobre a razão instrumental e a razão autoconservadora, preeminentes no capitalismo tardio, assinalando na racionalidade burguesa um elemento recessivo autoritário, de desumanização. Nesta obra, com base nas interlocuções feitas entre Freud e Max

Weber,²⁵ Horkheimer desenvolve de forma mais contundente e peculiar as noções e temas discutidos em *Dialética do esclarecimento* – autoconservação e comportamento mimético; dominação da natureza; condição do indivíduo no capitalismo monopolista –, que acabaram fazendo parte do estofa teórico de sociedade administrada. Especificamente no capítulo *Ascensão e declínio do indivíduo*, Horkheimer (2015a) irá discorrer acerca da padronização dos indivíduos nas sociedades dos monopólios, nas quais se impôs a *racionalidade administrada*, que subjaz como forma de gestão e operacionalização do sistema econômico com as transformações do processo de produção de bens e de organização do trabalho acompanhada do declínio da ideia de indivíduo autônomo. A liquidação da individualidade promovida pelos aparatos de dominação se realizou com a rendição de sujeitos ao controle do trabalho e aos modelos impostos pelos conglomerados econômicos.

A crise da razão reduzida à mera autoconservação, que o autor avalia como tributária da razão instrumental e formalizada às últimas consequências, manifestou-se na crise do indivíduo, resultante das incidências da organização de um mundo cada vez mais voltado para a administração da vida, tendo seus efeitos na instrumentalização do pensamento e da linguagem enquanto sintoma da decadência da “fundação humanística da própria civilização” sob a proeminência da “idolatria do progresso” – uma idolatria que tende a glorificar a realidade calcada em argumentos que se baseiam em dados técnicos e estatísticos, sob o jugo das faculdades de calcular probabilidades. Mas, lembra Horkheimer (2015a), nem a tecnologia nem o ímpeto da autoconservação explicariam a fragilização e decaída do indivíduo. O desenvolvimento técnico da produção industrial não seria o responsável por este estado de regressão e heteronomia, e sim a forma pela qual ele se deu, ao enquadrar o todo social à lógica de eficiência e à produção de valor, interferindo nas relações entre os sujeitos, dentre as quais as mais privativas: “O declínio do indivíduo é de responsabilidade não das conquistas técnicas do homem, nem mesmo do próprio homem [...], mas antes da estrutura e do conteúdo presente na ‘mentalidade objetiva’, o espírito que permeia a vida social em todas as suas ramificações” (Horkheimer, 2015a, p. 170). A mentalidade objetiva que vigora no mundo totalmente administrado venera a indústria e a tecnologia desprovidas de sentido, pois invertidas para atender interesses privativos de pequenos grupos, num

²⁵ E, claro, mais autores da filosofia são mobilizados para fazer a crítica contundente ao conceito de racionalidade subjacente à sociedade industrial contemporânea, que se restringiu à faculdade formal e calculadora, sob o predomínio da técnica na era do avanço industrial.

contexto de uma vida esvaziada de transcendência sob as pressões de um sistema econômico que não “admite escapatórias”.

Dentro das tendências atuais, também a corrosão da linguagem sob a onipresença da publicidade e dos informes fornecidos pelos monopólios do *mass media* contribuiu para que essa se resignasse à mera função de comunicação, voltada para classificar, enumerar e calcular os fenômenos da realidade, assim perdendo espaço para suas capacidades mais expressivas e reflexivas sobre as mediações sociais na subjetividade:

Sob a presente forma do industrialismo, contudo, o outro lado da racionalidade tornou-se manifesto pela sua crescente supressão – o papel do pensamento crítico não conformista na formação da vida social, da espontaneidade do sujeito individual, de sua posição a padrões prontos de comportamento (Horkheimer, 2015a, p. 162).

O culto aos fatos e dados, tão aclamado pelo espírito pragmático da época, tem complementado e fortalecido o conformismo social, fazendo com que a massa de trabalhadores e administradores das empresas, por exemplo, não questionem as regras em si, tampouco as contradições sociais: “Suas mentes estão fechadas para sonhos de um mundo fundamentalmente diferente e para conceitos que, em vez de serem meras classificações de fatos, sejam orientados na direção da efetivação desses sonhos” (Horkheimer, 2015a, p. 166). Junto ao empobrecimento do pensamento mais reflexivo e elaborado com a instrumentalização da linguagem, a transformação dos sujeitos em membros das organizações requeridas pelo sistema (sindicatos, equipes esportivas, indústria de entretenimento, setores das empresas, dentre outros), a fim de que suas possibilidades de subsistência sejam garantidas, tem propiciado o comportamento “mimético”. Esse comportamento mimético adaptativo remete a uma característica biológica arcaica de sobrevivência, remanescente de nossa proto-história e referente aos mecanismos mais primitivos de adaptação dos humanos para sua autopreservação, frente ao medo das forças naturais desconhecidas para a autopreservação da espécie (Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 2015a). Também esse mecanismo se faz presente nos primeiros anos de vida da criança para seu desenvolvimento egóico, no intercâmbio estabelecido entre os jogos e comportamentos infantis com o mundo “racional” do adulto, ao qual a criança tem que se adaptar e do qual precisa se apropriar. Logo, no mundo administrado, com o enfraquecimento da função egóica e cognitiva

individual face a uma sociedade petrificada pelas forças anônimas, que têm se sobreposto à vida dos sujeitos, restaria a eles – dentro da cega “imposição” objetiva – o recurso à regressão aos estágios mais primitivos de desenvolvimento, posto que a coletividade massacrante não tem deixado espaços para as expressões e singularidades individuais. Essas forças tomaram uma dimensão naturalizada na sociedade, na qual passam a ser enxergadas como “naturais” ao serem recebidas como ameaçadoras e imutáveis, determinando os destinos das vidas dos indivíduos. Além disso, tais forças sociais têm cada vez mais sido sentidas como dissociadas das experiências e dependências pessoais, fazendo com que os antagonismos sociais não sejam percebidos diante das ameaças objetivas à sobrevivência: “Sob as condições presentes, os perigos da inflação, de uma redução substancial ou perda completa de poder de compra de suas poupanças espreitam a cada esquina” (Horkheimer, 2015a, p. 173).

O impacto das condições existentes sobre a vida dos indivíduos tem adulterado a inteligência e as potencialidades individuais, destroçadas pela totalidade, levando as pessoas às regressões psíquicas diante das ameaças eminentes de exclusão social, que exigem a adaptação imediata do sujeito ao contínuo assédio de padrões coletivos para se sentir integrado: “É a sobrevivência alcançada pelo mais antigo meio biológico de sobrevivência, a saber, pelo mimetismo” (Horkheimer, 2015 a, p. 157). Na totalidade administrada, os homens converteram-se na espécie animal cujos interesses de sobrevivência passaram a governá-los, dentro de uma sociedade sem liberdade e sem sentido, que se utiliza dos indivíduos como meros instrumentos para a reprodução social, apesar de seus avanços tecnológicos e riqueza produzida. Convertidos em animais, os sujeitos encontram-se totalmente subsumidos pelo coletivo, entregando-se ao curso do mundo sem oferecer resistência: a sociedade transforma-se em natureza. Horkheimer (2015 a) reforça que, sob tais forças sociais em sua cegueira e onipotência, “o tipo submisso antes mencionado tornou-se esmagadoramente predominante” (p. 156), dentro de um modelo de sociedade que debilita a subjetividade, recalca a espontaneidade e exige defesas psíquicas mais infantis para a adaptação – para que os indivíduos suportem o horror desta mesma realidade. A técnica, que permitiu, por sua vez, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo avançado, atrelou-se aos interesses do capital, que são irracionais, distantes da humanidade livre.

Neste capítulo mencionado, Horkheimer (2015a) então delinea a história do itinerário da ascensão e declínio do indivíduo, a partir de elementos metafísicos,

teológicos, históricos e econômicos presentes na cultura ocidental, que deram fundamentação à conceituação de indivíduo desde a antiguidade até a contemporaneidade, e cujo apogeu se deu na sociedade burguesa na época do liberalismo concorrencial. Ao traçar este itinerário, a intenção de Horkheimer foi a de ilustrar a relação dos elementos histórico-filosóficos da razão com a formação da individualidade na constituição da “identidade” do eu, frutos da separação/alienação entre homem e natureza no processo civilizatório, bem como da emancipação dos homens da tradição, que se configurou na forma “acabada” do indivíduo burguês racional e responsável por seu destino. Estes aspectos foram bem desenvolvidos em *Dialética do esclarecimento*, no excuro sobre *Odisseia*. Para os autores, *Odisseia* é lida como um documento que atesta o surgimento do homem civilizado enquanto um sujeito que domina a natureza (interna e externa), a fim de garantir sua identidade e se autoconservar nos embates contra as forças míticas (Horkheimer e Adorno, 2006), pelo qual Ulisses veio a representar o protótipo do indivíduo moderno, à luz da interpretação dos autores sobre o itinerário da razão ocidental. Portanto, à medida que a razão foi cada vez mais sendo concebida como mero “instrumento do eu”, alcançando seu auge sob a organização do trabalho abstrato das relações de troca de mercadorias, ela recaiu em mera autoconservação, dispensando o próprio indivíduo de seus traços humanos, como aquele portador de uma razão também autocrítica e autoesclarecida. A redução da razão a uma razão formalizada, classificadora e calculista, proeminente nas sociedades administradas, transformou os sujeitos em objetos da maquinaria social, em meras mercadorias, também na medida em que a lógica da equivalência penetrou nas instituições formadoras da individualidade: “O indivíduo outrora concebeu a razão exclusivamente como instrumento do eu. Agora, ele experiencia o inverso dessa autodeificação.” Assim, o autor complementa que, “no momento da consumação, a razão tornou-se irracional e estultificada. O tema desta época é a autopreservação, muito embora não exista qualquer eu a ser preservado” (Horkheimer, 2015a, p. 143).

Se em tempos pretéritos a individualidade se dava para grupos sociais específicos (na época da pólis grega, por exemplo),²⁶ no período de ascensão da burguesia, o

²⁶ A este respeito, escreve Horkheimer: “A história do indivíduo, mesmo na Grécia Antiga – que não apenas criou o conceito de indivíduo, mas estabeleceu os padrões para a cultura ocidental –, em grande parte ainda não foi escrita. O modelo do indivíduo nascente é o herói grego. Ousado e autoconfiante, ele triunfa na luta pela sobrevivência e emancipa-se tanto da tradição quanto da tribo [...]. O típico indivíduo grego floresceu na época da polis ou cidade-estado, com a cristalização da classe burguesa” (Horkheimer, 2015a, p. 145-6).

indivíduo passou a ser valorizado enquanto modelo universal, em virtude da pretensão universal da razão esclarecida, ao estabelecer os ideais de “liberdade” e “autonomia” para todos de forma “igualitária”: “O liberalismo em seu alvorecer caracterizou-se pela existência de uma multidão de empreendedores independentes, que tomavam conta de sua propriedade e a defendiam contra forças sociais antagônicas” (Horkheimer, 2015a, p. 155). Não obstante, ainda que em termos concretos tal individualidade tenha se tornado limitada ao princípio da autoconservação, e ainda que na sociedade de classes da época concorrencial somente os proprietários pudessem gozar dos privilégios materiais e culturais para a realização dos valores burgueses internalizados, Horkheimer chama a atenção para o fato de que, na sociedade atual, das grandes organizações dos monopólios, a liquidação da espontaneidade e as regressões psíquicas sob o imperativo de forças cegas de dominação econômica têm atingido a todos – inclusive os proprietários independentes. Ele revela os fatores que permitiram o declínio e desmoronamento do indivíduo:

Assim, o sujeito individual da razão tende a tornar-se um ego atrofiado, cativo de um presente evanescente, esquecendo o uso das funções intelectuais pelas quais ele outrora foi capaz de transcender sua efetiva posição na realidade. Essas funções foram agora assumidas pelas grandes forças econômicas e sociais desta época. O futuro do indivíduo depende cada vez menos de sua própria prudência e cada vez mais das lutas nacionais e internacionais entre os colossos do poder. A individualidade perde sua base econômica (Horkheimer, 2015a, p. 156).

E, mais adiante, expõe a situação pela qual “todos estão sob o açoitado”, sob os poderes de agências anônimas superiores do mundo administrado:

Paradoxalmente, uma sociedade que, diante da fome em extensas áreas do mundo, permite que grande parte do maquinário permaneça ocioso [...] e que dedica inumeráveis horas de trabalho à publicidade idiota e à produção de instrumentos de destruição – uma sociedade à qual esses luxos são inerentes fez da utilidade seu evangelho. Pelo fato de a modernidade ser uma totalidade, o declínio da individualidade afeta tanto grupos sociais mais baixos quanto os mais altos, o trabalhador não menos do que o homem de negócios (Horkheimer, 2015 a, p. 158).

Um aspecto importante ressaltado por Horkheimer acerca do declínio da individualidade é a perda da espontaneidade do indivíduo face ao sistema predominante, que exige a integração forçada de todos aos comandos de poderes do industrialismo tardio. Os sujeitos, destituídos de sua individualidade e de possibilidades singulares de se expressarem na sociedade atual, sob as pressões de uma realidade pragmática, acabam por desenvolver o ressentimento contra aqueles que supostamente levariam uma vida

mais “livre” na sociedade, não limitados à heteronomia do trabalho alienante. Sob o contexto de mecanismos sociais de obnubilação da consciência, a percepção da raiva e do sofrimento gerados pelas condições sociais e exigências da adaptação é também reprimida por tais mecanismos, impedindo o reconhecimento das causas objetivas do sofrimento. Entretanto, “esse ressentimento, se fosse abolida a repressão, voltar-se-ia contra toda a ordem social, que tem uma tendência intrínseca a evitar que seus membros compreendam os mecanismos de sua própria repressão” (Horkheimer, 2015a, p. 159). E, assim, sob tais mecanismos de integração do indivíduo a uma ordem social injusta, aparentemente “livre de conflitos”,²⁷ acrescenta Horkheimer que a “espontaneidade da classe trabalhadora tem sido afetada”, onde o processo de trabalho se dissociou de teorias críticas, antes formuladas pelos grandes pensadores do século XIX. Diante disso tudo, a integração e sua contraface, o ressentimento, como desdobramentos dos modos de dominação, contribuem para a rendição dos sujeitos aos poderes existentes: “hoje, as organizações de trabalhadores, em seu próprio esforço para melhorar o *status* do trabalho, são levadas inevitavelmente a contribuir com aquela pressão” (p. 159).

Desse modo, o diagnóstico da situação do indivíduo revelou as tendências da sociedade, de forças objetivas sobre o particular, que têm impedido uma vida verdadeiramente humana, numa ordem social na qual “a sociedade moderna não está longe de ter realizado o sonho tecnocrático”, por meio de suas aptidões técnicas administrativas e gerenciais veneradas pela “mentalidade objetiva de nossa época” (Horkheimer, 2015 a, p. 170), utilizadas para a reprodução da realidade. Mas a contraface disto, ressalta Horkheimer, são os comportamentos regressivos suscitados pela cultura, que, em seu funcionamento e bases estruturais, consiste em produzir as mesmas condições favoráveis às políticas nazifascistas. As regressões dos sujeitos socialmente mediadas têm servido de fermento para os movimentos extremistas atuais, apresentando o potencial de violência inscrito na era da socialização total. Essas ideias foram desenvolvidas no capítulo *A revolta da natureza* (Horkheimer, 2015a) do livro *Eclipse da Razão*. Por meio da regência de demagogos para a adesão dos indivíduos à coletividade opressora, os comportamentos regressivos *miméticos* passariam a ser utilizados e administrados para fins de liberação autoritária dos impulsos sob as formas de destruição.

²⁷ Horkheimer (2015a, p. 167) diz: “os tecnocratas sustentam que a superabundância de bens produzidos em super linhas de montagem eliminará automaticamente toda a miséria econômica. Eficiência, produtividade e planificação inteligente são proclamados os deuses do homem moderno”.

Na esteira da crítica do *mundo administrado*, Horkheimer, nos escritos da última fase – por exemplo, nos fragmentos reunidos em *Sociedade em transição* (1976) e *Anelo de justiça* (2000) –, dá continuidade à análise de questões suscitadas no interior das relações desumanas do mundo contemporâneo, de forças irracionais presentes na sociedade que têm constantemente negado as realizações de uma vida mais digna, quando tais condições materiais para tal já as permitem. A sociedade administrada, para além da análise da opressão que subsiste às relações econômicas capitalistas, articula-se à crítica da racionalidade da dominação, e esta crítica se estende para a crítica às relações mais pretéritas do homem com o “outro” da natureza, que teve que ser dominada e superada: reiteradamente, tal necessidade de dominação sobre ela (sobre a natureza e a tudo que possa vir a lembrá-la) tem sido provocada pelas condições objetivas dadas da sociedade irracional (Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 1976; 2000).

Isso posto, acrescentamos que, nos ensaios encontrados em *Anelo de justiça*, Horkheimer (2000) se propôs a pensar uma forma de individualidade não mais voltada para a apatia, calcada na “frieza burguesa” calculadora, e sim uma em que, na contramão da racionalidade instrumental, os indivíduos pudessem voltar suas consciências para as condições que têm propiciado o sofrimento próprio e alheios no mundo atual, na qual a razão, apercebendo-se de seus próprios limites e afinidades com a destruição, impulsionasse outro modelo de razão e sensibilidade. Essa deverá se assentar, enquanto agente de compreensão ética e moral, na ideia de compaixão e de solidariedade pelos seres em dor. Encontramos tais ideias nos seus últimos escritos acerca de uma *teologia negativa*, articulada à filosofia crítica metafísica de Schopenhauer, na qual Horkheimer (2000) extrai a atualidade do pensamento do filósofo do pessimismo crítico. Nas ideias de Schopenhauer acerca da “vontade cega” na história, Horkheimer vê o prenúncio do mundo administrado; ou seja, ele se apropria de Schopenhauer em suas ideias centrais – o “impulso destrutivo da vontade” – à luz da análise do mundo administrado do capitalismo tardio, de uma sociedade regida pela racionalidade dominante que tem aprisionado os homens e destruído a natureza.²⁸ Nestes últimos escritos, Horkheimer quis realizar uma crítica contundente do modelo de razão subjetiva das sociedades administradas, pois enxergou no pensamento de Schopenhauer um conteúdo de verdade ao mostrar o negativo da história: a infelicidade e o desamparo humano na totalidade que

²⁸ Não cabe aqui aprofundar na temática da teologia negativa em Horkheimer por questão de espaço. Para isso, indicamos as seguintes leituras: *Max Horkheimer: teoria crítica e barbárie* (Silva, 2011), e *Das lágrimas das coisas: estudo sobre o conceito de natureza em Max Horkheimer* (Chiarello, 2001).

visa sacrificar todo particular em nome de seus ideais, do que denominou como “progresso”. Transcrevemos o seguinte trecho:

Si el pensamiento de un ser infinitamente bueno, de un orden superior en el más allá, de un Otro distinto de este mundo de la mentalidad pragmático-científica en expansión, debe finalmente ceder y pasar, queda como última verdad metafísica el pesimismo, que profesó Schopenhauer [...]. La individualidad es pasajera, pero apunta a un Otro, al Absoluto, al Eterno. La vontade solo es mala, según Schopenhauer, cuando se expresa como un individuo contra los otros, pero no es mala cuando un individuo, en lugar de afirmarse, realiza su verdadera identidad con los otros seres y siente su sufrimiento como suyo propio (Horkheimer, 2000, p. 127).

Ademais, citamos o seguinte trecho da conferência *Teoria crítica ontem e hoje*, de 1969, no qual Horkheimer fala da amplificação de estruturas de poder voltadas para maior domínio da natureza e das relações humanas, geradoras de maiores sofrimentos em inúmeros humanos e demais vidas – martírios produzidos em vão para a manutenção das relações de produção – para que a engrenagem do sistema de um mundo falso continue funcionando: “Pessimista é, efetivamente, minha ideia sobre a culpa do gênero humano, pessimista em relação para onde corre a história, a saber, para o mundo administrado” (Horkheimer, 1976, p. 70). No livro *Anseio de justiça* (2000), também encontramos as seguintes passagens: “Yo caracterizaría a nuestro tiempo como fase de transición hacia la sociedad absolutamente racionalizada”. E mais: “Todo lo que no es puramente funcional se considera estupidez y superstición; lo que se desarrolla nos es el individuo sino el colectivo, como en el mundo animal” (Horkheimer, 2000, p. 204-5).

A ideia de mundo administrado, assim, se vinculou à amplitude de análises acerca do aspecto “total do capital”, cuja irracionalidade presente na racionalização do mundo determinou a destruição e a barbárie no interior da cultura. A inversão da razão em “totalidade” e totalitarismo, e que culminou nas instâncias de dominação e de produção de injustiças, acabou sendo justificada pelos argumentos de “neutralidade”, “administração”, “eficiência”, “técnica” e “progresso”. Essa razão, esvaziada de seus ímpetos emancipatórios, reduzida exclusivamente ao cálculo e à autopreservação, principalmente sob as circunstâncias histórico-sociais da modernidade burguesa nas suas relações de produção predominantes, reproduziu a necessidade de dominação sobre o diverso, quando tal necessidade já deveria ter sido superada no mundo atual. Com a consolidação do capitalismo, os objetivos de exploração e lucro fortalecidos pelo desenvolvimento tecnológico, manejados e controlados pelos monopólios e oligopólios

econômicos, têm sido utilizados para a destruição intensa dos recursos naturais e ambientais e para a modelação das consciências subjetivas, impelindo os sujeitos ao sofrimento numa vida esvaziada de sentido, obscurecida pelas falsas necessidades criadas e impostas pelos processos sociais de integração. O todo social organizado sob tais moldes acabou por criar mecanismos sociais e culturais onipresentes de adaptação e opressão dos sujeitos à realidade, para a preservação da engrenagem socioeconômica dos oligopólios, cujos fundamentos, como já acentuados acima, decorreram do formato da razão dominadora preexistente desde tempos históricos longínquos,²⁹ desembocando no triunfo do cálculo burguês, com suas tendências à concentração e à monopolização de poder (Horkheimer, 2012; Horkheimer e Adorno, 2006). Se na fase concorrencial a dominação se dava por questões econômicas (nas relações de propriedade e na venda de força do trabalho, na qual a vida e a morte dos sujeitos se assentavam no ganho de dinheiro e na força anônima do mercado), na monopolista ela começou a se prolongar por outros meios, mais diretos e mais agressivos. Estes meios se deram pelo acesso e controle – por parte dos senhores – do dinheiro, das forças de produção e dos aparatos tecnológicos, pelos quais puderam controlar diretamente os antagonismos sociais, dispondo dos corpos e mecanismos psíquicos dos sujeitos, na satisfação de seus desejos e necessidades (inteligência e sentidos); sujeitos que, transformados em objetos de administração, tornaram-se pressionados a aderirem de forma consciente e inconsciente aos coletivos diante de toda a “maquinaria atomizante” das sociedades industrializadas (Horkheimer, 2015a).

Em Adorno, dos seus escritos da década de 40, podemos citar o texto *Reflexões sobre a teoria de classes*, que irá depois compor uma das partes de *Dialética do esclarecimento*. Neste ensaio, encontramos questões sobre a economia monopolista e totalitária de controle e poder que se vincularão à tematização das sociedades administradas em outros escritos posteriores. Adorno (2020a) apresenta que a antiga opressão social e os antagonismos de classe continuam vigorando na fase mais recente do capitalismo tardio, só que de forma ocultada pelo planejamento econômico, nos seus processos de dominação e mistificação da realidade. De forma semelhante a Horkheimer, Adorno também vai apresentar que, na sociedade de classes do século XX, os monopólios configurarão uma sociedade organizada e racionalizada para fins de intensificação de

²⁹ Como bem disse Adorno (2020a, p. 259): “Na extensão do conceito de classe ao passado longínquo, a teoria não denuncia apenas os burgueses, cuja liberdade, com propriedade e formação, dá continuidade à tradição da velha injustiça. Ela se volta contra o próprio passado”.

ganhos particularistas (Regatieri, 2019). Ele afirma que, com o aumento da coerção na sociedade totalmente administrada pelo *big business* e suas técnicas onipresentes – na qual a concentração de capital acentuada pela fase monopolista expressa a sociedade como um todo em sua hierarquização, injustiça e desigualdade –, a máxima do “caráter de fetiche da mercadoria” apreçoada por Marx tem sido realizada. A ideia de reificação e de relações reificadas entre os sujeitos, inseridos nas massas, tornaram-se proeminentes na fase dos monopólios:

A classe dominante desaparece por detrás da concentração de capital. Esta lançou um tamanho e ganhou um peso próprio por meio dos quais o capital apresenta-se como instituição, com a expressão do capital como um todo. O particular usurpa o todo em virtude da onipotência de sua imposição: o velho caráter de fetiche da mercadoria, que reflete as relações de seres humanos como relações de coisas, culmina no aspecto social total do capital. Hoje, a ordem da existência como um todo se converteu em tais coisas. Todas as coisas se tornaram hoje a ordem inteira da existência (Adorno, 2020a, p. 264).

Adorno (2020a) recorre à teoria de Marx, mostrando que a sua crítica ao capitalismo concorrencial direcionada à economia política contém elementos que esclarecem as injustiças históricas passadas, lançando luz aos fundamentos encontrados nas relações entre os homens, que sempre se basearam na opressão. Ou seja, o período monopolista, figura atual de dominação, foi herdeiro de formas anteriores de opressão e ilumina a história da dominação em sua totalidade, a qual a teoria marxista acabou por expor ao também mostrar a presença de forças “estáticas” na “dinâmica histórica” e a permanência da penúria no desenrolar da humanidade ideias de livre concorrência e liberdade se revelaram como ilusórias, a universalidade da injustiça se presentificou nas relações assimétricas entre dominadores e dominados, exploradores e explorados. Retomando os fundamentos hegelianos em Marx, Adorno ressalta que a teoria marxista rompeu com a falsidade do idealismo hegeliano ao expor “a força irreconciliável do negativo”, ao desvendar, na análise da calamidade mais recente – a desigualdade e a desumanidade, bem como a reificação dos homens –, os contornos da pré-história, a não realização universal da justiça propugnada pela filosofia idealista burguesa: “A força irreconciliável do negativo, que põe a história em movimento, é aquela que os exploradores exercem sobre as vítimas” (Adorno, 2020a, p. 261). A violência que os seres humanos sempre perpetuaram sobre os demais, a partir do estabelecimento de hierarquias mais pretéritas de poder dos mais fortes sobre os mais necessitados (o poder imposto pela exploração do trabalho do outro), é a expressão do próprio histórico que culminou na

Modernidade.³⁰ Assim, a ideia de que no percurso da civilização a desumanização foi reproduzida e perpetuada é discutida por Adorno neste ensaio, que, por sua vez, dá o ensejo inicial às críticas ao mundo administrado, pelo qual a violência e opressão se deram, sob o formato da administração técnica.

Contrariando o prognóstico da luta de classes sobre a possibilidade de emancipação da classe oprimida para pôr fim ao horror, Adorno (2020a) ressalta que, na “fase mais recente da sociedade de classes”, dominada pelos monopólios, a consciência sobre a divisão e a injustiça sociais caiu no esquecimento, com o aumento de padrão de vida dos trabalhadores³¹ propiciado pelo planejamento econômico: “A onipotência da repressão e sua invisibilidade são a mesma coisa” (Adorno, 2020a, p. 262). Com o desenvolvimento de forças tecnológicas de produção e os subsídios oferecidos aos trabalhadores, esses tiveram suas jornadas de trabalho diminuídas, melhores possibilidades de alimentação e moradia, dentre outros ganhos também conquistados pelas organizações sindicais. Mas isso não significou que houve a eliminação da miséria e da necessidade de produção de exército de reserva, nem tampouco a escassez foi combatida, apesar das aparências de uma sociedade mais “harmônica” e racionalizada sob a égide do capitalismo organizado. A melhoria da situação econômica, reitera Adorno (2020a), foi conquistada às custas dos lucros obtidos pelos monopólios (com seus enriquecimentos e novas formas de exploração), que, de forma não declarada, sustentam o desemprego estrutural densamente planejado, apesar da “aparência de trabalho e salário” (Adorno, 2020a, p. 268). Assim, o sistema do capitalismo administrado consegue assegurar “a existência dos escravos dentro da escravidão”, conservando e fortalecendo a impotência política e social dos oprimidos, que desde sempre se apresentou na história da dominação. Na atualidade, sob tal administração repressiva da sociedade massificada, de falsa abundância e falso igualitarismo “nivelador” entre as classes, a consciência das relações de capital e seus efeitos perversos nas formas de crueldade e desumanização produzidas tornaram-se ocultadas da percepção dos sujeitos. Esse véu tecnológico caracteriza, então, a nova fase do capitalismo, em que os modos de exploração e

³⁰ “Justamente o mais novo, e somente ele, é o antigo terror, o mito que consiste precisamente naquele cego progresso do tempo; que contém em si com malícia paciente e estupidamente onisciente, tal como o burro que devora a corda de Ocnos. Somente quem reconhece o mais novo como o igual serve àquilo que seria diferente” (Adorno, 2020a, p. 261).

³¹ Diz Adorno (2020a, p. 267): “Os proletários têm mais a perder do que os seus grilhões. Em comparação com as condições inglesas de 100 anos atrás, tal como se apresentavam diante dos olhos dos autores do *Manifesto*, seu padrão de vida não piorou, mas, sim, melhorou”.

expropriação sobre os trabalhadores, que ainda tendem a vigorar de forma mais acirrada, foram modificados, e na qual o antagonismo de classes cada vez mais acentuado tem sido ofuscado pela ilusão de “mais liberdade” e abundância fomentada pelas sociedades atuais, tornando invisível para os sujeitos a “velha” injustiça histórica:

A organização total da sociedade por parte do grande monopólio e da sua técnica onipresente ocupou tão completamente a realidade e a mente dos homens que a ideia de que as coisas poderiam ser de algum modo diversas tornou-se um esforço desesperado (Adorno, 2020a, p. 272).

A desumanização decorrente das relações sociais de produção, com seus efeitos na deformação das consciências, não foi negligenciada, segundo Adorno, pela teoria marxista, pois ela pôde denunciar o componente ideológico da ideia de individualidade burguesa ao expor que para aqueles que estão por baixo (os não proprietários), tal individualidade foi sempre negada: “A contraposição com o proletariado desautoriza o conceito burguês de ser humano, assim como os conceitos da economia burguesa” (Adorno, 2020a, p. 271). Indo além do diagnóstico de Marx, diz Adorno que a desumanização é na verdade a imanência do oprimido no sistema, que agora mantém as pessoas sob os grilhões de uma vida falsa, ilusoriamente reconciliada. A inverdade dos pressupostos liberais tornou-se tão visível sob os monopólios, assim como a sobrevivência de classes tornou-se invisibilizada na sociedade massificada, na qual a classe dominante desaparece por detrás da concentração de capital. O curso da ação colocou um fim ao “episódio liberal” com a autoproclamação de um grupo seletivo para o exercício do poder, que se transformou numa “classe anônima”. Desta forma, a noção de *sociedade administrada* é condizente à estrutura e ao modelo de organização social sob o estágio tardio do capital, pois caracteriza a fase na qual o processo de produção tem aumentado com o poder técnico-científico, e os processos de trabalho têm se modificado com a automação, aperfeiçoados e organizados sob a regência da racionalidade administrativa. A inversão da sobreposição tecnológica à mão de obra humana, que também exige cada vez mais flexibilidade no trabalho (e mais mão-de-obra descartável), e o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, deformaram a consciência verdadeira dos empregados e trabalhadores acerca da dominação, assim fazendo com que a nova organização do trabalho não seja entendida como exploração: “Sob o monopólio, a desumanização se consuma nos civilizados não como brutalidade não compreendida, mas como reificação que compreende eles mesmos, pois ela coincide com sua

civilização” (Adorno, 2020a, p. 272). Os senhores dos monopólios, ao transformarem a sociedade num sistema, fazem uso das técnicas de propaganda e da produção de bens culturais massificados para a integração dos sujeitos à realidade, na qual a servidão individual passa a ser fortalecida pelo “véu tecnológico” fornecendo a ilusão de que a liberdade foi alcançada pelo progresso, e de que a vida “confortável” e sem necessidades se realizou. Isso tudo é reproduzido também pelos meios de comunicação de massa. No campo da produção industrial, sob o comando dos especialistas técnicos e administradores, e com a maior intensificação da divisão do trabalho, os trabalhadores foram moldados profundamente em suas entregas aos líderes e organizações, diferentemente dos operários anteriores, fisicamente brutalizados pelas condições extenuantes das fábricas. O que agora se tornou mutilada foi a consciência dos empregados que, junto ao aumento de seu padrão de vida, encontram-se cada vez mais impotentes em termos sociais e políticos. Neste mecanismo de dominação, a autopreservação do sistema é conseguida por meio da busca pela autoconservação da classe oprimida, que não se enxerga mais como classe. O conceito de classe é então colocado sob tensão em face das condições de reificação do capitalismo tardio, quando Adorno diz que é mais apropriado falar de um “duplo caráter de classe”, que abarque seus momentos de verdade e falsidade, de unidade e não unidade:

Isto torna necessário considerar o próprio conceito de classe tão de perto a ponto de ser simultaneamente retido e transformado. Retido: porque seu fundamento, a divisão da sociedade em exploradores e explorados, não apenas continua a existir de modo tão atenuado, mas porque está aumentando em termos de coerção e consistência. Modificado: porque os oprimidos, segundo o prognóstico da teoria, hoje a enorme maioria dos seres humanos, não conseguem experimentar a si mesmos enquanto classes (Adorno, 2022, p. 262).

Adorno aponta que tal ofuscamento também diz respeito à burguesia, na medida em que os proprietários exercem sua opressão sobre os trabalhadores, mas lembrando que entre eles mesmos, sob a coerção dos monopólios, os mais fortes e com mais poder de capital, exercem seu poder entre eles sobre os mais fracos. Dentro deste cenário de ofuscamento e opressão generalizados, a distância entre uma grande massa de despossuídos e um grupo cada vez menor de proprietários concentradores de riqueza aumentou gradativamente, mas, diferentemente do que Marx previu:

A tensão aumentou tanto que não há absolutamente mais nenhuma tensão entre os polos incomensuráveis. A pressão incomensurável da dominação dissociou as massas de tal modo, que até a unidade negativa da condição de ser oprimido [...] é dilacerada. Por isso, elas são imediatamente confiscadas pela unidade do sistema que lhes atrai (Adorno, 2020a, p. 262).

Entendendo o recrudescimento da injustiça e de formas de poder social por meios mais sofisticados tecnologicamente – inclusive pelas conquistas de forças produtivas –, Adorno também ressalta que, na sociedade planificada, a impotência dos sujeitos também administrada pelos monopólios fez com que as formas de dominação migrassem para o interior da subjetividade. Assim, a cultura de massas é ressaltada como forma de coerção sobre os indivíduos ao fornecer a eles “modelos prontos para a imitação”. Embora nada disso permita depreciar a importância do conceito de indústria cultural (desenvolvida posteriormente), ficam evidentes tanto o cerne materialista da reflexão adorniana quanto a mudança na análise para as formas de controle do capitalismo tardio, da economia monopolista. Se antes a ideologia liberal estava muito mais imbuída na camada estrutural, poucos anos depois o diagnóstico da sociedade administrada apresentou a questão da ideologia com contornos ainda mais sufocantes, o que foi designado como *indústria cultural* (Horkheimer e Adorno, 2006).

Isso posto, a noção de mundo administrado aparecerá posteriormente de forma mais madura na obra *Dialética do esclarecimento*, da qual aqui damos destaque às análises da *indústria cultural*. Os diagnósticos feitos por Horkheimer e Adorno (2006) em *Dialética*, como já havíamos alertado, terão impactos a longo prazo nas produções dos autores para a análise da barbárie incrustada no processo civilizatório que se vincula ao entendimento das raízes profundas do nazifascismo, na medida em que este aponta para as estruturas profundas do trajeto da espécie humana calcada na dominação unívoca da razão sobre a natureza que, por sua vez, ilumina as forças irracionais presentes nas tendências do capitalismo (Puzone, 2016). A noção de *indústria cultural*, assim, visa abarcar a dimensão ideológica das sociedades totalitariamente administradas, na qual a ideologia das sociedades capitalistas se apresenta sob uma nova configuração.³² Desse modo, Adorno e Horkheimer apresentam tais aspectos da dominação diante da colossal maquinaria desencadeada pela industrialização: a homogeneização da cultura com seus impactos sobre a reificação das consciências individuais e nas relações coisificadas entre os sujeitos suscitadas pelos mecanismos psicossociais de controle; a reprodução da realidade por meio da indústria do entretenimento, fazendo com que os membros da sociedade atual suportem suas contradições e sua violência objetificada sem questioná-las. Nesse sentido, os sujeitos, longe de se tornarem mais “livres”, encontraram-se mais

³² Adorno e Horkheimer desenvolvem melhor esta questão da ideologia que, sob o capitalismo tardio, mudou de função e conteúdo, no capítulo *Ideologia* do livro *Temas básicos da sociologia* (1973).

ajustados e conformistas frente à realidade. A exatidão técnica da indústria cultural, por meio de seus aparatos de entretenimento (cinema, rádio, TV), levou os espectadores a se entregarem e a se identificarem com a ordem existente, pois suas produções têm buscado copiar e reproduzir as trivialidades da vida cotidiana com a maior perfeição possível, reiterando e glorificando a realidade. Assim, a indústria da cultura se tornou uma verdadeira fábrica de adestramento dos sujeitos, trazendo à tona as discussões de Adorno e Horkheimer (2006, p. 103) acerca da perda da experiência sob o capitalismo avançado, a partir da oferta de clichês e estereótipos das propagandas, com a concomitante reversão da imaginação ativa pela “recepção ávida” dos sujeitos aos produtos oferecidos pela indústria e sua publicidade carregada de fórmulas prontas de “explicação do mundo”. Os indivíduos, incapazes de fazer experiência e de autodeterminação, estimulados a buscar orientação nas regras impostas externamente e reduzidos a objetos da administração pelos grupos que obtêm os monopólios do *mass media*, os mecanismos da indústria cultural, acabam por interpretar a sociedade capitalista atual como uma “rede fechada” e mais “desenvolvida” que se conquistou na história, eliminando possibilidades de pensamento e de anseios por um outro mundo não pautado pela desigualdade e desumanização.

Tal noção mostra o quanto a extensão da administração pelos monopólios sobre a vida política e social também afeta e se estende para a psicologia do indivíduo, agora também transformado em objeto, administrado de forma consciente e inconsciente. Os espaços privados de formação e de experiências subjetivas singulares – outrora redutos de oposição à realidade, ainda que a cultura sempre estivesse assentada sob a divisão do trabalho – foram extraídos da vida das pessoas e transformados em espaços de controle, pelos quais o capital visa exercer seu poder absoluto. A indústria da cultura, assim, seria um ramo relacionado aos monopólios econômicos do capitalismo tardio que vai além da mera crítica do “estatuto da arte e da cultura” na atualidade (Jameson, 1996), pois efetiva as tendências do capital à universalização: “A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até os mais distraídos vão consumi-los alertamente” (Horkheimer; Adorno, 2006, p. 105). Ou seja, os sujeitos se transformaram naquilo mesmo a que foram reduzidos nesse sistema de produção e reprodução, pois, “cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria” (p. 105).

Nesse sentido, outro mecanismo psíquico produzido pelas técnicas de publicidade da indústria cultural é o de suscitar o desejo com a “promessa de realização do prazer”,

na excessiva exposição de seus produtos a serem consumidos e usufruídos. A indústria da cultura tende a assimilar e a administrar a linguagem pulsional dos indivíduos minando as tensas relações outrora existentes entre a esfera psíquica inconsciente e a sociedade,³³ ao promover uma falsa gratificação, subsumindo o desejo aos objetos do entretenimento e de consumo com suas promessas de “felicidade” e realização individual. Nos processos econômicos dos monopólios, o indivíduo se tornou um obstáculo à produção, enquanto outrora as capacidades de mais autonomia e empreendimento individuais se faziam imprescindíveis para a organização social do capitalismo liberal, calcado em condições objetivas que também proporcionavam um desenvolvimento individual mais “independente”. Sob o domínio das grandes empresas e a alta racionalização da produção, o sujeito econômico livre foi abolido, na era dos trustes. Esse indivíduo, entretanto, no qual a economia de mercado se apoiava e que ela incitava, também forneceu o material para que a psicanálise formulasse a sua teoria, voltada para a crítica do modelo de individualidade tendo em vista suas insuficiências e contradições mediante a sociedade opressora – a “mônada psíquica”, a dinâmica conflitiva entre isso, eu e superego: “Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 167).

O esquema da cultura de massa desapropria os sujeitos de seus mais íntimos impulsos internos – inclusive os mais recalcitrantes contra a realidade – ao já determinar modelos e “palavras de ordem” a serem seguidos, encarnados nas celebridades que estão em “alta” e nos bens simbólicos lucrativos que, tornados como objetos e símbolos de identificação coletiva, transformam as pessoas naquilo que o sistema as força a serem (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 127). Entretanto, neste jogo perverso de promover a falsa sublimação (“a indústria cultural não sublima, mas reprime”), o resultado é a humilhação do prazer e, conseqüentemente, a do próprio sujeito em sua singularidade. Nessa seqüência, a extensão da reificação promovida pelo todo social tende a abarcar até mesmo o campo mais profundo daquilo que faz os sujeitos se distinguirem enquanto seres

³³ Dizem Horkheimer e Adorno (2006, p. 167), no fragmento *Elementos do antisemitismo*: “A psicanálise apresentou a pequena empresa interior que assim se constituiu como uma dinâmica complicada do inconsciente e do inconsciente, do id, ego e superego. No conflito com o superego, a instância de controle social no indivíduo, o ego mantém as pulsões dentro dos limites da autoconservação [...]. Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada”.

particulares: suas fantasias, sonhos e gostos etc. que, socialmente mediados, não deixam de apontar para o irreduzível do psiquismo individual. Assim:

A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o prazer, emitida pelo enredo e pela encenação, é prorrogada indefinidamente: maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegaremos à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio. Ao desejo, excitado por nomes e imagens cheios de brilho, o que enfim se serve é o simples encômio do cotidiano cinzento ao qual ele queria escapar (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 115).

A falsa identidade entre sujeito e sociedade produzida por tais esquemas de integração do estágio do capitalismo monopolista aponta para a tragicidade dos indivíduos reduzidos a nada na sociedade todo-poderosa, como membros da maquinaria, na qual a cultura industrializada favorece a resignação e desenvolve mecanismos psíquicos de distorção da realidade que, cindida e antagônica, aparenta ser satisfatória por meio de seus bens de consumo supérfluos. Porém, como já ressaltado, a análise da indústria cultural vem fundamentada na análise da ordem social objetiva, caracterizada pelas contradições sociais e intensas relações de dominação e exploração dos sujeitos, sendo a expansão dos oligopólios movida pela produção de mais-valor estendida a todos objetos, administrando a economia psíquica mais privativa de pessoas imersas nesta totalidade social e promovendo uma falsa vida de satisfações ilusórias e regressivas.

No ensaio *Capitalismo tardio ou sociedade industrial*, Adorno (1986) apresenta uma refinada análise das contradições sociais do tardo-capitalismo. Nesse escrito, produzido nos anos 60, ele discute que, sob a aparência criada pela engrenagem tecnológica de que o “interesse universal” de mais igualdade foi concretizado – o que, na verdade, mostra-se como interesse pelo *status quo* – e de que o trabalho se libertou sob o avanço técnico, as antigas relações de produção continuaram vigendo, assim como o trabalho heterônomo também prevaleceu, testemunhando o entrelaçamento entre progresso e regressão, entre progresso e mais opressão no sistema atual. A exploração do trabalho se tornou obsoleta em face do desenvolvimento de forças objetivas, revelando a irracionalidade da atual estrutura social, na qual o trabalho industrial, em seus modos de procedimento, organização e racionalização, tornou-se o modelo da sociedade como um todo, mas para efetivar maior controle sobre os indivíduos e produção de mais-valor: “Evolui para uma totalidade, porque modos de procedimento que se assemelham ao modo industrial necessariamente se expandem, por exigência econômica, também para setores

da produção material, para a administração [...], para aquela que se denomina cultura” (Adorno, 1986, p. 68). Dessa forma, o predomínio das relações de produção que demonstra que a sociedade atual se trata de um capitalismo mais agressivo, só se desenvolveu tendo em vista a manutenção de maior servidão dos sujeitos ao aparato, para que a irracionalidade da sociedade baseada no lucro continue perdurando, tornando os indivíduos cada vez mais descartáveis: “Dentro das relações de produção vigentes, a humanidade é virtualmente o seu próprio exército de reserva, e é sustentada” (Adorno, 1986, p. 69). O poderio das relações de produção, cujo aumento de bens materiais de consumo exigiu uma administração mais eficaz e “ditatorial” da sociedade, tornou-se a quintessência da reprodução capitalista, na qual tais relações detêm a supremacia em relação às forças técnicas, assim instaurando uma modificação nas relações entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, anteriormente analisadas pela teoria marxista: “A produção tornou-se uma finalidade em si e bloqueou o objetivo que seria a realização plena da liberdade” (Adorno, 1986, p. 72). Tal “aparelhagem técnica” se autonomizou de tal modo com relação aos seres-humanos que se tornou irracional, o que significou não estar mais voltada para a geração de riqueza e bem-estar para todos, mas para os interesses do próprio capital. E, paralelamente aos processos econômicos de dominação para a manutenção das massas sob controle, Adorno (1986, p. 72) também ressalta o lado tecnológico presente nas formas de manipulação fornecidos pelos meios de comunicação de massa, “nos quais a tecnologia permite que a escolha e a apresentação da notícia e o comentário a partir de poucos pontos sejam suficientes”, tendo um papel na modelação homogeneizante das consciências de seus consumidores.

Dentro do pensamento crítico-dialético para a abordagem do capitalismo contemporâneo, Adorno atenta-se para a crítica imanente presente nas categorias marxistas que trazem em si princípios que negam seus próprios fundamentos e bases objetivas, que são os da crítica de Marx voltadas à ideia de “livre-concorrência”, ao contrato livre e ao livre mercado de “indivíduos autônomos”, também quando confrontadas com o prognóstico de Marx acerca do primado das forças produtivas que romperia com as relações de produção, na fase liberal do capitalismo. Nas sociedades administradas, a atual sociedade, nas suas relações sociais e no seu processo de “racionalização [que] se assemelha à racionalidade técnica”, reitera Adorno que “as forças produtivas acabaram indubitavelmente se tornando mais flexíveis” (Adorno, 1986, p. 69). Diante da nova sociedade administrada, sob um capitalismo pós-liberal

reacionário, as relações produtivas teriam se tornado demasiado ampliadas, com a consolidação da indústria cultural e a inversão das relações produtivas frente à tecnologia ultra avançada dos meios, ocasionando uma sobreposição destes à mão de obra humana. As transformações da lógica da produção dificultariam, assim, a consciência verdadeira acerca da dominação ideológica e da intensiva exploração pelo excedente do trabalho. Nesse sentido, as categorias marxistas foram preservadas e criticadas na análise de Adorno sobre o capitalismo perverso, ao poderem confirmar tanto os traços fundamentais da sociabilidade burguesa, de diferentes épocas de modos de acumulação – as relações de exploração e a concentração econômica em diferentes períodos históricos da modernidade –, quanto ao de não se atentarem para a transição do *laissez-faire* liberal para o Estado autoritário. De modo contrário ao marxismo então corrente, a teoria crítica denuncia que o ideal de emancipação estaria ameaçado pelo surgimento de sociedades tecnocráticas e planejadas, que atuariam diretamente sobre a compreensão ortodoxa da função que o conceito de “massa” (a consciência de classe) possuía, levando a sua perda de relevância para a emancipação social. Não obstante, tais traços também estavam implícitos na crítica marxista da economia política e se efetivaram no período atual do capitalismo avançado: a concentração e a centralização de poder pelos oligopólios; a integração dos trabalhadores ao capital.

Sobre as sociedades administradas pelos monopólios, Adorno (1986; 2020a) então retoma algumas das categorias da economia política para o diagnóstico de época, assim revelando aspectos estáticos presentes na sociedade atual que, apesar de seu dinamismo e aparência de “opulência”, funciona por meio da planificação econômica e do exercício consciente do domínio com o uso de formas mais violentas de coerção sobre os sujeitos por parte de grandes corporações – os monopólios de meios de comunicação, por exemplo –, que têm maior controle da tecnologia. Ressalta ainda que a dominação sobre seres humanos continua ainda a ser exercida pelos processos econômicos, atingindo não somente as massas, mas seus mandantes e apêndices, a partir da transformação dos indivíduos em instrumentos e funções “de seu próprio aparelho de produção”:

Se a teoria da miséria crescente não foi demonstrada *à la lettre*, ela se confirmou, porém, no sentido não menos assustador de que a falta de liberdade, a dependência em relação a um instrumental que escapa à consciência daqueles que dele se utilizam, estende-se universalmente sobre os homens. A tão deplorada falta de maturidade das massas é apenas o reflexo do fato de que os homens continuam não sendo senhores autônomos de sua vida; tal como no mito, sua vida lhes ocorre como destino (Adorno, 1986, p. 67).

Também ressalta Adorno (1986) que o poderio da abstração do valor de troca predomina na vida social como um todo, pela qual a impotência dos indivíduos tornou-se a expressão trágica da reificação total, e com esta as relações de produção se tornaram a “segunda natureza” da sociedade. Para a estabilidade do capitalismo, ocorreu o declínio de toda a burguesia clássica que não conseguiu se tornar monopólio, pois ela passou a se reunir às vastas fileiras de trabalhadores, assalariados, rentistas, todos juntos na busca de um par de vantagens sociais, mas também testemunhando que o mercado e o risco do investimento não são para eles, e que o Estado é um poder ominoso (Andrade e Gomide, 2023). Assim, pode-se falar tanto em declínio do indivíduo propugnado pelas teses filosófico-burguesas liberais, quanto pode-se falar em sociedade de massas. Apesar da aparência de abundância fornecida pelos esquemas de dominação do capitalismo tardio, milhares de pessoas ainda passam fome na terra e morrem de desnutrição como uma “condenação”, posto que: a sociedade enfeitiçada pela troca tornou a reprodução da penúria um elemento inerente ao progresso, como se fosse uma “maldição” necessária. No mundo administrado, no qual as necessidades são de antemão produzidas e deformadas – “Para o bem e para o mal, nas necessidades sempre já está presente a sociedade como um todo” (Horkheimer e Adorno, 2006) –, a constante ameaça à autoconservação – a ameaça de desamparo e a luta pela sobrevivência – tornou-se naturalizada, apesar da opulência do capitalismo tardio:

Mas muito mais importante, mais até que do que o quase *qui pro quo* entre necessidade, satisfação e interesse de lucro ou poder, é a constante e incessante ameaça de uma necessidade da qual todas as outras dependem: o puro e simples interesse em sobreviver. Presa num horizonte em que a todo momento a bomba pode cair, mesmo a mais opulenta oferta de bens de consumo tem algo de escárnio (Adorno, 1986, p. 72).

Encontramos na obra tardia de Adorno (2009), *Dialética negativa*, o contraponto estabelecido entre o processo social, fundamentado na lógica de equivalentes da sociedade burguesa (o valor de mercadorias), e a teoria do conhecimento, assentada na ideia de *ratio* cega e identificadora – em vista da trajetória da proto-história da razão burguesa que Adorno vai buscar, tentando entender seus limites e possibilidades libertadoras, não obstante sua efetivação no âmbito de classe (Adorno, 2009, p. 28). Adorno faz menção ao mundo administrado como a forma invertida, ou a realização às “avessas”, da ideia de totalidade propugnada pelo idealismo burguês acerca de uma vida

livre, com a concretização da modernidade e seus valores e ideias abstratas de fraternidade e igualdade: “No entanto, a filosofia precisa manter o sistema na medida em que o que lhe é heterogêneo se lhe apresenta enquanto sistema. E é nessa direção que se move o mundo administrado” (Adorno, 2009, p. 26). A totalidade atingida pela sociedade administrada, a forma capitalista de organização social, recaiu em irracionalidade e em totalitarismo, ao se estruturar de acordo com interesses “universalizáveis” de uma minoria, para fins de acumulação do capital, e obstrução de possibilidades objetivas e subjetivas para a transformação que levassem em conta o singular e os verdadeiros interesses de uma vida mais humana e livre. As sociedades capitalistas avançadas se transformaram então em grandes sistemas, ou seja, constituíram-se como puras sistematizações do mundo a partir das quais tentam estabelecer uma “falsa reconciliação” entre sujeito e objeto, particular e universal, indivíduo e sociedade, por meio da racionalidade administrativa utilizada pelos grandes negócios, por meio de seus esquemas de dominação que, por sua vez, “encadeiam os consumidores às grandes corporações” (Horkheimer e Adorno, 2006), tentando eliminar as contradições e conflitos sociais: “Enquanto princípio de troca, a *ratio* burguesa realmente assimilou aos sistemas com um sucesso crescente, ainda que potencialmente assassino, tudo aquilo que queria tornar comensurável a si mesma” (Adorno, 2009, p. 28). Grupos com poderes de decisão econômica e política têm se utilizado de meios racionalizados para maior perpetuação da engrenagem do sistema e para a ocultação dos antagonismos propiciada pelo “véu tecnológico”, promovendo a ideia de que a sociedade se tornou harmônica pelo seu “progresso”, e de que todos os desajustes sociais podem ser solucionáveis pela racionalidade tecnocrática, pelas certezas do conhecimento técnico-científico. Com isso, a totalidade social atual, calcada nas relações sociais de produção de dominação entre as classes, transformou-se em uma organização totalitária que busca eliminar o dissonante e o heterogêneo por meio de tentativas de administração e controle de conflitos sociais, de apagamento do particular e da individualidade, cujo sistema e lógica – voltados para a dominação e ordenamento do “caos” presente no mundo e na natureza – já se encontravam inerentes aos modos de pensamento tradicional, embasados na soberania da racionalidade formalizada que confrontava a natureza, o “não-idêntico”, sob a insígnia da razão.³⁴ A filosofia burguesa, em sua pretensão de totalidade e absolutização do sujeito,

³⁴ Transcrevemos o trecho a seguir, a fim de ilustrar: “Toda a filosofia em sentido enfático, em contraposição à filosofia cética que renunciou à ênfase, tinha em comum a sentença de que a filosofia só é possível como sistema. Essa sentença paralisou a filosofia quase tanto quanto as correntes empiristas [...]”.

e que se desdobrou no modelo positivado de conhecimento científico, não está isenta dos mecanismos formais que deram embasamento à dominação totalitária nas sociedades reificadas sob a divisão do trabalho. A lógica da identidade, que se voltou para a subsunção do diverso, manifestou-se na universalização do valor de troca, do raciocínio da equivalência – a equiparação ao sujeito do idealismo o que é distinto dele, na totalidade que funda “a identidade por meio da troca, [que] permanece incomensurável para os sujeitos que ela reduz ao mesmo denominador comum: sujeito como inimigo do sujeito” (Adorno, 2009, p. 17).

Em consonância aos trechos acima, remetemos às aulas de Adorno (2008) reunidas no livro *Introdução à sociologia*. Em alguns trechos, ele afirma que a sociedade administrada hoje se apresenta enquanto totalidade, no sentido de que os homens são reunidos “entre si unicamente graças à sua alienação”, à busca de próprias vantagens e lucro que expressa a forma social dominante regida pela abstração das leis de troca: “previamente a qualquer estratificação social particular, a abstração do valor de troca acompanha a dominação do geral sobre o particular” (Adorno, 2008, p. 109). Nesse sentido, tudo isso implica que a lei geral da sociedade – que se desenvolve com o avanço da racionalização para a integração total de seus membros e cujas tendências caminham para a progressiva irracionalidade –, é a de continuamente produzir tendências de desintegração social que acabam por incidir na economia psíquica dos sujeitos premidos pela ameaça de sobrevivência.³⁵ Isso indica que, sob a sociedade administrada pelos oligopólios, há processos sociais que provêm de interesses antagônicos entre grupos de poder, e aponta que, sob a aparência “de administração de conflitos” para a integração social, proporcionados pelas forças de poder econômico, existem conflitos que podem suscitar momentos de destruição e catástrofes no tecido social. Para aqueles que sentem os golpes da exclusão e da ameaça, alijados de decisão política e desprovidos de liberdade, os movimentos extremistas, conforme Adorno (2020b) irá discutir em outros momentos, acabam servindo de catalisadores de sentimento de revolta difusos e não elaborados, numa sociedade em vias de desintegração, com suas crises ambientais, sociais e educacionais. Um dos “sintomas sociais” produzidos nesse tecido social seria o

O sistema, uma forma de representação de uma totalidade para a qual nada permanece exterior, posiciona o pensamento absolutamente ante todo e qualquer conteúdo e volatiliza o conteúdo em pensamentos: de maneira idealista antes de toda argumentação em favor do idealismo” (Adorno, 2009, p. 29).

³⁵ Em *Dialética negativa*, Adorno diz: “Sua irracionalidade, que se intensifica sob a pressão de uma racionalidade particular, ou seja, a desintegração por meio da integração, oferece pretextos para tanto” (Adorno, 2009, p. 29).

surgimento de segmentos extremistas, apoiadores de ideias afinadas com o fascismo, tal como os frankfurtianos expuseram extensamente nos seus estudos, e como podemos constatar sobre a atualidade com respeito ao crescimento do autoritarismo e totalitarismo no cenário mundial.

Em Marcuse, nos seus textos *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo*, de 1942, e *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, de 1941, começam a ser delineadas as ideias sobre o processo de racionalização da sociedade industrial avançada sob a administração de grupos sociais de poder econômico e político, assim como a discussão sobre a *racionalidade tecnológica* em suas contradições e difusão na ordem social. Nestes textos iniciais, Marcuse empreende uma discussão substancial das relações históricas entre o Estado Nacional-Socialista, as tendências da sociedade capitalista industrial, a tecnologia e as novas formas totalitárias de dominação cultural (Kellner, 1999). Paralelas às questões trazidas pelas análises voltadas às sociedades industriais avançadas e ao seu poder tecnológico, em Marcuse (2015) podemos encontrar uma noção similar de sociedade administrada no termo que cunhou posteriormente como *sociedade unidimensional*, para o diagnóstico do capitalismo no pós-guerra. Nesse, o pensamento de oposição e de negação da realidade de uma falsa sociedade se enfraqueceram, e até mesmo desapareceram no contexto do capitalismo tardio, tendo como foco de análise a *racionalidade tecnológica*, que se alastrou como forma dominante de pensamento e ajustamento dos sujeitos à realidade (Marcuse, 1999). Essa racionalidade, que teve como matriz a racionalização da produção industrial para sua eficácia e produção mais rápida de produtos, opera em conformidade com os padrões de precisão, classificação e eficiência originados no processo tecnológico de produção de bens industriais, sendo que tal sistema social baseado na eficácia tecnológica e burocrática-industrial tende a usar de mecanismos psicológicos, de impulsos humanos, para que o aparato continue. Veremos no tópico seguinte – *A ideologia da racionalidade tecnológica nas sociedades administradas* – as discussões de Marcuse sobre tais temas.

Visto isso tudo, por ora ressaltamos que as raízes da noção social e filosófica de sociedade administrada nos auxiliam com questões acerca do presente histórico. Os autores, preocupados com a natureza dos totalitarismos e seus vínculos com a concentração de capital, nos deixaram um legado de ideias e temáticas relevantes para o entendimento das sociedades contemporâneas, do século XXI. Encontra-se, assim, uma similitude de diagnósticos por parte deles sobre os rumos tomados pela sociedade

contemporânea pós-liberal, fundamentada num sistema de gestão integral da vida, por meio da liberação de forças tecnológicas mais avançadas com objetivos irracionais. Nesse sentido, as análises dos frankfurtianos sobre as configurações monopolistas da sociedade, com suas novas relações de trabalho e formas de acúmulo de mais-valor – suas incidências sobre a formação e a psicologia individual –, devem então ser retomadas, pois apresentaram as tendências irracionais e totalitárias do capital, tendo em conta seus mecanismos de dominação mais sofisticados e efetivos. Como afirmou Horkheimer (1977), a força de dominação para a qual os “órgãos de administração” da sociedade apelam é a mobilização do medo nos indivíduos, impelidos para a mera sobrevivência numa sociedade que os torna cada vez mais descartáveis e destituídos de sentido da vida. A petrificação das relações sociais tornou as relações de classe invisibilizadas para as massas, ao mesmo tempo em que tal cisão tem sido aprimorada pelas mesmas técnicas que geraram a sociedade atual. Os autores assim apontaram para um sistema que elimina a autonomia individual em suas formas de resistir, ao desenvolver mecanismos de dominação degradando as pessoas a “meros centros de reação que respondem ao todo” (Horkheimer, 1977, p. 119), a objetos de administração total.

1.2. A ideologia da racionalidade tecnológica nas sociedades administradas

De antemão, torna-se necessário destacar que as ideias iniciais de Marcuse, no Instituto de Pesquisa Social, na esteira da discussão sobre as modificações do capitalismo sob o cenário sombrio das duas guerras mundiais, terão seu desenvolvimento nas suas produções da segunda metade do século XX (Puzone, 2016), contribuindo e se vinculando à crítica das sociedades administradas do capitalismo tardio. Voltando-se para a análise de forças cada vez mais opressivas, desencadeadas pelas características inerentes às relações capitalistas em suas articulações com as políticas do terror, Marcuse, nos seus textos da década de 40, começa a delinear um conceito importante a partir do qual apresentará o elemento central para explicar as características centrais do capitalismo pós-liberal, em suas formas de melhor organizar e aperfeiçoar a dominação: o termo *racionalidade tecnológica*, que, em seu formalismo, constituiu-se como a ideologia da sociedade atual, ao ser reproduzida não só pelos meios de comunicação de massa, mas também pelos moldes de socialização exigidos pela massificação e modelos de educação pautados no elogio à técnica, ao desempenho, ao desenvolvimento da razão lógica e

formal, em detrimento de conteúdos mais formativos e experiências subjetivas mais espontâneas. Embora a racionalidade tecnológica já tenha sido mobilizada no seu ensaio *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna* (Marcuse, 1999a), ainda antes do final da segunda guerra, a discussão mais acurada sobre tal noção será posteriormente feita com a consolidação do capitalismo avançado sob os anos áureos do estado do bem-estar social, nos quais as formas de organização do trabalho – com base nos novos aparatos produtivos, com os avanços da tecnologia – fizeram a alta produção de mercadorias ser avidamente consumida pelos sujeitos, dando a impressão de sociedade “democrática” e progressista, sob o crescente padrão de vida das pessoas e a ideologia do bem-viver (Marcuse, 2015). Tais processos se deram por causa da expansão industrial, pelos avanços da mecanização da produção, que serviram para o aumento da produtividade com um crescente setor de automação, no qual, paradoxalmente, a jornada de trabalho aumentou a parcela de trabalho não pago e maior aprisionamento dos trabalhadores nas indústrias.

Com o aumento da velocidade do trabalho, os trabalhadores passaram a ser mais vigiados e controlados e, dessa forma, mais isolados uns dos outros, em um ambiente organizacional que instigou a competição e a vigília entre eles, bem como instaurou seus ajustamentos físicos e psíquicos ao funcionamento da maquinaria. Assim, mudanças no caráter do trabalho industrial e da força de trabalho, com a eficácia da tecnologia, intensificaram o controle sobre os empregados e demais membros da sociedade, com grandes implicações para a sociedade como um todo: “A produtividade e o crescente potencial desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura da dominação” (Marcuse, 2015, p. 37). Marcuse então irá aprofundar suas análises revelando a falsidade presente na ideia de neutralidade da tecnologia, levando em conta seus efeitos na vida social, política e subjetiva, e apontando para a noção de “pensamento unidimensional” universal, com o concomitante estabelecimento de padrões de comportamento e pensamentos mais “conformistas”, sob a expansão do aparato industrial em todos os setores da vida.

Também sob o impacto da análise dialética do conceito de razão, empreendida por Adorno e Horkheimer (2006) em *Dialética do esclarecimento*, os demais temas que irão gravitar a crítica de Marcuse à tecnologia, em termos de seus desdobramentos irracionais, terão maior expressividade na “era de abundância material e do progresso social em tempos de paz” (Puzone, 2016, p. 245), já que o percurso histórico do capitalismo

apresentou modificações intensas nas relações entre as forças produtivas e as relações de produção, incidindo nas mudanças da estrutura psíquica dos indivíduos.³⁶ Nas sociedades industriais avançadas dos países centrais, apesar da grande riqueza produzida e das conquistas técnico-científicas, as relações sociais de produção permaneceram as mesmas, mantendo uma minoria dominando a maioria – as relações de classe, mas agora forjadas sob a ideia de progresso em sua suposta neutralidade. Como veremos, o desperdício, a exploração e a destruição sob o signo da “liberdade,” que estendeu o domínio do homem sobre a natureza, continuaram sendo os princípios da organização social moderna, nas articulações estabelecidas entre racionalidade e sistema totalitário de dominação, pelos quais tal sociedade tornou-se irracional como um todo, pois “sua produtividade destrói o livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas, sua paz é mantida pela constante ameaça de guerra, seu crescimento depende da repressão das reais possibilidades de pacificação na luta pela existência” (Marcuse, 2015, p. 31).

Assim, o tema de uma nova racionalidade – com o declínio de outros conceitos de razão herdeiros das filosofias iluministas (Marcuse, 1999a), vestígios da sociedade liberal –, levando em conta as mudanças do capitalismo monopolista e as alianças de sua classe dominante com as políticas nazifascistas, teve seu ímpeto inicial com o desenvolvimento da maquinaria industrial³⁷ e de formas de produção em massa. Essas ideias foram apresentadas nos seus ensaios *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna* e *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo* (Marcuse, 1999a; 1999b). Tais impactos sobre a sociedade e sobre os indivíduos, como efeitos do processo de concentração de capital e seus objetivos de acúmulo, fizeram com que Marcuse se debruçasse sobre os conceitos de técnica e tecnologia (Marcuse, 1999a), em termos de suas relações com as transformações das qualidades da razão crítica, sob o império da eficiência e concentração

³⁶ Encontramos uma análise mais detalhada das modificações psíquicas do indivíduo na sociedade industrial avançada no texto de Marcuse *A obsolescência da psicanálise*. Nessa conferência de 1963, ele apresenta de forma dialética as transformações do indivíduo e de sua economia psicológica com a concomitante sujeição de dimensões outrora privadas e “dissonantes” com relação à realidade ao adestramento e controle social propiciados pelos mecanismos administrativos da sociedade tardia. Marcuse, assim, indica algumas das tendências responsáveis pela retração da “autonomia do ego” e da extração da função superegógica pelos agentes e instituições externas das sociedades massificadas, que têm ocasionado a regressão dos sujeitos aos estágios infantis de desenvolvimento (Marcuse, 1998b).

³⁷ Sobre isso, Marcuse ressalta, no seu texto *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo*: “O princípio da eficiência favoreceu os grandes monopólios e conglomerados, as fábricas com o mais poderoso equipamento técnico, e exigiu a exclusão do processo de produção de todos os que não conseguiram se manter no ritmo dos gigantes. O aumento da capacidade industrial em uma escala imperialista significou a exclusão de todas as empresas ineficientes do processo produtivo, a transformação das classes médias independentes em vassalos dos monopólios, além da escravização da classe operária pulverizada” (Marcuse, 1999b, p. 115).

de poder. Desse modo, o autor teve como foco os grupos sociais de poder econômico que “direcionam sua aplicação [da tecnologia] e utilização” para perpetuar as relações sociais e reproduzir padrões de comportamento dominantes (Marcuse, 1999a, p. 73).³⁸ Nas sociedades precedentes, baseadas no livre mercado, a racionalidade crítica derivava dos “princípios da autonomia que a própria sociedade individualista declarou ser suas verdades autoevidentes” (Marcuse, 1999a, p. 85), pelas quais a racionalidade crítica acusava a injustiça social e a falsidade da liberdade “em nome da própria ideologia da sociedade individualista”, quer dizer, sob os auspícios dos direitos universais e inalienáveis defendidos pelos projetos da razão burguesa em sua dimensão emancipatória. No capitalismo administrado, a economia monopolista eliminou tais princípios individualistas, mantendo somente os seus aspectos ultraconservadores e instrumentais – a busca pelos próprios interesses de maneira mais eficaz e calculista, heteronomamente determinados –, transformados em “valores tecnológicos” a serviço do mais-valor para que os grupos concentrados de poder tenham seus ganhos. Mas, também vai dizer Marcuse, a técnica por si só pode tanto promover emancipação e liberdade quanto autoritarismo e opressão, tanto escassez quanto abundância, a exemplo do nazifascismo, que ilustrou isso no uso perverso da tecnologia de forma muito declarada: “Sob estas circunstâncias, a utilização lucrativa do aparato dita em larga escala a quantidade, a forma e o tipo de mercadorias a serem produzidas”, sendo que tal aparato tecnológico de distribuição e produção tende a afetar a racionalidade “daqueles a quem serve” (Marcuse, 1999a, p. 77), mantendo os sujeitos sob o controle do trabalho enquanto artifício de dominação, e não no sentido da necessidade do trabalho e da produção para gerar riquezas e combater a miséria no mundo. Marcuse então destacará como o nazismo, em sua tecnocracia, soube fazer bom uso do “poder inerente à tecnologia”, desenvolvendo uma engenhosa estrutura de manipulação (Marcuse, 1999a, p. 74). Esse poder pôde ser visto com a “intensificação do trabalho, a propaganda, o treinamento de jovens e operários, a organização da burocracia governamental, industrial e partidária”, por meio da maior eficiência tecnológica e seus dispositivos de controle.

³⁸ Ressalta Puzone (2016) que Marcuse seguiu as mesmas linhas de argumentação de Horkheimer sobre a debilidade dos indivíduos no capitalismo monopolista, como também sobre a questão do estatuto de classes nas sociedades pós-liberais, como apontaram Adorno e Horkheimer. Nas palavras de Marcuse: “No mundo capitalista, elas ainda são as classes básicas. Entretanto, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal maneira que elas não parecem mais ser os agentes da transformação histórica” (Marcuse, 2015, p. 34).

Mas o que ressaltamos neste escrito inicial de Marcuse é que ele começa a dar contornos à sua crítica das formas sociopolíticas e psicossociais de integração dos sujeitos à realidade, com a destruição do pensamento crítico opositor contra o capitalismo e a burguesia privilegiada, anteriormente manifestado nos movimentos contestatórios ao capital de teorias críticas e de organizações de classes operárias do século XIX. Sobretudo, destruição de forças opositoras pelos movimentos fascistas com suas medidas de estratégias de manipulação psicossocial sobre os sujeitos, por meio da implementação de uma racionalidade tecnológica planejada e impulsionada pelos monopólios para seus intuitos expansionistas de guerra e de lucro, combinadas aos objetivos de repressão violenta ao extremo para a realização de processos econômicos de concentração de capital:

A padronização do pensamento sob o controle da racionalidade tecnológica também afeta os valores de verdade críticos. Estes últimos são arrancados do contexto a que originalmente pertenciam e, em sua nova forma, recebem ampla publicidade [...]. Em países fascistas, servem como instrumentos ideológicos para atacar o “capitalismo judaico” e a “plutocracia ocidental”, desta forma ocultando a verdadeira frente de batalha. A análise materialista da economia atual é empregada para justificar o fascismo aos industriais alemães em cujo interesse opera, como regime de último recurso para a expansão imperialista (Marcuse, 1999, p. 85).

Os grupos detentores do poder, a fim de manter as pessoas nos “trilhos” e efetivar seus interesses particularistas, em nome do capital, apelaram para formas de administração fascista para que seus poderes não fossem questionados, a partir da manipulação e reversão de forças de oposição para a consolidação da sociedade totalitária e sua estrutura irracional. O descontentamento de diversos grupos, resultante das pressões objetivas do capitalismo administrado, de um sistema explorador e injusto, começa a ser também administrado pelas políticas nazifascistas como manobras ideológicas para ocultar a origem da mais-valia por parte do Partido, aliado aos grandes industriais e aos burocratas da indústria. Ou seja, a crítica da economia política desviada para justificar o fascismo, tanto para os industriais alemães quanto para as massas desamparadas e desiludidas com relação às promessas não cumpridas da democracia social burguesa, serviu para obliterar a consciência das causas verdadeiras das contradições instaladas, criando grupos alvos de ataques, “etnias alvas” que começaram a ser vinculadas ao “capital rapinante” pelas propagandas da imprensa corporativa (Marcuse, 1999a, p. 86) – o antisemitismo moderno, que fez dos “judeus” os responsáveis pelo “roubo” e pelas

crises. Dessa forma, a energia política do Nazismo também teve suas raízes no antissemitismo contemporâneo, na mobilização antissistema – contra os valores burgueses – para a reafirmação da ordem totalitária, cujos beneficiadores foram os detentores do capital (Marcuse, 1999a; 1999b; Horkheimer e Adorno, 2006). Ainda mais, um dos principais fatores que causou o arrefecimento do pensamento crítico, agora transformado em impotência social, lembra Marcuse (1999a), foi o aparato industrial e “seu controle que abrangeu todas as esferas da vida”, que permitiu com que a racionalidade tecnológica inculcada naqueles que mantêm o aparato se deslocasse dos “métodos de compulsão externa e autoridade em métodos de autodisciplina e autocontrole” (Marcuse, 1999a, p. 86). A internalização da coerção com a redução da razão aos objetivos de ajustamento e ao raciocínio técnico, reforçou os mecanismos de controle do aparato, dentro de uma sociedade que, restringindo a liberdade dos sujeitos, fez com que a individualidade fosse “reduzida à autopreservação pela padronização” (Marcuse, 1999a, p. 89). Os indivíduos, mais do que as influências de controles externos rígidos, aprenderam que para sobreviver e se adaptar à expansão do aparato de dominação teriam que desenvolver um autocontrole, imitando as expressões uniformizadas de autopreservação das coletividades, tornando-se todos “membros potenciais da padronização”, na qual as massas “fazem parte dos instrumentos cotidianos do processo social” (Marcuse, 1999a, p. 90). Para tal, foi decisiva a integração da oposição social do operariado aos partidos de massa, com a transformação de suas lideranças em burocratas que se fundiram aos interesses do controle e da competição, assim como os mecanismos de controle dos meios de comunicação de massa. Sob a assimilação dos trabalhadores ao padrão organizacional do aparato, promovidos pelo trabalho, “a racionalidade crítica de seus objetivos estava subordinada à racionalidade tecnológica de sua organização e com isso ela foi ‘purgada’ dos elementos que transcendiam o padrão estabelecido de pensamento e ação” (Marcuse, 1999a, p. 88).

A questão da massificação das classes dominadas tornou-se importante nas análises de Marcuse (1999a; 1999b) por apontar para o grau de forças de dominação do capitalismo ao conseguir promover modificações profundas na psicologia dos indivíduos, para suas incorporações de valores e conhecimentos “técnicos” disseminados pelos mecanismos econômicos, para suas participações no funcionamento da sociedade irracional com a criação de “falsas necessidades” individuais. Nesses termos, as revoltas e frustrações dos membros de tal organização social opressiva tornaram-se fontes de

exploração psíquica por parte de movimentos fascistas, para mobilizar a identificação das pessoas com tais ideários obscuros e irracionais, assim dando vazão às suas angústias e se defendendo contra a própria impotência subjetiva e objetiva promovidas pela sociedade altamente administrada, sob a vigência da ideologia do trabalho e do sacrifício à nação. Essas análises dos mecanismos sociopsicológicos mobilizados pelas técnicas nazifascistas apareceram melhor no ensaio de Marcuse (1999b) *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo*. Nesse escrito, Marcuse apresentou a tecnocracia do totalitarismo afinado com os objetivos econômicos do industrialismo, os mecanismos psicológicos que a política nazista soube explorar a fim de aliciar as massas para aderirem às suas pautas autoritárias: “A mobilização integral da força de trabalho não poderia ser efetuada sem compensar o indivíduo pela perda de sua independência”, ou seja, compensar sua redução ao “instinto de autopreservação” para os objetivos da sociedade tecnologicamente administrada (Marcuse, 1999b, p. 125). Assim, “o nacional-socialismo ofereceu duas compensações: uma nova *segurança* econômica e uma nova *licenciosidade*” (p. 125). As propagandas nacional-socialistas apelaram para os sentimentos e os afetos de revolta das massas contra as ideias civilizatórias cristãs, os tabus civilizatórios, assim como promoveram a abolição dos tabus sobre a sexualidade com os ataques à família burguesa, com o fim da separação entre a esfera pública e a privada, e mais a destruição da ética secular para manter os indivíduos “felizes” e comprometidos com a pátria, além de fornecerem “satisfações” materiais imediatistas. Foi preciso mobilizar sob a coordenação de uma racionalidade administrativa “instituições psicológicas e tecnológicas [...] para estudar métodos apropriados para a individualização do trabalho e para se contrapor aos efeitos nocivos da mecanização” (Marcuse, 1999b, p. 124). Desse modo, as escolas, os campos de treinamento, as instituições culturais e a organização do lazer foram todos transformados em laboratórios do “gerenciamento científico do trabalho”. O indivíduo na sociedade massificada mudou assim de função, passando de uma unidade de “resistência e autonomia” para a outra de adaptação e flexibilidade (Marcuse, 1999a). Entretanto, a outra face do conformismo generalizado foi o fortalecimento do ódio – as explosões de violência de sujeitos massificados contra os “competidores mais fracos” – que não deixou de ser sintoma produzido pela coerção e aguçamento da impotência individual em face da totalidade social sufocante:

Na multidão, a restrição feita pela sociedade à busca competitiva do interesse próprio tende a tornar-se inócua e os impulsos agressivos são facilmente liberados. Estes impulsos se desenvolveram sob as exigências da escassez e da

frustração e sua libertação acentua então o “estado de espírito anterior”. Sim, é verdade que a multidão “une”, mas une os sujeitos atomizados da autopreservação de tudo que estão desligados, de tudo que transcende seus interesses e impulsos egoístas [...]. Pode-se afirmar que as explosões de ódio são aterrorizantes e violentas, mas essas são prontamente direcionadas contra os competidores mais fracos e os “forasteiros” de destaque (judeus, estrangeiros, minorias nacionais). As massas coordenadas não anseiam por uma nova ordem, mas por uma fatia maior da ordem dominante (Marcuse, 1999a, p. 89-90).

No livro *O homem unidimensional*, escrito na década de 60, Marcuse (2015) irá atualizar e desenvolver os temas já anunciados nas suas produções dos anos 40 no Instituto de Pesquisa Social, mas agora sob os “trunfos” do capitalismo que geraram uma sociedade de produção abundante, dando acesso para as classes trabalhadoras aos bens, serviços e mercadorias. Entretanto, dadas tais condições sociais, sob a proeminência da ideologia da racionalidade tecnológica, as possibilidades de elaboração pelos próprios indivíduos acerca das contradições da totalidade e dos valores subjacentes à sociedade totalmente reificada têm sido impedidas, impossibilitando a identificação entre os sujeitos, fomentando a concorrência entre eles, onde os “fracos” e diferentes não têm vez. Por isso, então, Marcuse (2015) chama a atenção para o fato de que a instalação de uma racionalidade tecnológica de forma onipresente foi resultante das mudanças estruturais da totalidade social que conseguiram meios mais eficazes para a sua reprodução, enfraquecendo e neutralizando possibilidades de negação ao sistema. Um dos sintomas mais gritantes dessa “engenharia da integração” foi o “aburguesamento das classes operárias”, pelas quais os ganhos de bem-estar material nos países centrais promoveram sua coesão e contentamento no sistema. Nesse sentido, dado o fato de que a sociedade permaneceu assentada na extração da mais-valia e de que o capital ainda se manteve como “instrumento de dominação do homem pelo homem” (Marcuse, 2015), a adesão dos indivíduos à sociedade pautada na defesa de uma democracia formal e na ideia de progresso técnico gerador de “riqueza”, numa sociedade altamente “racionalizada e organizada”, auxiliou no desenvolvimento de uma “consciência extraída de si mesma” (Crochick, 2003), que Marcuse irá designar como *consciência feliz*. Tal “consciência feliz” sob a mediação universal da lógica dos equivalentes, caracteriza-se por acreditar que o sistema social é racional e bem-organizado, no qual as mercadorias são produzidas para atender as necessidades e felicidade humanas, em prol do “conforto” e boa-vida – ou seja, que o “real é racional”. O aparato, assim, assume “o papel de um agente moral” (2015, p. 103). Mas, ressalta Marcuse, o resultado disso tudo é que os “órgãos mentais

tornam-se atrofiados” para perceber as contradições e alternativas de vida não assentadas nos valores do capital. Os sujeitos então tornaram-se impedidos de perceber a injustiça reproduzida e gerada pelos antagonismos sociais existentes. Enfim, a adesão não refletida à sociedade (ou a identificação imediata à sociedade que promoveu a distorção da consciência crítica individual) tornou-se produto de uma “administração e uma organização sofisticadas e científicas” (Marcuse, 2015, p. 48-9), posto que a dominação social agora passou a ser travestida de administração, de racionalidade tecnológica, pelo qual o “véu tecnológico” utilizado tende a esconder a violência da sociedade e suas formas de exploração. Nas palavras de Marcuse:

O impacto do progresso transforma a Razão em submissão aos fatos da vida, à capacidade dinâmica de produzir mais e maiores fatos do mesmo tipo de vida. A eficiência do sistema enfraquece a capacidade do indivíduo reconhecer que esse sistema só contém fatos que expressam o poder repressivo do todo. Se os indivíduos encontram-se nas coisas que moldam suas vidas, não é porque eles estabelecem a lei das coisas, mas porque eles a aceitam – não como uma lei da física, mas enquanto uma lei de sua sociedade (Marcuse, 2015, p. 49).

Marcuse então fala de uma absorção da ideologia pela realidade e não do fim da ideologia, na qual o atual estágio do capitalismo é o mais avançado em termos de alienação e de integração, que se tornaram inteiramente objetivas. Em outras palavras, as formas de dominação e controle que a sociedade, que é irracional, imprime às pessoas – para a adesão delas à realidade “organizada objetivamente”, por meio do conhecimento racional mais eficaz –, têm como princípio a frieza generalizada e a justificativa de “necessidade de sobrevivência”, de necessidade de consumo de bens oferecidos, a custas do próprio empobrecimento psíquico e aceitação ressentida dos indivíduos a tal realidade. Além disso, tal “estilo de vida” fornecido pelos bens disponíveis também vem acompanhado das produções de conhecimento – a filosofia, a psicologia, a sociologia e demais campos –, que tendem a reproduzir os modos de pensamento operacionais, mostrando a contraparte intelectual desse processo de pensamento padronizado e sistemático, afinado à totalidade social (Marcuse, 2015). Isto, por sua vez, tem corroborado com o cinismo como principal forma de adaptação (o conformismo cínico, a racionalidade cínica), em um mundo no qual os espaços de liberdade têm sido reduzidos, e em que a autoconservação resvala em formas de violência sob o comando de forças econômicas e sociais que tomaram a dimensão de forças abstratas, justificadas por argumentos técnicos, pelos quais todos os recursos oferecidos e bens produzidos aparecem como “necessários” para a sobrevivência e melhor adaptação e funcionamento

da sociedade. Ideias e particularidades que se tornaram “irreconciliáveis” com o sistema da totalidade social foram eliminados:

Essa absorção da ideologia na realidade não significa o “fim da ideologia”. Ao contrário, em um sentido específico, a cultura industrial avançada é *mais* tecnológica que sua predecessora, visto que hoje a ideologia está no próprio processo de produção. De uma forma provocativa, essa proposição revela os aspectos políticos da racionalidade tecnológica predominante. O aparato produtivo e os bens e serviços que ele produz “vendem” ou impõem o sistema social como um todo (Marcuse, 2015, p. 49).

Tal pensamento unidimensional tem sido, assim, sistematicamente promovido pelos tecnocratas da política e seus aliados da produção industrial de bens simbólicos e dos meios de comunicação de massa. Um tema também importante, que Marcuse (2015) elaborou a partir de suas apropriações da psicanálise freudiana para sua crítica política e social, foi a categoria de “dessublimação repressiva”, no contexto da unidimensionalidade propiciada pelas sociedades industriais avançadas, a qual foi também ponto de convergência com a temática da indústria cultural e seus efeitos subjetivos na modelagem das consciências dos sujeitos (Horkheimer e Adorno, 2006). Isso se deu pela integração e neutralização da arte em suas formas e conteúdo de negação da realidade, bem como pela administração da sexualidade – a “esfera ilícita” do prazer –, que passou a ser reduzida e gerenciada pelas campanhas publicitárias “higienistas”, como também pela disseminação de conhecimentos psicotécnicos de especialistas do comportamento. Desse modo, a propagação de um “sexo saudável” e “higiénico”, como valores de mercado para infundir a ideia de que a sociedade conquistou a liberdade com a liberação da satisfação sexual (só que administrada), teve como preço a diminuição da energia erótica dos indivíduos, reverberando em suas misérias psíquicas. A progressiva mecanização de todo o conjunto social provocou o processo de deserotização do trabalho e demais atividades individuais, pelas quais os sujeitos, outrora, poderiam se reconhecer e criar algo, dando vazão e simbolização às suas infelicidades. Assim, a racionalidade tecnológica restringiu o alcance da sublimação, ao controlar e intervir nas esferas libidinais eróticas e intelectuais dos sujeitos, antes instâncias de subjetivação e potencialidades críticas contra a realidade. Marcuse (2015), ao discutir a integração da cultura superior (do caráter transcendente da arte autêntica) pela sociedade tecnológica, acusa o enfraquecimento da revolta pulsional contra o princípio da realidade sendo promovida pela dessublimação controlada (a dessublimação repressiva), mais uma forma de dominação social da subjetividade no contexto do capitalismo administrado. A sociedade unidimensional

tende a criar mecanismos de controle mais sutis e sofisticados, que se voltam para a destruição do potencial revolucionário dos indivíduos, assim diluindo qualquer capacidade sublimatória – encontrada na forma estética, por exemplo – que antes possibilitava o escape dos sujeitos da realidade opressiva. Nas palavras de Marcuse:

É um universo racional que, pelo simples peso e capacidades de seu aparato, bloqueia toda a fuga. Em sua relação com a realidade da vida cotidiana, a cultura superior do passado era muitas coisas – oposição e adorno, clamor e resignação. Mas era também a aparência do reino da liberdade: a recusa em se comportar adequadamente. Tal recusa não pode ser dificultada sem uma compensação que pareça mais satisfatória que a recusa. A conquista e a unificação dos opostos, que encontra sua glória ideológica na transformação da cultura superior em cultura de massa, tem lugar sobre uma base material de crescente satisfação. Essa é também a base que permite um *dessublimação* devastadora (Marcuse, 2015, p. 97).

Enfim, a tecnologia, transmutada em racionalidade tecnológica, a fim de cumprir sua função de ideologia e utilizada como modo de produção, passou a ser um instrumento de controle e manutenção das relações sociais, também influenciando na disseminação de formas de comportamento e funcionamento psíquico sob a égide de melhor ajustamento dos indivíduos ao aparato. As formas de ajustamento se sustentam pelos ideários do “mais-desempenho” produtivista e da competição entre as pessoas. Tal trajeto foi explicitado por Marcuse nas suas análises de tendências objetivas favoráveis ao totalitarismo (Marcuse, 1998; 1999), propiciadas pela razão da dominação concretizada pela tecnologia moderna (dominação inerente à tecnologia), sob controle de monopólios cujos interesses propagam a exigência e formas de luta pela existência que se tornaram obsoletas na atualidade. Os indivíduos, “despojados de sua individualidade, não por coerção externa, mas pela própria racionalidade sob a qual vivem” (Marcuse, 1999a), têm se conformado com a sua impotência e com o declínio da razão crítica, em virtude tanto da expansão da indústria e sua crescente administração sobre todos os âmbitos da vida, quanto das estratégias administrativas de eliminação de forças de oposição na vida social. A sociedade que tem se “unidimensionalizado” também tem suscitado e liberado altas tendências destrutivas em sua autoproclamada racionalidade, das quais citamos: o aguçamento da desumanização e da crueldade entre as pessoas, revertidas em violência contra as alteridades; o prolongamento da escravidão dos sujeitos nos modelos de trabalho que têm gerado mais excedente e modos de controle; e a doutrinação subjetiva a partir do incentivo ao consumo de suas mercadorias fetichizadas (materiais e simbólicas) sob as

promessas de abundância e falsa liberdade, sustentadas pelo “véu tecnológico”, cada vez mais denso, que mascara a “realidade insana do todo” (Marcuse, 1973).

1.3. A Teoria dos *Rackets*: a concorrência na luta pelo poder e a disputa pelos ‘despojos’ do capital

A ideia de *rackets*³⁹ está intrinsecamente articulada à concepção de sociedade administrada de Horkheimer e Adorno (Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 2021; Adorno, 2020a), e visa designar os mecanismos de dominação na fase pós-liberal exercidos e estabelecidos por “nichos sociais” de poder, de diferentes naturezas, que obtiveram o monopólio do sistema político, o acesso à concentração de capital e ao uso da violência estatal. A análise das relações de produção da economia monopolista que fundamentou cada conceito – a racionalidade totalitária do mundo administrado e o caráter aparentemente dinâmico dos *rackets* – foi formulada inicialmente pelos autores apresentando a complementaridade conceitual entre os dois termos, que, por sua vez, anteciparam as transformações mais recentes do capital em sua reviravolta como organização social fascista independente das “distintas” modalidades de governos (Andrade e Gomide, 2023). Tal expressão abarca o acirramento de conflitos entre os grupos sociais que controlam o aparato técnico e econômico e a opressão disso resultante, baseada na usurpação escancarada de bens e riquezas por meio da violência e de uso de leis que favorecem interesses particularistas. Em termos gerais, os *rackets* passaram a nomear um modelo de domínio exercido por tais nichos de poder na contemporaneidade, beneficiadores da acumulação de valor e suas consequências como vantagens econômicas e privilégios, que manifestam a lógica social subjacente aos avanços do capitalismo em sua irracionalidade: seus vínculos entre expropriação e exploração econômica e a violência e opressão extraeconômica, abolidas as mediações de leis universais e do livre mercado, tendo em vista os objetivos de acumulação acelerada do capital e suas tendências antidemocráticas. Também dizem respeito a uma pequena fração social que forma coalizão, tais como a elite industrial e bancária com a mais alta burocracia estatal

³⁹ De acordo com Fernandes (2021), o termo *rackets* advém de uma expressão coloquial que se refere à atuação do crime organizado, especificamente às máfias de Chicago. Horkheimer, em contato com as discussões políticas da sociedade estadunidense, extraiu seu sentido para suas análises das formas atuais de dominação social sob a vigência do capitalismo monopolista, principalmente nas referências feitas por empresários aos sindicatos no sentido de desqualificá-los em suas demandas. Sem incorrer na desqualificação das reivindicações sindicalistas, Horkheimer enxergou no seu modo de funcionamento formas burocratizadas de poder e a reprodução de uma lógica monopolista.

e as lideranças da burocracia partidária vitoriosa, bem como os líderes de sindicatos em suas alianças com as elites, invisibilizando os antagonismos de classe: “Los sindicatos quisieron pasar de ser órganos de la lucha de clases a convertirse en instituciones estatales que distribuyen asignaciones, que inculcan una actitud dócil en sus destinatários y, dicho sin rodeos, tomar parte en la dominación” (Horkheimer, 2012, p. 7).

O texto de Horkheimer (2021) intitulado *Sobre a sociologia das relações de classe*, publicado em 1943, é apontado como o principal escrito sobre o tema que passou a se chamar “teoria dos *rackets*” (Fernandes, 2021; Regatieri, 2019), embora ele já tenha sido esboçado em escritos anteriores sem lhe ter sido dado uma designação sistemática. A fim de traçar um paralelo com as formas de exploração mais pretéritas na história social da humanidade, para além das classes dominantes da modernidade burguesa e anteriores ao surgimento do proletariado, Horkheimer (2021) apresentou neste texto de 1943 a existência de grupos opressores precedentes ao mundo moderno, modelos de domínio de um grupo privilegiado na luta incessante entre diferentes grupos hierárquicos, voltados para o esmagamento de uma maioria. Entretanto, ele ressalta que, se na época precedente estes grupos compunham totalidades organizadas e hierarquizadas,⁴⁰ que preservavam uma “substância cultural agregadora” e uma “verdade em comum”, encontradas em seus modelos míticos ou espirituais – o clã, a igreja, o clero, a aristocracia –, na era moderna, sob os monopolismos – principalmente, sob o horror do nazifascismo –, as totalidades têm se configurado como puramente pragmáticas, reduzidas à razão instrumental de estratos sociais abastados que planejam e administram a sociedade como um todo, na busca pelos próprios interesses materiais:

Em suma, as formas mais antigas de totalidades, que professavam obediência a um modelo espiritual alheio, continham um elemento que está ausente nas totalidades puramente pragmáticas do monopolismo. As últimas também exibem uma estrutura hierárquica e são totalidades estritamente integradas e despóticas. Mas a ascensão de seus funcionários aos mais altos escalões não tem qualquer relação com alguma qualidade deles com respeito a um conceito espiritual objetivo. Trata-se exclusivamente de sua capacidade para se impor, controlar e para serem engenhosos no trato com pessoas. Qualidades puramente administrativas e técnicas definem as forças humanas que governam as totalidades modernas (Horkheimer, 2021, p. 146-7).

⁴⁰ A este respeito, diz Horkheimer (2021, p. 145-6) que “todas as unidades mais antigas eram totalidades no sentido de que eram completamente organizadas, integradas e regidas por uma hierarquia”, apontando para formas de poder pré-existentes ao capitalismo que “refletiam, por assim dizer, a estratificação da sociedade”.

Logo, a ideia de *rackets* tornou-se um protótipo do domínio de classes exercido ao longo da história, tomando um sentido mais estrito na fase tardia do capitalismo, com o desenvolvimento técnico-científico, revertido como mero meio de produção para a reprodução social, tendo como pano de fundo histórico a dissolução das “mediações liberais” pela concentração econômica dos monopólios (Horkheimer, 2012; 2021). Trata-se dos desdobramentos das relações de dominação na sociedade racionalmente organizada, que tornou a opressão sobre as massas mais direta e violenta, sob a utilização de conhecimentos e meios tecnológicos mais sofisticados. As tendências objetivas inscritas nos princípios econômicos da fase liberal e suas relações de produção conduziram ao padrão *racket* de relações sociais das sociedades tardias, intensificando o princípio de exploração e concorrência entre grandes empresas, e incidindo nas disputas internas entre as próprias massas oprimidas (Horkheimer, 2021, p. 153). Adorno (2020a), no seu texto *Reflexões sobre a teoria de classes*, em suas parcerias com Horkheimer para a discussão dos monopólios e da reversão do liberalismo em fascismo, também tematizou sobre os *rackets* para designar o mecanismo de atuação de grupos que defendem seu particularismo em detrimento de outros grupos ou de necessidades da sociedade: “Segundo a imagem da usurpação manifesta, praticada hoje pelos líderes do capital e do trabalho em harmonia, ela é a história das lutas entre bandos, *gangs* e *rackets*” (Adorno, 2020a, p. 264). O roubo e a dominação se tornaram a própria essência das organizações, com seus acordos políticos e econômicos no capitalismo tardio, tornando imperativa e universal a adaptação dos sujeitos às relações de poder vigentes, ou melhor, uma segunda natureza nos homens. Tais asseverações dos autores nos textos mencionados já apresentariam algumas elaborações que serão retomadas e melhor desenvolvidas em *Dialética do esclarecimento*: a análise da lógica de dominação presente no capitalismo tardio pelos conglomerados monopolistas conduziu à análise mais ampla a história baseada nas relações de violência e opressão entre os homens – os *rackets* na contemporaneidade, discutidos por Adorno e Horkheimer, jogariam luz ao passado violento da história ao portarem vestígios de desumanidade de tempos antigos, apontando para a crítica da razão burguesa autoconservadora e calculista que tomou forma na sociedade dominada pela lei do valor (Horkheimer e Adorno, 2006). Conforme diz Regatieri (2019, p. 190): “Assim, o presente dominado pelos monopólios ilumina a história da dominação em sua totalidade”.

Com a retomada e amplificação da economia política para a crítica do capitalismo monopolista pelos frankfurtianos – as relações desiguais entre as classes na sociedade

administrada –, os *rackets* expressam a ideia de que “cada um dos grupos capitalistas, profissionais e trabalhistas exerce uma função específica no processo social e cada qual usa tal função para obter o maior quinhão possível de poder sobre homens, bens e serviços” (Horkheimer, 2021, p. 158). Isso diz respeito não somente aos capitalistas “cujo ofício não é meramente produtivo, como os banqueiros, empresários das indústrias da comunicação ou entretenimento”, como a todas as modalidades de profissões e atividades liberais que também tiveram de desenvolver suas habilidades para o cálculo, para “não darem nada sem obter o máximo possível em troca”, sob o triunfo da razão cálculo-benefícios. Visto assim, com o padrão *racket* disseminado na totalidade social, a fração marginalizada da população passou também a desejar a integração, o que levou à reprodução e perpetuação de tal estado de coisas. Desse modo, Horkheimer (2021) apresenta que a lógica de atuação dos *rackets*, agora num sentido mais expandido, teria se infiltrado em organizações trabalhistas, quando reduzidas suas lutas a interesses particularistas, bem como tal acepção se deslocaria, inclusive, para designar uma lógica presente em todas as relações sociais no capitalismo monopolista, apontando os grupos estabelecidos em disputas na busca por vantagens econômicas e pelos “despojos” dos grandes. Assim, Horkheimer e Adorno atualizaram a teoria marxiana de classes (Adorno, 2020a; Horkheimer, 2021); eles a ressignificaram e a expandiram em vista das transformações históricas do capitalismo avançado, para apontar seus conflitos e a desigualdade extrema promovida pelas políticas sorradeiras de líderes econômicos: “os *rackets* constituiriam um traço comum das classes dominantes em sua busca pelo excedente econômico” (Puzone, 2017, p. 97). E, acerca das organizações trabalhistas cooptadas pela lógica monopolista da nova fase pós-liberal do capitalismo: “A luta de classes transformou-se em um sistema de negociação entre unidades monopolistas, ou seja, em um meio de adaptação de classe e em guerras” (Horkheimer, 2021, p. 148). Acrescenta Horkheimer que um dos mecanismos mais fortes de contenção dos insubordinados foi o desenvolvimento de técnicas de gestão de pessoas – a ciência de Gestão –, utilizados pelos especialistas nas grandes empresas para atender os “problemas pessoais do trabalhador individual” (p. 160), a fim de moldá-los aos padrões sociais “pseudocoletivistas” afinados com as políticas fascistas.

Neste sentido, sob a égide de uma racionalidade reduzida à autoconservação no capitalismo administrado, os autores confirmaram o declínio da vida social e da subjetividade frente à administração totalizante de grandes empresas e de organizações coletivistas, com suas técnicas administrativas que acabariam por reger as relações entre

os indivíduos nas instituições. No que tange à irracionalidade da sociedade capitalista, Horkheimer (2021, p. 161) vai ressaltar que o pensamento individual se deteriorou devido ao aperfeiçoamento dos “métodos de dominação, à extinção do pensamento teórico e aos novos e mais fortes tabus resultantes da filosofia pseudoesclarecida do pragmatismo”, assim determinado a retração de formas não integradas de pensamento, anteriormente conservadas em instâncias não aliadas aos ganhos e objetivos econômicos. Mas, lembrando, a teoria dos *rackets* insistiu na dinâmica de conflitos e contradições no interior da sociedade capitalista, os conflitos internos entre grupos, ainda que tal estágio alcançado pela tecnologia e produção parecesse ter dissolvido tais antagonismos. Contudo, por mais que vise expressar o dinamismo, todo *racket* contém a tendência a garantir sua permanência no poder; nele resplandece a conexão com o mundo administrado, ou, como Adorno diria: a petrificação da história em natureza, a reificação da vida sob a lógica de exploração que perfaz as relações entre os homens e suas relações agressivas contra a natureza subjugada, transformada em pura “matéria” para fins pragmáticos. Desse modo, “sob o monopolismo e o totalitarismo, torna-se flagrante a natureza perene da dominação, o seu caráter parasitário. Cada classe dominante sempre foi monopolista na medida em que se isolou da esmagadora maioria dos indivíduos” (Horkheimer, 2021, p. 161). E, ainda, ressalta: “A sua estrutura tem sido aquela de *rackets* concorrentes” (p. 161). A competição acirrada agora tem se dado, na fase pós-liberal, entre os grandes que trabalham “dentro ou fora dos limites da lei” (p. 162), os donos do dinheiro que obtiveram os monopólios, tornando-se representativa de todas as relações humanas pelas quais o sentido de coletivo, racionalmente organizado, converte-se em barbárie da luta de todos contra todos. As disputas pela mais-valia circulante deram o tom das empreitadas monopolizantes, agora não mais voltadas “à produção nem à satisfação das necessidades” (p. 162), mas sim para a consolidação do mero poder dos mais “fortes”.

Das relações da elite econômica com as políticas autoritárias, outro fator se alinha à teoria dos *rackets*: a lógica da violência, ilegalidade e intolerância contra qualquer grupo ou tipos de sujeitos que queiram se opor a tal estado de coisas ou que não se curvem aos mecanismos de poder dos nichos sociais dominantes. A ideia de mundo administrado que se sustenta na lógica de *rackets*, assim, foca na análise do tipo de poder estabelecido por meio da violência e opressão, e no uso que a plutocracia faz do Estado – quer para atender seus interesses, quer para fazer uso da violência –, fazendo justiça ao seu conteúdo: a realização de uma racionalidade instrumentalizada expandida a serviço de interesses econômicos de determinados estratos sociais, a serviço da barbárie, voltada para a

destruição e morte dos fragilizados e recalcitrantes às imposições da lógica do valor. Como mesmo disse Adorno (1993, p. 39), em *Minima moralia*: “O que não está reificado e não pode ser contado nem medido, deixa de existir”.

A teoria dos *rackets* também vai aparecer na *Dialética do esclarecimento* de forma dispersa e assistemática, atestando um deslocamento por parte dos autores nas suas análises: da ênfase das relações sociais de dominação dos monopólios para a crítica da barbárie que aponta para a da civilização baseada na dominação e exploração, na esteira da crítica da razão ocidental (Regatieri, 2019).⁴¹ Os *rackets* (traduzidos na versão em português da “*Dialética*” pelas palavras “cliques”, “gângues”, “banditismo” ou “bandidos”),⁴² expressam de maneira mais abrangente os desdobramentos histórico-sociais da barbárie civilizacional no formato social do capitalismo tardio, com sua estrutura econômica e manutenção de hierarquias entre diversos grupos sociais, no seu arranjo de coletivização autoritária comandada pelos grupos poderosos que têm anulado os indivíduos e os transformado em apêndices do funcionamento da maquinaria. O planejamento de largo alcance pelos nichos de poder político-econômico e midiático, para seus objetivos de mais-valor e para melhor administrar os sujeitos, tem como base a utilização do aparato tecnológico para fins não humanos, quando o Estado também passa a ser o fiador da prosperidade econômica dos trustes. De forma mais explícita, a ideia de *rackets* vai aparecer principalmente na análise da indústria cultural, a respeito de suas corporações gigantescas, concentradoras de riqueza e em competição acirrada contra os demais monopólios, nas críticas que os autores fazem aos moldes de integração social fornecidos e exigidos aos consumidores pela indústria do entretenimento: “A cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários, e não apenas os bárbaros. A cultura industrializada faz algo a mais”, quer dizer, “ela exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 126). Assim como as massas se comportavam mimeticamente diante do Führer, passivamente entregues ao comando fascista, ou assim

⁴¹ A este respeito, sinaliza Regatieri – sobre a *Dialética do esclarecimento* – que, “com isso, a crítica da dominação que Horkheimer e Adorno elaboram, tendo por base categorias da crítica de Marx, dá a essa última novas significações. Nessa ressignificação, a teoria dos *rackets* tem um papel importante, que foi até agora apenas marginalmente explorado pela extensa literatura sobre a teoria crítica [...]. Ainda conforme Wiggershaus, ‘Adorno realizou com entusiasmo trabalhos preliminares para a elaboração da teoria dos *rackets*, que fora pensada como componente político-econômico do projeto da dialética’” (Regatieri, 2019, p. 169-70). Assim, a crítica ao capitalismo monopolista está vinculada à crítica antropológica da dominação que a teoria dos *rackets* acaba por testemunhar.

⁴² Segundo Fernandes (2021, 131): “A expressão *racket* aparece em treze passagens da versão em alemão da *Dialética do esclarecimento*, mas na tradução brasileira desta obra foi substituída por outras expressões que não captam o seu sentido e fazem com que se perca a referência a esta teorização”.

como os iniciantes nas tribos se submetiam aos rituais violentos pelas ordens sacerdotais, para fazerem parte do coletivo, na era dos poderes econômicos monopolistas, os sujeitos também levam suas “pancadas” cotidianas ao se encontrarem imersos na totalidade social, cujas lógica de violência e extensiva opressão transformaram a todos em meros “empregados” e reféns do sistema. Para a integração social, a fim de garantir a subsistência, os sujeitos renunciam a suas individualidades, agora sob as falsas promessas de prazer ou compensação oferecidas pelos bens culturais forjados pela indústria da cultura:

A postura que todos são forçados a assumir, para comprovar continuamente sua aptidão moral a integrar essa sociedade, faz lembrar aqueles rapazinhos que, ao serem recebidos na tribo sob as pancadas dos sacerdotes, movem-se em círculos com sorriso estereotipado nos lábios. A vida no capitalismo tardio é um contínuo rito de iniciação. Todos têm de mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas [...]. Na fraqueza deles, a sociedade reconhece sua própria força e lhes confere uma parte dela (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 127).

Nesse sentido, a singularidade renitente dos indivíduos é também usurpada pelos *rackets* mais poderosos que, ao forjarem modelos de comportamento, promovem a falsa identidade entre sujeito e sociedade: “Todos podem ser como a sociedade todo-poderosa, todos podem se tornar felizes, desde que se entreguem de corpo e alma, desde que renunciem à pretensão de felicidade” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 127). A vida conquistada na era da socialização forçada, agenciada pelos *rackets* econômicos com seus mecanismos de controle, tem subsumido os sujeitos às coletividades, esvaindo suas possibilidades de resistência individual: “A sociedade é a sociedade dos desesperados e, por isso mesmo, a presa dos bandidos” (p. 126). Ou seja, a força dos grandes conglomerados econômicos também se assenta no uso de mecanismos psicossociais de dominação da indústria cultural. A força da totalidade social para a manutenção dos privilégios dos monopólios advém da fraqueza dos indivíduos, que também é manipulada e induzida pelas pressões sociais e econômicas, pois eles, os sujeitos, acabam por fazer parte da sociedade ao estarem “unidos na ausência de felicidade” (Adorno, 1993, p. 39), numa vida danificada, reduzida à heteronomia. A vida social como um todo, então, passa a ser “presa” e capturada pelos *rackets*, bem como pelos grupos diversos que integram o funcionamento do sistema social para a manutenção do conformismo generalizado: igrejas, partidos, associações, dentre outros, interferindo e determinando as vidas dos indivíduos em sua nulidade.

A expressão *rackets*, para designar o grau de opressão e totalização da sociedade sobre a individualidade, também vai comparecer nos aforismos de *Minima moralia*, nos quais Adorno (1993), fazendo um “giro copernicano” ao contrário, volta sua análise para a particularidade individual, que, mediada por forças econômicas e históricas, acaba por encarnar em sua dinâmica psíquica a essência do coletivo violento. Ou seja, o estudo do indivíduo em sua configuração psíquica é uma forma de entender mais profundamente a sociedade, posto que a formação hegemônica de indivíduos sob o capitalismo administrado se alinha às tendências econômicas do monopolismo nas suas formas de violência e perseguição de interesses individuais:

Se é verdade, como ensina a teoria contemporânea, que nossa sociedade é uma sociedade de *rackets*, então seu modelo mais fiel é precisamente o contrário do coletivo, ou seja, o indivíduo enquanto mônada. É na perseguição dos interesses absolutamente particulares de cada indivíduo que se pode estudar com a maior exatidão possível a essência do coletivo na falsa sociedade (Adorno, 1993, p. 37-8).

Tal organização social incide não somente na política e na cultura, quanto nos padrões de subjetividade ajustados às tendências objetivas que levam ao fortalecimento do fascismo. Nas características e defesas psíquicas manifestadas nos padrões de comportamentos atuais – a agressividade e a paranoia persecutória contra as “minorias”, o narcisismo intensificado na busca pela autoafirmação e na necessidade de identificação com os grupos fechados (*in-group*), e o desespero para a garantir a autoconservação que é socialmente exigida e que resvala em pulsão destrutiva – são reveladas as marcas sociais que acabam por constituir os sujeitos. Em outras palavras, Adorno vai dizer: nessa estrutura social, que se sustenta pela intensificação da repressão para que a dominação do valor de troca se mantenha, os impulsos divergentes mais recônditos são organizados e comandados “sob um primado de um Eu ajustado ao princípio da realidade, como uma quadrilha de ladrões interiorizada, com chefe, sequazes, cerimoniais, juramentos de fidelidade [...] e todos os demais ingredientes” (Adorno, 1993, p. 38). Os efeitos da sociedade de *rackets* aparecem nos comportamentos coléricos e masoquistas de indivíduos, como se o poder do mais forte por eles interiorizado agisse contra eles mesmos na agressividade autodirecionada, no endurecimento contra seus desejos e ressentimentos objetivamente suscitados pela falsa sociedade: “Quanto mais alguém toma para si o partido de sua agressão, tanto mais perfeitamente representa o princípio repressivo da sociedade” (Adorno, 1993, p. 38). A economia política das grandes corporações que funcionam nos moldes do “crime organizado”, tendo em vista suas

práticas de extorsão e violência contra os demais, passa a ser reproduzida pela subjetividade na medida em que o Eu adaptado, voltado para a defesa de seus particularismos e ganhos econômicos, também age hostilmente contra os demais “concorrentes” como contra a sua própria espontaneidade individual. Na sociedade formada por indivíduos que passam a se definir em função de seu grupo, cujos interesses têm que se sobrepor e ganhar mais vantagens às custas de muitos, a desumanização é perpetuada, só que, agora, encarnada nos próprios sujeitos em suas “idiossincrasias”: “A consumação da divisão do trabalho no indivíduo, sua objetificação radical, conduz à sua cisão doentia” (Adorno, 1993, p. 202), o que leva à antropologia do tipo autoritário – o “caráter psicótico” –, o “pressuposto antropológico de todos os movimentos de massa totalitários” (p. 202).

Enfim, as crescentes forças de integração social das sociedades administradas, de uma totalidade regida pelos interesses de *rackets* econômicos e políticos em disputas, também são as causas da desintegração social. Na medida em que tal grau de integração e opressão tem fomentado e liberado os impulsos sádicos, igualmente as formas de preconceitos e violências sociais por parte dos sujeitos contra as alteridades e contra demais instituições da cultura têm se fortalecido, para a manutenção das hierarquias sociais, conduzindo à destruição de laços societários. O rancor socialmente causado pelas condições frustrantes da realidade é também induzido pelos agentes de poder que têm o controle dos aparatos midiáticos, tornando os afetos dos sujeitos fontes de manipulação pelas propagandas de cunho fascista, tanto quanto pelos mecanismos da indústria cultural. Tais sujeitos, imersos na sociedade irracional, sob as mediações objetivas do capitalismo administrado que tudo transforma em mercadoria, podem desenvolver “traços psíquicos” ou defesas psicológicas que os levam à predisposição a aceitar os estereótipos contra as minorias, sendo tais estereótipos culturalmente criados e mobilizados pelas políticas autoritárias e ultraconservadoras. A implicação mútua entre mundo administrado e teoria dos *rackets* – o estofo sociológico do capitalismo tardio – aparece de forma devastadora nos fenômenos sociopsicológicos da dominação totalitária: os tipos potencialmente fascistas. Retomaremos esse tema no próximo capítulo.

2. O diagnóstico do indivíduo na sociedade administrada: considerações teóricas e empíricas

As problemáticas do antissemitismo, do preconceito e da personalidade fascista têm perpassado o pensamento e pesquisas dos frankfurtianos da primeira geração (Horkheimer e Adorno, 1973; 2006; Horkheimer, 2015b; Adorno et al, 1969; Adorno, 2015; 2019; Wiggershaus, 2012). No conjunto de suas obras, essas temáticas, verificadas empiricamente, apontaram nos dados de pesquisas e nas análises para as principais elaborações teóricas dos autores, dispostos a enfrentar as condições possibilitadoras da barbárie na/da cultura, e atentos aos elementos irracionais arraigados na sociedade burguesa que propiciaram as maiores atrocidades no século XX (Adorno et al, 1969; Adorno, 2019; Horkheimer, 2015b). Tais pesquisas, enquanto também vinculadas à crítica da sociedade administrada – cuja ordem “racional” se sustentou (e se sustenta) pela pretensão totalitária de domínio da vida recaindo na irracionalidade social –, sinalizaram para aspectos que residem no princípio que fundamenta a sociedade e que têm desembocado nas seguintes características de indivíduos: o desenvolvimento da frieza e da apatia como marcas da individualidade contemporânea, junto à proeminência de sentimentos de medo e de impotência, desencadeadores de sofrimentos psíquicos não passíveis de elaboração pelos sujeitos devido a processos sociais que se apresentam para eles por demais obscuros,⁴³ impossibilitando o conhecimento e enfrentamento das causas objetivas de seus “infortúnios” e frustrações individuais. Nesse sentido, esses sofrimentos, também decorrentes dos imperativos da lei universal da “vantagem individual” exigidos na sociedade administrada altamente contraditória, vinculam-se a situações do todo social que têm negado constantemente possibilidades mais autônomas e “genuínas” de vidas. Nosso modelo de sociedade, que necessita manter as pessoas em constante vigilância para a competição entre elas como uma forma de dominação, tem gerado defesas psíquicas mais regredidas, dentro de condições objetivas e de processos de pseudoformação dificultadores de uma formação individual mais crítica e reflexiva

⁴³ “Mais essencial como motivo subjetivo da racionalidade objetiva é o medo. Ele é mediado” (Adorno, 2015b, p. 77). Ou seja, quem não se comporta segundo as regras econômicas dadas pela organização social, ou se recusa a “jogar as regras do jogo” para sua integração, pode ser tanto ameaçado pela exclusão social quanto se tornar alvo de vingança e hostilidade na sociedade. Adorno então apresenta que o “medo arcaico de aniquilação física” – apresentado pela psicanálise acerca da constituição do aparelho psíquico e seus mecanismos de defesa – é mesclado, irracionalmente, ao medo posterior de não mais pertencer à cultura, suscitado pelo funcionamento da sociedade totalitária. Ou seja: as exigências de integração social e as condições econômicas atuais expropriadoras da individualidade acarretam as regressões psicológicas como formas de autoconservação na cultura, cujas fontes objetivas de sofrimento são invisibilizadas pelos processos sociais cada vez mais anônimos e opacos às experiências dos sujeitos.

acerca dessas condições, portanto, que impossibilitam a autorreflexão nos sujeitos sobre suas condições subjetivas geradas na sociedade antagonística e brutalmente desigual (Adorno, 2020c). Assim, a questão da “frialde burguesa” ressaltada pelos autores nos estudos sobre a subjetividade contemporânea se relaciona intrinsecamente à exigência da racionalidade individual de adaptação, atrelada a uma estrutura racionalmente administrada de sociedade, que tem como base o princípio da lógica da equivalência em todos os âmbitos de relações entre os sujeitos – a imposição de relações reificadas num mundo que se coisifica –, implicando em formas sofridas e irracionais de ajustamento à realidade. Tal contexto objetivo, suscitador de mal-estar generalizante com a progressiva racionalização do mundo, também tem seus efeitos na formação de indivíduos, resultando num Eu fragilizado,⁴⁴ sob o domínio de uma sociedade tecnicamente administrada, caracterizado por uma dinâmica psíquica individual correspondente à estandardização da cultura que prescindia da consciência individual, a partir da qual os conflitos psíquicos e fantasias inconscientes encontrariam vazão e formas de expressão/racionalização nas ideologias e estereótipos antiminorias, disseminados e propagados pelos mecanismos sociais de controle (Adorno, 2019).

Dos aspectos acima colocados, lembramos seus entrelaçamentos com questões mais profundas, problematizadas pela teoria crítica enquanto efeitos de um longo trajeto de humanização voltado para o controle e aniquilamento do não-idêntico, com base em uma razão dominadora e cega que “fundou a identidade por meio da troca”, associada à morte e à destruição do diferenciado na nossa cultura (Adorno, 2009, p. 300; Horkheimer e Adorno, 2006). A razão que tudo domina – quer a natureza, quer a si mesma em seus processos de expurgo daquilo que contém de momentos e de elementos que fugiriam “à lógica racional da identidade” –, atrelou-se ao decurso do esclarecimento, extirpando e

⁴⁴ As discussões sobre a *debilidade do ego* foram acentuadas nas análises das configurações psíquicas gerais dos sujeitos com altas pontuações na Escala F (as “tipologias” e as “síndromes” dos potencialmente fascistas), nas pesquisas sobre a *Personalidade autoritária*, indicando a estrutura psíquica, com base na teoria freudiana de personalidade, que torna o indivíduo suscetível à propaganda antidemocrática (Adorno, 2019). Em termos gerais e de forma sucinta, o modelo psicanalítico que orientou as interpretações e teorizações de Adorno sobre os dados fornecidos pelas entrevistas na pesquisa foi o que se segue: o caráter fascista é caracterizado por um Ego fraco (não integrado), um Superego externo ao indivíduo e um Id estranho ao Ego. Para ilustrar: a estrita repressão de diversos desejos e fantasias individuais faz com que o sujeito tenha um certo “estranhamento” sobre seus sentimentos que pode levá-lo, por exemplo, a uma “moralidade sexual” obstinada e/ou a uma compulsão agressiva contra pessoas pelas quais tenha uma forma de identificação negada: “o judeu que representa imaginariamente o fracasso do próprio indivíduo que deve ser negado”, e, por isso, tornado alvo de violência para que se alivie do sentimento de culpa pelos seus próprios fracassos, gerados pelos processos econômicos da sociedade. Diz Adorno: “O antissemitismo lhes oferece a gratificação de serem “boas” e inocentes e de colocar o *ônus* em alguma entidade visível e altamente personalizada” (Adorno, 2019, p. 538).

negando o considerado impotente, “transitório” e vulnerável, cujos testemunhos são dados pelas vítimas da história (Adorno, 2022). Na história de nossa civilização encontra-se oculta uma “outra história”, a que se baseou na violência extraída de suas tendências de destruição contra os mais “fracos”, “despossuídos”, “diferentes”, associados à natureza desconhecida e a ser dominada, e que Adorno (2020a, p. 259) pôde sublinhar em seus escritos, como anteriormente sinalizado neste trabalho: “A história é, segundo a teoria, história da luta de classe”. A antiga opressão social e mais os antagonismos de classe continuaram vigorando na fase mais recente do capitalismo tardio, só que de forma ocultada pelo planejamento econômico e relacionada ao avanço da tecnologia não voltada para a liberdade, verificados nos seus processos de dominação e mistificação da realidade. Assim, para além das análises econômicas (da dominação econômica) que se deslocaram para a problematização de formas inéditas de dominação encontradas no desenvolver da modernidade tardia,⁴⁵ as discussões iniciais do nazifascismo como realização de tendências intrínsecas ao capitalismo liberal – e, portanto, de tendências intrínsecas ao progresso material (Horkheimer, 2012; Adorno, 2020; Marcuse, 1999) – puderam ser ratificadas pelos estudos de fenômenos concretos particulares – dos elementos envoltos na mentalidade antissemítica, na personalidade potencialmente fascista e na configuração psíquica do preconceituoso. As peculiaridades desses lugares empíricos, ilustrativos do grau de violência que o capitalismo administrado tem imposto sobre a subjetividade, vinculam-se ao todo social irracional embasado nas relações desumanas, comandadas pelo totalitarismo da razão calculista em todo seu transcurso na cultura ocidental. Esses fenômenos, entendidos como pontos elucidativos das teses sobre “civilização e barbárie”, “esclarecimento e mito” e “progresso e regressão”, evidenciaram as marcas de forças objetivas opressivas na subjetividade, instaladas no interior da dinâmica psíquica de indivíduos “civilizados” e modernos, confirmando o “triunfo da cultura e seu fracasso” (Adorno, 2009, p. 303).

Em que pese os momentos de libertação dos homens de suas necessidades por meio de conquistas culturais, a civilização moderna acabou sendo gerida pela

⁴⁵ Sobre isso, esclarece Crochick (2023c, p. 6): “a presença da dominação extrapola a dominação econômica, e se o capitalismo dos monopólios suscita a necessidade do fascismo, esse representa mais do que somente a dominação econômica, mas algo não superado, que mantém a humanidade em condições anacrônicas. Esses autores buscam na história de nossa civilização a barbárie oculta em sua forma civilizada: a tendência destrutiva sobreviveu inerente ao progresso material que, se é condição para a libertação social, torna-se seu oponente, quando se desenvolve independentemente do progresso da liberdade e perpetua o reino da necessidade; a dominação, dessa forma, ocorre também pelo avanço da tecnologia”.

universalização do capital reincidindo no prolongamento do horror (Horkheimer e Adorno, 2006). A consolidação da sociedade atual, apesar de suas possibilidades libertadoras, deu-se também por meio da extensão de formas mais sofisticadas de domínio com a máxima subjugação da natureza com efeitos “alienantes”, instauradoras de um modelo unívoco de razão a serviço de um modelo mistificado de progresso. Logo, o preconceito e o autoritarismo “latentes” ou manifestos de sujeitos inclinados ao desejo de destruição contra os diferenciados, em uma sociedade “esclarecida” e tecnicamente evoluída, encontrar-se-iam profundamente relacionados ao clima cultural autoritário, esse resultante de processos socioeconômicos e políticos desumanos a partir dos quais tipos de indivíduos com alta suscetibilidade aos ideários fascistas seriam formados, dados seus fatores psíquicos culturalmente mediados. Os preconceitos contra minorias sociais em indivíduos vulneráveis às ideias fascistas, de acordo com os autores (Horkheimer e Adorno, 2006; Adorno, 2019; Horkheimer, 2015a), carregariam afetos e conflitos resultantes de mecanismos psicológicos inconscientes, sendo os últimos também reflexos ou “sintomas” da irracionalidade objetiva. Desse modo, os estereótipos de minorias, balizados pelo caldo autoritário de cultura propiciado e sustentado pela desigualdade social sem limites, contam com a disseminação de propagandas racionalmente planejadas pelos grupos político-econômicos donos de aparatos tecnológicos da indústria da cultura, que se utilizam de mecanismos de controle que ressoam fundo na subjetividade daqueles que tomam para si os estereótipos veiculados como “fatos verdadeiros” e realistas (Adorno, 2019).

Nessa perspectiva, destaque é dado aos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Social nas décadas de 30 e 40, nos Estados Unidos, sobre o antissemitismo, financiados pelo American Jewish Committee (Wiggershaus, 2002; Crochick, 2023); os aspectos teóricos e as investigações ali iniciados repercutiram nos estudos empíricos de caráter político e psicossocial sobre a *Personalidade autoritária*, desenvolvidos por Adorno e demais autores da área de Psicologia Social e da Psicanálise, na Universidade de Berkeley, no período do pós-guerra (Adorno et al, 1969; 2019).⁴⁶ Adorno e demais

⁴⁶ Parte do projeto sobre o antissemitismo foi incluída nos *Estudos sobre preconceito*, realizados pelos autores do Instituto nos EUA. Nesses estudos, encontramos cinco volumes que contêm dados e resultados de pesquisas sob a coordenação de Horkheimer e Flowerman, dentre os quais Adorno e Horkheimer ficaram responsáveis pela parte da investigação psicossociológica de alguns dos temas abordados, tais como: os estudos sobre “as técnicas de agitação fascista”; as “propagandas antissemitas”; o “antissemitismo entre crianças”; “casos psiquiátricos envolvendo ódio contra raça”; e, claro, “os fatores psicossociais relacionados aos indivíduos com potencial fascista”, dentre outros temas mais (Costa, 2019, p. 19).

pesquisadores verificaram as possibilidades de fenômenos análogos ao nazismo em um país democrático, sob organização capitalista, a partir da análise de traços subjetivos de indivíduos que acusaram ter, na pesquisa, altos “potenciais fascistas”, dentro dos nexos estabelecidos entre sociedade, ideologia e personalidade (Costa, 2021). O antissemitismo disseminado e enraizado na nossa cultura, em sua extensão e afinidades com as manifestações de preconceito na contemporaneidade, foi visto como uma problemática que expressava tendências sociais autoritárias, conjugadas à estrutura de *personalidade individual* que “posicionou teoricamente o preconceito racial no contexto de uma teoria crítica da sociedade objetivamente orientada” (Adorno apud Costa, 2019, p. 16). Logo, o antissemitismo pós-liberal fascista, na análise de Adorno e Horkheimer (2006) em *Dialética do esclarecimento*, apresentava a configuração subjetiva de indivíduos pseudoformados e mais regredidos no seio de uma organização social administrada por forças político-econômicas tirânicas, com seus objetivos de mais acúmulo, indicando, assim, o declínio da individualidade nas sociedades massificadas. Tendo em conta o grau da opressão cultural imposta ao indivíduo, a mentalidade antissemita intrinsecamente vinculada ao potencial autoritário ou fascista atestou a extensão da sociedade irracional no âmbito da individualidade (Adorno, 2008), bem como a internalização de comportamentos econômicos e demais sanções e tabus sociais que, sedimentados no indivíduo, transformaram-se em sua segunda natureza (Adorno, 2015b).

Assim, a verdade mais funesta subjacente à lógica de dominação dos processos civilizatórios, que teve como base o desenvolvimento da racionalidade instrumental totalitária – com seus desdobramentos na organização social capitalista –, reverberou na economia psíquica daqueles que contribuíram com o genocídio; bem como tem repercutido na manifestação de preconceito antiminorias, como nos demais tipos de crueldade contra os “outros” percebidos como mais frágeis e vulneráveis, à vista da frieza da razão burguesa instalada no todo social (Adorno, 2020b). Deste modo, essas condições objetivas têm contribuído com o embotamento da sensibilidade e empobrecimento da experiência nos indivíduos assombrados pelo imperativo da autoconservação nas sociedades industrializadas, nas quais a luta irracional pela sobrevivência e a impotência social têm gerado sacrifícios insustentáveis para a cultura, desencadeando a liberação de ações destrutivas contra os mais “vulneráveis” e diferentes, enquanto “válvulas de escape” (Marcuse, 1999a). As condições subjetivas sob o capitalismo administrado acabam por refletir as exigências irracionais da sociedade: “A antirrazão do capitalismo

totalitário, cuja técnica de satisfazer necessidades, em sua forma objetualizada, determinada pela dominação, torna impossível a satisfação das necessidades e impele ao extermínio dos homens” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 54). As relações de produção, constituídas com base no aprofundamento da exploração, que ocasiona formas de perseguição e dominação de sujeitos recalcitrantes e não ajustados ao progresso, têm produzido intensos afetos de ódio e insatisfação nos indivíduos “civilizados” e ajustados à ordem, ao lado da aparência de “felicidade” fornecida pelos bens materiais. O recalque das “paixões” e desejos mais genuínos nos sujeitos, decorrente da integração social, tem dado brechas na cultura para a expressão de formas de crueldades contra os mais “fragilizados socialmente” sob os desígnios fascistas de administração social, assim configurando o colapso no interior da própria sociedade. As dificuldades da existência na sociedade ameaçada pela alienação universal são transferidas para os grupos alvos de preconceitos, transformados em alvos de ódio cego, pois culpabilizados pela precariedade da situação social dentro de um sistema no qual agitadores fascistas fazem uso de mecanismos psicopolíticos calculados para a manipulação e engajamento das massas, a fim de manter as relações econômicas existentes ofuscadas por suas técnicas de controle e os grupos de poder em ordem. A sociedade irracional, que tem privado os indivíduos de sua “subjetividade” e desejos mais singulares, funciona com base no extermínio e aniquilação de tantos outros: aqueles outros que, em suas formas diferenciadas de vida, impedem o esquecimento dos malogros da civilização e denunciam, aos olhos do perseguidor, a impotência dos indivíduos decorrente do processo econômico vigente.

Cabem agora algumas ressalvas: ainda que forças objetivas sejam proeminentes para a análise das demais manifestações de agressividade destrutiva contra o outro e do preconceito, as tendências individuais a aceitar estereótipos sociais, bem como a endossar ideias antidemocráticas, exigem o estudo de disposições psicológicas e necessidades psíquicas que fazem com que sujeitos se tornem “seguidores potenciais de movimentos extremistas” (Adorno, 2021, p. 356; Adorno, 2019). No mundo em que as pessoas são formadas para a heteronomia e subsumidas numa existência comandada pelas demandas do capital, as condições psicológicas afeitas ao preconceito e a formas de autoritarismo sádico são dadas pelo sistema baseado na hierarquização e na exploração intensificada, apresentando ser o “caráter fascista” fruto das tensões e interrelações entre fatores sociais e tendências psicológicas (Crochick, 2023). E, ainda, características de pessoas preconceituosas e/ou com potencial para ações de violência sobre o outro “diferente” e

mais “fraco” são expressões de necessidades psíquicas do agressor, e não de suas vítimas, não cabendo a elas a responsabilidade por quaisquer tipos de violência de que são alvos. Também lembrando que, na cultura autoritária, existem componentes de seu funcionamento (institucionalizados ou não) que legitimam e dão permissão à violência contra as alteridades. Dentro desse sistema de dominação, Freud pôde oferecer para a teoria crítica as explicações psíquicas do sofrimento no seio de sua crítica à cultura.

Dessa forma, as forças condicionantes da barbárie social e política têm se instalado nas esferas mais íntimas do psiquismo individual e se expressado nas regressões psíquicas de indivíduos supostamente autointitulados como “bem formados e esclarecidos” pelos conhecimentos e tecnologias acumuladas pela modernidade tardia. Diante das contradições existentes entre “os impulsos de violência física e afetos de repulsa/ódio contra o outro, o não-idêntico” e as conquistas tecnológicas da modernidade, a Psicanálise foi convocada ao lado da teoria social (Adorno, 2015; 2019) para melhor fornecer um entendimento do diagnóstico do indivíduo no contexto do capitalismo tardio. Por exemplo, Adorno (2015b), no ensaio *Sobre a relação entre psicologia e sociologia*, sugeriu uma “psicologia social analiticamente orientada” que pudesse complementar a teoria social quando essa se voltasse para a compreensão dos “fenômenos irracionais de massas”. Entretanto, cabe destacar que ele não propôs a psicanálise como psicologia social, mas sim a utilizou em seus conceitos centrais para refletir sobre as mediações sociais injustas na psicologia do indivíduo, principalmente para compreender os motivos subjetivos profundos que estão por trás do assentimento às ideias irracionais fomentadas pelas relações sociais de dominação. Nas pesquisas empíricas de Adorno (2008; 2019; 2020e) encontramos a articulação da teoria freudiana correspondente ao aparelho psíquico da segunda tópica, com as condições sócio-históricas da mentalidade antissemita e com os efeitos sociais produzidos pela indústria cultural nas suas ofertas de bens duráveis e ideias, enquanto tomadas como fontes de modelos de comportamentos e de formas de julgamentos sobre o mundo. Visto assim, nas investigações sobre a personalidade autoritária e nos estudos sobre as “conotações ideológicas” dos programas televisivos e da astrologia comercializada,⁴⁷ os conceitos psicanalíticos foram mobilizados para dar sustentação às análises das tendências sociais objetivas de caráter

⁴⁷ Além dos estudos sobre a personalidade autoritária, citamos, especificamente, as pesquisas empíricas de Adorno sobre a astrologia comercial popular e os programas televisivos, com seus conteúdos ideológicos, em seus efeitos de mobilização de mecanismos psíquicos regressivos, intituladas *As estrelas descem à terra* (Adorno, 2008) e *Televisão como ideologia* (Adorno, 2020e). Cabe destacar que, por questão de espaço neste trabalho e seus objetivos, essas pesquisas não serão discutidas aqui.

irracional que têm se manifestado no particular, ou melhor, em certas “estruturas psicológico-sociais correntes” reforçadas e reproduzidas, quer pelas propagandas fascistas, quer pela indústria cultural. Nas questões colocadas por Adorno (2020e) acerca de fenômenos sociais sobre os quais “intervêm, de uma maneira particular, certos elementos irracionais”, existiria uma ligação significativa entre o antissemitismo e a indústria cultural em termos dos mecanismos psicológicos básicos acionados e delimitados por ambos os fenômenos, pois o fascismo e a indústria cultural favorecem a manutenção do capitalismo avançado na medida em que fomentam e exploram o conformismo social, e providenciam a mentalidade do *ticket* – modos estereotipados de pensamento e padrões massificados de comportamentos – por meio da administração regressiva das pulsões.

A ênfase dada ao estudo da subjetividade foi, deste modo, um tema que se vinculou ao projeto da teoria crítica de poder explicar a faceta psicossocial resultante dos efeitos nefastos advindos da noção positivista de progresso, de uma racionalidade dominante do trabalho, que assim incidiram sobre o particular e criaram terreno fértil para o mundo altamente administrado, com seus mecanismos de controle sobre os indivíduos (Adorno, 2015; 2019; Adorno et al, 1969). A Psicologia, enquanto campo de conhecimento, foi assim tomada como um momento importante e necessário para a teoria crítica por poder explicar os elementos envolvidos na adesão irrefletida dos sujeitos às pautas fascistas, visto que sem a anuência deles às agendas extremistas, quer por necessidades inconscientes ou por decisões conscientes, dificilmente o terror se instalaria. Logo, “para que o fascista triunfe politicamente, precisa do apoio da massa. Isso expressa a atmosfera de agressividade emocional e a disseminação do ódio” que se dão pela deformação da consciência dos “pretensos hitlers agitadores das massas” (Adorno, 2015a, p. 154). Mas, é claro, a deformação da consciência e a regressão para fantasias destrutivas mais infantis⁴⁸ também contaram com os mecanismos de manipulação dos agitadores, que fizeram uso dos meios de comunicação da indústria cultural. Nesse sentido, as questões psicológicas e subjetivas foram tomadas em constelação com as questões objetivas pela tensão dialética entre sujeito e objeto, já que as condições de vida sob o

⁴⁸ Nas análises qualitativas de Adorno sobre as síndromes encontradas em altos pontuadores da Escala F, a destrutividade, fantasias de onipotência infantil, bem como fortes traços de projetividade, todos, atrelados a uma “má formação superegoica” ou mesmo a um superego extremamente inflexível, são acentuadas pelo autor. Esses aspectos são discutidos com maior profundidade no capítulo *Tipos e síndromes*, principalmente nas análises das síndromes denominadas “Rebelde e psicopata”, “O alucinado”, “O tipo manipulador” (Adorno, 2019).

capitalismo tardio tendem a insuflar o ressentimento individual ao lado de demais regressões psicológicas, tais como: defesas narcísicas, agressividade persecutória, desejos masoquistas e pulsões sádicas.

Visto assim, os autores se valeram de conceitos freudianos⁴⁹ tanto para denunciar a debilidade do indivíduo imerso nas organizações coletivistas em busca de identificação com algum líder e de vínculos libidinais com seus “iguais” no interior dessas (Adorno, 2015b; Freud, 1996), quanto para iluminar as forças históricas presentes na psicologia, que desmentem o individualismo burguês em sua autoproclamada “racionalidade abstrata” e esclarecida (Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 2015b). Lembra Adorno (2015b), no texto *A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, que Freud (1996), em *Psicologia das massas e análise do eu*, pôde oferecer uma questão crucial acerca dos comportamentos dos “homens modernos”, entregues às massas, que “contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e a presente fase da civilização tecnológica esclarecida” (Freud, 1996, p. 168). O entendimento do enfraquecimento do indivíduo nas sociedades administradas teve na psicanálise uma forte aliada por ela revelar os fundamentos psíquicos subjacentes às ações e pensamentos de sujeitos (sua estrutura psíquica) favoráveis ao sistema que os tem oprimido, que colaboram para a perpetuação de sua própria servidão e desumanização por necessidades psicológicas inconscientes de gratificação (Horkheimer e Adorno, 1973; 2006; Adorno, 2015; 2019), insufladas, inclusive, pelas propagandas de ódio. Ora, se os vínculos existentes entre os membros do grupo com o líder e entre os membros mesmos, segundo Freud (1996), devem-se aos vínculos libidinais, ou melhor, se o que está implicado na participação autoritária de pessoas nos grupos é a questão da “gratificação real ou vicária” em termos do princípio do prazer, fortalecendo assim o narcisismo, então tais formulações freudianas têm correspondido à realidade atual. Isso quer dizer que a violência exercida pela objetividade contra o indivíduo tem suscitado e prescrito a vontade dos sujeitos de rendição irracional às massas, a fim de obterem satisfações substitutivas e se sentirem integrados à coletividade, assim livrando-se de suas “manchas sociais de frustração” (Adorno, 2015b). Tendo em vista a irracionalidade objetiva da qual o fascismo tornou-se a máxima expressão, por revelar a verdade oculta do capitalismo – a irracionalidade da

⁴⁹ Destacamos os seguintes conceitos da psicanálise mobilizados por Adorno para seus estudos de diversas temáticas: narcisismo; ego e mecanismos de defesa do eu; supereu e ideal do eu; identificação; projeção; pulsões e pulsão de morte; paranoia, por exemplo. Para maiores detalhes e aprofundamento, consultar a tese de doutorado de Gomide (2007), *Um estudo sobre os conceitos freudianos na obra de T.W. Adorno*.

sociedade industrial estandardizada –, Adorno (2015b) alerta que o irracionalismo da propaganda fascista também se tornou “racional” em termos dos ganhos psíquicos e satisfações pulsionais que oferece aos seus seguidores, transformando-se em um meio de viabilizar, ainda que de forma distorcida, o ajustamento deles à realidade no capitalismo monopolista. Os membros das massas, ao aderirem ao jogo das propagandas fascistas, prescindindo do esforço intelectual exigido para enxergar os antagonismos sociais e forças de poder que estão por trás do mundo petrificado, podem “obter pelo menos alguma gratificação graças à identificação ao existente” (Adorno, 2015b, p. 185), bem como um equilíbrio, ainda que precário, entre seus desejos regredidos, continuamente mobilizados, e a fase histórica alcançada de esclarecimento – fase, por sua vez, cujas conquistas também não podem ser arbitrariamente revogadas.

A especial atenção dada pela teoria crítica à discussão do conceito de indivíduo em seus trajetos e desenvolvimento (o estudo da antropologia burguesa e suas tendências no capitalismo tardio), deveu-se ao desvelamento das condições mais pretéritas de dominação que atravessaram as relações entre os homens no decorrer histórico – que, não obstante, relacionaram-se ao impulso onipotente da razão formal e instrumentalizada, voltada contra a natureza externa e interna –, transformando a razão da autoconservação dominadora e controladora do “outro natural”, do diverso, na versão abstrata da razão instrumental que se fez absolutizada (Horkheimer e Adorno, 2006; Adorno, 2009). Adorno e Horkheimer (2006) mobilizaram a ideia de inconsciente freudiano (a esfera do recalcado) em suas análises para fundamentar a crítica da dialética do progresso, para evidenciar os conteúdos históricos e concretos do inconsciente, expurgados pela dominação histórico-social sobre a natureza, posto que tais conteúdos remetem aos elementos desta natureza rechaçados pela racionalidade dominadora. A dessemelhança do consciente e o inconsciente, disse Adorno (2015b), “é ela própria um estigma do desenvolvimento social contraditório” e um resquício da dominação histórica sobre a subjetividade, sendo que “no inconsciente sedimenta-se aquilo que, no sujeito, sempre fica para trás e que tem que pagar as contas do progresso e do esclarecimento”, tornando-se atemporal (Adorno, 2015b, p. 95). E é nesta direção que as críticas frankfurtianas da dialética do esclarecimento se deram, a saber: a história da civilização burguesa se baseou no domínio da natureza como o da natureza interna humana, estabelecendo a cisão entre orgânico e inorgânico, entre humanidade e natureza, entre sujeito e objeto e culminando na reificação da subjetividade, ou seja, na alienação do humano de seus “elementos idiossincráticos” e restos pulsionais, que compõem a organização interna do psiquismo

individual – “o que Ulisses deixou para trás entra no mundo das sombras” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 44). O processo do esclarecimento elegeu um modelo de pensamento que esconjurou o irracional, o efêmero, o “inútil”, que, se propiciou a superação de forças “naturais” destrutivas com a libertação dos homens de suas cegas subordinações à natureza, por sua vez, possibilitou a “progressiva coisificação do mundo”, tendo em vista tal modelo unívoco de pensamento voltado para a maior racionalização da sociedade (Adorno, 2022, p. 150). Esse “mundo das sombras”, assim, representaria tanto o mundo mítico supostamente superado e dominado pela “astúcia da razão” objetivada, quanto as forças inconscientes recalçadas pelo Eu ilusório e falsamente uno e soberano, tal como Freud postulou e problematizou na segunda tópica do aparelho psíquico (Gomide, 2007). Entretanto, tal modelo de racionalidade encarnado pela forma burguesa de indivíduo e de sociedade, principalmente na era fascista, se deu e se concretizou com o auxílio do desenvolvimento de conhecimentos técnicos-científicos resultantes desta mesma racionalidade. Esses conhecimentos, aliados às forças de produção para a manutenção da ordem capitalista, se voltaram cada vez mais para a produção totalizante de mais-valor e, assim, maior dissolução da particularidade individual em seus aspectos de “não-identidade” (Adorno, 2009). A razão instrumental cega e dominadora, ou seja, o esclarecimento atrelado a objetivos desumanos – por conter em si o “germe para a regressão” (Horkheimer e Adorno, 2006) –, se impôs de tal modo na cultura que as relações sociais na ordem burguesa tornaram-se o prolongamento de forças “naturais” despóticas e destrutivas, ao se imporem e anularem os indivíduos em suas singularidades, tornando a totalidade social, com seus poderes econômicos, uma força soberana (e destrutiva) sobre a vida dos sujeitos: “A naturalização dos homens hoje não é dissociável do progresso social [...]. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 14). Nesse sentido, os frankfurtianos buscaram as raízes antropológicas da injustiça histórica de relações sociais de dominação que culminaram na tipologia do “caráter fascista” das sociedades industrializadas avançadas, com a concomitante diluição do indivíduo e da singularidade em uma vida marcada pela padronização de sujeitos, a partir do estabelecimento de uma sociedade cada vez mais opressiva e sufocante – as sociedades da administração total: “Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a qualidade de bens a ela destinados” (p. 4). A autoconservação do indivíduo burguês em busca de seus próprios interesses e “prosperidade” foi assim desmistificada – na época do capitalismo administrado – pela teoria crítica, posto que, de acordo com Adorno: “A essência dessa

totalidade é manter-se através do auto interesse daqueles que ela abrange, mas, simultaneamente, dificultar e pôr em perigo constante e incessantemente esse auto interesse” (Adorno, 2021, p. 370). Na sociedade dos oligopólios, cada interesse individual foi e é destroçado pelos interesses particularistas dos grandes, que têm comandado a vida social. Crochick, a respeito do preconceito e da mentalidade antissemítica, signos da deformação da consciência sob o progresso violento de uma totalidade altamente contraditória, afirma que:

O mesmo movimento voltado para a dominação da natureza, necessário para o desenvolvimento de nossa civilização, volta-se para o domínio de um homem sobre si mesmo e sobre os outros. Paradoxalmente, esse elemento – a vontade de dominação – é a natureza humana não conquistada, suscitada a todo momento em uma cultura que visa à competição e prega, em sentido velado, ou não tão oculto assim, a sobrevivência dos mais aptos (Crochick, 2023a, p. 46).

Horkheimer, na apresentação da pesquisa *Personalidade autoritária*, sinaliza para o “novo tipo antropológico” dominante do capitalismo tardio, cujas tendências psíquicas resultaram de antagonismos produzidos pelas condições objetivas de uma totalidade autocontraditória:

Em contraste com o intolerante tradicional, o *homem autoritário* parece combinar as ideias e habilidades típicas da sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou antirracionais. Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e sempre temeroso de não ser igual aos outros, intransigente sobre sua independência, mas inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade. A estrutura de caráter que abarca estas tendências conflitantes já atraiu a atenção dos pensadores políticos e filósofos modernos. Este livro aborda o problema com os meios da pesquisa psicossociológica (Horkheimer, 1969, p. IX).

Em vista disso, a problemática da categoria indivíduo, com suas aporias e insuficiências frente à objetividade, foi acentuada em termos de suas implicações políticas, que não poderiam ser negligenciadas, tendo em conta poderes econômicos alienantes, pelos quais “a categoria do indivíduo não conseguiu resistir ao gigantismo da indústria” (Horkheimer, 2015a). Os sofrimentos e conflitos psíquicos, bem como suas contradições, são resultantes das fraturas da totalidade social de uma falsa democracia, de uma ideia de progresso imbricado com a destruição, pela absorção de tudo pelo mercado e pelo raciocínio da equivalência. O distanciamento e a frieza tornaram-se verdadeiras categorias antropológicas da individualidade burguesa, cuja crise propiciada pelas mediações econômicas vinculadas à racionalidade totalitária, voltada à

exclusão e controle da natureza repudiada, culminou no irracionalismo e na vontade de autodestruição e da própria cultura, servindo de instrumento para as políticas autoritárias com sua práxis assassina. A cultura, que não cumpriu suas promessas e que se estabeleceu pela brutal divisão entre os homens – a partir da cisão entre trabalho material e espiritual, entre corpo e intelecto, entre trabalho e prazer, entre a idealização do homem e o desprezo pelo homem concreto (Horkheimer e Adorno, 2006) –, produziu o ressentimento naqueles que nela se encontraram mutilados e invisibilizados.

A teoria psicanalítica, que também tomou uma dimensão mais ampla na teoria crítica – voltada para a análise do progresso, contribuindo para a análise histórico-filosófica da razão burguesa em sua recaída na barbárie –, pôde elucidar o âmbito do recalcado e mutilado pela história “oficial” civilizacional, na tensão dialética entre cultura e natureza, e indivíduo e sociedade, sob a coação do trabalho alienante e dos efeitos que isso trouxe à individualidade e às relações sociais entre os sujeitos, e deles com o mundo ao seu entorno. Para além do embasamento teórico-conceitual dos estudos do caráter autoritário – por exemplo, para as análises “clínicas” dos sujeitos com alta pontuação na Escala F verificados na pesquisa *Personalidade autoritária* (Adorno, 2019) –, Adorno e Horkheimer (2006) se apropriaram da psicanálise freudiana para compreender as fontes psíquicas e sociais da obediência “cega” dos sujeitos às formas de poderes irracionais da sociedade administrada (os fenômenos sociais de massa). Esse campo de conhecimento, em constelação com outros campos conceituais, lançou luz sobre a base material da subjetividade – suas transformações antropológicas – sob uma cultura que tem imposto cada vez mais o sacrifício de desejos e paixões individuais para a reprodução da sociedade. Tais fatores foram importantes para a elucidação dos trajetos antropológicos ocorridos ao longo do processo histórico de desumanização a que os homens foram submetidos. Nesse sentido, a mentalidade antisemita vinculada ao preconceito e, para além da questão dos comportamentos preconceituosos reproduzidos pela cultura, inclinada à ânsia de destruição do divergente (Horkheimer e Adorno, 2006), tornou-se o “sintoma” de uma pseudo-individualidade, constituída na falsa sociedade que não cumpriu suas promessas, na qual os indivíduos tiveram que se restringir à autoconservação na luta pela sobrevivência, em uma era já propícia para a realização da liberdade, mas negadora de tais possibilidades. Trata-se de um ordenamento social que dispensou o indivíduo em sua singularidade, ao mesmo tempo em que, pelo sofrimento imposto, tem se utilizado de “restos de seu inconsciente”, do recalcado, para a

manutenção do sistema e reprodução da irracionalidade a pleno serviço do capital: “os restos do âmbito do psicológico são pervertidos em caricatura e deformidade” (Adorno, 2015b, p. 88). O sistema atual, produtor de bens materiais excessivos pelos avanços tecnológicos, tem se sustentado pela reprodução da necessidade de dominação, por meio da exploração irracional do trabalho alheio e precarizado, e rtir do planejamento da escassez, ensejando mais desigualdade e descontentamento entre os seus membros, colocando o próprio *ethos* social em perigo.

Entretanto, formas de “compensação” e satisfações são produzidas pela totalidade social: com a manutenção de sujeitos sob servidão e alienação na sociedade, a agressividade e a hostilidade objetivamente geradas contra a cultura têm sido fortalecidas e fomentadas politicamente, quando voltadas contra os “grupos sociais mais fragilizados” ou oponentes à ordem, cujas formas peculiares de vidas que não se moldaram completamente ao sistema escancaram as marcas e feridas deixadas pelos “fracassos e contradições da cultura” – os conflitos civilizacionais. Visto assim, um dos mecanismos de administração do poder fascista para benefício de grupos econômicos é justamente fortalecer e manipular o ódio contra as tais “minorias” estigmatizadas, a fim de mobilizar a energia psíquica para a violência (e não para a crítica e resistência) e distorcer a percepção individual das condições objetivas suscitadoras de sofrimento e da injustiça geral. O enrijecimento dos indivíduos em si mesmos, exigido pela necessidade de autoconservação, tornou-se socialmente recompensado com a legitimação da barbárie contra tudo aquilo e aqueles que têm colocado em dúvida a razão autopreservadora, ensejando manifestações coletivistas antidemocráticas – a psicologia das massas – que, assim, têm servido de “atalho de emoções e ações violentas” para os sujeitos:

O resto da psicologia, entretanto, o ser humano propriamente, desfigura-se no topo das hierarquias totalitárias, a que chegam com facilidade os idiotas ou deficientes psíquicos, pois seu defeito, o propriamente psicológico, harmoniza-se muito bem com a irracionalidade dos fins, com as decisões superiores, para as quais, então, se emprega como meio toda a racionalidade de seus sistemas, diferenciados tão somente por declarações vazias. Esta última esfera reservada do que não foi assimilado, que permite ou prescreve aos ditadores rolar pelo chão, chorar convulsivamente ou descobrir conspirações imaginárias, também é mera máscara da loucura social (Adorno, 2015b, p. 87),

Enfim, o caráter autoritário (o preconceituoso) e os sujeitos potencialmente fascistas identificados com a mentalidade antissemita cumprem uma função de manutenção da sociedade desigual (Crochick, 2023b), ao corresponderem e endossarem

a violência objetiva de formas de segregação e discriminação culturalmente reproduzidas, e também ao não poderem questionar essa ordem por estarem impossibilitados (social e psicologicamente) de romper com as malhas da reificação total. Nesse âmbito, psicologicamente motivados, eles encontram, na adesão às fórmulas fascistas disseminadas no todo, meios de satisfação e equilíbrio psíquicos e modos de ajustamento pelos quais a esfera inconsciente, com o rebaixamento das funções cognitivas de um “eu” fragilizado pela totalidade autocontraditória, “em sua pobreza e indiferenciação”, também passa a coexistir “de modo feliz com a padronização e o mundo administrado” (Adorno, 2015b, p. 93). A seguir, algumas notas de *Elementos do antissemitismo*, em suas articulações com trechos de capítulos de *Estudos sobre a personalidade autoritária* – por exemplo *O pensamento de ticket e a personalização na política* e *Tipos e síndromes* – foram discutidas, a fim de verificar as discussões adornianas sobre o antissemitismo e o autoritarismo, suas relações com a sociedade administrada e a atualidade desses estudos para a análise da barbárie no mundo contemporâneo do capitalismo mundializado.

2.1. O antissemitismo moderno e o potencial fascista, questões atuais

Na esteira da discussão da recaída do esclarecimento à barbárie, Adorno e Horkheimer (2006) tomaram a questão do antissemitismo moderno como o exemplo da máxima regressão subjetiva sob a estrutura social baseada no trabalho abstrato e na universalização da lei de troca de equivalentes, que deram ensejo à deformação das consciências individuais e aos diversos tipos de sofrimento social e psíquico no interior de um sistema estratificado e extremamente reprodutor de desigualdades. No conjunto de tais relações sociais reificadas e cada vez mais antagônicas, nas quais os indivíduos frustrados e atomizados nas massas foram impelidos a agirem contra seus interesses racionais para suas sobrevivências, um clima de “animosidade” entre seus membros, de luta de todos contra todos, se fez prevalecer. Para o entendimento do antissemitismo fascista, alertaram os autores, foi necessário buscar elementos muito mais complexos e profundos, para além do preconceito e da perseguição aos judeus, pois apresentava-se nele questões que obrigavam a investigar os aspectos ligados ao processo histórico-civilizatório determinantes de condições objetivas – e subjetivas – propícias ao fortalecimento da barbárie na modernidade mais desenvolvida, sobretudo indicando a sobrevivência da fúria antissemita mesmo após o período da Alemanha hitlerista. Nesse

sentido, essas formas de violência – em sua intensidade e extensão – tiveram como auxílio a razão administrativa e uso de forças tecnológicas para a concretização do “ódio racionalmente organizado”, bem como foram resultantes do poder econômico coercitivo nas sociedades industrialmente avançadas, que prefigurou as relações entre os sujeitos e deles com a sociedade. Com as atrocidades socialmente legitimadas, confirmou-se a afinidade da razão instrumental do trabalho alienado com os impulsos de destruição e aniquilação, voltados contra aqueles que “negaram e negam a ordem do progresso”, trazendo à luz do dia os elementos destrutivos que permaneceram ocultos na história, os quais “Auschwitz pôde demonstrar de forma irrefutável” em seus princípios de dominação totalitária (Adorno, 2019b). Sobre o potencial do horror encontrado na sociedade não livre, transcrevemos as seguintes palavras de Adorno:

las atrocidades de Auschwitz son posibles solo, en primer lugar, en un sistema político en el que la libertad es totalmente oprimida; segundo, en una constitución social global que permite todo eso; y, finalmente, y en particular, porque los seres humanos que perpetraron eso y podrían perpetrarlo, de acuerdo con su constitución interna, nos son libres sino, justamente, en realidad aquellos siervos que invocan la obediencia debida (Adorno, 2019b, p. 386).

Com relação ao contexto histórico do antissemitismo nazista e sua horripilante concretização nos campos de extermínio, ressalta-se suas ligações com o desenvolvimento da livre iniciativa em direção aos monopólios, com suas tendências de mais acumulação, concentração e controle, providenciadas pelo avanço tecnológico direcionado para objetivos não racionais (Horkheimer, 2012; Horkheimer e Adorno, 2006), tornando-se o emblema da crueldade e do horror diante dos avanços contraditórios dos processos civilizatórios da razão burguesa, bem como o resultado dos vínculos da tecnologia com o capital, desde sempre cúmplice da barbárie. Os autores, preocupados com fenômenos sociais irracionais na sociedade, que aparentava ser racional na sua organização e formas de produção, escreveram no quadro de suas elaborações sobre a dialética da razão o fragmento filosófico *Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento*. Esse texto serviu de fundamentação para a pesquisa empírica posterior sobre o caráter autoritário, cujos dados e discussões encontram-se na obra *A personalidade autoritária* (Adorno et al, 1969; Adorno, 2019).

Assim sendo, Adorno e Horkheimer chamaram a atenção para a peculiaridade do antissemitismo contemporâneo, mobilizado pelas forças político-econômicas do nazifascismo, que se apresentava diferente do antissemitismo de antiga tradição – por

exemplo, aquele referente às crenças cristãs e ao anátema religioso pronunciado contra o judeu (Adorno, 2021; Horkheimer, 2015a; Horkheimer e Adorno, 2006). Não somente devido a uma herança histórica, esse se fortaleceu por causa de tendências gerais de integração de sujeitos na totalidade social contraditória, em meio aos altos sacrifícios econômicos exigidos e consequente aumento do ressentimento social e psíquico na sociedade da administração total (Adorno, 2021). Nesse sentido, indivíduos privados de sua subjetividade e espontaneidade sob os ideais de adaptação da objetividade totalmente socializada fizeram parte da maquinaria de produção da violência institucionalizada, contribuindo com suas não liberdades ao cederem aos impulsos cegos de aniquilação do outro, compreendido como o “não adaptado”. A fúria concentrada no antissemitismo contra a civilização, que foi deslocada para grupos vistos como “não totalmente civilizados”, decorreu da sensação das massas de terem sido enganadas pelos falsos ideais da cultura burguesa – nas condições dadas de intensa desigualdade social na fase histórica avançada do capitalismo. Desta forma, a sociedade burguesa não pôde “redimir o homem da barbárie”; pelo contrário, tem instilado e obrigado os sujeitos a reproduzir o seu estado de não liberdade, que deveria ter há muito tempo sido superado (Adorno, 2021). Assim: “o comportamento antissemita é desencadeado em situações em que os sujeitos se veem soltos enquanto sujeitos” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 141). Os indivíduos, nas suas condições de embrutecimento em face dos poderes de processos sociais anônimos e economicamente ininteligíveis em suas transações, estariam propensos a acatar o ordenamento social sem resistir à opressão, bem como a aceitar antigos estereótipos utilizados pelas propagandas fascistas antissemitas, por causa das recompensas “psíquicas” delirantes oferecidas pelas técnicas de manipulação de grupos extremistas – a cruzada promovida contra os “inimigos estrangeiros” conspiradores, vistos aos olhos de indivíduos (pseudo)formados na sociedade burguesa como os responsáveis pela infelicidade geral: “Eles [os judeus] são estigmatizados pelo mal absoluto como o mal absoluto”, tendo em vista uma falsa ordem que gerou impulsos de destruição no interior de si mesma, numa situação de total ofuscamento das contradições sociais (p. 139). Os sentimentos de revolta contra as exigências sacrificantes da sociedade burguesa foram utilizados e colocados a serviço da dominação pelas políticas fascistas. Indivíduos que passaram a integrar as coletividades autoritárias puderam identificar o seu “eu” – que teve seus impulsos negligenciados e não satisfeitos no processo de autoconservação – com as instâncias político-sociais encarnadas pela figura do líder (Adorno, 2015b).

Retomando o texto de Horkheimer (2015), *Os judeus e a Europa*, cujas análises também apareceram no fragmento da *Dialética*: com a abolição das funções do mercado, as crises disso resultantes e o concomitante fortalecimento dos monopólios e do capital financeiro, a posição econômica dos judeus tornou-se problemática, por estarem eles situados no campo do comércio, como donos de estabelecimentos, sendo o “novo antissemitismo o emissário da ordem totalitária”, servindo de manobra política para o adestramento das massas. Nos elementos econômicos e políticos de *Elementos do antissemitismo*, os autores então ressaltam o quanto o nazismo soube mobilizar nos desempregados modernos o ressentimento com relação à fragilidade da democracia burguesa e suas instituições, cujas leis ditas universais foram negadas pelas relações de produção, nas quais a esfera da circulação fora ocupada também pelos judeus como fonte de seu enriquecimento. Eles também foram associados à esfera da produção intelectual, o que lhes rendeu o estereótipo do “intelectual” e os tornou objeto de repúdio pelos “impotentes contra o espírito”, que recorrem a suas percepções distorcidas da realidade para acusar os intelectuais de “fracos” e inúteis.⁵⁰ Em meio às crises suscitadas pelo capitalismo liberal, os estereótipos atribuídos especificamente aos judeus, entre os quais destacam-se o do comerciante e do explorador – o judeu como representante do “capital rapinante” e “conspirador capitalista” –, fizeram deles alvos específicos das técnicas políticas e propagandísticas do nazifascismo. Tais técnicas tiveram como finalidade obter o apoio popular ao nacional-socialismo para a realização dos objetivos político-econômicos irracionais das novas classes dominantes (Horkheimer e Adorno, 2006). Dizem os autores: “Ele [o judeu] é, de fato, o bode expiatório, não somente para manobras e maquinações particulares, mas no sentido mais amplo em que a injustiça econômica da classe inteira é descarregada nele” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 144). Ou seja, por eles terem também suas atividades econômicas vinculadas ao comércio, o modo fascista de poder utilizou-se deste pretexto para desviar o ódio das classes trabalhadoras diante da injustiça do capital para os judeus, assim obstruindo a consciência da exploração e das origens da mais-valia na nova ordem: aquelas geradas pelas novas formas de acumulação

⁵⁰ Este ódio aos intelectuais pelas personalidades autoritárias com potencial fascista é mencionado em vários momentos da obra de Adorno (2020b; 2020c), apresentando ser algo bem presente na economia psíquica do sujeito autoritário e mais regredido, ainda mais tendo em vista uma sociedade administrada que desqualifica o pensamento autônomo e a teoria, em virtude do pragmatismo disseminado, do elogio ao “homem prático”. Assim, sobre o radicalismo da nova direita, Adorno diz: “Quem não se insere na divisão do trabalho, quem por meio de sua profissão não está ligado a uma determinada posição [...], mas que conservou a liberdade do espírito, é, de acordo com essa ideologia, uma espécie de patife e deve ser cortado fora. Entra aí ainda certamente o antiquíssimo rancor do trabalho manual contra o trabalho intelectual, mas de um modo completamente deslocado” (Adorno, 2020c, p. 61).

advindas dos “negócios” espúrios estabelecidos entre os donos dos monopólios e os membros do partido nacional-socialista. Os judeus foram utilizados pelas técnicas populares antissemitas como válvulas de escape das massas empobrecidas e das classes médias, uma vez que as relações dos trabalhadores com seus patrões apareciam como uma troca justa no setor de produção, assim transformando os judeus nos responsáveis pela injustiça social geral: “A responsabilidade do setor da circulação pela exploração é uma aparência socialmente necessária” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 144). O ressentimento provocado pelas perdas econômicas e pela intensificação da impotência social acabou por se manifestar na hostilidade contra os “judeus comerciantes” – o “bode expiatório” –, e não na rebelião direcionada contra as classes dominantes, principalmente tendo em conta o contexto de declínio e destruição de movimentos trabalhistas contestatórios contra o capital pelas mobilizações nazistas populares.

Contudo, para além das questões político-econômicas do Terceiro Reich, a questão do “bode expiatório”, mesmo contendo certo conteúdo de verdade, apresentava-se por demais superficial para as análises do antissemitismo fascista e demais fatores nele envolvidos. Segundo os autores, haveria algo muito mais profundo na perseguição antissemita, que se relacionava aos desdobramentos da civilização burguesa com seus rumos para a falsa organização social, embasada no aprofundamento de relações desiguais de exploração – o trajeto da sociedade burguesa calcada na necessidade de dominação sobre a natureza. Esses processos marcariam a constituição da subjetividade moderna, culminando no antissemitismo enquanto um movimento enraizado na cultura, já que essa se assentou nos objetivos de máxima exploração e sacrifício da natureza e dos homens, na qual o nazismo e o antissemitismo moderno não seriam meros “desvios históricos” ou perturbações da ordem, mas a essência mesma de tal ordenamento social que não pôde prescindir da violência e da perseguição contra os “não integrados”. Logo, a própria base do sofrimento dos sujeitos supostamente civilizados se encontraria no desenvolvimento da “racionalidade da dominação” com suas pretensões totalitárias, condenando todos à infelicidade na falsa sociedade. As possibilidades de liberdade e emancipação que residiam nos projetos da razão burguesa foram interditas em nome de uma “lei objetiva de uma produção social sob a propriedade privada dos meios de produção” (Adorno, 2019, p. 39), que desenvolveu uma estrutura social “como uma totalidade pré-ordenada” (p. 39).

Portanto, algo da antropologia burguesa portaria em si elementos irracionais e regressivos, desembocando, para além de uma mentalidade preconceituosa e

estereotipada, em modos inéditos de violência e de irracionalidade na modernidade avançada, atrelados ao desenvolvimento da técnica, utilizada para fins desumanos na sociedade capitalista. Por causa do processo opressivo da razão objetivadora, que acabou por coordenar a sociedade moderna com um todo, o impedimento da reflexão pelo próprio indivíduo sobre tais elementos constitutivos de sua individualidade (o elemento da natureza em si e de forças histórico-sociais na sua constituição de indivíduo) trouxe como resultado saídas mais deletérias para a manifestação revoltosa da natureza coibida, saídas fomentadas pela própria estrutura da sociedade – seja pelas formas de intolerância e atos destrutivos ou pela submissão autoritária à realidade dada. A mentalidade antissemítica, vinculada à razão individual burguesa – que culminou no modelo de subjetividade reduzida à pura autoconservação no capitalismo, à instrumentalidade e à coisificação do pensamento –, também se associava à formação de uma individualidade contraditória e “fragilizada”, cindida pelos processos históricos de desumanização, quer dizer: tanto impelida a buscar recursos para a sua sobrevivência numa sociedade que poderia liberar os homens de suas necessidades, quanto, ao mesmo tempo, regredida sob a presença de traços de agressividade e sadismo suscitados socialmente, expressos nos desejos de ódio contra a humanidade e, assim, contra a própria vida. Os autores afirmam: “A perseguição dos judeus, como a perseguição em geral, não se pode separar de semelhante ordem”, pois sua substância se encontrava na violência intrínseca à razão do progresso em suas aporias e intuítos totalitários (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 140). Mas, como bem asseverou Adorno (2021), mesmo os movimentos antissemítas sendo externa e racionalmente promovidos de cima pelas elites dominantes, as evidências sobre as disposições subjetivas de indivíduos a apoiarem seus clamores autoritários não poderiam ser negligenciadas pela teoria crítica da sociedade, tampouco tomarem um lugar secundário nas análises da dialética da razão com seus rumos ao totalitarismo (Adorno, 2021). Tornou-se urgente o estudo dos fundamentos histórico-sociais e psíquicos do “caráter autoritário”, tendo em vista seus mecanismos psíquicos inconscientes, para também se combater politicamente as tendências antidemocráticas no interior da cultura moderna.

Por meio do chamado método constelar, pelo qual os autores fizeram uso de conceitos e teorias de campos distintos colocados em tensão uns com os outros,⁵¹ um dos

⁵¹ Assim aponta Crochick (2023a, p. 12): “O texto [*Elementos do antisemitismo*] contém sete tópicos que tratam de diferentes dimensões do problema, quais sejam: ideológica, econômica, social, cultural, religiosa, antropológica e psicológica”.

principais pontos levantados sobre o antissemitismo pós-liberal, em *Dialética do esclarecimento*, foi entendê-lo como resultante de tendências destrutivas do Esclarecimento, que trazia em seu bojo um modelo de racionalidade cada vez mais destituída de capacidade reflexiva sobre seus limites, acentuada pelas relações sociais de dominação do capital. Com uma sociedade cada vez mais administrada, que se desenvolveu não somente atendendo aos interesses do capital, mas também aos intuítos de dominação e à necessidade de sua reprodução (dominação que se encontrava presente desde as origens do próprio Esclarecimento),⁵² perpetuou um sistema social assentado na subjugação de muitos por poucos; nas relações de dominação de classe. Desta forma, a razão universal, que se sobrepôs ao império das necessidades e mutilou a natureza – e a natureza interna humana – para seu controle, vinculou-se a uma ordem social cuja lógica fez triunfar o retorno violento da natureza – o retorno do recalcado – na sociedade moderna, esse presentificado tanto na mistificação da ciência positiva e da razão tecnológica quanto nas manifestações ritualísticas e sanguinárias dos movimentos nazifascistas: “A civilização é a vitória da sociedade sobre a natureza, vitória essa que tudo transforma em natureza” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 153). A vida toda a ser explorada e transformada em objeto, de acordo com Horkheimer (2015, p. 122), tal a “avidez do homem” em estender seu poder, “não surge diretamente de sua própria natureza, mas da estrutura da sociedade”.

Segundo Horkheimer e Adorno (2006), o movimento antissemita contemporâneo, resultante dos desdobramentos dessa racionalidade totalitária, voltou-se para a exclusão de tudo e de todos que não se ajustassem aos seus princípios violentos da lógica da identidade (Adorno, 2019) – da *ratio* burguesa –, principalmente contra formas de vida que colocassem em questão os sacrifícios impostos pela civilização e sociedade baseada na troca – que desembocou na fúria racionalizada contra o não idêntico irreduzível à razão do cálculo. Não obstante, a fúria contra os fracos e reduzidos ao “natural” serviu de mero pretexto para a entrega obstinada dos indivíduos ressentidos ao desejo de unidade com a natureza negada – mas pela via da anulação deste “outro” –, cuja cisão foi promovida pela práxis racionalizada do trabalho alienante. Esse desejo do indivíduo de “reconciliação forçada” com as pulsões renegadas no processo de autoconservação que se vinculou à

⁵² “A ideia de que a razão, a mais alta faculdade intelectual do homem, interessa-se apenas pelos instrumentos, ou melhor, é ela mesma apenas um instrumento, é formulada de modo mais claro e aceita mais amplamente hoje do que no passado. O princípio da dominação tornou-se o ídolo ao qual tudo é sacrificado” (Horkheimer, 2015, p. 118).

necessidade de dominação sobre o heterogêneo, irreduzível à lógica da troca, foi bem ilustrado no seguinte trecho do fragmento *Interesse pelo corpo*: “Na diabólica humilhação do prisioneiro no campo de concentração, que o carrasco moderno acrescenta sem um sentido racional ao seu martírio, desponta a rebelião não sublimada e, no entanto, recalçada da natureza” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 194). A unidade perdida e temida pôde ser distorcidamente realizada por meio de ações de destruição da vítima, submetida à generalização dos estereótipos e reduzida à abstração da espécie maldita e inferior a ser aniquilada: “A vítima representa para ele a vida que superou a separação, ela, a vida, deve ser quebrada e o universo deve se reduzir ao pó e ao poder abstrato” (p. 194).

Visto assim, com relação aos elementos psicológicos e antropológicos do antissemitismo, Adorno e Horkheimer (2006) vão dizer que na essência da violência dos carrascos em potencial, ou daquela contida nos movimentos de massa antissemitas, encontra-se a brutalidade da dominação da natureza, que retorna e se reatualiza nos ritos das coletividades fascistas por meio de suas formas orquestradas de violência contra as minorias, a fim de promover a liberação pervertida dos comportamentos miméticos atávicos proscritos pela civilização: “O sentido das fórmulas fascistas, da disciplina ritual, dos uniformes e de todo aparato pretensamente irracional é possibilitar o comportamento mimético” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 152). Ou seja, recorrendo ao conceito de *mimesis*, os autores alegam que a herança mimética, relacionada a formas mais pretéritas e arcaicas de autoconservação de nossos antepassados frente às forças naturais desconhecidas – as práticas mágico-miméticas –, foi abandonada e cada vez mais proibida com a ascensão do modo de produção burguês baseado na racionalização do trabalho: “O rigor com que os dominadores impediram no curso dos séculos a seus próprios descendentes, bem como às massas dominadas, a recaída em modos de vida miméticos [...] é a condição da civilização” (p. 149). Na retomada de nossa proto-história “esquecida” e repudiada pela história oficial, Horkheimer e Adorno estabelecem as relações entre os tabus e interditos civilizatórios e a mentalidade antissemita – quer dizer, essa última seria resultado e efeito do funesto enredamento da pré-história (que teve que ser violentamente superada) com os feitos da história oficial burguesa, por sua vez baseados no expurgo da natureza condenada. Nessa direção, os riscos de suspensão desses tabus resultantes do processo civilizacional, voltado para a negação de nossa herança mimética, seriam localizados nos gestos espontâneos e idiossincráticos atribuídos às alteridades, colocadas como “abaixo da civilização”, provocando no preconceituoso e nos

sujeitos enrijecidos a vontade de dominação sobre tais grupos, posto eles representarem, imaginariamente, o perigo da suposta liberdade (impulso de liberdade) de uma “natureza recalcitrante” que não se calou, pois: “en general, el género humano muestra una sorprendente repulsión frente a todo lo que podría recordarle su propia animalidade” (Adorno, 2019b, p. 400). A nossa pré-história, na qual predominava a luta pela sobrevivência embasada na dominação violenta dos homens contra a natureza e contra seus “impulsos arcaicos”, é revivida na era fascista como expressão da não superação da racionalidade da dominação que se mostra fortemente presente na sociedade da administração total. Entretanto, “os sujeitos se conscientizam dos limites de sua liberdade por pertencerem eles mesmos à natureza, mas sobretudo por sua impotência em face da sociedade autonomizada em relação a eles” (Adorno, 2009, p. 187).

Cabe aqui fazer um adendo: o conceito de natureza teve um papel peculiar nas manifestações nazistas, com seus protestos irracionais contra a civilização burguesa, contra seus tabus e pressupostos “humanistas”⁵³ desmentidos pela sociedade de troca altamente injusta (Marcuse, 1999). Isso pode ser notado nos apelos envoltos nas ideias de “sangue e solo”, raça, povo e nação, para viabilizar a adesão das massas despossuídas às políticas nacionalistas com seus intuitos de expansão imperialista. Porém, por outro lado, a ambivalência com relação à natureza (amor e ódio), herdada dos tabus civilizatórios, também aparece nas bases dos movimentos eugenistas de purificação das “raças”, pelos quais o ódio aos fracos e diferentes é colocado em ação como forma de ratificar o ódio à natureza fragilizada. Estes movimentos tiveram respaldos com base nas narrativas produzidas pela publicidade nazista acerca da defesa de uma “ordem natural purificada” (a raça ariana), em contraposição ao “natural superado”, inferior e não objetificado (os judeus e estrangeiros), que poderia colocar em risco a vida social. Isso tudo se deu em detrimento de uma verdadeira consciência das massas no tocante às relações sociais de dominação já postas, ofuscadas pelos mecanismos de controle dos monopólios. Nesse sentido, com a redução das vítimas ao corpo natural/biológico, propiciada pela mistificação da ciência positivista ao seu grau máximo, os judeus e todas as outras “raças

⁵³ Transcrevemos as seguintes observações de Marcuse, do seu ensaio *A nova mentalidade alemã*: “O fato de a República de Weimar ter deixado de cumprir suas promessas foi usado pelos nacional-socialistas para fomentar a desconfiança e o ódio com relação às ideias supremas da civilização cristã como tal, uma desconfiança e um ódio que se enraizaram profundamente em grande parte da população alemã [...]. A revolta contra a civilização cristã surge de várias formas: antissemitismo, terrorismo, darwinismo social, antiintelectualismo, naturalismo. Comum a todos eles é a rebelião contra os princípios restritivos e transcendentais da moralidade cristã “(Marcuse, 1999, p. 198).

diferentes” foram colocadas na condição de espécies inferiores na escala evolutiva, entendidas como fazendo parte da “dimensão residual” da natureza colonizada pela razão humana: “O antissemitismo racista quer se abstrair da religião. Ele afirma que se trata da pureza da raça e da nação” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 145). O antissemita então seria impelido à compulsão de dominar este outro inferior que é equiparado aos “animais” imundos e objetificados, obtendo com este impulso incontrolável a satisfação da necessidade de se defender da “natureza” e, assim, de seus próprios impulsos internos, ambos sentidos como ameaçadores à sua frágil identidade falsamente constituída, só que sustentada pelas fantasias de onipotência e força – fantasias amparadas pelos intercâmbios estabelecidos entre as necessidades psíquicas individuais e as ideologias socialmente veiculadas pelos projetos nazifascistas de sociedade.

Recorrendo a Adorno (2019b), na pesquisa *A personalidade autoritária*, com suas análises qualitativas das entrevistas e de dados clínicos de sujeitos com alto potencial fascista antissemita, destaca-se o componente narcisista mais regredido presente nessas síndromes, também podendo se distinguir pelo desejo difuso de agressividade:⁵⁴ “Aqui, o supereu parece ter sido completamente deformado pelo resultado do conflito edípico por meio de um retrocesso à fantasia de onipotência da primeira infância” (p. 553). Nessas tipologias, nomeadas de “Alucinados” e “Psicopatas”,⁵⁵ os anseios de destruição não racionalizados são decisivos, ao se manifestarem como brutalidade e violência física contra os mais fracos, enquanto formas compulsivas de comportamentos que tendem a colocar em ato as fantasias de força e de destruição contra aqueles considerados

⁵⁴ Importante mencionar que Adorno (2019) recorre aos termos “tipos” e “síndromes” porque os altos pontuadores da pesquisa – os que apresentaram traços e características de personalidade altamente inclinadas ao preconceito e, portanto, vulneráveis às ideias fascistas – indicavam compor uma síndrome geral vinculada a uma estrutura psicológica em comum. A saber: convencionalismo, submissão autoritária, agressividade, projetividade, anti-intracepção, manipulabilidade, dentre outras (Crochick, 2023a).

⁵⁵ Se nos aprofundarmos nas distinções e descrições das tipologias discutidas por Adorno em *Personalidade autoritária*, veremos que haveria uma diferença entre os sujeitos autoritários (convencionalmente apegados às regras sociais, aos valores morais e predispostos a aceitarem as hierarquias sociais como “naturais”, mas inconscientemente desejosos de destruírem tais valores que demonstravam superficialmente defender, apresentando os últimos serem meras “racionalizações psíquicas” para a defesa de impulsos destrutivos recalçados) e os sujeitos antidemocráticos, altamente predispostos a comporem as coletividades fascistas em sua loucura coletiva de destruição e força. Esses últimos corresponderiam às síndromes “Rebeldes e Psicopatas” e o “Manipulador”. Assim, ao aprofundar sobre a questão do preconceito e do antissemitismo fascista, delineando suas relações e diferenças no que podem resultar em diferentes formas de violência na sociedade contemporânea, afirma Crochick (2023c, p. 14) que: “Horkheimer & Adorno (1985), conforme ressaltado antes, não distinguiram as expressões ‘fascismo’ e ‘totalitarismo’, tal ocorreu também com as expressões ‘personalidade autoritária’ e ‘personalidade ou caráter antidemocrático’ e, em alguma medida, com as diferentes formas de violência existentes sob o termo ‘preconceito’, que ora se refere ao existente ao final do século XIX, ora ao predominante no período hitleriano, pois, para eles, nesse período, o antissemitismo se alterou em sua forma e expressão”.

“impotentes”: “sua indulgência com a perseguição é cruamente sádica, dirigida contra qualquer vítima indefesa [...]. Aqui se enquadram [...] todos aqueles que fazem o ‘trabalho sujo’ de um movimento fascista” (Adorno, 2019, p. 553). Não obstante, Adorno ressalta as condições culturais e sociais que deram permissão para que as minorias e as vítimas indefesas fossem perseguidas e cruelmente alvejadas, posto que destacadas e eleitas em suas diferenças enquanto representativas da “natureza fragilizada” e, por isso, marginalizadas dentro da organização social. Diz então Adorno acerca dos elementos subjetivos envolvidos nos movimentos extremistas:

O fascismo, a fim de ser bem-sucedido como um movimento político, precisa ter uma massa como base. Ele precisa assegurar não apenas a submissão temerosa, mas a cooperação ativa da grande maioria das pessoas [...]. Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos [...]. A tarefa da propaganda fascista, em outras palavras, torna-se mais fácil dependendo do grau em que potenciais antidemocráticos já existem na grande massa de pessoas (Adorno, 2019, p. 88).

Essas necessidades mais irracionais e desejos mais primitivos dizem respeito à ânsia de dominação e destruição do outro que, para o potencial fascista, relembra tanto a fraqueza do “não adaptado” quanto a intransigência da “diferença” (do diferenciado), numa ordem cultural padronizada e que exige a indiferenciação, tal como pode ser ilustrado pelo “Rebelde e psicopata” na descrição de sua síndrome: “isso pode levar a um ódio irracional e cego a toda autoridade, com conotações fortemente destrutivas, acompanhado por uma prontidão secreta para ‘capitular’ e dar as mãos ao forte ‘odiado’” (Adorno, 2019b, p. 551). Nessa síndrome, apresentam-se tipos de sujeitos que desobedecem aos padrões dominantes e que tendem a satisfazer de forma imediata seus prazeres de gratificação: “os desejos secretos e primitivos se tornam ambições virtuosas prontamente alcançadas e o comportamento compulsivo anteriormente considerado punível se torna a ordem do dia” (p. 554). Também na descrição do tipo “Alucinado”, ele diz que, “no que diz respeito às questões raciais, seu ódio mostra a tendência paranoica irrefreável” (p. 560) contra demais minorias, tal como “seu antissemitismo mostra fortes traços de projetividade, de falso misticismo do ‘sangue’ e de inveja sexual” (p. 560).

Retomando os *Elementos do antissemitismo*, em outras palavras, o medo do retorno ao “horror dos tempos primitivos abolidos pela civilização” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 153), tanto quanto o da ameaça de possibilidades nostálgicas de união “imediate com a natureza ambiente” (p. 152) – união também supostamente prazerosa e

inconscientemente desejada –, induziriam a destruição daqueles que tendem a fugir da norma da razão dominante. Nos “homens obcecados pela civilização” os comportamentos miméticos retornariam de forma destrutiva e manipulada sob os comandos de políticas fascistas, posto serem eles também dispositivos criados pela falsa cultura para liberar, de forma autoritária e coletivamente legitimada, os impulsos proscritos das massas a serviço da reprodução social: “A energia psíquica mobilizada pelo antissemitismo político é a idiosincrasia racionalizada. Todos os pretextos combinados pelos chefes e seus seguidores servem para ceder à sedução mimética sem violar [...] o princípio de realidade” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 151). Aquilo que os fascistas e pseudo-sujeitos da fase industrial mais avançada não suportam nos judeus (o que neles se identificam e assim negam) tendem a se tornar objetos de imitação e alvos de escárnio – aquilo que é odiado é também imitado.

Dentro deste sombrio e triste cenário, a opressão do particular, resultante dos processos de socialização da totalidade, encontra sua expressão de forma pervertida na hostilidade historicamente forjada contra o outro que encarna a diferença radical: no caso, os judeus, principalmente porque eles foram as “etnias que não se ajustaram ao progresso”, mas ao mesmo tempo porque foram os porta-vozes da civilização burguesa (Horkheimer e Adorno, 2006). Os judeus atrairiam para si, dentro do programa de alienação universal, a vontade de destruição que se encontra imanente aos processos sociais, por eles conterem “traços condenados pela dominação totalitária civilizatória” (traços “naturais” e humanos). Dizem assim os autores: “O que se considera judeu, aliás, são sempre cifras miméticas: o gesto da mão que argumenta; a entonação cantante com que descreve, independentemente do sentido do juízo proferido”, os caracteres fisionômicos do nariz acentuados pelas caricaturas das propagandas nazistas (Horkheimer e Adorno, p. 151),⁵⁶ dentre outros aspectos singulares transformados em símbolos da natureza mutilada, condensados na imagem de “o judeu”. Logo, a ânsia de destrutibilidade e o afeto de ódio impelidos contra os judeus seriam modos distorcidos de

⁵⁶ Lembram os autores, fazendo também alusão a Freud em *Mal-estar na civilização*, que os “cheiros” relacionados aos sentidos mais degradantes e primitivos na cultura são identificados como características das “camadas sociais mais baixas” e de “animais abjetos”, assim como aparecem nas caricaturas de judeus em que o órgão do nariz é acentuado para gerar reações de risos e escárnios nas multidões antissemitas. Reproduzimos a seguinte passagem: “Nas ambíguas inclinações dos prazeres olfativos sobrevive ainda a antiga nostalgia pelas formas inferiores de vida, pela união imediata com a natureza ambiente, com a terra e o barro. De todos os sentidos, o ato de cheirar – que se deixa atrair sem objetualizar – é o testemunho mais evidente da ânsia de se perder no outro e com ele se identificar [...]. É por isto que a civilização considera o cheiro como uma ignomínia, como sinal das camadas sociais mais baixas, das raças inferiores e dos animais abjetos” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 152).

entrega do fascista ao impulso condenado, modos de juntar-se a esse outro, mas pela forma de destruição, pois só se torna lícito render-se ao impulso mimético quando o objetivo é destruir ou ridicularizar os inimigos raciais, acusados de ainda ostentarem sem nenhum pudor seus hábitos “naturais” e arcaicos (Horkheimer, 2015).

Como anteriormente já sinalizado, Adorno e Horkheimer (2006) apresentaram a constituição da individualidade burguesa – na qual o Ulisses de *Odisseia* tornou-se o seu protótipo, e Freud (1976) pôde descrever no *Mal-estar na civilização* – fundamentada no sacrifício do “corpo sensível pulsional”, para que a abstrata racionalidade soberana frente à natureza emergisse e se efetuassem para a consolidação da cultura e autoconservação da espécie humana. Visto assim, a obtenção do prazer como a felicidade e a espontaneidade foram obstadas aos sujeitos civilizados em nome do progresso na sua dupla relação com a crueldade e a liberdade, cujos restos pulsionais recalçados na história reverteram-se, na modernidade burguesa, em atos bárbaros de fúria contra aqueles que pudessem vir a representar a alteridade condenada e supostamente “superada” na cultura – a “não identidade”. A ideia de “felicidade perdida”, projetada nas vítimas perseguidas (judeus, negros, mulheres, ciganos, homossexuais), resultou na hostilidade contra elas, ao imaginariamente elas poderem representar, aos olhos do dominador, o prazer livre e sem controle, ou “não domesticado”, obtendo por meio de atos de crueldade a satisfação do desejo coibido e das fantasias recalçadas, formas subvertidas de satisfação afinadas com o totalitarismo. Sujeitos diversificados, alvos de perseguição antissemita, teriam suas vidas aniquiladas enquanto vistos como não ajustados aos objetivos do trabalho árduo e produtivo e/ou recalcitrantes aos sacrifícios exigidos pela cultura (Horkheimer e Adorno, 2006; Horkheimer, 2015a). Lembra então Horkheimer (2015a, p. 218) que “a história dos esforços do homem para sujeitar a natureza é também a história da sujeição do homem pelo homem. O desenvolvimento do conceito ego reflete esta dupla história”. As exigências “morais” e de adaptação à ordem racionalizada reverteram-se em sentimentos de rancor contra esses valores burgueses e sacrifícios impostos pela nossa cultura, posto que paradoxalmente não recompensados na sociedade tecnologicamente desenvolvida. Desta forma, os judeus representariam “os traços de felicidade sem poder, da remuneração sem trabalho, da pátria sem fronteira, da religião sem mito”, provocando nos indivíduos endurecidos uma reação de repugnância contra eles (Horkheimer e Adorno, 2006). Como bem apontaram os autores, os antissemitas são as pessoas que “não se satisfazem nem econômica e nem sexualmente” (Horkheimer e Adorno, 2006), porque

sofreram as imposições da civilização violenta e a regressão intelectual imposta pela sociedade padronizada e reificada. Logo, ao pressentirem a fatalidade de suas infelicidades – a de estarem condenados a uma vida embrutecida e jamais satisfatória – a suspeita e a responsabilidade de seus infortúnios recairiam sobre as vítimas vistas como portadoras do “sonho renegado daqueles que a dominação mutilou”. Remetemos à seguinte afirmação de Adorno sobre Freud em *Educação após Auschwitz*:

Dentre os conhecimentos proporcionados por Freud, efetivamente relacionados inclusive à cultura e à sociologia, um dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório. Justamente no que diz respeito a Auschwitz, os seus ensaios *O mal-estar na cultura* e *Psicologia de massas e análise do eu* mereceriam a mais ampla divulgação (Adorno, 1995, p. 119).

Visto assim, dizem Horkheimer e Adorno a respeito do antissemitismo: “A vida e o aspecto dos judeus comprometem a universalidade existente em razão de sua adaptação deficiente. O apego inflexível às suas próprias formas de ordenamento da vida levou-os a uma relação insegura com a ordem dominante” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 140). Em outras palavras, os judeus representariam um grupo que atrai sobre si a “vontade de destruição” por expressarem, sem constrangimentos, o desajuste da “ordem”, a negação da universalidade almejada por causa da “ambivalência” frente ao lugar que ocuparam historicamente na cultura burguesa opressiva – ao mesmo tempo, inseridos na sociedade burguesa por terem instituído os conceitos de “pessoa” e individualidade e o direito abstrato, mas preservando sua religião e o arcaísmo de suas tradições, sendo por isto acusados de uso de “magia” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 147).⁵⁷ As formas de perseguição antissemita fascista também seriam derivadas dos imperativos de adaptação e da autorrenúncia à ordem social capitalista exigidas aos indivíduos rancorosos, tornando os judeus “não assimilados”, para o autoritário o signo do não ajustamento e, portanto, do não idêntico à fórmula burguesa de razão dominante. Os judeus suscitariam no sujeito autoritário o desejo oculto e não elaborado de libertação dessa ordem dentro de um mecanismo projetivo contra eles, contraditoriamente expressos nas seguintes suposições imaginárias, também criadas pelas instituições culturais: os judeus seriam “deficientes”, rapinadores, fracos, mas conspiradores, fortes, intelectuais – espíritos elevados sobre a natureza; ao mesmo tempo, felizes, sexualmente obcecados e livres, ao se constituírem

⁵⁷ “Os judeus são acusados em bloco de magia proibida, do ritual sanguinário. É só assim sob o disfarce da acusação que o desejo subliminar dos autóctones de retornar à prática mimética do sacrifício pode ressurgir em sua consciência” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 153).

pela não adaptação, por meio do apego aos seus costumes e às formas nômades de vida: “O banqueiro e o intelectual, o dinheiro e o espírito, expoentes da circulação, são o sonho renegado daqueles que a dominação mutilou e de que ela serve para sua própria perpetuação” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 143).

No antissemitismo nazista, também a categoria “raça”, como forma de desumanizar os judeus – vistos como a anti-raça –, por meio do apelo a teorias racistas encontradas nos estereótipos a eles imputados, serviu como mecanismo psicopolítico para ocultar os desejos ocultos e fantasias recalçadas, os quais os sujeitos autoritários foram forçados a rejeitar, a fim de assegurar e reafirmar autoritariamente suas frágeis identidades. Dessa forma, dizem os autores: “Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhes pertencem, são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 154). Tais reações de destruição do outro remeteriam à vontade do ressentido contra o sistema social de se sobressair em sua identidade duramente conquistada e se reafirmar ainda enquanto “indivíduo”, posto que a individualidade tem sido constantemente estilhaçada pelas forças violentas de integração total com o apagamento da singularidade, com os obstáculos sociais impostos às possibilidades de diferenciação na cultura administrada que submete todos ao coletivo. As vítimas de preconceito e o decorrente impulso de dominação sobre aqueles que representariam a “não individualidade” – a negação do modelo de razão universal –, tanto quanto a fragilidade da natureza dominada, recordariam no sujeito propenso ao autoritarismo sua própria impotência psíquica e social, imposta por uma sociedade marcada pela não realização dos conceitos de justiça, igualdade e liberdade, outrora propugnados pelos ideais iluministas. Na cegueira da violência antissemita “a cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 142). Por sua vez, também a ideia de “raça”, associada à necessidade de hierarquia social entre grupos distintos, que visou reduzir o diferenciado à pura natureza repudiada, acabou sendo um subterfúgio psicopolítico de “autoafirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara” (p. 140), ancorado pelas explicações pseudocientíficas do “darwinismo social”. Deste modo, os judeus, com seus apegos a suas tradições, “apego inflexível às suas próprias formas de ordenamento da vida”, representariam o negativo da necessidade de hierarquia na produção social, gerando o antissemitismo contra aqueles que negaram a ordem: “A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura

violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 140).

Com as transformações do capitalismo monopolista cada vez mais totalitário, ocorreu uma mudança significativa com relação à violência social manifestada contra as alteridades, postas como objeto-alvo do ódio, sendo essas escolhidas em sua intercambialidade de acordo com a conjuntura. Afirma Horkheimer (2015a) serem tais movimentos populares “uma rebelião às avessas”, enquanto reações paranoicas de revolta popular contra os efeitos das contradições gritantes entre as ideias veiculadas de democracia e a alta concentração de capital. Deste modo, o antissemitismo moderno relacionou-se a uma “rebelião constante” contra os valores burgueses e sacrifícios individuais exigidos pela cultura,⁵⁸ tornando-se fontes de manipulação de engajamento nazifascista, sem falar dos ganhos econômicos das classes superiores que se beneficiaram com a “arianização da propriedade judaica” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 141). Contudo, as massas dos oprimidos e desocupados do Terceiro Reich não obtiveram nenhuma vantagem econômica em meio às estratégias de manipulação calcadas na “panaceia racista”, o que fez com que os atos de violência, em vez de serem enfraquecidos, se fortalecessem por meio de “ganhos psíquicos” obtidos com a liberação coletiva da “ânsia de destruição”: “O verdadeiro ganho com que conta o ‘camarada de etnia’ [*Volksgenosse*] é a ratificação coletiva da fúria” (p. 141). A energia política do Nazismo, que também teve suas raízes na mobilização antissistema e anticapitalista para a reafirmação da ordem totalitária, propiciou benefícios econômicos aos detentores do capital, que se aproveitaram do antissemitismo para desviar as massas do conhecimento das bases sociais de sua exploração, essas promovidas pela economia dos monopólios.

Outros elementos mobilizados por Horkheimer e Adorno (2006) para a análise do antissemitismo são os conceitos-chave *projeção patológica* e *mentalidade do ticket*. No contexto da crítica da razão ocidental, para o entendimento da irracionalidade objetiva do capitalismo monopolista, eles acentuam as regressões psíquicas – o empobrecimento psíquico do indivíduo – também tendo como referência a filosofia iluminista de Kant, tanto no que diz respeito a seu modelo de sujeito transcendental (a do sujeito ativo do

⁵⁸ Dizem Horkheimer e Adorno (2006), e reforça o segundo na pesquisa sobre a personalidade autoritária, que a mentalidade antissemita intrinsecamente relacionada ao caráter fascista se trata de uma “rebelião contra a civilização”, que impõe constantemente todos os tipos de sacrifícios materiais e psicológicos e que não garante nenhuma segurança aos sujeitos, ainda que já se tenha alcançado condições objetivas para tal: “A fúria contra a civilização, concentrada em uma forma pura, por assim dizer, no antissemitismo, decorre da sensação de se ter sido enganado” (Adorno, 2021, p. 372).

conhecimento, capaz de apreender e ordenar a realidade), quanto no tocante a seus limites frente aos objetos e fenômenos do mundo. Confrontando o conceito idealista de sujeito com o de sujeito “empírico” e padronizado da sociedade administrada, os autores se voltaram para os elementos irracionais intrínsecos aos projetos epistemológicos e históricos da modernidade, para assim apreender os efeitos da economia capitalista sobre a consciência individual, tendo em vista a redução da razão em razão instrumental e formalizada. Desta forma, os indivíduos perderam suas qualidades de sujeitos, em termos de suas capacidades de reflexão e possibilidades de percepção discriminatória com base no julgamento racional da realidade, por sua vez, antes fornecidos pela possibilidade de experiência singular com objetos diversos e heterogêneos em tempos passados. Assim, “na sociedade industrial avançada, ocorre uma regressão a um modo de efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 166). A questão então colocada é a de que a organização social capitalista fornece os modelos conceituais já prontos (clichês) e termos técnicos de apreensão individual dos objetos numa totalidade impregnada pela lógica da valorização do valor, pela qual tudo e todos podem ser trocados e subsumidos a classificações já dadas pelas necessidades de produção. Na medida em que os sujeitos foram expropriados da experiência por questões da dominação social e das condições violentas da divisão do trabalho, eles, condenados à onipotência da razão instrumental para a efetivação do pensamento objetivador sobre os dados do mundo externo, e também destituídos da capacidade de pensar sobre as mediações históricas que determinam suas existências, perderam a diferenciação entre o eu e o mundo com a perda do trabalho reflexivo, dos elementos mediadores do pensamento que foram obstados pelos processos de alienação social.

Tendo como referência Kant, eles recorrem ao conceito psicanalítico de projeção, principalmente o de projeção patológica, desenvolvido dentro da nosografia da paranoia – os mecanismos inconscientes de defesa do Eu ligados às fantasias projetivas e “alucinatórias”. A teoria psicanalítica, a partir do estudo dos mecanismos psicológicos encontrados nas afecções psíquicas correspondentes às neuroses e aos delírios paranoides, contribuiu com conceitos férteis para a teoria crítica em seu estudo das modificações dos sujeitos em face da ordem totalitária. As ideias sobre enfraquecimento e indiferenciação do ego com relação à realidade contribuíram para o entendimento do declínio da individualidade na sociedade administrada, no sentido de que a complexa aparelhagem

psíquica freudiana, em suas tensões internas, foi minada na sociedade de massas: “a mediação do processo social através de inúmeras mônadas mostra-se retrógrada” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 167). Desta maneira, Adorno e Horkheimer acrescentam que o comportamento projetivo em si não é propriamente um problema, mas sim, como no caso do antissemita, a ausência de reflexão vinculada ao comportamento projetivo do preconceituoso é que o torna patológico e problemático, tornando o indivíduo vulnerável às fórmulas fascistas de explicação do mundo: “O patológico no antissemitismo não é o comportamento projetivo enquanto tal, mas a ausência da reflexão que o caracteriza” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 156). A falsa projeção seria então a manifestação da projeção pática, que se define como a incapacidade do sujeito de perceber que o mundo passou a ser cópia – projeção – de seu “terror” íntimo e de seu medo interno, historicamente constituído por causa da opressão civilizatória desumanizadora e politicamente suscitado pelos esquemas fascistas de terror, pois esse mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço resulta no “sistema alucinatório [que] torna-se a norma racional do mundo” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 154). Com a extinção e neutralização das formas culturais que conservavam um caráter mais racional, enquanto o *lócus* de possibilidades de oposição individual à realidade – por exemplo, a arte autêntica e a religião, que resguardavam a utopia de uma humanidade melhor e a relativa autonomia da vida privada da família burguesa –, ao serem minadas e administradas pelos poderes econômicos e políticos dos monopólios, o sujeito acabou perdendo seu poder de discriminação sobre os elementos oferecidos e impostos pelas sociedades industriais. Para esses indivíduos pseudoformados – que se tornaram mais propensos ao antissemitismo socialmente disseminado –, o mundo todo acabou se convertendo em algo ameaçador e obscuro, fortalecendo as condições objetivas para a “paranoia das massas”, assombrados pelas instituições mistificadoras da realidade. Portanto, “a passividade ativa do conhecimento, na qual os elementos categoriais se deixam [*deixavam*] modelar da maneira adequada pelo ‘dado’ convencionalmente pré-formado, e este por aqueles” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 166), e que de tal modo mobilizava no sujeito kantiano um processo de percepção que fazia jus ao objeto – à sua especificidade –, declinou nas sociedades administradas.

Com o embotamento geral da experiência nessa sociedade, aguçou-se a incapacidade dos sujeitos de refletirem o objeto como diferente deles mesmos, tendo em vista sua diversidade e a mútua relação mediada entre sujeito e objeto, assim como a

consciência de determinantes históricos das qualidades e aspectos formais do pensamento individual foi apagada: não se sabe mais diferenciar entre aquilo que é “projetado pelo sujeito” sobre os objetos e o que é da “coisa” mesma, em suas características próprias e determinações objetivas (Horkheimer e Adorno, 2006). Então dizem os autores que: “Entre o verdadeiro objeto e o dado indubitável dos sentidos, entre o interior e o exterior, abre-se um abismo que o sujeito tem de vencer por sua própria conta e risco. Para refletir a coisa tal como ela é, o sujeito deve devolver-lhe mais do que dela recebe” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 156). Mas na indiferenciação com o outro, na impossibilidade de distinguir entre aquilo que é da instância do próprio sujeito – constituída pelas tensas relações entre indivíduo e realidade (seus desejos, fantasias) – e aquilo que o objeto pode ser (e o que se distingue dele mesmo em confronto com aquilo que o pensamento sintetiza e representa do objeto), o sujeito tende a dotar “ilimitadamente o mundo exterior de tudo aquilo que está nele mesmo” (p. 156), de um eu que projeta compulsivamente sua própria infelicidade, bem como suas fantasias destrutivas geradas por uma ordem totalizante. Para chegar a tal conclusão acerca dessa falsa projeção, como associada à gênese do fascismo e à paranoia coletiva, Adorno e Horkheimer recorrem novamente ao conceito filosófico de percepção, baseando-se na teoria kantiana do conhecimento, para discorrerem sobre o comportamento projetivo como mecanismo necessário ao conhecimento e ao pensamento para a emergência do sujeito face os dados do mundo empírico: “A psicologia antisemita foi, em grande parte, substituída por um simples ‘sim’ dado ao *ticket* fascista, ao inventário de *slogans* da grande indústria militante” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 164-5). No mundo de produção em série, “a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção” (p. 166). Logo, a ordem totalitária perverteu tal mecanismo de percepção, colocando-a a seu serviço, mesmo porque as imposições econômicas dos oligopólios anularam ou neutralizaram qualquer capacidade de escolha e julgamento individual diante do mundo coisificado e esvaziado. Nesse sentido, os indivíduos, em sua miséria psíquica de um eu alienado na lógica abstrata correspondente aos critérios de sociabilidade da organização social capitalista, e também paralisados nos afetos suscitados pelas ameaças da vida opressiva – pois assombrados pela busca incessante pela autoconservação –, só teriam como saída recorrer aos seus mecanismos psicológicos mais infantis para a adaptação “bem-sucedida” num sistema social enlouquecido: “A loucura é, ao mesmo tempo, uma loucura da realidade política” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 168). As promessas de que o progresso tecnológico eliminaria a pobreza produzida pela

própria sociedade industrializada, propiciando também condições objetivas para a emancipação, reverteram-se nas relações sociais reificadas voltadas para a destruição dos indivíduos. Não obstante, a ideia de individualidade autônoma e “esclarecida”, que sustentou os anseios por uma sociedade moderna emancipada dos dogmas das antigas autoridades, acabou sendo anulada na sociedade racionalmente administrada, destruindo o “homem enquanto pessoa, enquanto portador da razão” (p. 168).

Nesta direção, recorrendo novamente a Adorno (2019b), na *Personalidade autoritária*, a justificativa desenvolvida por ele a respeito do uso de “tipologias” na pesquisa, para a descrição dos altos pontuadores na Escala F – como também a dos “baixos pontuadores” –, foi a de que “as tipologias não são [foram] totalmente arbitrárias, não violam necessariamente a multiplicidade do humano, mas têm alguma base na estrutura da realidade psicológica” (Adorno, 2019b, p. 59), tendo em vista um mundo padronizado, que determina a padronização de pensamentos e sentimentos individuais e que configura tipos de sujeitos também reificados e psicologicamente regredidos. Assim, traços estereotipados de personalidades seriam esperados na sociedade administrada, visto que as condições objetivas que impedem a diferenciação individual seriam refletidas nos comportamentos autoritários e mais regredidos, presentes em sujeitos impossibilitados de vivenciar experiências mais qualitativas com os outros e o mundo, pouco ou nada resistentes aos apelos fascistas de destruição. Na sociedade desumana, a absolutização da tendência de “quantificação” de coisas e sujeitos nas relações sociais elimina as possibilidades de diferenciação individual, portanto, de relações menos violentas entre os sujeitos e desses com os objetos e o “outro diverso”. Nas palavras de Adorno:

A relativa rigidez de nossos altos pontuadores, e de alguns de nossos baixos pontuadores, reflete psicologicamente a crescente rigidez de acordo com o que a nossa sociedade divide-se em dois campos mais ou menos grosseiramente opostos. O individualismo, oposto à desumana compartimentalização, pode, em última instância, tornar-se um mero véu ideológico numa sociedade que é realmente desumana e cuja tendência intrínseca à “subsunção” de tudo se revela pela classificação das próprias pessoas. Em outras palavras, a crítica da tipologia não deve negligenciar o fato de que um grande número de pessoas não são mais, ou nunca foram, “indivíduos” no sentido da filosofia tradicional do século XIX (Adorno, 2019b, p. 522).

Pois bem, diante disso, lembramos que Adorno e Horkheimer (2006) fizeram uma interlocução entre a mentalidade antissemita contemporânea (o preconceituoso em geral)

e a *mentalidade do ticket*. Essa última se refere ao pensamento estereotipado que se manifesta como racionalizações para legitimar a hostilidade contra diversos grupos de minorias e etnias por meio da rotulação de sujeitos, alvos de ódio sob o manejo das políticas de massa extremistas, classificados em categorias advindas de critérios referentes à raça, aos valores “morais” e “convencionais” de comportamento, com suas reduções à animalidade, dentre outros aspectos. Tais rótulos e estereótipos aparecem em formas de “blocos de pensamento e de significados”, manipulados e criados pelos *slogans* políticos e publicitários. Com o declínio do indivíduo acima acentuado, a própria lógica e juízo sob a era da universalização do capital têm se reduzido ao ato de enquadrar o particular ao conceito como algo de “puramente exterior”, no qual as etiquetas sobre os sujeitos são coladas, tornando os humanos “coisas fáceis para a administração” – tal como ocorreu com a seleção de etnias e demais alteridades rotuladas e selecionadas para as câmaras de gás (Horkheimer e Adorno, 2006). Neste processo de massificação e reificação social, tudo o que possa representar a diferença ou que resista à razão instrumentalizada tende a perecer diante de tal violência dominante: “Hoje, os indivíduos recebem do poder seus *tickets* já prontos, assim como os consumidores que vão buscar seu automóvel nas concessionárias das fábricas”, pois a tensão dialética entre sujeito e realidade, aquilo que poderia fornecer um senso de realidade, é “imediatamente produzido pela engrenagem da indústria” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 169).

Adorno (2019), no item sobre *O pensamento de ticket e a personalização na política*, na obra *Personalidade autoritária*, afirma que os estereótipos de minorias e de temas político-econômicos disseminados na sociedade capitalista têm servido tanto como dispositivos psicossociais criados para a canalização da agressividade do preconceituoso quanto como “meios de orientação” individual frente à confusão e às angústias geradas pelas imposições de integração social, estas, por sua vez, impulsionadoras de “desejos sádicos” mais infantis, também advindos de sofrimentos insustentáveis diante de tal ordenamento social (Adorno, 2019; Crochick, 2023b). Ademais, dadas as leis objetivas que tendem a subsumir todos e tudo à abstração do valor, a vida em sociedade tem propiciado a criação de pensamentos de *ticket* com a hierarquização entre grupos e pessoas – aqueles dos mais “fortes” e “competentes” contra os “mais fracos” e descartáveis pelo trabalho –, na contramão dos princípios e valores democráticos, incidindo na formação de “tipos de sujeitos” mais padronizados, portadores de “traços autoritários” em comum que não deixam de refletir a sociedade totalmente reificada.

Nessas condições gerais, nas quais questões econômicas e políticas encontram-se alienadas da experiência dos indivíduos, afetando suas vidas de forma impactante, as estereotípias que os autores puderam designar como vinculadas à mentalidade do *ticket* (Horkheimer e Adorno, 2006), além de serem mobilizadas pelos *slogans* publicitários e propagandas políticas, têm funcionado como “esquemas mentais” e meios de ajustamentos na realidade mais eficazes para seus membros “psiquicamente empobrecidos”. Esses modelos de pensamento – a estereotípias – possibilitam aos sujeitos indiferenciados, golpeados por forças anônimas atrofiadoras da experiência, modos de orientação e de entendimento diante de um mundo ameaçado pela alienação universal, também servindo como recurso psíquico para aplacar suas angústias e incertezas diante do todo caótico, complexo e desconhecido, no qual as determinações político-econômicas estão “em grande medida além do alcance da decisão e das ações individuais” (Adorno, 2019, p. 355). A estereotípias e a personalização, que remetem aos padrões infantis de pensamento, assim indicando o grau de regressões psíquicas ocasionadas pelas relações sociais de produção do capitalismo administrado, proporcionariam ao indivíduo certo tipo de “segurança intelectual” em um mundo repleto de conflitos e contradições. Diz assim Adorno:

Dicotomias rígidas, como aquela entre “bom e mau”, “nós e os outros”, “eu e o mundo”, datam de nossas primeiras fases de desenvolvimento. Embora sirvam como constructos necessários que nos permitem lidar, por antecipação mental e organização grosseira, com uma realidade de outro modo caótica, mesmo os estereótipos da criança já trazem a marca da experiência atrofiada e da angústia. Eles apontam para a natureza “caótica” da realidade e o choque desta com as fantasias de onipotência da primeira infância (Adorno, 2019, p. 356).

Deste modo, o pensamento estereotipado, que significa ser tanto uma ferramenta mental quanto uma “cicatriz” psíquica produzida pelos padrões de sociabilidade da falsa sociedade, encontra-se atrelado ao preconceito – aos traços psíquicos do autoritário –, objetivamente suscitado pelas instâncias sociais de controle, tais como as de comunicação de massas moldadas pela produção industrial. Tal estereotípias se deve a determinações objetivas responsáveis pelo empobrecimento psicológico de indivíduos impedidos de enxergarem e de fazerem a crítica das contradições sociais nas quais eles se situam e que impactam seus destinos, resultando no embrutecimento da subjetividade, em face do processo econômico e sua racionalidade que tudo ofusca.

Cabe então ressaltar que a mentalidade do *ticket* não diz respeito somente ao “potencial fascista” ou ao preconceituoso, mas implica também na incapacidade dos indivíduos de terem experiências ativas e mais qualitativas em suas relações e com as instituições sociais, dadas as formas sociais objetivadas que se impõem hoje. Uma “mentalidade do *ticket* progressista” também ocorre. Deste modo, essa refletiria o declínio da faculdade individual de julgar sob o capitalismo administrado, articulado à racionalidade instrumental classificatória/operacionalizadora e correspondente à estereotípia do pensamento que se tornou o modelo de razão disseminado na sociedade. Com o concomitante empobrecimento da psicologia individual de indivíduos, impedidos de enxergarem as causas objetivas de seus infortúnios e sofrimentos determinadas pelas forças de poder dos oligopólios, os fundamentos por detrás da desigualdade social têm se tornado cada vez desconhecidos e inatingíveis ao entendimento individual. Entretanto, nesse contexto de miséria psíquica – conjugada à miséria social – na qual a grande maioria tem sido cada vez mais explorada por um menor número de pessoas e grupos, o clima social propício à germinação de ideias extremistas e terroristas só tende a se fortalecer, ainda que forças “progressistas” e democráticas também se apresentem na sociedade contraditória. Os fatores objetivos da mentalidade do *ticket* devem-se “à redução universal de toda energia específica a uma única forma de trabalho, igual e abstrata, do campo de batalha ao estúdio cinematográfico” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 170). Assim, tal mentalidade tornou-se o sintoma de um clima cultural autoritário e excludente, de uma totalidade mediada pelo valor abstrato da lógica do mais-valor. A mentalidade do *ticket*, suscitada pelo ordenamento social atual, expressa a adesão irrefletida de padrões sociais construídos sem a participação dos sujeitos, e esses padrões acabam sendo interpretados como “escolhas livres” dentro de um mundo ofertante de ideias e de objetos produzidos em massa, descolados de um projeto mais humanizante de sociedade e dissociados da experiência individual e formativa dos sujeitos (Horkheimer e Adorno, 2006).

Visto assim, “o sequestro da verdadeira experiência consciente” (a capacidade de escolher e julgar com autonomia os fenômenos sociais, os acontecimentos no mundo) pelos mecanismos de dominação da sociedade administrada resultou na antropologia do tipo autoritário no capitalismo industrial avançado, cuja racionalidade administrativa mediadora de todas as relações sociais reduziu o indivíduo à mera adaptação à realidade, subsumido às tendências sociais dominantes já dadas e planejadas. Em outras palavras,

os sentimentos difusos de revolta e frustração das massas foram estimulados pelos poderes autoritários e forças reacionárias que comandam a sociedade, na licença concedida aos “surto ilimitados de ira” manipulados pelas técnicas de psicologia das massas, a fim de desviar os sujeitos de suas percepções sobre as relações sociais injustas produzidas pelas políticas econômicas concentradoras. Isso, por sua vez, indicou uma mudança “substancial” nas configurações de individualidade em suas disposições psíquicas e mecanismos psicológicos frente às formas de socialização exigidas pelas sociedades administradas com seus mecanismos de controle, em contraponto com as individualidades formadas sob as condições objetivas pretéritas, ainda que essas também não fossem desprovidas de preconceitos: as mentalidades racistas como “uma forma distorcida de liberdade civil burguesa” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 165). A extensão e a intensidade da violência antissemita e contra demais alteridades, verificadas com as modificações históricas do capitalismo em sua violência econômica, sinalizaram para o grau de regressão e indiferenciação dos indivíduos em concomitância com os mecanismos sociais de massificação, ao lado de maior concentração de poder pelos grupos monopolistas.

Enfim, a mentalidade antissemita foi o *locus* pelo qual o fascismo se sustentou e assim se fortaleceu no âmbito cultural e social, sendo as análises do antissemitismo somente desenvolvidas em sua profundidade e abrangência no cerne da análise da dialética do progresso, da crítica à irracionalidade inerente à constituição da humanidade pautada na história da dominação, culminando no desenvolvimento da modernidade atrelado ao avanço da técnica enquanto força produtiva impulsionadora da barbárie social. Para efeitos deste trabalho, a condição brasileira na atualidade, cujas forças objetivas tomaram a dimensão de “chave de leitura do movimento total do capitalismo” (Arantes, 2004; 2023) com suas propensões de destruição – entendidas como limiares da conversão de capitalismo em totalitarismo, de Estado de Direito em anomia sob o crescente abismo entre as elites concentradoras de poder e as “massas inempregáveis” –, requer para seu entendimento a mobilização dos termos *racket* e mundo administrado da teoria crítica. Esses são necessários para a análise da violência social contida nos movimentos antidemocráticos atuais, no que tange ao esclarecimento de elementos irracionais de instâncias de poder de dominação dos sujeitos, em vista do aperfeiçoamento tecnológico e administrativo e seus vínculos com forças destrutivas atuantes e intensificadas no

capitalismo avançado, em que pese a especificidade do objeto, a peculiaridade histórica em questão.

Nesse sentido, no capítulo 3, expusemos alguns dos aspectos de movimentos totalitários no Brasil que se deram no contexto de fortalecimento da extrema direita em vários países na atualidade – as denominadas “ondas neofascistas” presentes nos países europeus e nos do sul da América.⁵⁹ A partir das discussões de Adorno (2020b) encontradas em sua conferência de 1967, intitulada *Aspectos sobre o novo radicalismo da direita*, foi feita, em seguida, uma articulação com artigos selecionados de autores brasileiros voltados para as análises do capitalismo global, com seus impactos na sociedade brasileira em sua condição periférica. Também utilizamos alguns trechos da pesquisa *A personalidade autoritária*, de Adorno (2019), para melhor fundamentar as bases psicossociais dos movimentos reacionários de massa que têm eclodido aqui nos últimos anos. Nota-se que o Brasil é um país no qual as bases tão almeçadas do estado do bem-estar social sequer se instalaram de fato e que, embora as concessões de direitos timidamente se deram em dado período histórico, esses vieram atrelados para melhor conter os antagonismos sociais e melhorar o nível de consumo adequado à reprodução da força de trabalho. Ou seja: nossas elites nunca estiveram totalmente dispostas a se comprometerem com a ideia de melhores salários e vida mais digna aos trabalhadores, inclusive porque “isso acarretaria uma possível ruptura com as ligações existentes entre as burguesias daqui e as dos países centrais” (Puzone, 2017, p. 99).

Visto assim, o intuito foi o de mobilizar os conceitos sociológicos, filosóficos e psicológicos alçados pelos autores aqui já ressaltados para os problemas contemporâneos, uma vez que as tendências irracionais da sociedade burguesa permanecem presentes, cada vez mais impulsionadas pelos controles exercidos sobre as tecnologias digitais para a difusão em massa de *fake News* e discursos de ódio – racistas, misóginos, antissemitas, xenofóbicos etc. No cenário de alarmante e brutal desigualdade social pela crescente concentração econômica dos oligopólios e pela intensidade de pressões por parte das

⁵⁹ Num artigo publicado recentemente no site *Brasil de Fato*, encontramos as seguintes notícias a respeito da escalada da extrema-direita no mundo: “Na América Latina, esse sentimento se repete. Se, do lado de cá, derrotamos Jair Bolsonaro (mas não o bolsonarismo) nas urnas em 2022, na Argentina, a onda neofascista segue forte com a eleição de Javier Milei [...]. E nas últimas semanas, as idas e vindas da direita na Europa foram temas de diversas notícias, especialmente devido às eleições para o Parlamento Europeu, que terminaram no último dia 9. Na União Europeia, essa votação serve como termômetro para a política nacional, e o inimigo do bloco é a extrema direita”. Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/13/o-avanco-da-extrema-direita-e-do-conservadorismo-ao-redor-do-mundo>

grandes corporações transnacionais sobre vários países, os ressentimentos “não públicos” das populações não contempladas pelos mitos da racionalidade moderna – os “perdedores da história” e os potencialmente descartáveis pelos processos econômicos – têm assumido tais proporções na contemporaneidade, chegando a tomar formas de violência afinadas aos movimentos totalitários, sinalizando para o risco do totalitarismo na sociedade atual. Por isso, tornou-se de suma importância analisar a realidade sob as lentes da teoria crítica, voltadas à crítica das condições objetivas impulsionadoras das disposições subjetivas ao autoritarismo e ao totalitarismo no capitalismo pós-liberal, trazendo à tona questões da sociedade brasileira que sirvam de lente de aumento para a elucidação das ruínas de uma civilização burguesa sob a forma do capitalismo mundializado, com seu potencial de destruição da natureza e dos vínculos sociais – não obstante a presença de forças democráticas ainda vigentes na sociedade antagonica, que também devem ser levadas em consideração.

3. O novo radicalismo de direita: tendências objetivas e impulsos de destruição

No capitalismo atual, com suas mudanças estruturais à vista relativas ao novo regime de acumulação financeirizado (Chesnais, 2002) e aos acordos políticos alinhados com os interesses dos oligopólios mandantes do mundo – a “plutocracia internacionalizada” que toma todas as decisões nas sociedades em escala global –, as forças presentes de barbárie, desencadeadas pelo desenvolvimento tecnológico resultante de relações sociais de dominação cada vez mais agressivas, num cenário de contradições sociais mais acirradas, têm confirmado a máxima levantada pelos frankfurtianos sobre os movimentos fascistas: esses seriam sintomas decorrentes das “feridas e as cicatrizes de uma democracia que até hoje não faz [fez] justiça a seu próprio conceito” (Adorno, 2020b, p. 51). Deste modo, Adorno (2020b), na sua conferência sobre o “novo radicalismo de direita” nos anos áureos do pós-guerra, chamou a atenção sobre os pressupostos de forças fascistas ainda vigentes na sociedade contemporânea, mesmo após a derrocada do nazifascismo com o findar da segunda guerra mundial. Essas se apresentariam não necessariamente de forma política oficializada, mas nas tendências antidemocráticas encontradas e expressas no seio da democracia formal, corroendo internamente suas instituições.

Para o entendimento da manifestação de forças totalitárias na cultura, segundo Adorno e Horkheimer (2006), deve-se ter em conta a estrutura objetiva na qual o capitalismo monopolista se constituiu e entrou em crise, cuja organização social se deu pelo princípio de reprodução do mais-valor por meio da concentração exponencial de poder e riqueza, com o alastramento e a universalização da lógica da equivalência em todos os âmbitos sociais e culturais da vida – ou seja: a mesma organização de sociedade que propiciou o nazifascismo continuou (e continua) vigorando na contemporaneidade (Adorno, 2020b). Após a derrota do nazismo, mesmo sob a tentativa de fortalecimento da social-democracia pelas políticas desenvolvimentistas, com seus significativos indicadores sociais nos países de centro, a persistência de grupos econômicos concentradores e cada vez mais reduzidos se acentuou com a tendência de expansão do capital, em contraste com um grande contingente de pessoas temerosas com o fantasma da “degradação do trabalho” relacionado à reestruturação das forças produtivas, das novas organizações de produção dadas pelo desenvolvimento da automação e da tecnologia nessa esfera de produção.⁶⁰ Nos anos dourados do capitalismo pós-guerra, em que pese a “normalidade restaurada” sob os intuitos de reconstrução da civilização com base na consolidação da quase “bem-sucedida” democracia social, o nível de impotência dos sujeitos tomou tamanha proporção que as ameaças de recaída no totalitarismo começaram a se manifestar, tendo em vista o individualismo destrutivo inflamado pela sociedade cada vez mais hierarquizada – dividida entre “poucos vencedores” e “demais perdedores”, entre as corporações e as populações massificadas – e as demais pressões de integração dos sujeitos aos ditames do capital. Como bem asseverou Adorno (2020b), dadas a condições gerais de frieza e de impotência dos indivíduos, destituídos de subjetividade e de possibilidades de engajamento político na sociedade administrada – coordenada pelas coalizões de classes e acordos políticos dos grandes blocos mundiais –, a redução da vida à adaptação à totalidade social e a transformação dos indivíduos em objetos pelos mecanismos sociais da indústria cultural só poderiam fortalecer as necessidades e defesas psíquicas individuais mais regredidas, correspondentes aos clamores destrutivos de movimentos “neofascistas” que entraram em atuação no seio da democracia formal. Tais movimentos acabaram por canalizar o descontentamento das pessoas em face dos

⁶⁰ Adorno diz, a respeito do “expansionismo keynesiano”, o seguinte: “Sobretudo porque o SPD, o Partido Social-Democrata Alemão, é identificado com um keynesianismo, um liberalismo keynesiano, que por um lado desvia-se dos potenciais de uma transformação da estrutura da sociedade que estavam dados na teoria marxiana clássica, mas por outro lado fortalece a ameaça de pauperização, pelo menos como consequência, para as camadas das quais estava falando” (2020b, p. 46).

antagonismos sociais da nova fase do capitalismo, oferecendo explicações simplistas sobre a realidade social e soluções ao expor e atacar as fragilidades da democracia liberal burguesa. Mesmo com a produção material abundante que elevou o nível de vida das pessoas e que permitiu o pleno emprego, bem como as garantias sociais pelas políticas do estado do bem-estar social, a produção continuou se voltando para os interesses do capital e não para as necessidades vitais sob o prenúncio de ameaça de desemprego estrutural, determinando o destino das massas para compor o exército de desempregados, o que contribuiu para o aumento do grau de impotência das pessoas transformadas em serviçais do sistema. Entretanto, se Adorno havia antecipado, na década de 60, o colapso do mundo do trabalho acarretado pelo desenvolvimento de forças produtivas e pela expulsão de contingentes de trabalhadores do campo da produção, ensejando a situação de desintegração social propícia ao fortalecimento de movimentos reacionários, também lembra que isso somente não explicaria o fortalecimento de grupos extremistas. Em outras palavras, ainda que a questão da autoconservação e as ameaças de desamparo social sejam elementos importantes para a explicação da adesão de indivíduos ao totalitarismo, tal nível de explicação de forma isolada conduziria a falsos juízos sobre o problema. Nesse viés, usando como ilustração o fato de que os êxitos de forças políticas neonazistas na Alemanha já eram alarmantes antes da retração econômica, Adorno (2020b) chega a um ponto central que é pouco levado em conta nas correntes que explicam o radicalismo de direita: a sua relação complexa e difícil com o sentimento de catástrofe social, por sua vez articulada à discussão mais profunda, desenvolvida por Adorno e Horkheimer (2006), acerca dos movimentos extremistas também serem entendidos como “sintomas trazidos pelas feridas e as cicatrizes de uma democracia que até hoje não se realizou de fato”, como colocado no início desse tópico. Deste modo, “hoje em dia o nazismo sobrevive menos por alguns ainda acreditarem em suas doutrinas [...], mas principalmente em determinadas conformações formais de pensamento. Entre estas enumeram-se a disposição a adaptar ao existente” (Adorno, 2020a, p. 68).

A possibilidade da barbárie tem se tornado perene no capitalismo administrado, que tem proporcionado a recorrência de impulsos destrutivos mais regressivos na civilização, historicamente e socialmente mediados (Marcuse, 2009), no qual os grupos político-econômicos com acesso aos instrumentos mais eficazes para a administração total da sociedade têm feito uso de meios racionais para objetivos irracionais – para a reprodução da sociedade desigual e violenta com o investimento, por exemplo, na

indústria bélica e produção de artigos de consumo supérfluos “obscenos” –,⁶¹ também com o enquadramento da indústria cultural como principal dispositivo psicossocial de dominação. Com tal alerta, Adorno (2020b) assim visou apontar para uma outra verdade inscrita profundamente na estrutura das sociedades democráticas: a não concretização, de fato, dos valores propugnados pelo liberalismo ilustrado que deram embasamento à democracia moderna, essa, por sua vez, também desvinculada da experiência subjetiva dos indivíduos que nunca se sentiram de fato como “sujeitos políticos e emancipados”: “sob a democracia formal, o sistema de blocos faz as pessoas se crerem – e não somente se crerem – privadas de plena liberdade de decisão política” (Adorno, 2020b, p. 65). A corrosão por dentro das próprias instituições apresentava um diagnóstico nada animador: a utilização de mecanismos institucionais republicanos para que forças reacionárias representativas operacionalizem a própria destruição da democracia, tal como o uso da via eleitoral para eleger partidos afinados com ideias de teor fascista, mais uma vez apontando a faceta mais profunda da irracionalidade presente nas formas de organização social da modernidade, e seus demais desdobramentos históricos.

Como já discutido, a ideia de sociedade administrada, desenvolvida por Adorno e Horkheimer nas décadas de 40 a 60, para além de um modelo de acumulação baseado na gestão estatal administrativa da economia e dos modos de reprodução cultural, apontou para a consolidação de nichos de poder político-econômicos difusos na sociedade contemporânea que detêm as rédeas da economia e da política, com a utilização de aparatos simbólicos e midiáticos para o ajustamento das pessoas à organização de sociedade. Os mecanismos de dominação da individualidade, a fim de prolongar as condições de reprodução do capital, têm conseguido mobilizar e captar conflitos psíquicos de indivíduos insatisfeitos com suas vidas reduzidas à adaptação à realidade, ressentidos pelas perdas econômicas pela concentração oligopolista. Portanto, sob as técnicas mais desenvolvidas, mecanismos de controle para a efetiva adesão de pessoas às

⁶¹ Marcuse, em *Eros e civilização*, aponta para a reprodução da irracionalidade nos países do bem-estar social onde, a despeito da abundância pelo progresso e ofertas de serviços sociais, a produção material se pautou nas necessidades do capital, intensificando a não liberdade e liberando mais forças destrutivas. Ele afirma na *Introdução*: “Contudo, o progresso intensificado parece estar vinculado a uma igualmente intensificada ausência de liberdade. Por todo o mundo da civilização industrial, o domínio do homem pelo homem cresce em âmbito e eficiência. Essa tendência tampouco se apresenta como uma regressão incidental, transitória [...]. Os campos de concentração, extermínios em massa, guerras mundiais e bombas atômicas não são “recaídas no barbarismo”, mas a implementação irreprimida das conquistas da ciência moderna, da tecnologia e dominação dos nossos tempos. E a mais eficaz subjugação e destruição do homem pelo homem tem lugar no apogeu da civilização, quando as realizações materiais e intelectuais da humanidade parecem permitir a criação de um mundo verdadeiramente livre” (Marcuse, 2009, p. 27-8).

ideias delirantes e destrutivas de figuras políticas obscuras – representativas dos grandes monopólios e oligopólios econômicos – têm operado de forma mais eficaz, na medida em que a violência econômica tem se tornado mais “naturalizada” e mais anônima, com seus efeitos danosos sobre o *ethos social*. Afinal, as intrínsecas relações entre capitalismo, sua lógica expansionista e o nazifascismo foram extensamente discutidas e problematizadas pelos frankfurtianos.

Nesse contexto, as energias políticas ambíguas de indivíduos – como revolta e sentimento de injustiça – provenientes do acúmulo de sofrimento social represado, convertidas em ressentimentos sociais, foram transformadas em fontes e material de exploração de movimentos radicais de direita sob o auxílio e extensão da racionalidade administrativa subjacente à produção propagandística de conteúdos antidemocráticos (Adorno, 2020b). Tais conteúdos começaram a se apresentar de forma renovada como forças políticas antissistema, apresentadas como mais uma “opção” diante do cardápio de “sistemas de governos” a serem escolhidos – dadas as condições objetivas ininteligíveis para grande maioria da população. Deste modo, a propaganda tornou-se a substância destes movimentos por serem eles puras técnicas de poder, só que agora mais sofisticadas e aparecendo sob novas roupagens, sem partir de uma ideologia elaborada, mesmo porque, segundo Adorno, “seriam impotentes contra o espírito” (2020b, p. 67-8). A potência de tais tendências e de suas propagandas apelativas residiria no predomínio de uma “práxis sem conceito” com o auxílio de técnicas psicológicas de manipulação das massas para engajar afetivamente seus seguidores, tal como originariamente encontrado no período nazista: “no fascismo nunca houve realmente uma teoria formada, sempre foi algo *sous-entendu*; tratava-se de poder, de práxis sem conceito, e, por fim, de dominação incondicional” (Adorno, 2020b, p. 67). Entretanto, esses conteúdos “renovados” não passariam da reprodução de velhos repertórios da ideologia nazista, tais como a defesa do “nacionalismo”, a revitalização do “antissemitismo” numa versão fantasmagórica, a manipulação da agressividade – tomando como alvo os grupos que estão na base da sociedade – e o uso de símbolos nazistas. A utilização de propagandas combinada com uma abstrusidade de fins no período mais avançado do capitalismo acabou por ratificar certas tendências da civilização de aperfeiçoar suas técnicas e meios para fins irracionais, nas quais a finalidade da humanidade tem sido desde sempre abandonada:

O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição dos meios propagandísticos no sentido mais amplo, combinada com uma cegueira [...]. E creio que justamente esta constelação de meios racionais

com fins irracionais, se eu puder expressar de forma abreviada, corresponde de certo modo à tendência geral civilizatória que resulta em tal perfeição das técnicas e dos meios, enquanto, na verdade, a finalidade geral da sociedade é ignorada. A propaganda é genial, sobretudo pelo fato de que, nesses partidos, ela nivela a diferença, a diferença inquestionável entre os interesses reais e os falsos objetivos simulados (Adorno, 2020b, p. 54).

Visto assim, as forças de concentração do capital e suas perversas consequências na desigualdade, em dissonância com as promessas de liberdade e perspectivas de uma vida mais segura diante das conquistas tecnológicas, significaram para boa parte das camadas sociais possibilidades de desclassificação social permanente e ameaça de pauperização, junto ao acréscimo do medo de desamparo e ao sentimento de perda de autonomia individual sob o poder de grandes corporações. A ameaça concreta do “desemprego tecnológico” resultante do próprio impulso expansionista do capital – que condenou a venda da força de trabalho ao anacronismo, bem como a perda de privilégios das classes médias por causa do domínio econômico das corporações empresariais – preparou terreno para os anseios insuflados de destruição nas massas, agora revoltosas contra as instituições republicanas, pois desacreditadas dos valores aventados pela social-democracia. Nas palavras de Adorno:

Em primeiro lugar, penso na tendência ainda dominante de concentração do capital, que se pode eliminar do mundo pelas mais diversas artes da estatística, mas de cuja existência não se pode, seriamente, duvidar. Além disso, essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade de desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas de acordo com sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu *status* social, e possivelmente fortalecê-los. Esses grupos continuam a tender a um ódio ao socialismo ou àquilo que eles chamam de socialismo, isto é, transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas àqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam *status*, ao menos segundo concepções tradicionais (Adorno, 2020b, p. 45-6).

Em face das ameaças de desemprego com a automatização do trabalho, diz então Adorno (2020b) que o fantasma do “desemprego tecnológico”, junto ao sentimento de inutilidade, convergiria na revolta das pessoas contra determinados grupos que criticamente se opõem ao sistema desigual, e não ao aparato que tem causado as desigualdades. Hoje, na fase atual do capital financeiro, podemos estabelecer uma relação com o populismo reacionário, que também agrega setores de trabalhadores empobrecidos e precarizados (remanescentes do trabalho industrial) pelas políticas e reformas de austeridade social realizadas nos últimos anos, especificamente aqui no Brasil. Com

relação às camadas médias, economicamente mais “abastadas”, a tendência de concentração de capital significou a possibilidade de desclassificação delas, que, em termos de “consciência de classe subjetiva burguesa”, querem manter seus privilégios e *status*, como apontou Adorno (2020b). Isto desencadeou um ódio às ideias de cunho mais “progressistas”, interpretadas de forma distorcida como ideias de esquerda, e, por sua vez, transformadas pelas técnicas de publicidade da extrema-direita como as causas de sua “desclassificação” e empobrecimento (Adorno, 2020b, p. 60). Relacionado a isso, Adorno também acentua a fúria deslocada contra o “intelectual”, em particular os intelectuais de esquerda, alvos de ódio por representarem ou “conservarem a liberdade de espírito” e autonomia de pensamento, remetendo, segundo o autor, ao “antigo rancor do trabalhador manual contra o trabalho intelectual”, mas de forma completamente distorcida e deslocada. Também o “combate ao comunismo” tomado pelos radicais de direita assumiu um caráter mítico e abstrato,⁶² pois tudo aquilo que de alguma forma tende a mexer no núcleo da perda de “privilégios” acabou sendo incluído na ideia elástica de comunismo: “Há aí toda uma série de inimigos designados. Por exemplo, a *imago* do comunista” (Adorno, 2020b, p. 59).

Tendo em vista a complexidade de fatos sociais, acontecimentos político-econômicos transnacionais e suas demais relações contraditórias, que estariam para além do alcance das pessoas – sequer sob controle de decisões democráticas e politicamente discutidas pelos Estados nacionais –, as evidências históricas foram minadas no contexto de um clima cultural autoritário generalizado, impregnado pela “pseudoformação” e domínio de pensamento pragmático, restrito ao cálculo econômico. As possibilidades de elaboração reflexiva individual sobre o curso do mundo, para um julgamento mais embasado sobre as leis objetivas de “perpetuação do igual” que estão em causa, foram substituídas pelas “crenças pessoais” e julgamentos distorcidos sobre a realidade, encorajados pelas propagandas e demais formas de difusão da indústria cultural – a proeminência da mentalidade do *ticket* impulsionada pelas fórmulas reducionistas oferecidas pela indústria da cultura, junto à invasão da racionalidade administrativa nas esferas educacionais de formação, que reduziu esta última como um “fim em si mesmo” para a mera adaptação. Nesse esquema social de padronização do pensamento e redução

⁶² Assim, diz Adorno (2020b, p. 60): “Hoje não há mais um partido comunista na Alemanha, e assim o comunismo assumiu realmente uma espécie de caráter mítico, isto é, ele se tornou completamente abstrato, e esse peculiar caráter abstrato faz que, de novo, simplesmente tudo que de alguma forma não convém é subsumido a este conceito elástico de comunismo [...]. Comunismo tornou-se puramente uma palavra para assustar”.

da consciência, os sujeitos encontrariam saídas individuais e modos estereotipados de raciocínio para conferir sentido a uma sociedade por demais complexa e irracionalmente opressiva, dando vazão ao discurso disseminado de que o mal – os “males do mundo” – só poderia estar no inimigo, em meio a uma vida esvaziada de sentido. Tal inimigo, além do “comunista” usado como jargão pela extrema-direita desde tempos passados, passou a ser escolhido de acordo com a conjuntura histórica, assim como Adorno e Horkheimer (2006, p. 169) haviam alertado acerca do antissemitismo contemporâneo, que adquiriu uma “natureza vazia e impenetrável” no capitalismo monopolista – o antissemitismo que pôde prescindir da figura do “judeu”. Logo, diversos grupos ou aqueles que passaram a incorporar “traços da não adaptação” frente aos imperativos da cultura administrada e padronizada se transformaram em alvos de desprezo, de perseguição e de violência. Ainda assim, dentro de uma análise materialista, Adorno (2020b) ressalta que essas reações paranoicas também suscitadas socialmente não se configurariam como meros delírios subjetivos, tendo em vista fatores objetivos em curso na realidade social, que serviriam de lastro para as fantasias de destruição e de mobilização do ódio, capturadas e fomentadas pelos mecanismos sociais das propagandas da nova direita radical:

Se eu devesse falar de modo psicanalítico, diria que o desejo inconsciente de desgraça, de catástrofe, não é aqui a menor das forças mobilizadas a que esses movimentos fazem apelo. Mas eu gostaria de adicionar a isto – e com isso falo àqueles que, com razão, são céticos em relação a uma interpretação meramente psicológica de fenômenos sociais e políticos – que esse comportamento de forma alguma é só psicologicamente motivado, ele tem também uma base objetiva (Adorno, 2020b, p. 52).

Em face deste contexto de administração e socialização total da fase atual do capitalismo, os modos exigidos de sociabilidade têm carregado em si elementos tão opressivos e sacrificantes aos sujeitos – em contraste com o modelo de subjetividade herdeiro do liberalismo, sustentado na ideia de indivíduos autossuficientes, livres e responsáveis – que grupos de pessoas tomaram como alvo de repúdio os próprios processos educativos-civilizatórios, inclusive deslocando seus rancores contra os conteúdos e experiências singulares necessárias para a individuação. Da mesma forma, tal ódio e rancor se voltaram contra as pessoas “livres” e mais diferenciadas, aquelas que portariam os últimos “sinais de pensamento e de humanidade” (Horkheimer e Adorno, 2006), incidindo nos sentimentos de fraqueza e de impotência dos indivíduos menos diferenciados que sequer suportam “saber” das causas de sua impotência social, proibindo-se de pensar aquilo que os mais diferenciados pensam ou expressam. Esses

mecanismos psicossociais autoritários decorrem dos efeitos nefastos do embotamento da experiência individual sob os ditames do capitalismo administrado, tendo em vista os esquemas de dominação social com suas técnicas de exploração e de controle, bem como os padrões vigentes de sociabilidade. As experiências formativas que poderiam fornecer, para tais indivíduos, modelos ou conceitos mediadores para suas críticas e resistência à realidade acabariam, por sua vez, “atrapalhando” suas possibilidades de adaptação e competição num mundo massificado para garantir a luta pela sobrevivência. Visto assim, o rancor de determinados grupos contra os ideais de democracia, em seus compromissos de realização da igualdade e justiça, tornou-se “justificável” diante de tais condições objetivas, pois essas ideias – divorciadas das relações sociais estabelecidas na fase avançada do capitalismo, mas que, inicialmente, compunham os anseios civilizatórios burgueses e sua moral econômica – têm se revelado cada vez mais distantes das pessoas, ou melhor, inexistentes.

Lembramos que, nas pesquisas empíricas sobre o potencial fascista, Adorno (2019) pôde demonstrar que membros das massas contemporâneas, herdeiros de uma sociedade liberal competitiva e individualista, condicionados a se manterem “autocontrolados” enquanto unidades econômicas independentes, entraram em conflito com os impasses advindos da sociedade administrativa, assim como se depararam com as impossibilidades concretas de consolidação, com o avançar do progresso, deste modelo de indivíduo autocentrado, ascético, moral e autônomo. Com a passagem do capitalismo liberal para o de monopólios e oligopólios, a racionalização da produção chegou a tal nível que a mão-de-obra humana – o indivíduo, o trabalhador – perdeu sua importância na função de manutenção da sociedade burguesa nos seus processos de acumulação para extração de mais-valia e produção material (Tupinambá, 2020). A organização social capitalista, embasada no trabalho e na produção industrial material, começou a mostrar tendências de destruição dessas mesmas bases de coesão social e integração, repercutindo no maior sentimento de insegurança social e impotência, em face dos próprios avanços das forças produtivas e novas formas de acumulação do capital. O fantasma do descarte e da vulnerabilidade frente às forças abstratas do capital também começaram a se apresentar sobre os indivíduos – quer os das classes trabalhadoras, quer os das classes médias burguesas. Na esteira do diagnóstico do declínio da individualidade burguesa, articulada às discussões de Adorno e Horkheimer (2006) referentes à deposição do indivíduo de sua função para a organização social capitalista – pela qual a sociedade

industrial se justificava, tornando os sujeitos somente “necessários para os manejos das máquinas” –, as possibilidades de diferenciação pela apropriação individual da cultura, daquilo que ela também fornece de oposição à reprodução social, têm sido minadas pela absolutização da lógica da equivalência e demais formas de domínio da subjetividade pela técnica.

A invasão da automação na esfera da produção, dados os avanços científicos, tem dispensado o uso da mão-de-obra, ao mesmo tempo em que a sociedade tem sustentado a necessidade de trabalho intensivo para a reprodução social – quando, na verdade, “o resto supérfluo, a massa imensa da população, é adestrado como uma guarda suplementar do sistema” (Horkheimer e Adorno, 2006, p. 49), pois, de acordo com os autores, “eles são sustentados como um exército dos desempregados”. Ora, nas últimas décadas, desde a crise do fordismo dos anos pós-guerra, temos presenciado alterações profundas nas relações entre capital e trabalho, as quais têm determinado novas relações sociais e formas de sociabilização capitalista, cada vez menos necessitadas do mundo do trabalho industrial produtivo “para garantir a organização dos processos de valorização” (Tupinambá, 2020), em concomitância com os avanços da técnica e forças mais abstratas e anônimas de extração de valor. No capitalismo tardio, o distanciamento, a frieza e o ressentimento tornaram-se as verdadeiras categorias antropológicas do indivíduo-massa-contemporâneo frente “aos fragmentos do mundo do trabalho” (Tupinambá, 2020), este último destroçado pelos limites entre trabalho formal, informal e ilegalidade, culminando, a partir de forças objetivas, na autodestruição da cultura, com a destruição dos laços sociais. E, pelo fato de a adaptação ser forçada aos sujeitos em todos os âmbitos de suas vidas – sob a égide de uma racionalidade instrumentalizada presente nas várias esferas sociais e culturais –, a imposição pelo próprio indivíduo para que se adapte à realidade em nome de um realismo exacerbado,⁶³ às custas do sacrifício de seus desejos mais singulares, tornou-se fator preponderante para o seu embrutecimento e ressentimento, assim fortalecendo o sentimento de “catástrofe social” tão fomentado pelos mecanismos terroristas de controle. Isso, por sua vez, tem permitido as condições subjetivas de adesão aos movimentos extremistas, que acabam por retificar a nulidade do indivíduo operada

⁶³ “Se posso crer em minhas observações, suporia mesmo que entre jovens e, sobretudo, entre as crianças encontra-se algo como um realismo supervalorizado – talvez o correto fosse: pseudorealismo – que remete a uma cicatriz. Pelo fato de o processo de adaptação ser tão desmesuradamente reforçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmos, e, nos termos de Freud, identificando-se ao agressor. A crítica deste realismo supervalorizado parece ser uma das tarefas educacionais mais decisivas a ser implementada, entretanto, na primeira infância” (Adorno, 2020c, p. 157).

pelas promessas de moralização e de “limpeza” da sociedade, com seus modelos de engajamento político-afetivo embasados na força e na violência. Se os antagonismos sociais aumentaram e maior tem sido o fosso social entre as classes dominantes (cada vez mais reduzidas) e os milhares de desempregados – ao que se tem denominado de dualização e polarização da sociedade dividida entre a “oligarquia do capital corporativo” e a massa de trabalhadores mal pagos e dos desempregados segregados –,⁶⁴ o diagnóstico de Adorno se confirma, no mundo contemporâneo, acerca do fortalecimento de movimentos totalitários e da adesão de pessoas a eles. Tais condições de desintegração social propiciadas pelos mecanismos de integração do capitalismo tardio haviam sido já anunciadas por Adorno (2021a; 2020b) na década de 60. Nessa dinâmica da reprodução social do capitalismo tardio e do agravamento das desigualdades econômicas, desencadeado pelos avanços tecnológicos a serviço do capital em descompasso com os interesses da humanidade, maior tem sido o isolamento dos indivíduos confinados em sua impotência socialmente mediada, constituindo-se como um verdadeiro “reservatório de anomia e apatia política” (Arantes, 2004), propício à explosão da barbárie.

Todos esses fatores têm resvalado em um sentimento generalizado de desintegração social, sob o signo de uma sociedade que força a integração e a homogeneização de todos, intensamente privados de liberdade, imprimindo nos sujeitos o sentimento de medo e de exclusão, caso não consigam se integrar. De acordo com Adorno (2020b), no texto sobre a “direita radical”, as técnicas fascistas utilizam-se de um mecanismo psíquico em suas mensagens que contribuem para a distorção da percepção individual da realidade social, essa já visível em suas crises e contradições devido às relações de máxima exploração e de dominação que o capitalismo tem produzido: “Poderíamos falar de uma distorção da teoria do colapso de Marx que se dá nessa consciência bastante deformada e falsa” (Adorno, 2020b, p. 51). O potencial fascista se assentaria na deturpação ideológica da teoria do colapso marxista, desviando-se das possibilidades de transformação estrutural. Desse modo, no mundo fraturado e dividido em “castas” – de uma elite concentradora e descolada das massas ameaçadas pela miséria

⁶⁴ Nas análises de Arantes (2004, p. 39) a respeito da “brasilianização do capitalismo global”, encontramos as seguintes observações: “Dualismo refere-se assim, em primeiro lugar, a uma estrutura social altamente estratificada e segmentada, decomposta não só em trabalho valorizado e degradado, mas também filtrando e expulsando muita gente dessa dinâmica binária”. Na contraposição ao mundo degradado do trabalho, também lembra o autor, remetendo às análises de outros estudiosos sobre a tese da brasilianização, da questão da guerra entre as classes, na qual “a maioria dos que estão no topo é branca, enquanto a maioria dos americanos negros e mulatos ficaria na base da pirâmide – para sempre” (p. 31).

social e psíquica –, a lógica da catástrofe mostrou ser a verdadeira faceta da humanidade em curso, junto aos seus potenciais de desintegração social intrínsecos aos mecanismos de integração total. Logo, os sentimentos de catástrofe nos sujeitos, suscitados pela estrutura social, tendem a se manifestar nos seus desejos “inconscientes de fim de mundo”, a partir dos quais os movimentos totalitários dão vazão de forma perversa, traduzidos em ideias delirantes pelos mecanismos da propaganda fascista, destruindo todas as potencialidades de transformação social: “Entretanto, um tal movimento pode muito bem se formar se o potencial dado pelas condições objetivas for capturado e conduzido a situações agravantes” (Adorno, 2020b, p. 56). As tendências políticas fascistas têm se apossado das forças explosivas presentes na organização social capitalista – que, por sua vez, seriam as mesmas forças pelas quais elas, as tendências fascistas, se alimentam e das quais tiram proveito para difundir seus discursos “antissistema” – e as transformado em componentes ideológicos para a mobilização da “rebelião às avessas” das massas contra a sociedade desigual. Contudo, para a perpetuação de tal estado de desigualdade e manutenção de privilégios de classe, as formas de administração fascista da sociedade tornaram-se necessárias enquanto decorrentes das próprias contradições sociais instaladas para a preservação do *status quo*, o que desmente a ideia “antissistema” (ou a da propalada “terceira via” na política) veiculada pelos movimentos da nova direita, a fim de angariar as massas descontentes. As possibilidades de mais liberdade e vida mais justa, que também poderiam ser produzidas e concretizadas pela mesma organização social contraditória, assim acabaram sendo sufocadas pelos mecanismos de poder que cresceram junto aos monopólios, cuja manutenção no poder necessita dos mecanismos fascistas de administração da sociedade. Deste modo, Adorno (2020b) também lembra que quem não deseja a transformação social, por não se dar conta da estrutura injusta e/ou por se sentir demasiado impotente, assim como quem não tem nada a perder por já ter sido obrigado a abdicar de sua individualidade, só tenderia a desejar a catástrofe e a destruição: “Mas ele não quer a destruição de seu próprio grupo, ele quer, se possível, a destruição do todo” (Adorno, 2020b, p. 52). Resultante disso, a tão desejável “igualdade de todos” tem encontrado expressão nos anseios de nivelamento pela barbárie, na ideia de destruição generalizada da cultura fomentada coletivamente – a “antiutopia” almejada pelos movimentos totalitários.

Adorno (2020b) chama a atenção para o fato de que não se deve fazer uso de apelos éticos e morais para lutar contra essas tendências regressivas, pois, além de

inócuos, despertariam ressentimentos e velhos recalques naqueles para quem a vida e a humanidade, bem como os valores humanistas, tornaram-se demasiadamente “esvaziados de sentido”. Assim: “Eu já lhes disse que não se deve moralizar, mas apelar aos interesses reais” (Adorno, 2020d, p. 74). Esses ideais perderam substância na sociedade administrada e são falseados pelas próprias condições objetivas que condenam os sujeitos à impotência – subjetiva e social – numa vida danificada. Logo, as pessoas, por questões de necessidades psíquicas, acabam defendendo ideias e pautas políticas que vão contra seus próprios interesses racionais, obrigando-se a se conformarem às situações de vida nada emancipatórias, ainda mais porque a palavra e o conceito de “democracia” se lhes tornaram demasiados indiferentes. Entretanto, tendo em vista a cisão na consciência de tais pessoas, decorrente de empecilhos objetivos para uma formação individual mais diferenciada e autorreflexiva na sociedade contraditória, quando se trata de interesses pessoais – interesses transparentes para elas – as reações e condutas podem se modificar, caso envolvam benefícios materiais que atendam aos seus interesses imediatos de autoconservação. Em outras palavras, o apelo a interesses práticos é o que poderia ressoar com mais força para uma oposição à adesão individual às ideias fascistas, no contexto social geral de ofuscação no qual as ideias de democracia, liberdade, justiça e humanidade perderam substância. Na conferência *O que significa elaborar o passado*, encontramos o seguinte trecho:

Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de democracia afinal assegurara, as pessoas tornam-se indiferentes frente à democracia, quando não passam até a odiá-la. A forma de organização política é experimentada como sendo inadequada à realidade social e econômica; assim como existe a obrigação individual à adaptação, pretende-se que haja, também, obrigatoriamente, uma adaptação a formas de vida coletiva, tanto mais quando se aguarda de uma tal adaptação um balizamento do Estado como megaempresa na aguerrida competição de todos. Os que permanecem impotentes não conseguem suportar uma situação melhor sequer como mera ilusão; preferem livrar-se do compromisso com uma autonomia em cujos termos suspeitam não poder viver, atirando-se no cadinho do eu coletivo (Adorno, 2020a, p. 47).

Pois bem, as condições descritas por Adorno no trecho acima têm tomado proporções muito mais trágicas com as transformações do capitalismo, principalmente com a derrocada dos projetos de social-democracia dos gloriosos anos pós-guerra pela crise do estado do bem-estar social instalada nos países do centro, colocando a “ordenação do mundo em ruínas” (Arantes, 2014, p. 16), na qual a própria “noção moderna de

progresso” foi para o espaço. Correspondendo às análises indicadas pela teoria crítica, houve um avanço na técnica que também promoveu a intensificação e o controle de todos espaços sociais e privados pela racionalidade administrativa, ao mesmo tempo que, sob maior integração, pulsões destrutivas individuais tornaram-se mais acentuadas, na medida em que os indivíduos sentiram-se mais impotentes e menos diferenciados sob o domínio da indústria cultural e de forças sócio-políticas voltadas aos interesses dos oligopólios econômicos (Adorno, 2020b). Adorno alertara para o terreno fértil de explosão e reincidência da barbárie na sociedade sob os efeitos perversos de antagonismos sociais insustentáveis para os indivíduos, já fragilizados pelas condições de vida requeridas pela sociedade administrada regida por poderes de dominação cada vez mais abstratos e anônimos. Com a instauração crescente de relações assimétricas e hierarquizadas nas organizações sociais capitalistas, os indivíduos sentem-se ainda mais sufocados pelos colapsos sociais e ambientais em curso no mundo, promovidos pelas forças destrutivas de formas vigentes de acumulação do regime atual, alcançadas na civilização do século XXI. Essas forças de barbárie inerentes ao próprio princípio econômico do capitalismo (Adorno, 2020d; Horkheimer, 2012), relacionadas às marcas retrógradas que a civilização carrega desde tempos mais remotos (Horkheimer e Adorno, 2006), são reproduzidas pelas relações sociais de dominação da atualidade, nas quais grupos poderosos com acesso à técnica e à tecnologia fazem uso destas de forma autoritária e irracional, voltadas para a contenção e destruição de formas políticas e culturais de oposição ao capital globalizante, também eliminando várias empresas pressionadas pela concorrência desigual.

No contexto atual, as grandes corporações internacionais concentradoras do capital têm se beneficiado com as políticas de desregulamentação pelas quais os “imperativos da valorização mediados pelos mercados financeiros”, com tendências à homogeneização sob a forma de um “mercado mundial”, têm se acentuado (Chesnais, 2002).⁶⁵ Neste sentido, tendo em vista os problemas filosóficos e sociais contemporâneos colocados pelos autores da teoria crítica da sociedade, perguntamos: em que medida os

⁶⁵ Afirma o autor François Chesnais (2002, p. 4) que a expressão “regime de acumulação com dominação financeira”, do atual capitalismo, denominado como fase do “capitalismo mundializado”, foi pela primeira vez utilizada por ele: “Esta serviu para designar o que me pareceu ser uma configuração nova do capitalismo, na qual o movimento de acumulação e seu conteúdo econômico social concreto seriam moldados pelas posições econômicas e sociais, concedidas a – e conquistadas – por formas muito concentradas de determinado tipo de capital, aquela designada por Marx no livro III de *O capital* sob a expressão ‘capital portador de juros’ ou, ainda, ‘forma moderna do capital dinheiro’”. Acrescenta ainda que o capital dinheiro ou financeiro tem adquirido uma grande autonomia perante o capital industrial, inaugurando a nova fase.

atos extremistas manifestados na sociedade brasileira nos últimos anos confirmam o diagnóstico dos frankfurtianos acerca dos entrelaçamentos entre civilização e barbárie, entre capitalismo administrado, tendências fascistas e organização de *rackets*? Com o crescimento da direita radical no Brasil, buscar alguns dos fundamentos por trás do sofrimento atual na sociedade torna-se necessário, principalmente aqueles já anunciados pela teoria crítica acerca da constituição da humanidade rumo à organização social capitalista em sua forma universal – em direção à sociedade administrada comandada atualmente pelas “plutocracias internacionais” que interferem na sociedade, determinando e comandando as decisões políticas e econômicas dos Estados nacionais. Tais formas de “integração” propiciadas pelos ditames do capitalismo globalizado, aos quais agentes do Estado e o grande empresariado concentrador de riquezas se curvam para a garantia de seus lucros, têm resultado no crescente mal-estar na contemporaneidade.

Especificamente no caso brasileiro, voltando-se para a violência institucionalizada na nossa cultura, marcada por um universo social desde sempre extremamente desigual, no qual nossas elites dominantes tradicionais carregam vestígios do autoritarismo de forma persistente, constatamos o seguinte: os movimentos totalitários têm tomado o protagonismo junto às populações mais empobrecidas e desamparadas nas cidades para a direção programática de seus descontentamentos sociais, bem como de algumas camadas médias. Isso nos leva a indagar se não se trataria de movimentos reacionários que colocam em ação “promessas redentoras” para aqueles que sempre estiveram ou se sentiram “debaixo”, excluídos das promessas de democracia e vida mais justa, frustrados em suas expectativas de integração social – alijados dos valores e promessas propugnados pela democracia formal que sequer chegaram até nossas classes populares. Do lado dos movimentos de massa da extrema-direita no Brasil,⁶⁶ a emergência do bolsonarismo também não se deu por conseguir canalizar os ressentimentos “não públicos” de pessoas que sempre se sentiram excluídas e marginalizadas, ou sob ameaças de descarte social, dentro de um caldo cultural autoritário sempre presente nas nossas relações sociais? Os

⁶⁶ No caso, a respeito dos movimentos de massa que formaram a base popular do bolsonarismo, citamos especificamente o artigo de Gabriel Feltran (2020), *Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-)*. O autor dá acento, nesse ensaio, às matizes discursivas do movimento de massas que impulsionou Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, voltando-se às periferias urbanas nas quais encontramos muitos núcleos bolsonaristas arregimentados por policiais e pastores em ascensão que, nesses locais, propiciaram novos significados de vida e proteção às populações desassistidas pelo Estado. Feltran irá discorrer sobre o papel da teologia pentecostal nesse movimento.

movimentos reacionários de massa não seriam também compostos por aqueles despossuídos de autonomia e não formados para a emancipação, seduzidos pelas falsas propagandas, movidos pelos discursos de “desobediência às leis constitucionais”, contra os achados científicos ou quaisquer aspectos referentes à produção intelectual – já que foram ou se sentiram excluídos de experiências culturais promovedoras da liberdade de pensamento?

Contudo, em face do esquematismo de *clichês* fornecidos pelo *mass media* – nesta condição dada de pseudoformação generalizada, na qual políticas autoritárias germinam aliciando as massas por meio de falsas propagandas voltadas contra as leis objetivas, incitando-as à violência e promovendo o caos institucional com “promessas redentoras” sobre uma “nova forma de fazer política” e uma nova sociedade –, cabe pensar, retomando Adorno (2015b), o seguinte: se a adesão a falsas propagandas e aos movimentos totalitários também não correspondem a desejos latentes de morte, às necessidades psíquicas e às regressões psicológicas predominantes das massas na condição objetiva de socialização total que exige indivíduos mais regredidos. A esse respeito, da entrega das massas às políticas catastróficas, Adorno escreve sobre a importância da psicanálise articulada à teoria social para o entendimento do fascismo:

Não é suficiente apenas a velha explicação de que os interessados controlam todos os meios da opinião pública, pois as massas dificilmente seriam cativadas por falsas propagandas, toscas e capciosas, se nelas mesmas não houvesse algo que correspondesse às mensagens de sacrifício e vida perigosa [...]. A ação conjunta de conhecimento de determinantes sociais e das estruturas pulsionais predominantes nas massas prometeu [promete] um completo discernimento sobre a composição da totalidade (Adorno, 2015b, p. 71-2).

Para se compreender os movimentos totalitários na sociedade brasileira nos dias de hoje, os aspectos acima expostos e discutidos serão retomados.

3.1. A atualidade da noção de sociedade administrada e as tendências ao totalitarismo: notas sobre o caso brasileiro

Discutir a debilidade da democracia formal brasileira e sua longa afinidade com práticas autoritárias não é novidade. Tal problemática nos conduz às raízes de nossa formação social-histórica, desde os tempos do extermínio colonial com seus processos perversos de exploração do trabalho escravizado para as demandas do capitalismo

européu de mercado, até os períodos de “modernização” e projetos de civilização de nossa nação comandados pelas elites dominantes. Os resultados desse processo, assegurados pelos mecanismos de exclusão e de violência bárbara contra as populações negras e pobres sob um país dividido em latifúndios, “cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo” (Schwarz, 2012, p. 13), desembocaram numa configuração particular e “torta” de sociedade capitalista periférica, apresentando peculiaridades e antagonismos sociais mais grotescos (Schwarz, 2021; 2020) – uma amálgama de progresso e barbárie, de modernidade junto a relações sociais arcaicas. Na história do Brasil, os grupos oligárquicos que sempre estiveram no exercício do poder real, desde tempos mais pretéritos, seguem ainda perpetuando a “velha injustiça” – a máxima de valorização de valor –, aquela sempre presente sob as forças do capital, que se renovam pelas conquistas técnicas alcançadas, voltadas para a busca de extração de mais-valor sob meios mais eficazes de contenção e repressão das classes oprimidas – a proeminência do lucro com seus efeitos sociais. E as formas de opressão por meio de poderes arbitrários que nunca deixaram de existir nas relações sociais de dominação aqui estabelecidas, contrários aos projetos burgueses civilizatórios, têm se mostrado como traços constantes de nosso percurso histórico.

Isso posto, na fase atual do capitalismo financeirizado, essas elites agora influenciam e comandam as reformas estatais para os cortes de gastos públicos, seguindo a fórmula das escolas “ultraliberais” de pensamento econômico – as medidas de austeridade defendidas pelo pensamento tecnocrático de gestão estatal –, e tendo sob seus poderes o monopólio das tecnologias de comunicação para a propaganda de seus ideários políticos e o estabelecimento de uma mentalidade voltada à “moralização dos costumes”, revestidos de autoritarismo e intolerância por meio de técnicas psicológicas de mobilização de traços “paranoicos” de seus seguidores (Puzone, 2017; Rocha, 2021). Estamos na era de desemprego em massa, de flexibilização e precarização do trabalho, junto ao aumento de trabalhos informais e retiradas de direitos, em que ações de forças policiais militarizadas nas favelas para medidas mais “eficazes” de administração dos conflitos sociais (Canetti, 2020), lado a lado com o crime organizado, deixam às claras que nos países periféricos a dominação direta pela violência contra os mais vulneráveis sempre esteve na ordem do dia. Embora as origens da extrema-direita brasileira ou da nova direita remontem há muitas décadas, o grupo atual que tem ganhado proeminência e se concretizado como governo, com as eleições de 2018, tem sido composto por:

intelectuais “pró-mercado”; movimentos totalitários mobilizados pelas redes e por forças reacionárias nas periferias; partidos políticos ultraconservadores; o empresariado e instituições religiosas, ou seja, setores que têm se apresentado nos últimos tempos demonstrando uma clara insatisfação e ruptura com o pacto democrático pós-ditadura – grupos também saudosos da ditadura civil-militar (Rocha, 2021, p. 20). Lembramos, sobretudo, que a realização do bem-estar social pleno nunca esteve historicamente no horizonte das nossas classes dominantes, mesmo nos períodos nos quais governos mais progressistas atuaram com projetos mais sociais,⁶⁷ quando muitos acreditaram viver na “bonança do capitalismo”. Também a experiência de nosso processo de modernização deve sempre levar em conta o “fuso histórico” em que o Brasil desde sempre esteve inscrito – a nossa condição periférica no sistema capitalista global, agora entendida como modelo para explicar as tendências imanentes ao desenvolvimento das sociedades nos centros,⁶⁸ no que tange à catástrofe social e ecológica que se abate sobre o mundo (Arantes, 2023). Nesse sentido, os processos de formação do Brasil, para além de suas marcas locais e peculiaridade histórica (nossa “fisionomia social de ex-colônia”), insere-se no conjunto da análise da sociedade moderna burguesa escancarando seus elementos mais regressivos e irracionais, vinculados a formas perversas de progresso (Schwarz, 2017). As formas sociais do capital que aqui sempre se manifestaram – a coisificação do corpo e da mente do outro, a reificação de todas as relações sociais e mais os mecanismos de controle e de dominação truculenta direta sobre os mais “fragilizados” socialmente – articulam-se às tendências internas à modernidade: a dominação opressiva e totalitária sobre a natureza e a dominação dos indivíduos por grupos reduzidos de poder, levando em conta que, para a consolidação do capitalismo nos países do centro, a colonização de outros territórios (das terras brasileiras e de seus povos originários) foi necessária,

⁶⁷ Estamos nos referindo aos anos de governo Lula, com suas políticas de redistribuição de renda, tais como Bolsa Família, Programa Fome Zero, os programas sociais voltados às Leis de Cotas Raciais, Programa de Saúde da Família, dentre outros, que constituíram uma espécie de simulacro de estado de bem-estar social que se forjou em gestões passadas de governo. Acerca disto, também esclarece Puzone (2017, p. 98-9): “A conquista e a concessão de direitos sociais ocorrem não apenas para absorver o antagonismo social. Elas se fizeram também naqueles momentos históricos tendo em vista a constituição e fortalecimento de um padrão regulador do capitalismo periférico, que alçasse o Brasil ao primeiro time da divisão internacional [...]. Ou seja, maior produtividade do trabalho associada a um nível de consumo adequado à reprodução da força de trabalho, sem o comprometimento dos salários ou do tempo de vida dos trabalhadores”.

⁶⁸ Nesta direção, as análises de Paulo Arantes (2014) são bastante ilustrativas para o entendimento da crise do capitalismo e seus limites, desde a década de 70, a partir da ideia de brasilinização das sociedades dos países centrais, que cada vez mais se assemelham aos países periféricos, em termos de desmonte e crise emergencial generalizadas. Türcke esboça uma percepção similar no início dos anos 2000: “Parece até que o setor informal do Terceiro Mundo serviu de modelo aos promotores supremos da desregulamentação” (2005, p. 76).

fazendo parte dos movimentos do capital para a extração e exploração de recursos planetários.

Tendo em vista as colocações acima, partimos do seguinte raciocínio para pensar o Brasil nos dias de hoje: em que pese momentos históricos distintos e suas particularidades, algumas das condições discutidas pelos frankfurtianos sobre o capitalismo avançado do século XX têm se presentificado na atualidade, possibilitando o fortalecimento de movimentos extremistas e antidemocráticos no Brasil e a adesão de indivíduos a tais movimentos. Como já exposto, vimos que, à luz da teoria crítica, o enraizamento dos totalitarismos encontra-se na história do capitalismo, na sua transição do capitalismo liberal para o dos monopólios, com sua propensão selvagem para a mais concentração, mais exploração do trabalho excedente, resultando em mais desigualdade social, desenvolvendo meios mais eficazes de administração total da sociedade e da vida dos indivíduos, culminando nas formas mais intensivas de dominação da subjetividade. Para além da crítica do capitalismo, Adorno e Horkheimer – e Marcuse, por outras vias – buscaram a gênese do fascismo na história oculta da humanidade, cujas marcas de violência – encontradas nas relações pré-históricas de dominação da espécie humana sobre a natureza vilipendiada para garantir a sobrevivência e autoconservação – desdobraram-se nas relações de exploração e dominação de um grupo sobre o outro com o transcorrer civilizatório, por meio das conquistas humanas de meios materiais e intelectuais para intensificação da dominação da natureza – e dos próprios homens. Não obstante, tais conquistas se deram por meio de injustiças históricas passadas, cujo legado encontra-se hoje nas relações mais regressivas entre os grupos sociais e as pessoas, e desses com a natureza oprimida, sob a estrutura social vigente da modernidade. As formas de sociabilidade exigidas pela organização social capitalista têm reverberado na constituição da individualidade que carrega os traços da totalidade social e, assim, quanto mais a sociedade tem se tornado mais “socializada” e integrada, ou seja, mais administrada, “mais o indivíduo a reflete, perdendo inclusive a relativa autonomia que tinha durante o liberalismo” (Crochick, 2023, p. 1700). Nessa direção, as tendências destrutivas e regressivas inerentes ao progresso material atingiram seu auge, paradoxalmente, nas formas organizadas das sociedades contemporâneas – a sociedade totalmente administrada –, que, mesmo apresentando em suas contradições possibilidades reais de emancipação para os sujeitos, têm se rendido cada vez mais às voragens do capital, negando tais possibilidades de liberdade e justiça. A racionalidade vigente que

organiza a vida como o todo tem impedido formas mais singulares e mais “livres” de individuação, impelindo os sujeitos à padronização social. Esse progresso, que também veio atrelado aos processos de desumanização, foi possibilitado pelo modelo de razão que se fez proeminente – sob o primado de uma ciência positiva da natureza triunfante (Adorno, 2009) –, reduzido à instrumentalidade e calcado na ideia de soberania e onipotência dos sujeitos frente ao objeto (à diversidade do mundo), cujo desenvolvimento acabou por se desvincular de seus projetos racionais de liberdade e de busca pela emancipação humana.

Assim, perguntamos: se, para os autores da teoria crítica, a sociedade se encaminha para a administração total, correspondente aos interesses totalizantes do capital, possibilitados pela necessidade de subjugação de muitos pelos oligopólios cada vez mais reduzidos – quer sob as formas de governo formalmente democráticas, quer sob governos totalitários –, e se o Brasil, com suas extremas contradições sociais, marcadas pelas tradicionais formas de violência e arbitrariedades por parte de suas elites, tem seu enraizamento na história do capitalismo global, como então situar a sociedade brasileira nessas análises? Em tempos sombrios de barbárie, sob o fortalecimento de manifestações antidemocráticas no país, numa sociedade que cada vez mais se aperfeiçoa nos conhecimentos tecnológicos em concomitância com o crescimento da desigualdade e, assim, de modos de sofrimento individual e coletivo – que culminam em formas diversas de violência –, quais seriam as contribuições da teoria crítica ao debate atual?

Visto assim, sem correremos o risco de recair no lugar-comum de criticar o neoliberalismo como a “fonte” de todas as crises atuais, impedindo uma reflexão mais aprofundada da totalidade, partimos da noção de mundo administrado em seu movimento histórico. Tal posicionamento vai também na direção de desvelar a ideologia atual em mais uma de suas configurações: a pseudomorfose do capitalismo tardio em “liberalismo renovado”. De fato, não podemos negar que na fase do capitalismo financeiro o neoliberalismo foi a doutrina política e econômica incorporada por alguns setores e instituições poderosas dos monopólios, que permitiu que o regime de acumulação financeirizado se desenvolvesse no mundo inteiro, sob “os limites imanentes do modo de produção capitalista” (Chesnais, 2002, p. 1), ou seja, com as crises da sociedade salarial do período do estado do bem-estar social na Europa. Entretanto, como já acentuado, na era dos grandes trustes e grandes corporações transnacionais que tomaram o controle da economia – administrando os rumos políticos de vários países, em escala global –, falar

de economia de mercado ou de capitalismo neoliberal obscurece a análise de forças de dominação desde sempre enraizadas na sociedade e que ainda permanecem em cena, cujas condições, como bem Adorno (2020b; 2020d) alertara, têm propiciado o fortalecimento de movimentos totalitários. Esse fenômeno de expansão do capital para além de suas fronteiras não é novidade, assim como a forma valor enquanto força motriz do capital também não (Chesnais, 2002). Entretanto, sob o horizonte atual nas últimas décadas, o capital financeiro tem predominado sobre o capital produtivo, desencadeando uma organização social perversa com a corrosão do trabalho estável e declínio da vida salarial (Fraser e Jaeggi, 2020) resultantes da estagnação da atividade industrial. Mas como o capital financeiro também precisa de uma base produtiva para investir – sob o peso principalmente da precarização do trabalho e exploração de mão-de-obra barata nos países periféricos –,⁶⁹ o trabalho e sua necessidade continuam sob outros modelos de organização, com o aumento perverso da exploração.

Contudo, como a sociedade capitalista contraditória precisa se sustentar, mecanismos de controle e formas fascistas de administração do todo social têm se aprimorado, servindo-se tanto de ações policiais truculentas e de projetos retrógrados de leis com o fortalecimento do Estado punitivo (Canetti, 2020), para conter as reações populares, quanto da ideologia presente, desde o século passado, que tende a afirmar que o desenvolvimento e o trabalho são necessários para o progresso na atual fase avançada do capitalismo, calcada nas explicações meramente técnicas dos *experts* da economia e da política. Essa ideologia é a da “racionalidade tecnológica” (Marcuse, 2015), que imprime às pessoas a ideia de que a vida social é tecnologicamente organizada e que as decisões econômicas (nada democráticas) e pautas políticas conservadoras são “racionais” em sua eficiência técnica e modos de gestão, obstruindo a percepção dos sujeitos sobre a realidade contraditória. Nessas condições de reprodução social, a generalização do princípio da frieza como padrão de sociabilidade torna-se fortalecida pela racionalidade instrumental que beira o cinismo, tendo em vista que a luta pela

⁶⁹ Retomamos Chesnais (2002) para a discussão do novo regime de acumulação sob a dominação das finanças e sua necessidade da base produtiva para se sustentar: “Partir das finanças e levar em conta o advento do capital portador de juros [...] e sua entrada maciça no capital das empresas não significa, em absoluto, um abandono da assertiva teórica do papel primordial desempenhado no processo de acumulação pela extração da mais-valia e pela exploração daqueles que vendem sua força de trabalho. Muito pelo contrário, a compreensão do significado do *corporate governance* constitui uma das vias de acesso indispensáveis (sendo que a outra é a exposição à concorrência internacional dos vendedores da força de trabalho através da liberalização das trocas e dos investimentos) para o entendimento das configurações novas de extração da mais-valia com flexibilização e precarização do trabalho” (Chesnais, 2002, p. 8).

subsistência, junto com o incremento da necessidade de consumo de bens oferecidos como critérios de pertencimento social, culmina no maior empobrecimento psíquico e na aceitação ressentida dos indivíduos de adaptação a tal realidade.

As mudanças estruturais em curso no mundo, que aqui ressoam tragicamente na nossa sociedade, têm trazido à luz do dia a irracionalidade do sistema, na qual a corrosão das promessas de democracia tem suscitado reações mais reacionárias no tecido social como “respostas” às fraturas expostas pelo sofrimento. Para se conter as crises do capitalismo e dar maior liberdade aos impulsos expansionistas dos oligopólios com as novas formas de acumulação de valor – facilitadas pelo enfraquecimento das medidas de fiscalização e destruição das leis regulatórias do mercado –, entram também em operação modos autoritários de governo. Retomando Adorno (2020, p. 261): “A fase mais recente da sociedade de classes está dominada pelos monopólios; ela impele ao fascismo, à forma de organização política digna dela”.

Nessa direção, no Brasil, desde a crise política que se estabeleceu em 2013, enquanto marco histórico, grupos ideológicos de extrema direita, setores das forças armadas e de militares, e mais os agentes de mercado financeiro (também o empresariado conservador) começaram a se rearticular, aproveitando-se das contradições encontradas nas massivas manifestações das “jornadas de junho de 2013” (Leirner, 2021; Feltran, 2020; Nobre, 2020) e atentos aos movimentos protofascistas que também estavam germinando no meio dos atos antigovernistas.⁷⁰ Em outras palavras, num cenário caótico, proveniente de uma grave crise institucional – de uma estrutura objetiva na qual formas de exploração condenaram populações inteiras a imensas dificuldades para garantir suas existências físicas na luta diária para autoconservação, sob um regime formalmente

⁷⁰ Como não há espaço nesse trabalho para discutir os eventos de junho de 2013, no Brasil, em sua complexidade, de forma mais aprofundada – manifestações também desencadeadoras da intensa crise na política que culminou no Golpe de 2016 – sugerimos as leituras de dois artigos sobre o tema: *Brasil, junho de 2013 – classes e ideologias cruzadas*, de André Singer (2013), e *O fascismo no Brasil: o ovo da serpente chocou*, de Guilherme Reis e Giovanna Soares (2017). No segundo, a questão da presença de movimentos mais reacionários nas manifestações de grupos tão díspares é ressaltada: “Diferentes grupos tentaram direcionar aquela potência, com claro fracasso da esquerda organizada – vítima de violenta reação antipartido – e com a significativa, mas não decisiva, vantagem para a direita, insuflada com tendenciosa e constante mobilização via mídia hegemônica [...]. Seguiram-se manifestações de menor porte, em que a direita e a esquerda não mais se misturaram. O caráter das mobilizações reacionárias, ainda que heterogêneas, suscita, entre outros, este debate: há um ressurgimento do fascismo no Brasil?” (Reis e Soares, 2017, p. 3-4). Os autores, com base em Arendt e Adorno, também concluem que a insatisfação difusa de jovens manifestantes sem formação política, naqueles eventos – tendo em vista também vários outros elementos de manipulação por parte de empresários conservadores e do *mass media*, com a difusão de ideias anti-PT e anticorrupção no Estado –, foi propícia para o aliciamento deles pelas forças políticas e movimentos reacionários que estavam se organizando.

democrático –, a extrema-direita no Brasil entrou em operação, tendo como base econômica agentes do mercado financeiro e agentes do mercado religioso, junto ao arcabouço ideológico e propagandístico de incitação à “guerra” contra as instituições democráticas.⁷¹ O direcionamento das massas descontentes para formas de rebelião autoritárias foi promovido por tais grupos, dentro do esquema de doutrinação ideológica difundida nas redes sociais e nos demais mecanismos midiáticos de controle. Parte destes grupos, que tem o monopólio de redes de TV e demais meios de comunicação, foi responsável pela disseminação do pensamento de ultradireita no país, por meio de suas técnicas de propaganda racionalmente administradas para atingir “a consciência de inúmeras pessoas” – aquelas mesmas que formaram posteriormente as bases do eleitorado do bolsonarismo. A coalizão entre esses grupos e suas disputas internas – banqueiros, rentistas, setores da agroindústria, empresários nacionais e líderes evangélicos, bem como parlamentares ultraconservadores – ilustra claramente o que os teóricos críticos designaram como a sociedade dos *rackets*, baseada na dominação cega de grupos dominantes voltados para privilegiar o *status quo*.

Retomando, o *racket* expressa “a ideia de que toda a atividade na presente sociedade, seja qual for, não tem outro interesse como seu conteúdo e objetivo senão a aquisição da maior parte possível da mais-valia circundante” (Horkheimer, 2021). No que concerne às relações de nossa elite econômica com as políticas autoritárias, outro fator se assemelha com a teoria dos *rackets*: a lógica sempre vigente da violência, ilegalidade e intolerância contra qualquer grupo ou tipos de sujeitos que queiram se opor a tal estado de coisas, ou que não se curvem aos mecanismos de poder de certos nichos sociais. O Brasil – como sempre – manifesta as contradições capitalistas no abismo de sua própria coesão social, imposta e alcançada pela opressão bárbara, principalmente aquela hoje comandada por órgãos internacionais que interferem na política interna. Desse modo, as ações das milícias nas favelas, a política de encarceramento em massa de jovens racializados das periferias, o massacre de populações locais e de movimentos dos trabalhadores rurais pela força policial, seriam alguns dos exemplos que ilustram as políticas de terror inerentes a um sistema baseado no impulso destruidor e expansionista do lucro regido pelos *rackets*. No Brasil, aquele véu produzido nas nações emergentes –

⁷¹ Para maior conhecimento, citamos o capítulo de Piero Leirner (2021), no qual ele apresenta sua pesquisa sobre a utilização de técnicas militares de doutrinação e de construção da ideia de “inimigo interno” – a ideia de “guerra híbrida” – pelas campanhas propagandísticas pró-Bolsonaro, com a disseminação de *fake News* e produção intensa de *false flags*. O capítulo em questão é o *Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira*.

que tende a recobrir bem a violência dos *rackets* – desapareceu, ressaltando forçosamente sua figura complementar, o mundo administrado e sua racionalidade cega, dirigidos para a manutenção do fosso intransponível entre as classes dirigentes e as massas desvalidas. O longo regime de exceção e de abusos por parte do Estado, historicamente prevalentes na sociedade brasileira, hoje se articula à atual disseminação pelas tecnologias digitais do modelo de individualidade baseada na ideia de “empreendedorismo” advinda do ideário neoliberal, ao mesmo tempo que a manipulação do ressentimento e ódio da classe média contra os marginalizados têm ganhado marcações muito mais claras, quando não se traduzem em simples exercício da violência decorrente do preconceito culturalmente enraizado.

Os sentimentos de insatisfação e a frustração social e psíquica das camadas médias que, mediante as transformações estruturais do capitalismo, têm se deparado com dificuldades econômicas, também são estrategicamente fomentados e utilizados pelas políticas autoritárias, ao fazerem uso de tecnologias discursivas para atacarem grupos progressistas e as leis mais voltadas às políticas sociais. Tais técnicas de manipulação apelam para um tipo de mentalidade muito próxima à paranoia das “personalidades autoritárias e antidemocráticas”, também atinentes à personalidade narcisista, aquelas mesmas estudadas por Adorno (2019) na pesquisa sobre o potencial fascista. Logo, o medo excessivo do “outro” – apontado como “criminoso”, “vândalo” ou “bandido”, reduzido a um inimigo ameaçador nas mensagens e propagandas veiculadas pela Internet, também sob o contexto do medo de se perder privilégios e a suposta liberdade – têm ressoado nas fantasias e necessidades psíquicas de tais pessoas manipuladas pelas mensagens fascistas. Sobre os tipos autoritários particularmente receptivos às propagandas fascistas e às manipulações de grupos poderosos – por meio dos quais, dentro de um movimento de “submissão autoritária”, estes conseguem dar vazão e expressão à agressão contra os *outgroups*, as minorias sociais –, deslocando seus desejos inconscientes de destruição contra a autoridade para esses *outgroups*, Adorno diz que:

O indivíduo que foi forçado a renunciar aos prazeres elementares e a viver sob um sistema de rígidas restrições, e que, portanto, se sente sobrecarregado provavelmente não apenas buscará um objeto sobre o qual possa “descarregar”, mas também fica particularmente irritado com a ideia de que outra pessoa está “se safando de algo”. Assim, pode-se dizer que a presente variável representa o componente sádico do autoritarismo [...]. É de se esperar, portanto, que o convencionalista que não consegue fazer qualquer crítica real à autoridade aceita tenha o desejo de condenar, rejeitar e punir aqueles que violam esses valores (Adorno, 2019, p. 142-3).

Os sujeitos mais autoritários, que costumam manter e defender os valores convencionais, têm uma relação ambígua com a autoridade e com os valores e leis sociais que tais autoridades representam: “conscientemente as defendem, inconscientemente desejariam destruí-las” (Crochick, 2023, p. 1702). Com relação à formação de indivíduos sob uma cultura opressiva e às formas psíquicas subjacentes às sociedades administradas, constituídas sob uma falsa democracia que se exerce a partir da mera formalização de leis e valores, o apoio e a servidão de indivíduos aos líderes autoritários e a defesa heterodeterminada de certos valores “morais” convencionais – a conformidade dos sujeitos autoritários aos valores promovidos pelo “espírito objetivo” –, junto com o comportamento projetivo acentuado – pelo qual fantasias destrutivas e medos inconscientes são projetados nas pessoas julgadas “desajustadas” –, demonstraram ser, na pesquisa de Adorno (2019, p. 143), mecanismos de defesa individuais contra intensos conflitos psíquicos inconscientes, não elaborados e sequer simbolizados. Porém, em que pese os fatores subjetivos em causa que apontam para os traços de personalidade, esses se vinculam às transformações antropológicas sob o capitalismo administrado, apontando também para uma sociedade prenhe de estereótipos, tabus e preconceitos, cujas tendências econômicas impedem relações mais livres entre as pessoas e possibilidades mais efetivas de expressão de desejos e angústias individuais na cultura que se tornou administrada. Adorno (2019) ressalta que a hostilidade e a agressividade são principalmente despertadas pelas frustrações diante da realidade e das dificuldades econômicas, sobretudo sob o estímulo de movimentos totalitários que tendem a atacar e a culpabilizar as “minorias”. Nesse sentido, forças sociais opressivas que incidem na formação individual – ou seja, a mediação da totalidade social contraditória sobre a constituição individual –, junto a tendências objetivas imanentes aos avanços do capital para a reprodução social do mais-valor, tornam-se terrenos propícios para a instalação de regimes autoritários e para o totalitarismo. Segundo Adorno (2021, p. 366):

A cegueira a leis objetivas e, em última análise, a repressão de percepções que negam a harmonia entre a sociedade e o indivíduo, são elas próprias o resultado do sistema econômico. As pessoas são inevitavelmente tão irracionais quanto o mundo em que vivem. Assim, a psicologia, isto é, o domínio da determinação irracional da sociedade de atitudes e comportamentos, não se opõe tanto à causação econômica quanto é o resultado da irracionalidade econômica, que é ela própria um elemento intrínseco da totalidade socioeconômica em que vivemos [...]. Isso ao menos parece-nos implícito em nossas descobertas sobre o “caráter funcional” do preconceito. Quanto mais nossa sociedade tende a se tornar “integral”, isto é, uma totalidade totalmente organizada, mais aumenta a pressão que exerce sobre os indivíduos comparativamente impotentes. E é exatamente

esse processo que expande os mecanismos de defesa psicológica que estão relacionados ao preconceito.

No contexto de uma sociedade reificada, as causas objetivas do sofrimento tornaram-se obscurecidas pelo “véu tecnológico” que se impõe nas relações de dominação entre os sujeitos, levando as pessoas a certa “confusão intelectual” sobre as fontes de suas dificuldades, assim dando brechas para o fortalecimento de tendências antidemocráticas na sociedade totalmente organizada por forças econômicas irracionais. Relativamente a essas tendências na sociedade brasileira, podemos dizer que, com os indivíduos inseridos numa cultura que exige modos de vida e formas de sociabilidade que os impelem à frieza e ao pensamento estereotipado, assombrados pelo declínio de seus padrões de vida e pelo medo de descarte, as conquistas sociais e simbólicas de certas minorias e/ou projetos políticos sociais mais à esquerda têm desencadeado, nas camadas médias, ressentimentos contra grupos que supostamente estariam se beneficiando de transformações ocorridas nas últimas décadas (Nunes, 2021). Tal sentimento de descartabilidade é projetado sobre indivíduos e grupos socialmente mais “vulneráveis” e mais frágeis – assim como no período nazifascista a frustração e o desamparo intensificados pelas transformações do capital fizeram com que populações projetassem suas “misérias” e terror interno nos judeus (Horkheimer e Adorno, 2006). Isto traz à tona as discussões de Adorno e Horkheimer (2006) acerca da perda da experiência dos sujeitos no capitalismo avançado sob o domínio da indústria cultural, que evoca o contexto geral de ofuscação e noções como “sociedade socializada” e totalitária, na qual a falsa projeção se conjuga com a aparência de liberdade. Os sujeitos, incapazes de fazer experiência e de autodeterminação, reduzidos a meros objetos da administração por parte destes grupos que obtêm os monopólios do *mass media*, acabam por enxergar o mundo, a sociedade capitalista atual, como uma rede fechada, inexorável. Trata-se, assim, da realização peculiar do mundo administrado: a desregulamentação planejada da dominação financeira que se tornou norma no capitalismo tardio, e a administração de movimentos de massa como modo de fazer política e resolução pragmática “eficaz” de problemas sociais, tal como testemunhamos no governo passado – a transgressão das leis do Estado do direito para que o domínio da “lei dos mais fortes” ocupe seu lugar, para a eliminação dos que podem ser dispensáveis socialmente. A mobilização pela propaganda ideológica neoliberal da impotência e do medo de empobrecer na psicologia

de tais sujeitos – cujos fundamentos objetivos não devem ser relegados ao segundo plano – também tem sido o instrumento que efetiva a dominação.

Recorrendo a Adorno (2020b) acerca da nova direita radical, podemos fazer algumas relações com o caso brasileiro, lembrando que o governo passado de extrema-direita – o bolsonarismo – incentivou o comportamento nazifascista da população, conclamando a massa de seus apoiadores a participar de manifestações contra as instituições políticas mediadoras: “há (houve) um movimento moral com ação ideológica em bases bem consolidadas, que ainda é preciso compreender. O adjetivo mais preciso para qualificar esse movimento me parece ser ‘totalitário’” (Feltran, 2020, s/p.). Em concordância com a leitura de Gabriel Feltran, uma das táticas do totalitarismo é a destruição de instituições consolidadas em nome do “revolucionário”, do “novo”, da ideia de “antissistema”, dentro do propósito de destruir internamente o sistema político e suas bases para, assim, instaurar o regime totalitário (Zanolla, 2023). Conjugado a isso, a incitação ao “sentimento de catástrofe social” e o fomento ao “caos institucional” entraram como componentes poderosos das técnicas psicossociais de manipulação utilizadas pelo movimento bolsonarista, no qual as milícias digitais tiveram grande protagonismo, para a disseminação de discursos de ódio e para os ataques de agressividade autoritária contra grupos oponentes. Nas síndromes descritas sobre os potencialmente fascistas, Adorno (2019) também demarca variações de traços e conflitos psíquicos nos diferentes tipos altos da Escala F, ressaltando a presença da destrutividade e do cinismo em alguns tipos mais regredidos, que manifestam uma “agressividade indiferenciada”, articulada ao alto traço de projetividade como defesa psíquica. Sobre isso, Crochick (2023) alerta que, mesmo Adorno insistindo na descrição das síndromes “altas”, a presença de características iguais nos diversos tipos – apontando para uma caracterização generalizada da personalidade com “potencial fascista” – também acaba por reconhecer diferenças entre “indivíduos antidemocráticos” e “indivíduos autoritários” – em termos de conflitos e necessidades psíquicas diferentes, com estruturas psicológicas diversas que podem apontar para diferentes manifestações de violência e de graus de envolvimento e de aderência às ideologias mais reacionárias. Os sujeitos antidemocráticos, inseridos numa sociedade opressiva que leva às regressões psíquicas para sua reprodução, seriam os tipos predominantes de personalidade mais propícios a aderir aos regimes totalitários (Crochick, 2023, p. 1705). Diz assim o próprio autor citado:

Podemos inferir, contradizendo Adorno, que os autores de *A personalidade autoritária* concebiam distintos tipos de personalidade: os propriamente

autoritários, que teriam uma consciência moral mal constituída, por isso, teriam necessidade de exagerar o apoio ao que de fato não apoiam, e os antidemocráticos, que possuíam um desejo de agressividade não diferenciada (Crochick, 2023, p. 1704).

Podemos afirmar que os movimentos de massa do governo passado eram claramente antidemocráticos, com seus massivos ataques contra o STF e com suas demandas infantilizadas e destrutivas por intervenção terrorista militar na sociedade, para o fechamento do congresso e instauração da “ordem”. A presença de indivíduos fanáticos, apoiadores de medidas mais rígidas e punitivas contra os pobres e diferenciados para a “limpeza moral do país”, inclinados a ações de violência contra quem divergisse de suas ideias, também indicou que se tratou de movimentos totalitários. Não podemos deixar de ressaltar que indivíduos autoritários, que portam traços psíquicos sadomasoquistas (Adorno, 2019; Crochick, 2023), predispostos ao preconceito e que voltam suas hostilidades contra grupos específicos – as “minorias sociais” –, também integraram parte do eleitorado de Bolsonaro. Mas o que queremos ressaltar, dado o grau de violência e de irracionalidade presente nas mobilizações populares das bases bolsonaristas, com sujeitos colocando em ação seus impulsos mais regredidos de agressividade – como, por exemplo, a invasão e a depredação das sedes do Três Poderes no fatídico dia 08 de janeiro de 2023 –,⁷² os tipos antidemocráticos seriam mais propícios aos projetos totalitários do governo anterior. Nas palavras de Adorno sobre os indivíduos antidemocráticos, encontramos as seguintes caracterizações:

De acordo com a presente teoria, o indivíduo antidemocrático, por ter tido que aceitar numerosas restrições impostas externamente sobre a satisfação de suas necessidades, abriga fortes impulsos agressivos subjacentes [...]. A forte agressividade subjacente parece, ao mesmo tempo, expressar-se de outra maneira – de uma maneira não moralizada [...]. Assim, alguns itens ofereciam justificativas para a agressividade [...] que o sujeito necessitaria apenas de uma pequena justificativa para estar pronto para uma agressão irrestrita. Outros itens lidaram com o desprezo pela humanidade, sendo nossa teoria a de que aqui a hostilidade é tão generalizada, tão livre de direcionamento contra qualquer objeto particular, que o indivíduo não necessita se sentir responsável por ela (Adorno, 2019, p. 155-6).

⁷² Na data de 08 de janeiro de 2023, com a eleição do presidente Lula, ocorreu um ataque às instituições da República com a invasão, por grupos apoiadores de Bolsonaro, dos prédios dos Três Poderes, causando maior destruição de objetos e depredação das sedes. Manifestantes antidemocráticos invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) para protestar contra a eleição do presidente Lula. Esses grupos foram convocados nas redes sociais, chegando em Brasília em dezenas de caravanas financiadas por terceiros – empresários –, juntando-se a radicais que estavam há vários meses acampados em frente ao quartel general do Exército.

Durante o período de pandemia de Covid-19 que se iniciou em 2020, a divulgação de ideias com conteúdo negacionista foi bastante intensificada, tendo adesão de grande parte da população de vários estratos sociais. As declarações negacionistas por parte do ex-presidente, contra as vacinas e as medidas sanitárias, bem como todas as ações e decretos por parte do governo para boicotar o isolamento e políticas de saúde às populações mais vulneráveis,⁷³ só vieram a corroborar com a ideia de catástrofe social, desvinculada dos objetivos de transformação social para formas mais igualitárias e humanas de vida. Nesse sentido, o uso político e social da “ideologia da morte” no cenário instalado pela pandemia não teria cumprido papel fundamental para fortalecer os anseios destrutivos dos indivíduos? Com relação a isso, remetemos a um trecho bastante ilustrativo de Marcuse:

Tanto o medo da morte quanto sua repressão na aceitação da morte como necessidade sancionada constituem fatores intrinsecamente interligados na organização da sociedade. O fato natural da morte se torna uma instituição social. Nenhuma dominação é completa sem a ameaça da morte e sem o direito reconhecido de infringir a morte – morte por veredito legal, na guerra, por inanição. E nenhuma dominação é completa sem que a morte, uma vez institucionalizada, seja reconhecida como mais do que uma necessidade natural e um fato cruel, quer dizer, como *justificada* e como *justificação* (Marcuse, 2012, p. 346).

Do trecho acima, aproveitamos para fazer algumas digressões que ilustram bem as tendências totalitárias que eclodiram no governo anterior: pensamos o quanto a Covid-19 veio a demonstrar que, apesar de todos os esforços tecnológicos e suas conquistas para o prolongamento da vida, esses foram frustrados e irracionalmente não utilizados para fins humanos. E isto não somente porque a tragédia das mortes pelo vírus mostrou-se como algo “imprevisível” e inusitado durante aquele período, mas, principalmente, porque no governo anterior, a barbárie foi instalada tirando proveito da tragédia social que se abatera sobre o mundo. Ou seja, o governo passado não tomou nenhuma medida

⁷³ Para citarmos alguns exemplos, grandes empresários concentradores da maior parte da renda deste país declararam várias vezes na imprensa suas “revoltas” diante do fechamento do comércio e de medidas de confinamento, conclamando em alto e em bom tom que o “mercado não poderia parar”. Ver o artigo “Não podemos parar por 7 mil que vão morrer”, publicado na **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-podemos-parar-por-7-mil-que-vaio-morrer-e-molecada-na-favela-nem-pegamos-bolsonaristas-sobre-o-coronavirus/>. Também remetemos ao documento produzido pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), que demonstrou as ações por parte do governo (a análise da produção de portarias, medidas provisórias, resoluções, instruções normativas, leis, decisões e decretos do Governo federal, assim como o levantamento das falas públicas do presidente), voltadas contra o combate ao coronavírus e seus boicotes a compras de vacinas.

para a contenção do vírus; ao contrário: propiciou o genocídio boicotando o isolamento e atacando as medidas preventivas pelas vacinas, também fazendo propagandas sobre a “ineficácia” e perigo dessas, incentivando um clima de terror e de paranoia coletiva. Este cenário de atrocidades só mostra a verdadeira face de nossa organização social de forma mais escancarada, na qual grande parcela da população brasileira, condenada à miséria, tem sua vida ceifada por decorrência da fome e desnutrição, da violência estatal e social, da administração antidemocrática da economia, provenientes do funcionamento do capitalismo predatório que,⁷⁴ em uma sociedade mais livre, não se reproduziriam. As medidas econômicas de austeridade, os discursos delirantes de desmerecimento da ciência e do trabalho intelectual, o negacionismo histórico e de dados empíricos comprovados que apontaram para os milhões de casos de pessoas infectadas pela Covid-19, e o desprezo por aqueles que estão condenados às margens da sociedade, revelaram que tal racionalidade instrumentalizada e mortificante tem prevalecido. A proximidade dessa racionalidade com a morte, ou, melhor dizendo, com o uso político e social da ideologia da morte, amplificada pelo discurso totalitário e de seus financiadores, mostrou o quanto a conotação conformista e punitiva da morte (no caso aqui, a crise sanitária da Covid-19) foi explorada e exaltada para fins de coerção social pelas técnicas de dominação do governo fascista passado, na dimensão mais perversa e ideológica possível. O capitalismo avançado, a sociedade administrada, também se reproduz e se mantém irracionalmente pela morte de indivíduos “descartáveis” e substituíveis enquanto forças de trabalho e exército de reserva; isto não é um fato natural, mas histórico e político, conforme Marcuse (2012) alertou. Não à toa, remetemos à seguinte frase de Horkheimer e Adorno (2006, p. 170): “A administração dos Estados totalitários, que procede ao extermínio daqueles segmentos da população que se tornaram anacrônicos, é apenas o carrasco que executa os veredictos econômicos há muito pronunciados”. No capitalismo globalizado sob pressão niveladora dos poderes econômicos, milhares de populações e diferentes etnias são condenadas ao anacronismo dentro de um projeto coordenado de “necropolítica”.

Os números de mortos pelo coronavírus que apareceram nos jornais naqueles anos, reduzidos às estatísticas no contexto de um clima político mortificante e autoritário,

⁷⁴ Ressaltamos as mortes nas autoestradas, frutos do progresso e da indústria automobilística; as mortes de muitas crianças pobres por inanição, por causa da má distribuição de renda; as doenças malignas, como o câncer, provocadas pelo avanço da industrialização, urbanização, poluição e indústria de alimentos, dentre outros exemplos.

não foram passíveis de instigar, nas pessoas, os seus sentimentos de revolta, ou de injúria. Ao contrário: a postura do ex-presidente, aplaudida por muitos, foi a de demonstrar publicamente o sarcasmo, expressando a frieza vigente diante das mortes, tanto no sentido de “naturalizá-las” e tomá-las como destino biológico (suas declarações de que morrer pelo vírus seria inevitável), quanto no de fortalecer a narrativa calcada na exaltação da “virilidade dos mais fortes”, que sairiam ilesos do vírus, tudo isto somado ao cinismo frente à negligência e à violência estatal legitimadas. Sobretudo, ressaltamos suas declarações de desprezo contra os idosos, populações pobres e grupos indígenas, sinalizando para um clima cultural autoritário e excludente que ainda ressoa na sociedade, e que Bolsonaro vem a representar, a partir de declarações fatalistas que ecoam forte nos seus adeptos – aqueles que fazem parte dos movimentos totalitários e que defendem a eliminação dos fracos.

Outro aspecto importante de mencionar, traçando relações com as análises de Adorno (2020d) sobre a nova direita em ascensão com os avanços do capitalismo tardio, é o tema do nacionalismo revisitado, enquanto uma temática ultrapassada que se apresentou de forma demoníaca e destrutiva quanto mais substância perdia diante dos grandes blocos mundiais de poder. A menção a isto não se faz à toa quando nos lembramos do lema do governo de extrema-direita, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, enquanto, na realidade, as terras brasileiras e nossos recursos naturais têm sido constantemente roubados e exportados para atender interesses financeiros internacionalizados. Nesse viés, a reconstituição de uma noção orgânica e harmônica de povo, que remete ao velho ideário do integralismo brasileiro inspirado no fascismo,⁷⁵ foi um truque propagandístico do governo passado voltado para eliminar a percepção individual sobre as tensões entre as classes e as diferenças entre as etnias que configuram nossa cultura, a nossa condição de país periférico. Tratou-se de uma narrativa formalmente estipulada para inculcar a ideia totalitária de “pátria cristã” e de “unidade orgânica de um povo”, sob o imperativo de uma salvação religiosa – como se uma força extra-histórica divina, acima das relações humanas, fosse restauradora, assim desresponsabilizando os indivíduos de suas ações políticas e responsabilidades sociais. Isso trouxe à tona a versão autoritária de nivelamento social e harmonia entre as classes, quando, na realidade, o governo se vinculava a uma elite econômica exaltadora da agenda

⁷⁵ Resquícios do movimento integralista brasileiro (a Ação Integralista Brasileira fundada por Plínio Salgado durante o governo Vargas), que continha ideias fascistas e ultranacionalistas, também ressoaram em alguns aspectos no bolsonarismo. Sobre este tema, ver em: Doria, P. *Fascismo à brasileira* (2020).

neoliberal, atendendo aos interesses das grandes corporações financeiras internacionais.⁷⁶ Na atual sociedade administrada, o pentecostalismo veio a ocupar o lugar de referência e de produção de sentidos para os indivíduos atomizados e acuados por forças sociais poderosas. Claro que, como bem lembrou Feltran (2020), grupos religiosos e líderes evangélicos com poder econômico – os *rackets* religiosos –, donos de meios de comunicação e em ascensão na política (a bancada evangélica) e nas redes sociais, aproveitaram-se das fragilidades da democracia formal brasileira e suas crises para se associar aos demais monopólios de poder, a fim de garantir suas fatias na “mais-valia circundante”. Mas, nas periferias, onde habitam as populações mais marginalizadas da sociedade, sem acesso aos direitos sociais básicos, os movimentos reacionários mobilizados por policiais e pastores emergentes tomaram grande dimensão, promovendo entre elas possibilidades de integração e de pertencimento nos laços sociais, porém pela via do obscurantismo e do fortalecimento do ressentimento, tanto quanto da violência atravessada pela intolerância. Esse quadro, diz Feltran (2020, s/p.), “propiciou ocupação de posições de poder e de controle da violência legítima nos territórios” por parte de líderes policiais, como também forneceu possibilidades de ressignificações simbólicas por meio da teologia pentecostal. Segundo o autor, “na esteira da chegada dos mercados ilegais internacionais” junto ao poder das milícias nas favelas, a expansão de tais movimentos reacionários demonstraram “a crise daquela representação classista, em era pós-industrial” (Feltran, 2020, s/p.), com o enfraquecimento de lutas sociais anticapitalistas. O projeto social e político do bolsonarismo se apoiou nesses movimentos de massa reacionários: a religião cristã embasada na “unidade do povo”, orientada pelo pentecostalismo; a aversão à ciência e à intelectualidade para atacar os valores mais fundamentais da modernidade e da democracia; e a defesa do armamento na sociedade como projeto político. Bolsonaro unificou as bases policiais, militares e evangélicas à sua candidatura “desde a sua conversão ao pentecostalismo” (Feltran, 2020), também se articulando com a extrema-direita internacional e suas lideranças, na cruzada contra o “marxismo cultural”. Dentro desse movimento, ele se apresentou como representante e parte do povo e, mesmo sem atacar as elites econômicas, direcionou suas críticas a uma elite política e cultural, as “elites de intelectuais”, atendendo aos anseios negacionistas de seu eleitorado.

⁷⁶ Citamos, como exemplo, o modelo de “desenvolvimento econômico” voltado para a privatização dos bens comuns na natureza, que visa a extração predatória de recursos naturais e exportação para mercados mundiais na forma de *commodities*, atendendo os interesses de empresas transnacionais.

Sobre os aspectos da ideologia religiosa presentes nos tipos potencialmente fascistas – ideologia também vigente no bolsonarismo como acentuado acima sobre seus movimentos de massa –, Adorno (2019) afirma que a aparente adaptação à realidade representada pelo acolhimento de doutrinas oficiais num nível manifesto, como por exemplo a religião cristã, encobre profundos desejos destrutivos e impulsos sádicos que, por sua vez, o ego fragilizado tem de se defender. Mas, lembrando que tais instituições tradicionais também foram neutralizadas no capitalismo tardio, perdendo seu caráter de oposição às leis econômicas e produtivas, a aceitação do cristianismo, que se dá de forma esvaziada de “conteúdo e substância”, realiza-se sob a ausência de uma verdadeira identificação do sujeito com elas. O interesse pela religião e de alguns de seus tabus serviria somente como uma medida prática para atender interesses particularistas e realizar desejos ocultos racionalizados em fórmulas e julgamentos “moralistas” contra as alteridades: “Podemos assumir que tais resíduos neutralizados do cristianismo [...] estejam em grande parte separados de sua base em uma crença séria e numa substancial experiência individual” (Adorno, 2019, p. 488). Em outras palavras, a religião é aceita não por causa de sua verdade objetiva, mas por causa de seu uso para atender outros objetivos, quer para satisfazer necessidades psíquicas inconscientes (desejos destrutivos), quer para atender objetivos políticos reacionários. O que se quer dizer é que o indivíduo perdeu a possibilidade de ter experiências religiosas face a uma sociedade desencantada e racionalizada, cujas relações são mediadas pela lógica universalizada do valor de troca. Logo, “a religião positiva perdeu seu caráter de validade objetiva e oniabrangente, sua força vinculante supraindividual” (Adorno, 2001, p. 19). Em tempos de indústria cultural onipresente e forças econômicas poderosas que administram a sociedade como um todo, a possibilidade da fé recai sobre os ombros das pessoas – que se encontram atomizadas – como um produto que estivesse à venda, oferecendo concepções estereotipadas de mundo embasadas na ideia de “verdade absoluta”. Isso fortalece a irracionalidade presente na atual sociedade ao ocultar suas contradições sociais. Os membros dessa sociedade buscam desesperadamente “estímulos irracionais” planejados pela racionalidade administrativa das propagandas reacionárias, a fim de se esquecerem da miséria de suas vidas num mundo esvaziado de sentidos e transcendência. No caso brasileiro, a apropriação e a instrumentalização da “teologia da prosperidade” pela extrema-direita, com o crescimento da bancada evangélica apoiadora do bolsonarismo, deu-se no sentido de mobilizar os “anseios pela melhoria de vida da classe trabalhadora” (Ferreira, 2020, p.

59)⁷⁷, assim como encontramos o núcleo duro de adeptos do movimento totalitário bolsonarista, que aciona a religião “para justificar seus atos inconsequentes” e fantasias mais destrutivas, tal como Adorno pôde descrever sobre os tipos antidemocráticos, cuja “hostilidade é tão generalizada, tão livre de direcionamento contra qualquer objeto particular, que o indivíduo não necessita se sentir responsável por ela (Adorno, 2019, p. 155-6).

A neutralização da religião pelas forças econômicas e sociais modificou a atitude dos sujeitos frente a ela, assim como contribuiu para a indiferenciação dos sujeitos diante das fórmulas impostas pelos estereótipos religiosos em seu formato ideológico, utilizado, por exemplo, pelos agitadores fascistas. Não obstante, os sistemas religiosos do passado conservavam alguma racionalidade, em que deixavam espaço para a cultura e o espírito e retinham algo de coletividade que protegia os sujeitos da loucura (no caso, da paranoia), originada das contradições sociais (Horkheimer e Adorno, 2006), como também continham elementos de compaixão e de anseio por uma outra vida, sem violência. Entretanto, afirma Adorno (2019) que os resíduos de constituintes formais do cristianismo ainda persistem no capitalismo tardio, mas eles, por questões objetivas, transformaram-se em fórmulas e caracteres rígidos em conformidade ao clima cultural autoritário das sociedades massificadas (Adorno, 2019, p. 488), assim fortalecendo a intolerância e a perseguição contra os diferentes e contribuindo para a manutenção de hierarquias de poder. A dissolução da religião positiva, com sua socialização e neutralização pela indústria cultural, e sua preservação em uma forma ideológica utilizada por agentes políticos ultrarreacionários, fez com que tal instituição se transformasse em uma argamassa social para o conformismo, pela qual sujeitos tendem a se identificar e se apegar para manter o *status quo*, a partir de suas submissões autoritárias à autoridade representada pela igreja, também podendo assim legitimar a discriminação e a agressividade autoritária. A vertente religiosa vinculada à vertente política, tal como tem ocorrido no Brasil a partir do domínio de igrejas evangélicas sobre grande parte da população, tornou-se um instrumento poderoso de manutenção de interesses de grupos monopolistas. Assim, para a mentalidade fascista, alguns atributos formais da religião –

⁷⁷ A partir dos dados de sua pesquisa, a autora (Ferreira, 2001, p. 62) alerta que populações desassistidas pelas políticas estatais e que apoiam tais ideias religiosas fundamentalistas não necessariamente seriam “simpáticas ao fascismo, à segregação racial, ou a favor da tortura”. Deve-se levar em conta, assim, a manipulação política e propagandística desses movimentos sobre os sujeitos que se encontram economicamente e emocionalmente vulneráveis, desesperados, tendo em vista nossa organização social opressiva e excludente, cada vez mais desigual e irracional.

tais como a “rígida antítese entre bem e mal” e “os ideais ascéticos” – são transformados em caracteres rígidos e intolerantes pelos quais alguns indivíduos se identificam para justificar suas perseguições contra as minorias.

Na sequência deste raciocínio, também um dos mecanismos utilizados pela propaganda fascista personalizada é o conceito do “pequeno grande homem”, de um líder político que sugere tanto onipotência quanto humildade, tanto poder quanto simplicidade (Adorno, 2015). Tal figura, encarnada por Bolsonaro, foi bastante explorada pela propaganda do governo, na qual ele aparecia em situações que remetiam tanto à “coragem” e à virilidade – as famosas motocicletas – quanto à humildade própria de um “homem do povo”, forjando um discurso de moralidade responsável pela regeneração política no país e moralização dos costumes, sintetizada na fórmula “A defesa da família tradicional”. Adorno, no texto *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, diz que:

A ambivalência psicológica auxilia a operar o milagre social. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo a autoridade. Isto convém a um mundo em que o controle irracional é exercido ainda que tenha perdido sua evidência devido ao esclarecimento universal. As pessoas que obedecem aos ditadores também percebem que estes são supérfluos. Elas reconciliam essa contradição ao assumirem que elas mesmas são o opressor brutal (Adorno, 2015b, p. 172).

De acordo com o trecho acima, Adorno refere-se à obra de Freud (1996), *Psicologia das massas e análise do ego*, apropriando-se do conceito psicanalítico de “narcisismo” (a libido narcisista), necessário para elucidar os mecanismos de identificação das massas, já que esses correspondem ao desejo de engrandecimento por parte do sujeito ao fazer do líder político a “extensão de seu próprio eu”, mas agora engrandecido e potencializado em face de uma realidade que frustra e mutila as pessoas, na qual elas se sentem descartáveis: “Ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo, por assim dizer, mas se livra das manchas de frustração e de mal-estar que desfiguram a imagem de seu próprio eu empírico” (Adorno, 2015b, p. 169). Nesse sentido, retomando a obra freudiana sobre a *psicologia das massas*, ressaltamos que, para Freud (1996, p. 116), a constituição do ego, que se dá por meio da identificação com o “pai”, permite a introjeção dos modelos que representam a autoridade a que o indivíduo gostaria de ser semelhante. A instância psíquica ideal do ego surgiria como o substituto do narcisismo

primário por meio de tais identificações parentais, representando no sujeito as exigências culturais introjetadas:

A essa instância chamamos de “ideal de ego”, e, a título de funções, atribuímos-lhe a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e principal influência na repressão. Dissemos que ele é o herdeiro do narcisismo original [...]; gradualmente reúne, das influências do meio ambiente, as exigências que este impõe ao ego, das quais não pode sempre estar à altura; de maneira que um homem, quando não pode estar satisfeito com seu próprio ego, tem, no entanto, possibilidade de encontrar satisfação no ideal de ego que se diferenciou do ego [...]. Mas não nos esqueçamos de acrescentar que o valor da distância entre esse ideal do ego e o ego real é muito variável de um indivíduo para outro e que, em muitas pessoas, essa diferenciação dentro do ego não vai além da que sucede em crianças (Freud, 1996, p. 119).

Podemos ver que, segundo Freud, dependendo do grau de distanciamento ou de discriminação entre o ego e o ideal do ego no indivíduo, isso vai possibilitar a submissão ou a resistência do último a um ideário externo, imposto de fora. Quanto mais o ego é diferenciado do ideal do ego, mais forte ele vai ser, e mais resistente o indivíduo aos apelos das propagandas irracionais. Assim, a identificação com a autoridade que permite a formação do ideal de ego – que, por sua vez, propiciará ao sujeito uma consciência suficientemente forte para poder julgar os ditames culturais impostos – é colocada por Freud como um dos pressupostos para a resistência ao grupo. Mas que tipo de identificação estaria envolvida na formação dos movimentos totalitários de massa? As identificações presentes na composição de movimentos totalitários estão relacionadas ao narcisismo, ou seja, revelam ser formas de identificação mais primitivas e arcaicas, que, segundo Adorno (2015b), têm consequências na escolha do líder, visto ser ele uma imagem idealizada do próprio ego da pessoa, que vê no líder a realização delirante de seus anseios e respostas para suas frustrações.

A publicidade de agitadores fascistas trata-se, sobretudo, de uma técnica de psicologia das massas: “A esmagadora maioria dos pronunciamentos de todos os agitadores é direcionada *ad hominem*. Eles baseiam-se obviamente mais em cálculos psicológicos do que na intenção de angariar seguidores através da colocação racional de fins racionais” (Adorno, 2015b, p. 153-4). Subjacente a isso, encontra-se o modelo da personalidade fixada na autoridade que, de acordo com Adorno (2020d), ao ser intensificada nas propagandas da direita radical, é mantida “artificialmente inconsciente”. Os movimentos de massa totalitários, que fazem a apologia ao tecnicismo e ao “realismo” de uma objetividade exclusivamente penosa, têm como característica o combate à vida

intelectual e ao conhecimento elaborado, assim conquistando seus adeptos, que por razões subjetivas resistem em questionar a realidade, conformando-se e identificando-se com a sociedade reificada. Os movimentos fascistas tendem a mobilizar as incertezas das massas ignorantes face à complexidade dos fenômenos sociais e econômicos, assim se aproveitando da resistência das últimas sobre conhecer a realidade, reforçando suas atitudes anti-intelectuais aos lhes fornecerem fórmulas prontas e *clichês* sobre os problemas do mundo, perpetuando suas “incapacidades de reflexão” sobre o existente originadas da objetivação social. A aversão contra o teorizar, somada à carência de um pensamento intelectualizado que possa “penetrar” a realidade para trazer à luz seus mecanismos e movimentos contraditórios, revela o quanto tais sujeitos tornaram-se regredidos e petrificados em uma existência propensa a identificar-se com um mundo reduzido aos clichês reacionários – bem como a defender ideias que vão contra os interesses racionais da humanidade. Isso, segundo Adorno (2019), relaciona-se à questão da fragilidade do eu estudada na pesquisa sobre os sujeitos com pontuação na escala fascista, pois, na transição para o capitalismo tardio administrado pelos monopólios e oligopólios, a autodeterminação e a resistência individual à coletividade, possibilitadas pela “razão autônoma”, tornaram-se inexistentes nas mentalidades autoritárias. As pessoas que se identificam com a ordem social são aquelas que contêm determinados traços antropológicos, tais como o temor à fantasia, a tendência ao prático e o pensamento concreto dos fenômenos sociais que, por sua vez, são frutos das modificações nas relações de autoridade social sob o predomínio da racionalidade administrativa. Essas transformações estruturais irão incidir na psicologia – na formação do indivíduo (Adorno, 2019).

O modo de funcionamento social que reduz a maioria das relações à lógica da equivalência abstrata geral, na qual todos tornam-se substituíveis e descartáveis, tudo isto resvala para um sentimento de desintegração social generalizado, sob o signo da sociedade que força a integração e homogeneização de todos, imprimindo-lhes o sentimento de medo e de exclusão. Somado a isto, as possibilidades de formação mais crítica e reflexiva sobre a cultura – o necessário distanciamento com relação à sociedade, bem como a importância do entendimento de que somos mediados social e historicamente, entendimento promovido pelo conhecimento a partir da arte, da ciência, da filosofia – têm sido minadas, em uma estrutura social na qual grande parte das esferas de vida têm se transformado em mercadorias a serem consumidas. Nesse contexto, a rede

de sociabilidade tornou-se mais densa e totalitária, com poucos espaços formativos para a reflexão. O que impede a vida livre é o próprio funcionamento da realidade, e a compreensão disso por parte de sujeitos é enfraquecida e obstruída neste esquema de “pseudoformação” (Adorno, 2010), o que leva tal energia política ambígua (a revolta e o sentimento de injustiça), proveniente do acúmulo de sofrimento social represado, ser a fonte de exploração de movimentos radicais de direita. Em face de condições objetivas extremamente contraditórias e inalcançáveis pelo entendimento individual, um conjunto de pessoas acabou por se render às estratégias publicitárias autoritárias de conteúdos irracionais, com seus clichês dados e explicações negacionistas. Podemos relacionar ao que Adorno (2020d) ressaltou na sua conferência sobre os movimentos antidemocráticos na sociedade administrada: o de serem puras técnicas de poder, não partindo de uma ideologia elaborada porque “são impotentes contra o espírito” e contra a argumentação racional (Adorno, 2020d, p. 67-8). Uma das técnicas mais utilizadas é a de reproduzir informações e ideias verdadeiras ou corretas retiradas de seus contextos, isolando-as, distorcendo seus conteúdos, ao mesmo tempo que “ostentam conhecimentos que dificilmente podem ser verificados, mas que, justamente por sua dificuldade de verificação, dão um tipo especial de autoridade àquele que os enuncia” (Adorno, 2020d, p. 69). Remetemos ao mito da “ideologia de gênero” e à empreitada moralista e ideológica de combate a ela promovida pelo governo de extrema-direita, reproduzida incessantemente nas redes sociais.

A mobilização de ideias retrógradas difusas – como aquelas utilizadas pela extrema-direita brasileira, de divulgação de símbolos populistas de “povo puro e honesto”, em oposição a uma “elite corrupta” – demonstra uma clara tendência geral de recusa da argumentação e do pensamento discursivo, estabelecendo um verdadeiro esvaziamento da política de seu conteúdo em prol da mera circulação de propaganda e incitação nas massas de “revolta” contra a cultura e valores da modernidade. Por sua vez, esses valores, que nunca de fato foram introjetados pelos sujeitos na atual sociedade, perderam substância e objetividade face ao funcionamento econômico de grandes corporações, que têm prescindido do indivíduo (Horkheimer e Adorno, 2006). Os sujeitos das sociedades massificadas, tecnologicamente aperfeiçoadas e avançadas em termos de racionalidade administrativa, não se sentem como sujeitos políticos capazes de decisões que possam impactar a coletividade e modificar suas vidas. As características dos movimentos antidemocráticos, lembra Adorno (2020d), são “uma práxis sem conceito”

de um poder incondicional, com a propaganda servindo de lastro para as fantasias de destruição face a uma objetividade reificadora, mantendo assim as massas engajadas sem possibilidades de julgamentos mais acurados sobre a realidade. Isso por sua vez confirma o uso irracional da tecnologia, pois um dos truques de propaganda utilizados pelas milícias digitais foi o de manter a base de seus apoiadores engajados e preparados para uma guerra civil.

Por ora, podemos então concluir que os movimentos totalitários no Brasil acabam por expressar as camadas mais profundas dos moldes civilizatórios brasileiros, cujos aspectos regressivos não deixam de ser perpetuados, em consonância com os avanços do “progresso”? Por que tantos ataques à democracia, ao conhecimento e à aderência irrefletida ao sarcasmo destrutivo, à mentira manifesta e ao cinismo sem limites, expressados publicamente nas redes sociais e nos espaços públicos? Estas hordas representariam, de fato, o lado obscuro da nossa sociedade, na qual a democracia plena nunca se efetivou, sobretudo pela condição periférica do Brasil no capitalismo mundial? Na tentativa de ressaltar a atualidade da noção de mundo administrado, em sua articulação com a teoria dos *rackets*, e tendo em vista os aspectos psicossociais inerentes aos movimentos mais regressivos de políticas e manifestações reacionárias na sociedade, hoje, a teoria crítica foi mobilizada para iluminar o contexto atual. Ela possibilitou mostrar as tendências objetivas da organização social capitalista avançada, bem como as tensões imanentes a tal organização, formas de relações sociais e de concentração de poder que mantêm o controle de instituições e da técnica para fins de perpetuação da sociedade exponencialmente desigual. Se, por um lado, encontramos autores que tentam “datar” o pensamento de Adorno, Horkheimer e Marcuse, por outro, aqui nos remetemos ao movimento dialético de seus conceitos, elaborados, inicialmente, no seio de um projeto interdisciplinar, tendo como pano de fundo o materialismo da teoria social. Na contramão de argumentos que atestam a obsolescência dos conceitos frente à nova “versão econômica” – a ideia de capitalismo neoliberal –, a noção de mundo administrado se desloca para a análise do tipo de poder plutocrático internacional que se apropria de recursos e políticas dos Estados nacionais: a realização de uma racionalidade administrada expandida a serviço de interesses econômicos irracionais de determinados estratos sociais concentradores de riqueza, enfim, a serviço da desumanidade e da barbárie.

Referências:

ADORNO, T. W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: _____.
Sociologia. Org. e trad. Gabriel Cohn. São Paulo, Editora Ática, 1986.

_____. Progresso. In: _____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*.
Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora
Paz e Terra, 1995.

_____. Teses sobre religião e arte hoje. In: OLIVEIRA, R., N.; ZUIN, A. A. S;
PUCCI, B. (Org.). *Teoria Crítica, estética e educação*. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira.
Campinas, SP: Autores Associados; Unimep, 2001.

_____. *Introdução à sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora
Unesp, 2008.

_____. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro:
Zahar, 2009.

_____. Teoria da semiformação. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio A. S.;
LASTÓRIA, Luiz A. Nabuco. (Org.). *Teoria Crítica e inconformismo: novas
perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São
Paulo: Editora Unesp, 2015a.

_____. A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista. In: _____.
Ensaio sobre psicologia social e psicanálise. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora
Unesp, 2015b.

_____. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: _____. *Ensaio
sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp,
2015c.

_____. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Trad. Virgínia Helena
Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2019a.

_____. *Sobre la teoria de la historia y de la libertad*. Trad. Miguel Vedda. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2019b.

_____. Reflexões sobre a teoria de classes. Trad. Igor Lula Pinheiro Silva. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 259-73, 2020a.

_____. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020b.

_____. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2020c.

_____. Cultura e administração. In: _____. *Industria cultural*. Trad. Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020d.

_____. Televisão como ideologia. In: _____. *Industria cultural*. Trad. Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020e.

_____. Observações sobre a personalidade autoritária, de Adorno, Frenkel-Brunskwik, Levinson e Sanford. Trad. Virgínia Helena F. Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

_____. *Introdução à dialética*. Trad. Erick Calheiros de Lima. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

_____.; et al. *The Authoritarian Personality*. New York: WW Norton, p. IX-XII, 1969.

ANDRADE, J. P.; GOMIDE, A. P. A. Acerca do mundo administrado e a teoria dos *rackets* na atualidade: desregulamentação como norma no caso brasileiro. *Aufklärung: Journal of Philosophy*, n. 10(2), p. 159-76, 2023.

ARANTES, P. E. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

_____. *O Novo Tempo do Mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*. São Paulo: Editora 34, 2023.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo Financeiro Rentista. *Estudos Avançados*, 32(92), p.17-29, 2018.

CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

CATALANI, F. Depois da meia-noite no século: Adorno e as análises do fascismo. In: ADORNO, T. W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CATINI, C. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CÁSSIO, F. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHAMAYO, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. Trad. Catherine Marie Mathieu; Adriana Nunes Ferreira. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1 (18), v. 11, p. 1-44, 2002.

CHIARELLO, M. *Das lágrimas das coisas: estudo sobre o conceito de natureza em Max Horkheimer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

COSTA, Virgínia Helena. Prefácio. In: ADORNO, T. W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Org. e trad. Virgínia Helena Ferreira da Costa et. al. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

CROCHICK, J. L. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 15-35, 2003.

_____. Personalidade autoritária e personalidade antidemocrática: adesão a regimes autoritários e a movimentos totalitários. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 37, n. 81, p. 1689-718, 2023a.

_____. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Benjamin Editoria, 2023b.

_____. (Org.). *Fascismo e Nazismo, Preconceito e Bullying*. São Paulo: Benjamin Editoria, 2023c.

_____.; COSTA; V.; FARIA, D. Contradições e limites das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v. 30, n. 63, 2020.

DARDOT, PIERRE; et al (Org). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

DORIA, Pedro. *Fascismo à brasileira*. São Paulo: Planeta, 2020.

DUARTE, R. *Mimesis e racionalidade: a concepção de domínio na natureza em Theodor W. Adorno*. São Paulo: Loyola, 1993.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FELTRAN, G. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). *Novos estudos*. Disponível em: <<https://novosestudos.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013>>. Acesso em: 23 set. 2020.

FERREIRA, M. L. Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder. *Revista Fim de Mundo*, Marília, SP, n. 1, jan./abr. 2020.

FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-54, set./dez. 2018.

_____. Depois do salário familiar: um experimento mental pós-industrial. In: _____. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição ‘pós-socialista’*. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. In: _____. *Obras Completas*. v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. In: _____. *Obras Completas*. v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMIDE, A. P. A. *Um estudo sobre os conceitos freudianos na obra de T. W. Adorno*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HABERMAS, J.; POPPER, K.; DAHRENDORF, Y. *Filosofia radical: conversaciones con Marcuse*. Trad. Gustau Muñoz Veiga. Barcelona: GEDISA, 2018.

HORKHEIMER, M. El Estado autoritario. In: _____. *Sociedad em transición: estúdios de filosofia social*. Barcelona: Planeta-Agostini, p. 97-124, 1972.

_____. *Sociedad em transición: estúdios de filosofia social*. Trad. Joan Godo Costa. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. Teoria tradicional e teoria crítica. Trad. José Lino Grunnewald et al. In: _____. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Anhele de justicia: teoría crítica y religión*. Trad. Juan José Sánchez. Madrid: Trotta, 2000.

_____. Los judíos y Europa. Trad. Eduardo Maura. *Constelaciones, Revista De Teoría Crítica*, v. 4, n. 4, p. 2-24, 2012.

_____. *Eclipse da Razão*. São Paulo. Editora Unesp, 2015a.

_____. Autoridade e Família. In: _____. *Teoria Crítica I: uma documentação*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

_____. Sobre a sociologia das relações de Classe. Trad. Fernandes, S. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 127-64, 2021.

_____.; ADORNO, T. W. *Temas básicos da sociologia*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____.; ADORNO T. W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

JAMESON, F. *O marxismo tardio: Adorno ou a persistência na dialética*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

LEIRNER, P. C. Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira. In: FILHO, J. R. M. (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.

MARCUSE, H. *Contrarrevolução e revolta*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: _____. *Cultura e sociedade*. v. 2 Trad. Wolfgang Leo Maar et. al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

_____. A obsolescência da psicanálise. In: _____. *Cultura e sociedade*. v.2 Trad. Wolfgang Leo Maar et. al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.

_____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad. Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Editora Unesp, 1999a.

_____. A nova mentalidade alemã. In: _____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad. Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Editora Unesp, 1999b.

_____. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

_____. A ideologia da morte. Trad. Luís Gustavo Guadalupe Silveira. *Educação e Filosofia*, v. 26, n. 51, p. 337-49, jan./jun. 2012.

_____. *O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Trad. Robespierre de Oliveira et. al. São Paulo: Edipro, 2015.

MOREIRA, E. S. Duas dialéticas negativas: Paulo Arantes e uma dialética sem Adorno(s). *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 4, Campinas, 2020.

MUSSE, R. Prefácio. In: REGATIERI, R. P. *Capitalismo sem peias: a crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 140 e na elaboração da Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2019.

NOBRE, Marcos. *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

NUNES, R. *Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PUZONE, V. F. *Capitalismo perene: reflexões sobre a estabilização do capitalismo a partir de Lukács e da Teoria Crítica*. São Paulo: Alameda, 2016.

_____. Os *rackets* brasileiros. Notas sobre as atuais circunstâncias históricas, *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 22, n. 42, p. 93-109, jan./jun. 2017.

REGATIERI, R. P. *Capitalismo Sem Peias: a crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 140 e na elaboração da Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2019.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

ROUANET, S. P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SILVA, R. C. *Max Horkheimer: teoria crítica e barbárie*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

TUPINAMBÁ, G. Um pensador na periferia da história. *Revista Porto Alegre*, 07 jan. 2020.

TÜRCKE, Christoph. Informal segundo Adorno. In: DUARTE, R.; FIGUEIREDO, V.; KANGUSSU, I. (Org.). *Theoria aesthetica: em comemoração ao centenário de Theodor W. Adorno*. Porto Alegre: Escritos, 2005, p. 71-84.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Trad. Lilyane Deroche-Gurgel. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

ZANOLLA, S. R. S. Entrevista para o Jornal O Popular sobre o tema *Um perfil psicossocial do extremismo*. Disponível em: <<https://opopular.com.br/politica/um-perfil-psicossocial-do-extremismo-1.2595631>>. Acesso em: 23 set. 2023.